Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social

Milena Carlos de Lacerda

“Mais família, menos Estado”: o agenciamento das questões de gênero e sexualidade pela extrema direita brasileira

Rio de Janeiro
2023

Milena Carlos de Lacerda

“Mais família, menos Estado”: o agenciamento das questões de gênero e sexualidade pela extrema direita brasileira

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof.ª Dra. Carla Cristina Lima de Almeida

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

L131 Lacerda, Milena Carlos de.
"Mais família, menos Estado": o agenciamento das questões de gênero e sexualidade pela extrema direita brasileira / Milena Carlos de Lacerda. – 2023.
276 f.

Orientadora: Carla Cristina Lima de Almeida.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Política social - Brasil - Teses. 2. Feminismo - Brasil - Teses. 3. Famílias - Brasil - Teses. 4. Orientação sexual - Brasil - Teses. I. Almeida, Carla Cristina Lima de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 314.1

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Milena Carlos de Lacerda

“Mais família, menos Estado”: o agenciamento das questões de gênero e sexualidade pela extrema direita brasileira

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 13 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora:

_____

Profa. Dra. Carla Cristina Lima de Almeida (Orientadora)

Faculdade de Serviço Social - UERJ

_____

Profa. Dra. Bruna Andrade Irineu

Universidade Federal do Mato Grosso

_____

Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida

Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Profa. Dra. Renata Gomes da Costa

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. Renato dos Santos Veloso

Faculdade de Serviço Social - UERJ

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres da minha família. Em especial, a minha mãezinha Iraídes Carlos Belém, Tia Bira, Tia Olga (*in memoriam*) e Tia Zil.

AGRADECIMENTOS

Esta tese representa um processo de amadurecimento teórico e analítico que teve início com as primeiras incursões na prática da pesquisa social, nas experiências de iniciação científica, nas atividades de extensão universitária e na vivência pedagógica em sala de aula. Dessa forma, a exploração gradual do objeto de investigação esteve enlaçada pelo vagar do tempo para defrontar com as suas miudezas. Ao buscar ir além da superficialidade do objeto e extrair o "óleo essencial da verdade" inseri esta temática no contexto do cotidiano, ao longo de dias, meses e anos, “aproximando-se dele com ternura, não contrariando suas disposições, não se rebelando contra o seu curso, não irritando sua corrente, estando atento para seu fluxo” (NASSAR, 2016, p. 52

Para ilustrar a importância do tempo necessário, o mesmo autor recorre à conhecida metáfora do "carro na frente dos bois". Segundo ele, colocar o carro na frente dos bois significa encurtar o tempo necessário para a reflexão, é como iniciar a construção de uma casa pelo telhado, eliminando o tempo que seria gasto na construção dos alicerces da estrutura, na elaboração teórica, na formulação de hipóteses e na argumentação. O tempo é crucial para compreender, contextualizar, mediar e lidar com o contraditório, já que, pois, só a justa medida do tempo dá a justa natureza das coisas” (NASSAR, 2016, p. 53). Por essa razão, esta pesquisa teve início há bastante tempo, representando uma prestação de contas com meu envolvimento acadêmico, pessoal e profissional com a temática de gênero, raça/etnia e sexualidade.

Parafraseando Gonzaguinha, compreendo que "é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá e é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar". A possibilidade de inserir amor em uma pesquisa sobre violência e ódio só foi possível devido às trocas e interações com as pessoas que me cercam, pois restaria muito pouco de mim sem um punhado de pessoas. Este processo solitário de escrita foi aquecido pela presença constante de amigos, familiares e amores.

Durante esse percurso de quatro anos de doutorado, enfrentamos a pior crise sanitária global de que se tem notícia, em meio a um governo de extrema direita com tendências neofascistas. Somos sobreviventes! Portanto, expresso minha solidariedade e profunda gratidão pela parceria genuína estabelecida na turma de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). Neste contexto, perdemos um amigo e colega querido Wellerson Rodrigues, cuja história ilustra as mais de 700 mil vítimas da COVID-19, em meio a uma pandemia que persistiu por mais de dois anos. Entre

mortos e feridos, fomos capazes de nos fortalecer e nos unir, compartilhando momentos de alegria, angústia, afeto e inspiração.

Expresso minha profunda gratidão à minha mãe, a mulher mais importante da minha vida por ter confiado e acreditado no poder transformador da educação. Também estendo meus agradecimentos aos demais membros da minha família, incluindo minha querida tia Olga *(in memorian)*, Tia Zil, Tia Bira, Myllena, João Pedro e Maria Eugênia.

Não posso deixar de expressar minha gratidão a Renata Gomes pela parceria indescritível que construímos ao longo de sete anos de convivência fraterna. Não tenho palavras para expressar o significado de tê-la em minha vida. Obrigada por tudo e por tanto!

Aos meus queridos amigos acrescentados de criança que compartilham a paixão por "conversas profundas com as águas, que sempre falam com o sotaque de suas origens, que constroem suas casas com pouca poeira e que descobriram que as tardes são parte da beleza dos pássaros": Cícero Santos, Raí Vieira, Lucas Brandão, Samyra Cruz, Rosana Benício, Jamile Monteiro, Laís Felix e Evelyn Melo, agradeço pelas trocas quase diárias que tanto enriqueceram minha jornada. Agradeço a Giulia Campaiolli que, ao longo dessa pesquisa, dividiu a morada, cafés e reflexões sobre a conjuntura contemporânea.

Meus agradecimentos se estendem à minha generosa e comprometida orientadora, Carla Almeida, no qual nutro uma profunda admiração intelectual, bem como ao corpo docente vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ.

Agradeço imensamente à Bruna Irineu, Guilherme Almeida, Renata Gomes da Costa e Renato Veloso por integrarem a Banca de Defesa da Tese. Sobretudo, por terem aceitado participar deste momento significativo e por acompanharem o processo de planejamento, elaboração, sistematização e avaliação desta pesquisa. Em tempo, agradeço a Bruna Irineu e Carol Parreiras pelas valiosas contribuições teóricas e políticas ao longo da minha trajetória.

A experiência do estágio doutoral na Universidade de Coimbra em Portugal foi um divisor de águas na minha carreira acadêmica profissional. Por isso, compartilho meu agradecimento com a supervisora Ana Cristina Santos que me recebeu durante este período. Sou extremamente grata a Maurílio Mattos, coordenador do PPGSS/UERJ, por ter acompanhado e viabilizado esse direito.

A experiência do estágio doutoral tornou-se particular com a inserção na República Rosa Luxemburgo: o “útero” em que fui acolhida durante 6 meses. Agradeço as Rosas: Manuela Pose, Gabriela Rocha, Maria Eduarda Gragnani, Gabriela Benedicts e Juliana Cremer.

Agradeço as experiências acadêmicas, mundanas e corporais daqueles que foram escolhidos pela pupila: Gustavo Mariano, Babi, Saru e Isis.

Em tempo, agradeço o espaço plural e coletivo de debate do Grupo de Estudos que culminou no Podcast Campo formado por Paula Lacerda, Carol Parreiras, Daniela Minusso, Cissa, Twig Lopes, Luiza Nasciutti e Amanda Calabria.

Não posso deixar de mencionar ainda, o grupo “Brasil para Lerdos” que se configura como uma rede de solidariedade aos investigadores que sofrem perseguição jurídica por parte da Plataforma Brasil Paralelo. Especialmente, por ter possibilitado o acesso à conta do *streaming*, não gerando, portanto, custos orçamentários ao desenvolvimento da pesquisa.

Expresso a minha gratidão à colaboração do corpo docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, em nome da coordenadora Ingrid Bezerra, por aprovar a licença temporária das minhas atividades docentes tão fundamental para conclusão dessa tese. Agradeço as trocas profundas com os/as estudantes de graduação e pós-graduação que se desdobraram em longos debates e aprendizados mútuos.

A todas as pessoas que lutam bravamente por uma sociedade radicalmente democrática, sem opressão de gênero, raça/etnia, classe social, sexualidade e/ou condição física. A luta continua!

RESUMO

LACERDA, Milena Carlos de. *"Mais família, menos Estado*": o agenciamento das questões de gênero e sexualidade pela extrema direita brasileira. 2023. 276 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Este estudo se propôs a construir chaves interpretativas sobre as ordens de gênero e sexualidade difundidas na pauta política da extrema direita brasileira no decorrer dos anos de 2010 a 2020, através da análise audiovisual da Plataforma Brasil Paralelo. Ao percorrer as frentes ideológicas das tendências neofascistas em curso, evidenciamos o protagonismo do "dispositivo da ideologia de gênero" articulado com o espectro do anticomunismo, bem como a centralidade da família heteronormativa como instituição elementar na arquitetura neoconservadora e neoliberal da extrema direita. Para tanto, buscou identificar a reatualização das dinâmicas de opressão, exploração, dominação sedimentadas na trajetória sócio histórica brasileira acionadas na defesa da pátria, da moral e da família pela ofensiva neoconservadora; entender a articulação da neoliberalização da economia e as pautas moralizantes de gênero e sexualidade no repertório ideológico e político da extrema direita, sobretudo na Plataforma Brasil Paralelo; e refletir sobre a centralidade ideológica da família nas narrativas produzidas pela extrema direita brasileira, através da BP. No intuito de apreender as tramas políticas, econômicas e ideológicas, à luz do direcionamento dialético crítico, da abordagem qualitativa e da análise de conteúdo, analisamos doze produções audiovisuais eleitas pela intersecção com o debate de gênero, raça/etnia, sexualidade, família, nova direita, extrema direita e formação social brasileira. Surfando no ambiente digital, as séries documentais da Plataforma Brasil Paralelo exercem uma função crucial na construção de narrativas, na criação de imagens e estereótipos, na sedução e legitimação de comportamentos, na definição de formas de pertencimento social, na formação de opiniões e na disseminação de valores e ideologias. Com essa investigação teórica-metodológica, constatamos que a extrema direita disputa uma certa intelectualidade, fomentando um corpo editorial para fundamentar suas defesas políticas, através da disputa de sentido daquilo que se pretende destruir. Os direitos humanos, em especial, aparecem como campo de tensões e conflitos, na medida que é um termo apropriado pela extrema direita brasileira, que disputa, esvazia e enviesa o seu significado sócio histórico. Nas suas produções, reatualizam a figura do herói da nação brasileira, negam a história e consequentemente as políticas de reparação, sobretudo para as mulheres, negros, indígenas e LGBTI+. Para finalizar, entendemos que a ofensiva neoconservadora e a alavancada à extrema direita registrada em outras partes do mundo adquirem particularidades da nossa formação sócio histórica que prefiguram uma nação colonial e heteronormativa, de base escravocrata e de capitalismo periférico e dependente. A visibilidade e a capilaridade persecutória das questões de gênero e sexualidade na atual quadra histórica relacionam-se com o espraiamento dos movimentos da extrema direita no Brasil, através da militância em torno da falaciosa *"*ideologia de gênero*"* e da promoção estreita da *"*família" integrando uma política de governo que se pretende política de estado.

Palavras-chave: Família; gênero; raça; sexualidade; extrema direita.

ABSTRACT

LACERDA, Milena Carlos de. *"More family, less State"*: the management of gender and sexuality issues by the Brazilian extreme right. 2023. 276 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This study proposed to construct interpretative keys about the orders of gender and sexuality in the political agenda of the Brazilian extreme right during the years 2010 to 2020, through the audiovisual analysis of Plataforma Brasil Paralelo. By going through the ideological fronts of ongoing neofascist trends, we highlight the protagonism of the "gender ideology device" articulated with the spectrum of anticommunism, as well as the centrality of the heteronormative family as an elementary institution in the neoconservative and neoliberal architecture of the extreme right. To this end, it sought to identify the re-updating of the dynamics of oppression, exploitation and domination sedimented in the Brazilian socio-historical trajectory triggered in the defense of the homeland, morals and family by the neoconservative offensive; understand the articulation of the neoliberalization of the economy and the moralizing agendas of gender and sexuality in the ideological and political repertoire of the extreme right, especially in the Plataforma Brasil Paralelo (BP); and reflect on the ideological centrality of the family in the narratives produced by the Brazilian extreme right, through BP. In order to understand the political, economic and ideological plots, in the light of critical dialectical guidance, qualitative approach and content analysis, we analyzed 12 audiovisual productions chosen by the intersection with the debate on gender, race/ethnicity, sexuality, family, new right, extreme right and Brazilian social formation. Surfing the digital environment, the documentary series of Plataforma Brasil Paralelo play a crucial role in the construction of narratives, the creation of images and stereotypes, the seduction and legitimization of behaviors, the definition of forms of social belonging, the formation of opinions and the dissemination of values and ideologies. With this theoretical-methodological investigation, we found that the extreme right disputes a certain intellectuality, fostering an editorial body to support its political defenses, through the dispute over the meaning of what it intends to destroy. Human rights, in particular, appear as a field of tensions and conflicts, to the extent that it is appropriated by the Brazilian extreme right, which disputes, empties and distorts its historical meaning. In their productions, they re-update the figure of the hero of the Brazilian nation, deny history and consequently reparation policies, especially for women, black people, indigenous people and LGBTI+. To conclude, we understand that the neoconservative offensive and the extreme right-wing offensive registered in other parts of the world acquire particularities of our socio-historical formation that prefigure a colonial and heteronormative nation, with a slave base and peripheral and dependent capitalism. The visibility and persecutory capillarity of gender and sexuality issues in the current historical period are related to the spread of extreme right movements in Brazil, through militancy around the fallacious "gender ideology" and the narrow promotion of the "family" integrating government policy.

Keywords: Family; gender; race; sexuality; far right.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cartaz do documentário *1964: Brasil entre armas e livros*..... 87
Figura 2 – Cartaz do documentário *Os donos da verdade*..... 88
Figura 3 – Cartaz do documentário *Direita no Brasil*..... 89
Figura 4 – Cartaz do documentário *O teatro das tesouras: a verdade nua e crua*..... 90
Figura 5 – Cartaz do documentário *O dia depois da eleição: antecipando ameaças e possibilidades*..... 92
Figura 6 – Power Point da Lava Jato..... 104
Figura 7 – Michel Temer e os "seus"..... 113
Figura 8 – As explosões nervosas da presidente..... 116
Foto 1 – Parque Portugal dos Pequenitos em Coimbra, Portugal..... 130
Foto 2 – Parque Portugal dos Pequenitos em Coimbra, Portugal..... 131
Figura 9 – Cartaz do documentário *Brasil: a última cruzada*..... 152
Figura 10 – Cartaz do documentário *Congresso Paralelo*..... 153
Figura 11 – *A Lição de Salazar*..... 170
Figura 12 – Cartaz do 1° Encontro da Família no Parque..... 181
Figura 13 – Cartaz do documentário *A face oculta do feminismo*..... 197
Figura 14 – Cartaz do documentário *As grandes minorias*..... 199
Figura 15 – Cartaz do documentário *As grandes minorias*..... 199
Figura 16 – Cartaz do documentário *As grandes minorias*..... 200
Figura 17 – Cartaz do documentário *Pátria educadora*..... 201

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista de produções audiovisuais analisadas 57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira Ensino em Serviço Social
ADL ONG	Anti-Defamation Legue
ADPF	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
AFC	Associação Família Conservadora
ANIS	Instituto de Bioética de Direitos Humanos
BJP	Partido Nacional Hindu
BLM	Black Lives Matter
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BSH	Programa Brasil Sem Homofobia
BP	Plataforma Brasil Paralelo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CES	Centro de Estudos Sociais
CF	Constituição Federal
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças
CLACAI	Consórcio Latino-Americano Contra Aborto Inseguro
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DACEP	Movimento Cívico Deixem as Crianças em Paz
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
EPS	ePoliticSchool
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais
MAM	Museu de Arte Moderna
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MESP	Movimento Escola Sem Partido
MIR	Movimento de Esquerda Revolucionária
MMFD –H	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MNU	Movimento Negro Unificado
MSI	Movimento Social Italiano
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento de Trabalhadores Sem-Teto
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organizações das Nações Unidas
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PL	Projeto de Lei
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
PPCIS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SECADI	Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SFN	Secretaria Nacional da Família

SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
STF	Supremo Tribunal Federal
STB	Serviço de Inteligência da Tchecoslováquia
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TMD	Teoria Marxista da Dependência
TRF	Tribunal Regional Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	16
1	**TRAÇANDO CAMINHOS METODOLÓGICOS: A PESQUISA NA INTERNET COMO DEBATE INCONTORNÁVEL PARA O SERVIÇO SOCIAL**.....	31
1.1	**Navegando nas Ondas Audiovisuais: Métodos e Metodologias de Pesquisa na Internet**….....	40
1.2	**Brasil Paralelo: O bastião intelectual das Novas Direitas**….....	47
2	**O CASAMENTO ENTRE NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO: A RADICALIZAÇÃO DA NOVA DIREITA BRASILEIRA**.....	65
2.1	**"O que está acontecendo no país?": tessituras sobre a frágil democracia brasileira**.....	66
2.2	**"Conservador nos costumes e neoliberal na economia"** ….....	76
2.3	**Relatório descritivo: anticorrupção, pautas morais e anticomunismo como tríade da Nova Direita brasileira**….....	85
2.4	**Neofascismo na política brasileira: a ascensão da extrema direita**.....	110
3	**"VOCÊ SABE COM QUEM ESTÁ FALANDO"?: A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E A IDENTIDADE NACIONAL**.....	126
3.1	**"Brasil mostra a tua cara": O entrecruzamento do Racismo, da Colonialidade, do Capitalismo Dependente e do Heteropatriarcado**.....	128
3.1.1	"Muita sujeira embaixo do tapete".....	138
3.1.2	"O Brasil é a virgem que todo tarado quer": As dinâmicas do heteropatriarcado	147
3.2	**A história como objeto de batalha ideopolítica**.....	152
3.3	**"Um museu de grandes novidades": Hipóteses interpretativas para o tempo presente**.....	167
4	**FAMÍLIA, GÊNERO E SEXUALIDADE: O "CAVALO DE TROIA" DA EXTREMA DIREITA BRASILEIRA**.....	181
4.1	**A instalação do pânico moral: Os retrocessos das políticas de gênero e sexualidade**.....	184
4.2	**O agenciamento das questões de gênero e sexualidade pela extrema direita brasileira: uma análise a partir da BP**.....	196

4.3 **“Uma célula está para um corpo, assim como a família está para a sociedade”**..... 223
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 237
REFERÊNCIAS..... 244
APÊNDICE A – Roteiro de Pesquisa..... 269
APÊNDICE B – Intelectuais orgânicos da Plataforma Brasil Paralelo..... 271

INTRODUÇÃO

No segundo turno das eleições para presidência do Brasil em 2018, Jair Messias Bolsonaro e Hamilton Mourão derrotaram a chapa formada por Fernando Haddad e Manuela d'Ávilla, com 55,13% dos votos contra 44,87% dos seus adversários. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarou que houve um contingente de 42,1 milhões de eleitores que não escolheram nenhum candidato, cerca de um terço do total.

Embora tenhamos subestimado a organização política da extrema direita brasileira, não conseguimos prever, tampouco imaginar, a amplitude do retrocesso social, político e econômico que se desenrolou no Brasil em tão pouco tempo. Estávamos convictas de que a vitória do Governo Caquistocrático representaria uma página assombrosa da história brasileira, mas não tínhamos dimensão do seu potencial destrutivo, sobretudo na gestão da pandemia da Covid-19 que vitimou mais de 700 mil brasileiros.

Como tantos políticos, intelectuais, estudantes e militantes, considero que sou uma das derrotadas. Nas palavras de Dilma Rousseff: "Quem ganhar ou quem perder, nem quem ganhar nem quem perder, vai ganhar ou perder. Vai todo mundo perder"[1]. Perdemos, somos todos perdedores!

O fato de Bolsonaro ter ocupado um assento no parlamento na condição de deputado de baixo clero e vocalizar um discurso virulento contra as consideradas "minorias" o fez alcançar espaço em programas sensacionalistas como o CQC e Superpop, além de considerável aderência nas mídias sociais. Isso, no entanto, não é suficiente para explicar sua ascensão na esfera pública nacional como chefe de Estado, tampouco a expansão do movimento bolsonarista.

Como interpretar a vitória de um governo que atacou a impressa, não participou dos debates públicos, satirizou as evidências científicas, mobilizou a retórica punitivista, ameaçou a esquerda e taxou os movimentos populares de terroristas? Quais elementos temos para entender os motivos que levaram os/as eleitores/as a escolherem um polêmico ex-capitão reformado, em detrimento de um professor universitário? Afinal, como chegamos até aqui?

Sabemos que a ofensiva neoconservadora e a alavancada à extrema direita registrada em outras partes do mundo adquirem particularidades no cenário brasileiro por conta de dinâmicas de opressão, exploração e dominação de gênero, raça, sexualidade e classe social na

[1] Discurso de Dilma Rousseff realizado em setembro de 2010.

nossa formação sócio histórica que prefiguram uma nação colonial e heteronormativa, de base escravocrata e de capitalismo periférico e dependente. Entendemos que a visibilidade e a capilaridade persecutória das questões de gênero e sexualidade na atual quadra histórica relacionam-se com o espraiamento dos movimentos da extrema direita no Brasil, através da militância em torno da falaciosa *"*ideologia de gênero*"* e da promoção estreita da *"*família" [2].

Tais acontecimentos estão situados no decênio da guinada à direita inserida na cartografia mundial e atendem os interesses políticos e econômicos da burguesia nacional e das elites internacionais, intensificados pela crise financeira de 2008 que entrelaçou expropriações e políticas autoritárias.

Olhando em retrospectiva, elaboramos um conjunto de interrogações que mobilizaram esta pesquisa de doutoramento, a partir do seguinte problema de pesquisa: de que maneira a extrema direita no Brasil aciona as ordens de gênero e sexualidade na pauta política no decorrer dos anos de 2010 a 2020?

E mais: como as dinâmicas de opressão, exploração e dominação sedimentadas na particularidade da formação histórica brasileira são acionadas na agenda neoconservadora que defende a nação, a moral e a família? De que forma a neoliberalização da economia e as "pautas morais" estruturam o repertório ideológico e performático da agenda política da extrema direita? Nessa direção, questionamos qual a centralidade ideológica da família nas narrativas produzidas pela extrema direita brasileira, através da Plataforma Brasil Paralelo.

Essa não é uma problemática simples, pois envolve um amplo, complexo e multifacetado debate. Cinzia Arruzza (2019) nos oferece algumas balizas interpretativas para aproximarmo-nos desse debate no contexto brasileiro. Segundo a pensadora, "um primeiro passo para esclarecer essa questão é qualificar a reação atual da direita como algo orquestrado política e institucionalmente, e não somente como decorrentes da reação espontânea das pessoas aos excessos das campanhas feministas e LGBTI+" [3](ARRUZZA, 2019).

Tais movimentos estão alinhados com uma agenda econômica, política e ideológica que busca fortalecer o papel da família ao mesmo tempo que elege a população LGBTI+ e os movimentos negros e feministas como os inimigos em comum a serem aniquilados da nação brasileira.

---

[2] Entre outros aspectos, essa família defendida pela extrema direita compõe o projeto racista à brasileira, uma vez que impossibilita a formação de famílias negras, a exemplo das defesas da eugenia, da esterilização forçada das mulheres negras e da matança da juventude negra.

[3] Neste estudo, empregamos a sigla LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais) para reportar-nos à multiplicidade de experiências identitárias e subjetivas em torno da diversidade afetivossexual e das identidades e expressões de gênero dissidentes da cis-heteronormatividade.

Nessa órbita, é inegável que a política de ressentidos, reflexo da luta de classes, manifesta-se pela ampliação de legislações sociais e políticas de reparação voltadas às mulheres, aos/às negros/as e à população LGBTI+ endossando movimentações antigênero na sociedade brasileira. O ciclo progressivo observado nos países da América Latina provocou a perda de um *status* hierárquico da classe média, que não aceitava estar no mesmo pé de igualdade jurídico-legal em relação à grande massa da população, ainda que tal equidade fosse apenas formal abstrata.

A inspiração neofascista agrega-se à escalada conservadora, nacionalista e fundamentalista religiosa, aglutinando uma miríade de correntes. O neofascismo da extrema direita incita um conjunto de paixões mobilizadoras, retomando o anticomunismo; o uso da violência política, inclusive com respaldo de aparelhos paramilitares; a descrença na democracia liberal, nos tradicionais partidos políticos e nos movimentos transnacionais; a decadência econômica e social; o componente patriótico e a integração organizativa das autointituladas vítimas.

Seus seguidores assumem a violência, o racismo, LGBTfobia, o anticomunismo e o sexismo com fortes traços fascistas e com direito a recordação saudosa do Golpe de 1964, motivados por uma espécie de redenção nacional do que lhes caberia por direito. Prescrevem uma postura ufanista ao promover a releitura da história, através do revisionismo do contragolpe, com a defesa explícita à prática da tortura, à caçada comunista e à censura da liberdade de expressão.

Além disso, o obscurantismo em curso direciona a destruição da crença na verdade através do culto à ignorância, atacando ostensivamente o ambiente intelectual e a produção do conhecimento científico no Brasil, encaminhada por uma máquina de manipulação da informação.

Leher (2019) sublinha que o ataque à ciência atribui às universidades públicas um lugar de doutrinação ideológica e da predominância do que a Nova Direita denominou de “marxismo cultural”, através de uma proposição fantasmagórica de dominação baseada no comunismo e da acusação reiterada da depravação sexual da comunidade universitária. Vale acentuar ainda que esta pesquisa se insere nessa conjuntura de perseguição inquisitorial aos militantes, pesquisadores/as, jornalistas, parlamentares e professores/as, fomentando a suposta neutralidade do conhecimento e legitimando a ofensiva contra o pensamento livre, crítico e questionador.

Assim, atuam na demonização dos grupos sociais que afrontam o paradigma da nação, da família e da igreja, estabelecendo uma frente ampla de “caça às bruxas”, através da política

do ódio amparada pelas *fakes news*. Na altura desses acontecimentos históricos, a "cultura do ódio", as contrarreformas operadas no âmbito do Estado e a "agenda antigênero" repercutem diretamente na vida das pessoas LGBTI+, propondo um conjunto de ações e estratégias voltadas para o "cidadão de bem", notadamente homem branco, heterossexual, conservador e cristão.

Sabemos que a mobilização de gênero e sexualidade no contexto de ascensão da extrema direita envolve múltiplos e complexos debates, dado que tais categorias se imbricam, mas não possuem o mesmo significado na vida social. Sob tal prisma, esta tese objetiva reconstruir, através da análise crítica, os antecedentes históricos e as bases de sustentação da extrema direita brasileira, enfatizando as disputas das ordens de gênero e sexualidade que enredaram a ascensão vertiginosa do bolsonarismo, através da análise das peças audiovisuais da Plataforma Brasil Paralelo.

Esta análise será projetada em: a) reatualizar as dinâmicas de opressão, exploração, dominação e sedimentação na trajetória sócio-histórica brasileira acionadas na defesa da pátria, da moral e da família pela ofensiva neoconservadora; b) articular a neoliberalização da economia e as pautas moralizantes de gênero e sexualidade no repertório ideológico e político da extrema direita, sobretudo na Plataforma Brasil Paralelo (BP); e c) refletir sobre a centralidade ideológica da família nas narrativas produzidas pela extrema direita brasileira, através da BP.

Para apreender o enredo e as tramas políticas, econômicas e ideológicas, à luz dos objetivos desta investigação e da teoria social crítica, lançamos mão da abordagem qualitativa e da análise de conteúdo, oportunizando a reconstrução permanente do objeto de análise.

A opção pela análise de audiovisuais se justifica ao reconhecermos que as fontes visuais demandam interpretação e não devem ser subestimadas em relação a outras formas de compreensão da realidade, uma vez que possuem uma validade sócio-histórica significativa. Nessa perspectiva, os materiais audiovisuais emergem como um recurso privilegiado para a investigação de objetos e contextos históricos específicos, visto que tanto refletem quanto moldam a realidade. Exercem uma função crucial na construção de narrativas, na criação de imagens e estereótipos, na sedução e legitimação de comportamentos, na definição de formas de pertencimento social, na formação de opiniões e na disseminação de valores e ideologias.

Em que pese a crescente demonização do pensamento marxista[4], atrelada a vulgarizações, simplificações teóricas, interpretações manualescas e perseguição ideológica

[4] A título de aprofundamento, indicamos o Posfácio escrito por José Paulo Netto para o livro *O estruturalismo e a miséria da razão*, de autoria de Carlos Nelson Coutinho. Netto (2010) articula a crítica ao racionalismo formal a partir da categoria "miséria da razão", estimulado pela escalada das correntes positivistas e neopositivistas (que

(NETTO, 2011), suas reflexões são requisitadas na saturação civilizatória do capitalismo e das suas crises periódicas, na radicalização da questão social, na disseminação do projeto obscurantista, reacionário e neoliberal, bem como na análise das políticas de extermínio e de barbarização da vida social.

Por conseguinte, a teoria do valor/trabalho, o método do materialismo histórico-dialético e a ação revolucionária são reivindicados nas organizações e movimentos de resistência da múltipla classe trabalhadora para enfrentamento da nossa quadra histórica. Nessa apreensão, esta pesquisa estará direcionada pela teoria social crítica e pelas categorias que a compõem, a saber: totalidade, mediação, contradição, dialética e historicidade.

O direcionamento dialético crítico está atrelado à interseccionalidade, perspectiva oriunda do feminismo negro, que desempenha um papel fundamental ao questionar os paradigmas patriarcais, classistas, racistas e heteronormativos. Ela traz à luz as implicações sociais, culturais e políticas da interseção entre raça, classe social, gênero e sexualidade, evidenciando como essas categorias estão intrinsecamente relacionadas e se entrelaçam na opressão e na desigualdade vivenciadas por diferentes grupos sociais.

O feminismo interseccional desafia a visão simplista de que todas as mulheres enfrentam as mesmas formas de opressão, reconhecendo que as experiências das mulheres são moldadas por múltiplos e complexos sistemas de poder. Assim, a interseccionalidade contesta a naturalização e a essencialização de categorias como mulher, maternidade, gênero e homens, destacando como essas construções sociais também são influenciadas pelas dinâmicas de raça, classe e sexualidade.

Ao abordar as interseções das opressões, o feminismo interseccional busca uma análise mais abrangente, reconhecendo a diversidade e a multiplicidade de experiências e agência das mulheres. Isso permite a criação de estratégias de resistência e transformação que abordam as interconexões entre as formas de opressão, visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas.

A revisão de literatura acompanhou e sustentou todo o desenvolvimento da pesquisa. Sob esse horizonte político, a trilha teórico-analítica percorreu mediações com o Estado neoliberal, o neoconservadorismo e a desdemocratização, permeadas pela interpretação do bolsonarismo, da Nova Direita e da extrema direita, do fundamentalismo religioso e do

---

captam a imediaticidade), bem como da ascensão do irracionalismo moderno (destruição da razão) como constituintes da cultura burguesa. Esse autor chama a atenção para dois traços medulares das concepções de mundo estabilizadoras da ordem, a saber: a) a dissolução da ideia de verdade e b) uma historicização categorial que cancela a referência ao universal.

neofascismo. Na aproximação conceitual da diversidade sexual e de gênero, empreendemos um diálogo plural e interseccional com as epistemologias feministas, o debate das relações étnico-raciais, os estudos trans e lésbicos e os saberes decoloniais.

Ao longo desta pesquisa, precisamos refletir sobre o significado e as variedades conceituais para designar o fortalecimento das direitas brasileiras. Há uma pulverização de uma miríade de interpretações teóricas e campos disciplinares que se esforçam para desvelar o tempo presente, num contexto de ataque explícito à democracia e às instituições democráticas.

Nesse aspecto, estamos interessadas em estudar os elementos narrativos, conteudísticos e visuais da Plataforma Brasil Paralelo. Problematizaremos as noções, defesas, valores e visão de mundo dos documentários da BP, a partir do acúmulo teórico e político de autores/as negros/as e latino-americanos/as que, mesmo invisibilizados/as, tentam reconstruir a história do ponto de vista das lutas políticas, questionando as próprias tradições patrióticas. Por isso, o acervo teórico acionado vai além da produção teórica crítica inserido na cátedra acadêmica, pois envolve outras produções de conhecimento, tais como áudios, *podcasts*, entrevistas, literatura, documentários e peças teatrais.

Nessa perspectiva, o Capítulo 1: *Traçando Caminhos Metodológicos: a pesquisa na internet como debate incontornável para o Serviço Social* propõe um entendimento sobre a complexidade dos usos da internet e do digital na sociedade contemporânea. Em tempo, teceremos breves reflexões acerca da prática da pesquisa sobre mídias digitais e audiovisuais, a internet e as novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), com o desafio de estabelecer uma relação crítica entre esses estudos e o Serviço Social, através de reflexão teórica, ética, metodológica e conceitual no contexto das transformações contemporâneas e societárias.

Considerando que não há mais como negar o importante impacto da internet na polarização e nos radicalismos antidemocráticos, especialmente na organização de grupos da extrema direita e disseminação de notícias falsas que se proliferam no ambiente digital. Não é por acaso que a Plataforma BP, fonte dos nossos dados de pesquisa, escolheu a internet como o principal meio de intervenção para adulterar o passado, disputar o imaginário coletivo e propor alternativas.

Vale ressaltar que não buscamos reconstruir detalhadamente a trajetória da empresa, explorar suas conexões com organizações ultraliberais, nem investigar a fundo seus

empresários, intelectuais orgânicos[5], formas de funcionamento e financiamento, uma vez que outras pesquisas científicas já se dedicaram a esse propósito.

Nosso objetivo é refletir sobre os significados produzidos pelos lançamentos da BP, entendidos como aparelhos privados de hegemonia[6], no contexto de fascistização do Brasil, destacando os recortes de gênero, raça e sexualidade que ganharam destaque nos pânicos morais associados à ascensão da direita neoconservadora e neoliberal. Nesse processo, analisamos 12 produções audiovisuais eleitas pela intersecção (ainda que não seja óbvia e imediata) com o debate de gênero, raça/etnia, sexualidade, família, neoconservadorismo, extrema direita e formação social brasileira. Os vídeos totalizam cerca de 2.337 minutos, sendo 2 episódios de Programas da BP e 10 séries documentais originais.

Ao remeter à condição privilegiada de distribuidores de conteúdo, Moraes (2010), recupera Marx e Engels (1977, p. 67) para designar essa atividade como condição que "transportam signos; garantem a circulação veloz de informações; movem as ideias, viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimentos e ideologia". Apesar desses autores refletirem sobre os meios de comunicação situados em determinado período histórico na Europa Ocidental, é possível perceber seus ecos quando nos remetermos à função social das TIC no período das infovias hipervelozes, incitado pelo capitalismo contemporâneo, o qual conta com uma evolução desenfreada de recursos informacionais em escala planetária. Netto e Braz (2011, p. 246) sublinham que os "recursos informacionais estimulam a constituição de referências culturais comuns, desterritorializadas, e novas modalidades de interação social, que se operam no plano da virtualidade, alteram relações e valores".

O Capítulo 2: *O casamento entre neoliberalismo e neoconservadorismo: a radicalização da Nova Direita brasileira* intenciona investigar a trajetória política das direitas no Brasil no período de 2010 a 2020, destacando a intrínseca interligação entre as denominadas

---

[5] "Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1989, p. 3-4). Em outro momento, Gramsci (1991, p. 177) afirma que "Todo novo organismo histórico (tipo de sociedade) cria uma nova supraestrutura, cujos representantes especializados e porta-vozes (os intelectuais) só podem ser concebidos como 'novos' intelectuais, surgidos da nova situação, e não a intelectualidade precedente".

[6] Aparelhos privados de hegemonia são**:** [...] organismos sociais 'privados', o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito [no contexto, portanto, de sua configuração *ampliada*, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo "ocidental" – FF]; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo 'privado' entre aspas, querendo com isso significar que – apesar desse seu caráter voluntário ou 'contratual' – eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade (COUTINHO, 1994, p.54-55)

"pautas morais", a luta contra a corrupção e o anticomunismo. A partir dos acontecimentos políticos e econômicos, salientaremos a fragilidade da democracia no Brasil, enfatizando a conformação do Estado neoliberal em conjunto com o neoconservadorismo que direciona a radicalização da Nova Direita, com uma expansão destrutiva por todas as esferas da vida social com consequências nefastas e draconianas para a democracia e para a proteção social.

Examinamos ainda os arranjos institucionais que favorecem a dominação exercida pela classe burguesa, especialmente em um contexto de crise econômica e sociopolítica que se instaurou após 2008, gerando profundas transformações. Nessa seção, analisamos sete produções audiovisuais que, via de regra, tecem teorias conspiratórias que permeiam a defesa das teses neoliberais, o patriotismo, anticomunismo, a liberdade, a entidade sociofamiliar, os valores judaico-cristãos, o marxismo cultural e a Ditadura Civil-Militar como movimento contrarrevolucionário. Como conclusão, apresentaremos a ascensão do neofascismo como um fenômeno da extrema direita brasileira, explorando as principais características e peculiaridades do bolsonarismo.

Por sua vez, o Capítulo 3 intitulado "*Você sabe com quem está falando?": a formação sócio-histórica e a identidade nacional* problematiza o entrecruzamento do racismo, do heteropatriarcado, do colonialismo e do capitalismo dependente na formação social brasileira para, em seguida, apresentar um relatório descritivo dos três documentários originais da BP. Amparadas na Teoria Marxista da Dependência (TMD) [7]articulada ao Feminismo Interseccional e Decolonial, aprofundamos a questão do escravismo, da colonização, do capitalismo dependente e da experiência particular do heteropatriarcado para explicar a vigência das práticas autoritárias em nosso país. Para finalizar, lançaremos hipóteses interpretativas para entender a articulação da contemporaneidade com a reencenação do passado, recorrentemente propagandeada no negacionismo, irracionalismo e nacionalismo da extrema direita.

Essa seção contou com o relato de experiência do estágio doutoral realizado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, sob supervisão da professora e pesquisadora Ana Cristina Santos, possibilitando uma maior compreensão da influência cultural, econômica e política de Portugal na formação social do Estado Brasileiro, resgatada

[7] A influência da TMD é salutar em termos de arcabouço teórico e visão social de mundo, visto que permite apreender criticamente as particularidades e contradições econômicas e sociais do continente latino-americano, a partir da sua condição de dependência das economias centrais. Nesse aspecto, não aprofundaremos as polêmicas teóricas e categorias explicativas no interior da TMD. A nossa intenção é localizar essa abordagem na compreensão do nosso objeto de estudo, dado que a TMD oferece uma lente crítica para examinar as relações de dependência e suas implicações sociais e econômicas no Brasil.

nos audiovisuais analisados, haja vista a relação colonial e escravocrata entre as duas nações. É nesse sentido que a vinculação ao CES oportunizou ferramentas teóricas, práticas e metodológicas para avaliar os retrocessos dos direitos humanos e sociais, bem como as possibilidades de resistência e lutas sociais, fortalecendo uma visão ampla e crítica dos direitos humanos em termos historiográficos e transnacionais. Vale dizer que essa experiência de intercâmbio acadêmico-cultural não modificou somente a pesquisa, mas também a pesquisadora.

Em seguida, o último capítulo, intitulado *Família, Gênero e Sexualidade: O "Cavalo De Tróia" da Extrema Direita Brasileira*, objetivou recuperar o agenciamento das questões de gênero, raça e sexualidade pela extrema direita, através da instalação do pânico moral e da programática de fortalecimento das famílias. Nessa direção, a chave analítica para entender a extrema direita reside na relação intrínseca entre "família e neoliberalismo". Esse é um aspecto fulcral, na medida em que a noção de família nuclear e sacralizada é reivindicada pelos ideólogos de gênero e pelos seus adeptos, compondo o repertório narrativo da ascensão e fortalecimento do bolsonarismo.

Entendemos que a ofensiva de gênero e sexualidade integrou uma política de governo que pretendeu constituir-se como política de Estado, pois invadiu o Estado brasileiro através de ações que pretendiam ter certa continuidade histórica. A política de ódio captura as instituições estatais e constrói táticas discursivas e inversão de narrativas, tempos e significados como formas de controle e dominação. Na esfera governamental, os direitos humanos aparecem como campo de tensões e conflitos, na medida que é apropriado pela extrema direita brasileira, que disputa, esvazia e enviesa o seu significado sócio histórico. Para compreender a centralidade ideológica da família nas narrativas produzidas pela BP, realizamos a análise audiovisual de quatro séries documentais. A pesquisa identificou que existe uma disputa de sentido daquilo que se pretende destruir, através de um movimento forte, sistemático e contínuo.

As tendências totalitárias da crise política e econômica em curso no Brasil agudizadas no último decênio impõem uma série de dilemas para as lutas contemporâneas, sendo importante trilhar uma análise que apreenda os eixos constitutivos do projeto neoconservador, autoritário e neoliberal, assim como os desafios dos movimentos em defesa das diversidades e das liberdades democráticas.

No nosso entendimento, essas são questões que se colocam para o Serviço Social brasileiro por diferentes motivos, pois instalam-se em diferentes esferas da sociedade e repercutem diretamente nas políticas sociais e culturais. Além disso, podemos afirmar

seguramente que o debate do conservadorismo[8] e da família não é algo novo para o Serviço Social brasileiro.

Vivemos numa conjuntura de intensificação da pauperização da classe trabalhadora e dos/as usuários/as das políticas que são visceralmente atingidos/as pela contrarreforma do Estado, pelos ataques à diversidade humana e pela desregulamentação de direitos duramente conquistados pelos movimentos sociais.

A matéria *Um país ainda mais desigual* da Revista Piauí evidencia que, no Brasil dos últimos 5 anos, "o rico cada vez fica mais rico e o pobre cada vez fica mais pobre" (LOPES; BUONO, 2020). Se, em 2015, um brasileiro do grupo dos 10% mais ricos recebia 39 vezes a renda de uma pessoa do grupo dos 10% mais pobres, em 2019, o mesmo brasileiro passou a receber tanto quanto 54 pobres (LOPES; BUONO, 2020).

Essas expressões políticas e sociais da crise estrutural do capital em curso repercutem sobremaneira no fazer profissional dos/as assistentes sociais, tanto nas precárias condições e relações de desenvolvimento do exercício profissional quanto na reorganização de forças liberais e neoconservadoras que disputam o projeto profissional. Nesse cenário, o Serviço Social está tensionado por um universo conservador na forma de enfrentamento da questão social na contemporaneidade (BORGES; MATOS, 2020).

Diante do contexto histórico que permeou a elaboração e desenvolvimento desta pesquisa, surge o questionamento sobre como inserir o elemento do amor em um estudo que se debruça sobre ódio e violência. O desafio central nesse percurso metodológico consistiu em não entrar em conflito com o objeto de investigação, mas, sim, compreendê-lo em suas determinações e sobredeterminações na sua concretude, sem alimentar a ilusão de que ele deveria ser de outra forma.

São inúmeros os desafios na propositura desta pesquisa. O principal, a nosso ver, é entender a turbulência política brasileira e a crise econômica e social instaurada no país, sem quaisquer condições de afastamento. Não é possível sair da ilha para ver a ilha, conforme alertava José Saramago (1998), o que, de certa maneira, torna imperiosa a tarefa de interpretar o momento presente, entendendo que "quem erra na análise, erra na ação". Por isso, a

---

[8] Não é demais assinalar que a apreensão fragmentada das políticas sociais pela via da responsabilização das famílias pelo seu destino não é um elemento novo no interior do Serviço Social, ainda que na contemporaneidade seja travejada por determinações particulares. A título de exemplificação, Borges e Matos (2020) apontam que, nos primórdios da regulamentação da profissão, exigia-se comprovação de idoneidade moral para ingressar no Serviço Social. Além disso, os autores recuperam o *Código Moral do Serviço Social*, publicado pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), que afirma que o/a assistente social deverá defender a noção exata de família, contra o divórcio, o aborto, o concubinato e a infidelidade (BORGES; MATOS, 2020, p. 81).

importância de construir pistas interpretativas, através de aproximações sucessivas, para analisar a conjuntura histórica, denunciando, inclusive, os erros e os equívocos desse processo.

E, nesse sentido, ao nos colocarmos no campo híbrido da esquerda brasileira, questionamo-nos sobre a responsabilidade do campo progressista no marco temporal de avanços e retrocessos de 2010-2020. Será correto inferir que a arena complexa e multifacetada da esquerda assistiu atônita à ofensiva engendrada pelas direitas brasileiras? Será que não subestimamos a capacidade de organização política e a própria habilidade e intelectualidade das direitas brasileiras?

Com base nesses questionamentos e na intenção de justificar esta proposta de pesquisa, recuperamos Audre Lorde (2019), que defende a ideia de que o medo silencia, pois o silêncio não protege. O silêncio, nos termos dessa autora, é visto como tirania. Nesse sentido, a linguagem provoca ação e transformação, através do cotidiano e da experiência.

Interromper o silêncio, através de uma escrita engajada, denota a capacidade que o estudo pode ter de denunciar práticas antidemocráticas e violações de direitos humanos. Isso porque, ao abordar questões sensíveis e relevantes para a sociedade, a pesquisa pode trazer à tona situações de opressão, exclusão e injustiça que muitas vezes são invisibilizadas ou naturalizadas. Especialmente, porque este estudo evidencia a difusão de ideias, inclusive, no ecossistema das *fake news*, bem como compreende a atuação de determinados grupos sociais que passa a se organizar e militar no campo da extrema direita brasileira, a partir do agenciamento das pautas de gênero e sexualidade. Entretanto, o ato de revelar e expor produz medo, mas precisa ser experenciado.

Grada Kilomba (2019)[9] propõe outras formas possíveis de enunciação, entendendo que a linguagem e o discurso também são poder. Ao pontuar a longa história de silêncio imposto a determinada raça, gênero e classe, a autora aponta a fome coletiva de ganhar a voz, após a longa história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares em que não podíamos entrar, tampouco permanecer (KILOMBA, 2019, p. 27).

Nesa abordagem, não se mudam só as respostas, mas também as perguntas: quem é o sujeito do conhecimento? Quem representa o saber científico? Quem sabe? Quem pode saber? Saber o quê? E saber de quem? Quem sabe o quê? Quem não sabe? Por que sabe? Por que não sabe? O exercício, segundo a autora, nos permite visualizar e compreender como conceitos de

[9] A autora teoriza os episódios e relatos de racismo, a partir da sua própria experiência, através da discussão do conhecimento válido, legítimo e reconhecido academicamente. E para tanto, submete as identidades de poder à crítica teórica e demanda uma epistemologia que congregue as dimensões objetivas e subjetivas.

conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial, de classe e de gênero.

Se a reflexão e a hipótese desenvolvidas nesta tese são permeadas por espaços coletivos de troca, debate e interpretação, a escrita não o é. Nessa empreitada solitária de transmitir as ideias para o papel, através da prática da escrita, me recordo do ensaio datado de Virginia Woolf, chamado "Um teto todo seu" (2014).

Convidada a proferir uma palestra sobre "Mulheres e Ficção" em duas universidades inglesas exclusivas para as mulheres, essa autora cria uma narrativa ficcional para problematizar os limites postos pelo patriarcado que interfere nas condições objetivas de vida das mulheres. E mais, para o acesso das mulheres à existência fora dos marcos domésticos, da liberdade, da reflexão, da criticidade, do conhecimento e de escrita. A autora questiona: do que nós, mulheres, precisamos para a escrever?

"Um teto todo seu" refere-se às condições materiais e objetivas que nós, mulheres, temos para pesquisar, estudar e escrever. Essa autora questiona quem teríamos sido, caso tivéssemos vagado livremente pelo mundo, lutado em guerras, colhendo sem impedimentos e censura toda a vasta experiência humana, tendo outros interesses fora da domesticidade. Ao refletir de forma pragmática sobre as condições de subalternidade das mulheres, ela aponta que somos punidas pelo sacrifício que somos obrigadas a fazer.

Ao contemporaneizar para a pluralidade de mulheres no século XXI, penso no conjunto de violências físicas, psicológicas, patrimoniais e simbólicas mediadas pelas questões de classe social, raça/etnia e sexualidade a que somos submetidas no Brasil. Vivemos o período de matança, como alerta Patrícia de Melo (2019) na sua obra literária *Mulheres Empilhadas*. Em que pese a subnotificação dos dados, o Atlas da Violência de 2021, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, demonstra que, em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil, sendo 4.519 homicídios em 2018.

Por isso, este projeto se insere no esforço coletivo de superação da tradição do silêncio e da perspectiva de nos situarmos no campo de pesquisa nos termos convocados pela Anzaldúa (2000):

> Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre

> você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (ANZALDÚA, 2000, p. 238).

Não somente do que se diz, mas por quem se diz, por que se diz e onde se diz. E é nesse sentido que localizo minha escrita e a experiência acadêmico-profissional dessa temática tão cara à múltipla classe trabalhadora que tem sido substancialmente impactada. Por isso, esta tese não deixa de ser representativa: de um gênero, de uma sexualidade, de uma raça/etnia, de uma localização geográfica, da narrativa das margens, do capitalismo periférico e dependente, das dissidências. E é a partir dessa visão que problematizaremos a norma socialmente construída.

Afinal, escrevo da periferia e não do centro.

Na descolonização do saber na cátedra acadêmica, questionamos as epistemologias que se pretendem neutras, universais e objetivas. Ao regular e qualificar o que é a verdadeira erudição, defendem uma análise imparcial e racional que desconsidera que o conhecimento é disseminado, sobretudo, por determinada raça, gênero e classe social.

Prepondera o mito da universalidade, da objetividade e da neutralidade nos espaços acadêmicos, desconsiderando que, historicamente, o espaço universitário é ocupado pelas elites brasileiras e por intelectuais homens e brancos. *Grosso modo*, o acesso às universidades fundamentou-se, historicamente, em uma herança colonial e escravocrata, forjada nas debilidades econômicas e sociopolíticas associadas ao imperialismo, na expropriação do excedente econômico, no poder político das oligarquias e na dinâmica da superexploração e da alta concentração de renda que marcam a América Latina.

Como professora-pesquisadora, sou constantemente interpelada sobre a validade científica das pesquisas que desenvolvo no âmbito da academia, ora identificadas como subjetivas, acessórias e secundárias, ora inseridas, deliberadamente, na seara da pós-modernidade. Como resultado, as pesquisas que envolvem as dimensões de gênero, raça/etnia e sexualidade devem ser demasiadamente justificadas para delinear sua importância e a validação científica, funcionando como uma espécie de permissão para produzir o conhecimento.

Esse processo requer o reconhecimento do/a pesquisador/a como sujeito da sua própria história, demarcando a sua narrativa/escrita como ato político. Mas como falar para quem não quer ouvir? Essa pergunta é fundamental, quando reportamos o trauma colonial brasileiro que

pouco lidou com as suas cicatrizes, a exemplo da escravidão, do genocídio indígena e da ditadura autocrática militar.

Nessa envergadura teórica e política, Grada Kilomba (2019) estabelece o diálogo com a obra *Pode a subalterna falar?*, escrita por Gayatri C. Spivak (2014). Para Spivak, a subalterna não pode, de fato, falar dentro do regime repressivo do colonialismo, do racismo e do patriarcado. E, mesmo que ela tivesse tentando com toda força e violência, não adiantaria, pois a sua voz ainda não seria escutada ou compreendida pelos que estão no poder, ou seja, ela está sempre encarcerada na posição de marginalidade e silêncio que o pós-colonialismo prescreve (KILOMBA, 2019).

A ideia da subalterna que não pode falar é problematizada por Grada Kilomba (2019), na medida que a autora reafirma a importância política, teórica e metodológica de não liberar a surdez à "subalterna" para não atribuir poder absoluto para o discurso dominante branco. Além de não nos identificarmos com a elite burguesa, temos capacidade e agência para questionar e combater o regime repressivo do capitalismo, do colonialismo, do sexismo, da LGBTfobia e do racismo. Há possibilidades de resistência, de criatividade e enfrentamento. Temos que reconhecer que os grupos oprimidos, como o Movimento Negro, o Movimento LGBTI+ e os Movimentos Feministas que compõem a classe trabalhadora não são vítimas passivas, tampouco cúmplices da dominação, opressão e exploração.

Dito isso, há que se dizer que a discussão de classe social, gênero, raça/etnia e sexualidade estabelece relação direta com a minha trajetória acadêmica, profissional e pessoal. Na graduação em Serviço Social realizada na Universidade Federal do Tocantins (UFT)/*Campus* de Miracema, tive a primeira aproximação com o Movimento LGBTI+, em níveis estadual e nacional. Durante esse processo de formação acadêmica e profissional, participei de projetos que versavam sobre gênero, sexualidade, corporalidades, racismo e direitos humanos em interface com as políticas sociais, materializando-se em pesquisas, extensões, estágios, iniciações científicas e consequentemente no Trabalho de Conclusão de Curso.

No Mestrado em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), realizado de 2016 a 2018, tive a oportunidade de analisar o processo de construção e implementação do dispositivo do nome social e do uso autorreferido dos banheiros no âmbito da UFT (LACERDA, 2018). Em seguida, tornei-me professora do quadro efetivo da UFT e pude dar continuidade, na condição de vice-coordenadora, aos projetos de pesquisa e extensão do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão

em “Sexualidade, Corporalidades e Direitos”, do qual havia me aproximado, ainda na graduação, como bolsista de iniciação científica.

Em termos teóricos e políticos, as aproximações com o objeto de pesquisa foram oportunizadas pelo conjunto de conhecimentos adquirido durante as disciplinas obrigatórias e optativas às quais tive acesso durante o Doutorado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS). Enfatizo, ainda, a experiência da disciplina *Gênero, Estado e Processos de Subjetivação*, ministrada pela professora Paula Lacerda, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da UERJ, que se desdobrou num grupo de discussão que fundamenta o *podcast* Campo.

Por fim, afirmamos que esta pesquisa coaduna-se com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e tem um tom de denúncia, num esforço de somarmo-nos aos pesquisadores que, sob condições adversas, apostam no registro e na problematização das circunstâncias históricas que atentam contra o Estado Democrático de Direito. Entendendo que não podemos abdicar de imaginar um novo futuro possível, esta tese pretende contrapor-se aos discursos de caráter neofacista, neoliberal e neoconservador. Boa leitura!

1 TRAÇANDO CAMINHOS METODOLÓGICOS: A PESQUISA NA INTERNET COMO DEBATE INCONTORNÁVEL PARA O SERVIÇO SOCIAL

Christine Hine (2020), referência no campo dos estudos digitais indica questões metodológicas e estratégias para a definição de campo, conexões *on-line*/*off-line* e a experiência corporificada nas pesquisas envolvendo a internet. Ao rejeitar a noção de distinção preexistente entre os supostos mundos real e virtual, a autora entende que a internet é incorporada em várias molduras contextuais, instituições e dispositivos. Além disso, acredita que a experiência de a usar é inescapavelmente corporificada e, por consequência, altamente pessoal, ao mesmo tempo que é cotidiana (HINE, 2020).

A partir dessas contribuições, entenderemos que a internet[10] é um fenômeno contextual e criador de contexto, possibilitando a emergência de novos tipos de audiência, interações, engajamentos, experiências e movimentações que criam significado. Por esse ângulo, não se trata de um agente externo que impacta a sociedade, mas de uma tecnologia incorporada de múltiplas formas ao espaço da cotidianidade, e que, ao mesmo tempo, é componente de circunstâncias culturais e políticas dinâmicas (HINE, 2020), como veremos a seguir.

Com a potencialidade do seu espraiamento e disseminação, vigorava a percepção de que a internet dava acesso a outro tipo de espaço, distinto e transcendente em relação à vida cotidiana: o ciberespaço. Lins, Parreiras e Freitas (2020) registram que, com a consolidação da internet sem fio e a popularização dos *smartphones*, deixamos de "entrar na internet" e passamos a vivermos submersos nela, ou no mínimo a termos nossas vidas atravessadas pela crescente onda de digitalização e midiatização das relações que supõe que se estabeleça um mínimo de relação com tecnologias digitais e a comunicação *on-line*, seja de modo informal, formal, profissional, institucional ou interpessoal.

Interpretado como se fosse de outro domínio, estabelecia-se a fronteira entre o mundo público e o mundo privado, a partir de uma suposta liberdade, transitoriedade e anonimato. Não por acaso, ainda hoje, impera o ideário da internet como "terra sem lei", onde as pessoas podem se manifestar como bem entenderem, a exemplo das ondas de cancelamento[11] e de *haters.*[12]

---

[10] A inserção dessa ferramenta de comunicação digital no cenário público remonta ao contexto norte-americano da Guerra Fria, mais especificamente aos anos 1960 (CALDEIRA NETO, 2009; ROSSI, 2021).

[11] A cultura do cancelamento popularizou-se na linguagem midiática mundial com a campanha *#MeToo* em 2019, a qual denunciava casos de assédio e abuso sexual. Trata-se de uma reação punitiva a determinadas posturas consideradas erradas ou questionáveis dentro das mídias digitais. Em geral, a cultura do cancelamento promove práticas de linchamento virtual que afetam celebridades e pessoas anônimas. O tribunal digital promove ataques simultâneos de hostilização, boicotes, perseguição, ameaças, exposição e desvalidação social.

[12] Em tradução literal, "hater" significa "odiadores". Este termo ganhou popularidade no contexto digital para designar perfis que perseguem, difamam, ofendem, ameaçam e expressam discursos de ódio nas plataformas

Entretanto, na atual conjuntura, a internet configura-se como uma mídia indissociável da vida das pessoas, que modifica e é modificada pelas relações e que pode ser usada como fonte de pesquisa, pois sua popularização veio a ampliar o campo das relações humanas, tanto nos aspectos político-culturais, quanto no campo das transações econômicas e comerciais, chegando até as relações mais subjetivas e afetivas.

Embora a internet esteja amplamente presente em diversos setores da sociedade e seja frequentemente associada a possibilidades de democratização, livre acesso à informação e inclusão sociodigital, é importante problematizar essas questões, especialmente no contexto do Sul Global[13], com suas variações regionais.

O entendimento sobre a complexidade dos usos da internet e do digital na sociedade contemporânea requer refletirmos sobre como os diferentes sujeitos se apropriam e vivenciam a criação, divulgação e recepção dos conteúdos, em se tratando do acesso e da exclusão referentes aos múltiplos dispositivos, às redes de conexão, à digitalização e às formas de interação que são constantemente marcadas por classe social, raça, gênero, geração, território e sexualidade (LINS; PARREIRAS; FREITAS, 2020)[14], pois, ao mesmo tempo que é fruto das transformações da sociedade, a internet promove mudanças nas formas de relação, através da imersão, apropriação e ressignificação da própria cotidianidade.

O propósito dessa pesquisa é, justamente, compreender como se gesta, fortalece e difunde os pensamentos e práticas políticas da extrema direita em torno da pauta de gênero e sexualidades no Brasil. Neste aspecto, importa reconhecer a potência e funcionalidade da internet como estratégia e veiculação destes conteúdos.

As inovações tecnológicas propiciadas com o advento da chamada Web 2.0, sobretudo após os anos 2000, oportunizaram o aumento da velocidade dessas trocas e conexões, a redução de custos, a criação de múltiplos dispositivos e o seu barateamento, o compartilhamento em larga escala, a dinamicidade dos aplicativos nos dispositivos móveis e a navegação por plataformas interconectadas que possibilitam ao usuário produzir, editar e compartilhar seus próprios conteúdos nas redes.

---

online. Podem direcionar esse comportamento a qualquer pessoa, incluindo celebridades, influenciadores, indivíduos comuns ou grupos específicos.

[13] De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), relativos ao ano de 2021, o aparelho celular é utilizado em 99,5% dos domicílios com internet. Apesar do crescimento em relação ao acesso, a pesquisa registra variações desiguais de conectividade nas regiões Norte e Nordeste do país (BRASIL, 2022).

[14] "Já se tornou lugar comum entre estudiosos/as da Antropologia e das Ciências Sociais a afirmação de que não existe apenas uma internet para todos e todas, não existe apenas um Facebook ou um YouTube, pois, como pesquisadores/as, precisamos investigar como diferentes sujeitos ou grupos sociais se apropriam, vivenciam e conferem sentido a esses dispositivos tecnológicos, que são, como toda tecnologia, intrinsicamente sociais" (LINS; PARREIRAS, FREIRAS, 2020, p. 2).

O aumento vertiginoso da internet devido ao seu constante crescimento e longo alcance não foi suficiente para afastar desconfianças ético-metodológicas quanto à sua validade e possibilidade de campo, fonte e instrumento de pesquisa. A necessidade de constante problematização desse campo de conhecimento nos adianta a percepção do lugar social que a internet adquiriu na prática da pesquisa científica.

Observa-se um número crescente de estudos envolvendo a internet, seja em ambientes virtuais, seja lançando-se mão de ferramentas digitais, através da observação, pesquisa, documentação ou da própria interação com interlocutores/as através de entrevistas e questionários. Sabe-se que esse campo de pesquisa foi impulsionado pelas restrições de circulação decorrentes da pandemia da Covid-19, que no Brasil vitimou mais de 700 mil pessoas. Nessa linha argumentativa, é importante dizer que a pandemia acentuou os estudos digitais, mas não os criou, pois já havia certa mobilização de pesquisadores/as nos âmbitos nacional e internacional em favor das discussões sobre mídias digitais e audiovisuais, internet e novas TIC.

A ampla bibliografia encontra-se, sobretudo, nos diferentes campos disciplinares de caráter qualiquantitativo, diversificados nos âmbitos das Ciências Humanas e Sociais, Antropologia, Ciências Políticas, Comunicação, História e Sociologia – e mais recentemente no Serviço Social.

Sabemos que na internet há um fluxo contínuo de discursos e concepções sobre o presente e o passado que interagem com meios não virtuais na criação e modificação da memória social (CALDEIRA NETO, 2009). É sobre tal aspecto que esta pesquisa se debruça, com o intuito de observar o contexto político, econômico e cultural que possibilitou a consolidação de uma "onda conservadora"[15] e de extrema direita no Brasil.

No decorrer desta pesquisa, buscamos estabelecer uma relação crítica entre os estudos da internet e o Serviço Social. Dada a escassez de produções acadêmicas nessa área, recorremos a uma mediação analítica com o acúmulo da antropologia e da análise audiovisual das mídias digitais no campo da História. Ao longo das últimas décadas, o Serviço Social vem realizando

[15] A ideia descontextualizada da "onda conservadora" apresenta uma interpretação relativamente imprecisa. Em si, ela abrange diferentes enquadramentos: econômicos (neoliberais); moralmente reguladores, repressivos e punitivos e socialmente intolerantes (ALMEIDA, 2017), manifestando-se de diversas maneiras. Qualquer análise homogênea desse movimento perderá parte da diversidade, das contradições e das mediações históricas e contemporâneas sobre a realidade social. Além destes elementos, uma das hipóteses deste estudo diz respeito a costura conservadora constitutiva da nação brasileira, não sendo, portanto, expressão de uma "onda" meramente conjuntural.

a incorporação das tecnologias no seu espaço de trabalho, cujo ápice se deu com o isolamento da pandemia e os impactos sociais provocados pelo fenômeno do capitalismo de vigilância[16].

Entretanto, preponderam discursos que sugerem a dicotomia entre "o real e o virtual", já problematizada por Hine (2020), em que o lugar do virtual é secundarizado, descolado e oposto à realidade. Observando o caráter histórico e social dos processos societários, Veloso (2021) vem pesquisando as possibilidades de articulação entre o Serviço Social e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), entendendo essa tecnologia como resultado de um trabalho acumulado pela sociedade, tratando-se de um indicador da riqueza socialmente produzida e de um meio para sua reprodução, sendo expressão do processo de desenvolvimento.

Neste aspecto, o estudo da internet não recai apenas sobre o reconhecimento das ferramentas metodológicas possibilitadas pelas pesquisas mediadas por esse recurso, pois abrange, principalmente, uma reflexão teórica e conceitual a respeito das TICs no contexto das transformações contemporâneas e societárias. De antemão, evitamos cair na armadilha de enxergar a internet[17] como algo puramente funcional, neutro, tecnicista e desconectado da prática profissional e da vida social. A premissa deste estudo, conforme desenvolvido anteriormente, parte da ideia de que a internet não pode mais ser separada do cotidiano das relações pessoais e profissionais.

A pesquisa da Global Digital Report de 2019 aponta que o/a brasileiro/a passa, em média, 9 horas e 29 minutos por dia conectado, superando a média mundial. O Brasil tem 140 milhões de usuários frequentes de redes sociais – 10 milhões a mais do que em 2018, que investem 3 horas e 34 minutos de seu tempo diário nos aplicativos (COALIZAÇÃO DIREITOS NA REDE, 2019, p. 7-8).

Ao mesmo tempo em que é moldada pela sociedade, a internet também molda novas formas de mediação que têm um impacto direto na vida dos indivíduos. Os algoritmos, por exemplo, que possuem pouca ou nenhuma regulamentação democrática, são capazes de

---

[16] Para Zuboff (2021, p.07), a era do capitalismo de vigilância refere-se à experiência humana sendo tratada como matéria-prima gratuita, ou seja, um produto para práticas comerciais dissimuladas por meio da extração, previsão, venda e exploração massiva dos dados pessoais dos usuários, visando sua monetização e controle. Nesse contexto, o capitalismo de vigilância se baseia na extração de dados comportamentais e na previsão de ações futuras dos indivíduos por meio do monitoramento constante de suas atividades online, o que impacta a democracia, a privacidade e as liberdades individuais. Esses dados são utilizados para criar perfis detalhados dos usuários, direcionar anúncios personalizados, influenciar comportamentos e até mesmo manipular opiniões e decisões (ZUBOFF, 2021).

[17] "[...] a Internet é formada em sua maioria por agentes econômicos; um universo que vai das operadoras de acesso à web a todo o ecossistema de oferta de serviços e aplicativos; das grandes a pequenas empresas *startups*. Diferentemente da ideia de Internet como rede descentralizada, espaço de plena diversidade e pluralidade, o que tem se visto na última década é a concentração do fluxo de conteúdos em poucas e gigantes plataformas, num processo potencializado pela coleta massiva e o tratamento de dados pessoais, que tem moldado os mais diversos aspectos da vida social" (COALIZAÇÃO DIREITOS NA REDE, 2019, p. 4).

reconhecer nossas condições de humor, nossos padrões de consumo, nossas filiações partidárias, nossos hábitos afetivos e sexuais, assim como manipular necessidades e interesses que não somos capazes de antever (FINGER, 2021, p.86). Assim, não se trata mais de avaliar se a internet, de uma forma geral, é boa ou má para a sociedade, mas entender a direção social na qual ela está colocada.

O cenário digital da sociedade contemporânea possibilitou interações sociais, profusão e difusão de conteúdos em larga escala e velocidade, ampliando a troca cultural, intelectual, ativista e transfronteiriça. Diante de um mercado inacessível, as TIC possibilitaram formas de expressão, denúncia, resistência e organização, além de articulação de grupos e ideias que, tradicionalmente, eram invisibilizadas no contexto social.

O contexto tecnológico das mídias sociais e audiovisuais adquiriu um caráter de mobilização e deliberação na comunicação e circulação de informações, sobretudo nas duas últimas eleições presidenciais no Brasil (2018 e 2022), estabelecendo uma relação entre as redes e os movimentos de rua, tanto do espectro da direita quanto da esquerda. Aliás, não é mais possível ignorar o papel das *fake news* e dos grupos de organização da extrema direita nas diferentes redes sociais[18].

A matéria intitulada "A máquina barulhenta da direita na internet" de autoria de José Fucs, publicada no Jornal Estadão em 2017, recupera os dados de uma pesquisa realizada no início de março daquele ano pela ePoliticSchool (EPS), na qual consta que o número de interações (curtidas e compartilhamentos) em páginas de direita havia chegado a 14,7 milhões no período pesquisado, mais que o dobro dos 7,1 milhões registrados em páginas de esquerda. O estudo analisou 150 páginas de influenciadores, veículos de mídia, políticos e partidos, apontando também que 60,5% dos fãs das páginas analisadas eram ligados a correntes de direita (FUCS, 2017).

Sabemos que a análise do crescimento da extrema direita não pode prescindir da compreensão do papel desempenhado pela internet. Não é uma mera causalidade que a Plataforma Brasil Paralelo, lócus que coletamos nossos dados de pesquisa, optou por capitanear a internet como principal forma de intervenção e disputa no imaginário coletivo. Evidentemente, é notável a ampla disseminação dos links, vídeos, memes e conteúdo

[18] O artigo "Fake news, família, gênero e sexualidade: notas sobre a estratégia desinformativa da extrema direita no processo eleitoral brasileiro" (2022), de minha autoria em parceria com Lucas Brandão, publicado nos Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), evidencia as estratégias de desinformação acionadas pela extrema direita brasileira através das mídias sociais como meio de manipulação da consciência social para se alcançar a vitória na eleição presidencial de 2018.

"informativo" produzidos pela Plataforma Brasil Paralelo nos grupos das mídias digitais vinculados às redes de apoio político do Governo Bolsonaro.

Surgem, então, as seguintes indagações: De que maneira a extrema direita brasileira adotou as TIC em sua agenda político-partidária? Como as ideologias do bolsonarismo agenciaram as mídias digitais para penetrar nas diferentes camadas da sociedade? Em que medida podemos compreender o crescimento da extrema direita sem considerar as formas de disseminação, veiculação, fortalecimento e organização que foram possibilitadas pelo uso contínuo e sistemático da internet?

Bolsonaro[19], um candidato de extrema direita, encontrou esse terreno fértil para a sua ascensão ao aproveitar-se da alienação cotidiana, por meio da desinformação, agravada pela proliferação das mídias sociais. Um exemplo disso é o fato de que, em 1459 dias como presidente, Bolsonaro deu cerca de 6.658 declarações falsas ou distorcidas (AOS FATOS, 2022).

Ortellado e Ribeiro (2019), responsáveis pelo projeto “Monitor do Debate Político no Meio Digital’, da Universidade de São Paulo (USP), afirmam que a campanha que levou Jair Bolsonaro à presidência se baseou amplamente na disseminação de notícias falsas pulverizadas no ambiente digital. De acordo com a pesquisa, a maioria das “publicações temáticas” compartilhadas nos primeiros 40 dias da campanha abordava três temas principais: “feminismo, antipetismo (ou antiesquerdismo) e “antiglobo”. No contexto dos temas abordados, os autores destacam que as discussões relacionadas a esses três assuntos foram caracterizadas principalmente por debates morais (BRANDÃO; LACERDA, 2022).

Em tempos de massificação do acesso à conexão, tais problemáticas se colocam na ordem do dia para pensarmos as arenas políticas em disputa, sobretudo, os projetos societários de manutenção ou transformação da ordem societária.

O uso das plataformas digitais e o formato remoto repercutiram sobremaneira no fazer profissional e permitiram implementar um outro nível de precarização do trabalho, de acirramento das desigualdades e de crescimento do desemprego pela automação, fragilizando as relações trabalhistas, alterando os processos de trabalho, aumentando a vigilância e

[19] Jair Messias Bolsonaro é um ex-capitão do Exército Brasileiro, aposentado compulsoriamente por insubordinação. Na atuação política, é defensor da Ditadura Militar e de pautas reacionárias, ganhando visibilidade através da oposição agressiva à parlamentares de esquerda, especialmente mulheres e LGBTI+. Em 27 anos como deputado federal, constam apenas dois projetos de sua autoria aprovados entre cerca de 170 propostas, entre elas a que pretendia sustar o uso de nome social para travestis e transexuais nos Boletins de Ocorrência e nas Instituições de Ensino. Surfando na onda antipetista e do lavajatismo, conseguiu alçar-se ao cargo de Presidente da República em 2018.

intensificando as demandas, diante da mercadorização e da crescente plataformização das políticas sociais.

A educação mediada pelo uso da internet produziu uma certa aversão à tecnologia, principalmente pelas práticas de ensino remotas e à distância que são criticadas pela categoria profissional. Na dimensão formativa, é necessário desmistificar esse lugar da internet que pode ser um local de conhecimento para a pesquisa com suas potencialidades e limitações, assim como para a intervenção na era do digital. Entretanto, sua incorporação deve ir além das técnicas de funcionamento operacional e das ferramentas digitais, de modo a contemplar a apropriação crítica e reflexiva dos significados e sentidos dessas tecnologias na sociedade contemporânea, a partir dos projetos societários em disputa e do próprio projeto profissional. Sobretudo, pela sua capacidade de mobilização e agenciamento de pautas políticas que impactam a dinâmica da luta de classes.

Em confronto ao projeto voltado aos interesses do mercado e da reprodução capitalista, Veloso (2021) evidencia o projeto de radicalização da democracia na disputa pelo potencial estratégico das novas TICs, combinada a outras formas de resistência social. Segundo esse autor, tal direção possibilita a defesa e a ampliação dos direitos, o aumento das informações (e, portanto, das expressões da riqueza socialmente produzida), a socialização do conhecimento, o acompanhamento e fiscalização das políticas públicas e a participação nos processos de mobilização social.

Temos que reconhecer o uso das plataformas digitais como aporte e contribuição na luta por direitos para fortalecer um projeto emancipatório, pois as TIC podem configurar um campo de ação política estratégica que perpassa a comunicação e linguagem, reivindicando a democracia, a proteção, a acessibilidade, a transparência e a autonomia – inclusive, para reivindicarmos a regulação das grandes plataformas[20], que invariavelmente, não se colocam a serviço da democracia.

Nessa perspectiva, precisamos de uma compreensão posicionada, sem subestimar, tampouco superestimar, o uso das TIC, dado que é um desafio posto na materialidade das relações cotidianas. Por essa razão, não podemos mais negligenciar esse debate no âmbito do Serviço Social.

---

[20] No ano de 2014, o Brasil aprovou uma lei que se tornou uma referência global no que diz respeito à proteção dos direitos dos cidadãos no ambiente digital, conhecida como Marco Civil da Internet. Posteriormente, em 2018, veio a Lei de Proteção de Dados Pessoais, que buscou reconhecer e conciliar os diversos interesses envolvidos na regulação do uso da internet no país, tendo como base a perspectiva dos direitos civis. Isso se opôs a projetos anteriores apresentados na Câmara dos Deputados, que buscavam regular o uso da internet de forma predominantemente punitiva e criminalizadora.

No período histórico em que estamos situados, a tecnologia afeta diretamente o conjunto da vida social e incide fortemente sobre as profissões, seus objetos e áreas de intervenção, seus suportes de conhecimentos, suas funcionalidades, sendo legítimo e necessário o desvelamento da complexidade que envolve para estabelecer estratégias sociopolíticas adequadas para responder às problemáticas emergentes.

Exatamente por isso, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social[21] é hoje fundamental para apreender as várias expressões que assumem na atualidade, sua produção e reprodução ampliada, de modo a captar as múltiplas formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente oculta no cotidiano.

É necessário contrapor-se aos monopólios digitais e à mercantilização, por meio da comunicação, diálogo e fortalecimento dos movimentos, a fim de disputar a hegemonia, em consonância com a radicalidade inerente ao Projeto Político-Profissional do Serviço Social. Para tal, é necessário entendermos que não se trata de um fim, mas de um meio de resistência ao neofascismo, às práticas antidemocráticas e à desinformação.

Nesse sentido, a análise crítica da internet permite examinar como tais estratégias são utilizadas e direcionadas por diferentes grupos sociais e político-partidários, incluindo aqueles que buscam manter e fortalecer as estruturas de poder existentes, bem como aqueles que lutam por transformações e projetos alternativos. Ao compreender o papel dessas ferramentas na sociedade capitalista, é possível revelar as dinâmicas de poder e as relações de classe que permeiam o seu desenvolvimento, uso e controle.

Essa abordagem crítica nos ajuda a transcender a mera aceitação passiva das tecnologias como neutras ou inevitáveis. Ela nos permite questionar como as TIC podem reproduzir e perpetuar desigualdades, opressões e exploração, mas também como elas podem ser apropriadas e utilizadas de forma emancipatória e transformadora.

Faz-se necessário situar o ambiente digital na totalidade das relações sociais para compreendermos o seu significado, seus rebatimentos e os impactos no Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnicas do trabalho que atua nas expressões da questão social que são potencializadas pela tecnologia. Em suma, ao adotarmos uma perspectiva crítica das ferramentas tecnológicas, é possível compreender melhor as dimensões políticas,

---

[21] A questão social expressa o conjunto de desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2008, p. 160). As abordagens teórico-políticas de Roseli Rocha (2014) e Gracyelle Costa Ferreira (2020) representam um aprofundamento da questão social e das políticas sociais para o Serviço Social brasileiro, ao centralizar o enraizamento racial no debate das classes sociais no Brasil.

econômicas e sociais envolvidas em sua utilização e explorar o seu potencial para promover projetos societários mais justos e igualitários.

Dada a temática da pesquisa, é importante ressaltar a capacidade que o estudo pode ter de denunciar práticas antidemocráticas e violações de direitos humanos. Isso porque, ao abordar questões sensíveis e relevantes para a sociedade, a pesquisa trouxe à tona situações de opressão, exclusão e injustiça que muitas vezes são invisibilizadas ou naturalizadas. Especialmente, por que este estudo evidencia a difusão de ideias, inclusive, no ecossistema das *fakenews*, bem como compreende a atuação de determinado grupo social que passam a se organizar e militar no campo da extrema direita brasileira, a partir do agenciamento das pautas de gênero e sexualidade.

Considerando todas essas questões, a internet e a tecnologia de forma geral não podem ser deificadas, tampouco mistificadas como recursos salvacionistas. Também não devem ser despojadas do seu potencial (em conjunto com outros fatores) para assumir o combate às opressões (VELOSO, 2021), numa perspectiva crítica e de resistência.

Essa prerrogativa relaciona-se à adoção de uma teoria social crítica e de um método que permitam a apreensão do singular e do particular como caminhos para a totalidade social. Nesse caso, a totalidade é fundamental para descortinar a realidade social, pois não é possível fatiar as relações sociais.

O materialismo histórico-dialético tem uma orientação teórica e política voltada para a práxis transformadora, o que impede sua aplicação mecânica na realidade. Neste aspecto, a dialética, totalidade, mediação, historicidade e contradição são categorias essenciais para entender o movimento histórico das sociedades e a dinâmica das relações sociais, econômicas e políticas que as constituem.

A categoria da totalidade é frequentemente utilizada pelos pesquisadores e pesquisadoras que seguem a tradição crítica, pois ela possui uma capacidade ontológica de não atomizar e isolar determinados aspectos sociais. Isso é especialmente importante no entendimento do imperativo heterossexual e dos processos contra-hegemônicos de gênero, raça/etnia e sexualidade em conexão com a classe social. Essa abordagem é fundamental diante da tendência crescente de fragmentação da realidade social, decorrente dos processos econômicos, sociais, políticos, culturais e informacionais que atravessam a modernidade no capitalismo contemporâneo. A análise da totalidade permite a compreensão de como esses processos se inter-relacionam e se manifestam na vida cotidiana, permitindo uma abordagem mais completa e crítica da realidade social.

De fato, a dialética não busca suprimir as incertezas e oferecer respostas mecânicas sobre o objeto estudado. Ao contrário, ela instiga dúvidas e questionamentos ao permitir perceber-se as contradições e complexidades que estruturam as relações sociais em constante movimento. A reprodução do concreto-real no plano do pensamento tem como objetivo a compreensão da realidade para a transformação societária, por meio da superação das formas capitalistas de opressão e exploração que afetam os indivíduos reais.

A partir da historicidade, Marx e Engels (2009) problematizam a realidade como radicalmente histórica e social, ao passo que os estágios civilizatórios da sociedade não são naturais, definitivos e imutáveis. A sociedade capitalista resulta de um conjunto de transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas associadas aos ditames da expansão do capital. Nessa concretude, há uma indissociabilidade entre as dinâmicas de exploração e de opressão, principalmente quando nos reportamos ao contexto do capitalismo dependente.

Essa apreensão é importante para não cairmos no mecanicismo do empiricismo, que fragmenta a realidade social, descrevendo apenas a parte mais superficial do conjunto das relações sociais que corresponde à realidade, a partir das determinações concretas observáveis no plano imediato. “Sem identificar, contudo, outras determinações tão concretas quanto essas, mas que exigem uma mediação teórica mais elaborada, exigem um esforço de abstração para serem reconhecidas” (GOUVÊA; MASTROPAOLO, 2019, p. 7).

Em contrapartida, as autoras apontam que não devemos imbuir as nossas análises do essencialismo, segundo o qual haveria um apego à descoberta do mais essencial e profundo, deixando de lado a historicidade e a concretude da realidade social. Isto é, a perspectiva essencialista consegue apreender as contradições mais fundantes do modo de produção capitalista, mas não consegue atrelar as categorias macroeconômicas às expressões contemporâneas da questão social.

1.1 Navegando nas Ondas Audiovisuais: Métodos e Metodologias de Pesquisa na Internet

A presente pesquisa teve como objeto a política sexual e a ofensiva antigênero no contexto de fortalecimento da extrema direita no Brasil, com ênfase no período de 2010 a 2020. Considerando os objetivos e o problema de pesquisa, entendemos que a abordagem de natureza qualitativa oportuniza conhecer a complexidade dos fenômenos sociais, as interações sociais e as relações que se estabelecem entre indivíduos, grupos e instituições. Ela permite que a se aproxime do universo a ser pesquisado e compreenda suas perspectivas, valores, experiências

e vivências. Além disso, a pesquisa qualitativa possibilita a análise de processos dinâmicos, contextuais e historicamente situados (MINAYO, 2016).

Sob esse prisma, foi utilizada a análise de conteúdo no marco da metodologia qualitativa, por se tratar de uma técnica não descolada da temporalidade histórica e cultural, possibilitando a reconstrução permanente do objeto de análise. Na apreensão investigativo-reflexiva do estudo das práticas sociais em meio ao dinamismo da realidade, compreendemos que as técnicas que preconizam a rigidez do método de investigação, o conjunto genérico de normas procedimentais, a neutralidade, a aparência e cientificidade abstrata interferem no desvendar dos significados, bem como na sua interpretação.

Por não se tratar de uma investigação meramente descritiva, entendemos que a análise de conteúdo está intrinsicamente vinculada à postura política, teórico-crítica e cultural do/a pesquisador/a. Segundo Setúbal (1999), a análise de conteúdo tem como suporte instrumental qualquer tipo de mensagem, formas de expressão dos sujeitos sociais, e como produto um conhecimento não linear que não se limita ao aparente. Portanto, não está deslocada da conjuntura e da temporalidade histórica, vinculando-se à perspectiva materialista e de totalidade, própria do direcionamento dialético-crítico.

Nessa linha argumentativa, não apresentaremos esquemas rígidos, objetivos e imediatamente aplicáveis à realidade, mas buscaremos nos apropriar da análise de conteúdo para realizar uma interlocução contínua entre teoria e método, bem como para compreensão, interpretação e explicação do problema de pesquisa. A partir desse entendimento, identificamos que as técnicas de coleta de dados, a partir da análise de conteúdo, usadas para desvendar os significados e significantes reais que alcançariam os objetivos, deveriam girar em torno da análise audiovisual e da revisão bibliográfica, através de mediações teóricas, analíticas e conceituais, com o intuito de formularmos hipóteses interpretativas acerca do fenômeno estudado.

Recorrendo a Laurence Bardin, principal referência na análise de conteúdo, Setúbal (1999) problematiza a prioridade ontológica e inter-relacional na pesquisa qualitativa, composta por: a) dimensão instrumental (que atribui importância ao contexto e circunstâncias nas quais a mensagem é veiculada); e b) dimensão representacional (que considera como fundamentais as palavras da mensagem por conterem elementos indicativos). Setúbal (1999) aponta que a análise de conteúdo é a decomposição reconstituída constantemente, ao passo que a finalidade é identificar a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração. Esse aspecto dialoga com a interpretação e a superinterpretação que possibilitam decodificar os

enunciados do material analisado, ao passo que se identificam afirmações, negações, aspectos de destaque e repetições, bem como o que é ocultado, suprimido e silenciado no corpo audiovisual (RISK; SANTOS, 2021).

A escolha da análise audiovisual justifica-se por percebermos que as fontes visuais carecem de ser interpretadas e não devem ser postas numa perspectiva subsidiária e de inferioridade em relação às demais formas de apreensão da realidade, dado que elas possuem validade sócio histórica. Nessa direção, os audiovisuais são, em grande medida, um conteúdo privilegiado para a investigação de determinados objetos e contextos históricos, pois refletem e moldam a realidade. Desempenham um papel crucial na construção de narrativas, criação de imagens e estereótipos, legitimação de comportamentos, formas de pertencimento social, formação de opiniões e disseminação de valores e ideologias.

Ao propor conceitos e variadas metodologias na análise do filme, Penafria (2009) estabelece que a análise fílmica pressupõe primeiro decompor, ou seja, descrever a produção audiovisual, para, em seguida, compreender as relações entre os elementos, na tentativa de propor uma reconstrução e interpretação do conteúdo, a partir dos objetivos esboçados *a priori*. A solidez nessa técnica exige uma observação rigorosa e atenta de determinados aspectos do filme.

Não nos cabe aqui realizar uma crítica cinematográfica, de sonoplastia, trilha sonora e estética dessas obras, mas uma abordagem crítica e qualitativa acerca do seu conteúdo, considerando que decisões são tomadas a partir dos valores disseminados midiaticamente[22]. Essa constatação possibilita ampliar o universo de análise do/a pesquisador/a, principalmente na conjuntura sócio-histórica de pulverização de formas imagéticas de representação, sobretudo com o papel central das mídias digitais nas dinâmicas sociopolíticas.

No artigo “Vídeo, filme e fotografia como documentos de pesquisa”, Loizos (2008) chama a atenção para as limitações desse tipo de coleta em relação ao falseamento e manipulação dos registros visuais. Nessa pesquisa em particular, iremos notar a distorção compulsória e a mistificação da realidade, principalmente no manejo das imagens, no recorte dos vídeos e nas referências descontextualizadas que reificam os fatos históricos.

---

[22] A título de exemplo, podemos mencionar a versão abrasileirada do ataque ao Capitólio nos Estados Unidos (EUA), que ocorreu no dia 8 de janeiro de 2023, realizado por manifestantes que não aceitaram o resultado das eleições presidenciais de 2022, argumentando fraude no pleito eleitoral. Após meses acampados nas unidades das Forças Armadas em várias cidades brasileiras, os manifestantes se organizaram em grupos nas redes sociais e promoveram, em Brasília, atos antidemocráticos com a invasão e depredação do patrimônio público no Palácio do Planalto, no Congresso Nacional e na sede do Supremo Tribunal Federal (STF), clamando por uma intervenção militar.

Assim, o conteúdo audiovisual é efetivo na disputa de sentidos e na ressignificação da memória, principalmente pela possibilidade de se acessar alguns vídeos de forma gratuita. Nessa linha argumentativa, questionamos qual o papel da BP na disseminação de valores da extrema direita, em especial do neoconservadorismo e dos "pânicos morais", bem como da sanha neoliberal da economia?

Entendemos que a revisão de literatura[23] acompanhou e sustentou todo o desenvolvimento da pesquisa. Sob esse horizonte político, a trilha teórico-analítica percorreu mediações com o Estado neoliberal, o neoconservadorismo e a desdemocratização, permeadas pela interpretação do bolsonarismo, da Nova Direita e da extrema direita, do fundamentalismo religioso e do neofascismo. Na aproximação conceitual da diversidade sexual e de gênero, empreendemos um diálogo plural e interseccional com as epistemologias feministas, o debate das relações étnico-raciais, os estudos *trans* e lésbicos e os saberes decoloniais, a partir da apreensão da teoria social crítica.

A revisão de literatura foi fundamental para conhecer as produções teóricas sobre a atuação política da extrema direita brasileira nas questões de gênero e sexualidade no decorrer de 2010 a 2020, permitindo identificar a reatualização das dinâmicas de opressão, exploração e dominação sedimentadas na formação sócio histórica brasileira que são acionadas na defesa da nação, da moral e da família pela ofensiva conservadora. Amparadas na historiografia crítica sobre a formação social brasileira, através dos/as pensadores/as e intérpretes do Brasil e das feministas latino-americanas, evidenciamos a discussão estrutural do capitalismo dependente, do colonialismo, da nação e do heteropatriarcado como chão histórico para entender a centralidade da "família" na sociedade brasileira.

Pesquisar o ambiente digital requer cuidados éticos e vigilância constante, tanto para garantir a fidedignidade dos dados, proteger os/as interlocutores/as diretos/as, quanto para garantir a segurança da pesquisadora e da instituição, especialmente em tempos de milícias digitais e ondas de *fake news*[24]. A reportagem "Justiça Paralela", assinada por Juliana Sayuri

---

[23] Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

[24] Em maio de 2023, a Câmara dos Deputados está analisando o Projeto de Lei Nº 2630/2020, de autoria do senador Alessandro Vieira, chamada de Lei Brasileira de Liberdade na Internet, Responsabilidade e Transparência Digital na Internet, popularmente conhecida como a PL das *fake news*. A proposta é regulamentar as plataformas e as empresas de tecnologia no intuito de fiscalizar e combater as notícias falsas e os discursos de ódio, moderar conteúdos e proteger os usuários. Nas redes sociais, expoentes da extrema direita denunciam um suposto caráter totalitário, de censura, antidemocrático, partidário e danoso à liberdade de expressão presente no PL.

(2021), demonstra que entre 2020 e 2021 a Plataforma BP mandou ao menos seis notificações extrajudiciais para acadêmicos/as e abriu outros seis processos judiciais contra editoras, *sites* e até a Wikimedia Foundation, que mantém a Wikipédia. Devido aos casos de notificações extrajudiciais, exigência de direito de resposta, cerceamento intelectual e perseguições a pesquisadores/as que estudaram o revisionismo e o negacionismo da BP, criamos estratégias, que serão explicadas a seguir, para a análise e exposição dos resultados da pesquisa a serem publicizados na tese.

Além dessas questões éticas, podemos citar as precauções quanto à abrangência das informações que poderia dissuadir o/a pesquisador/a na sua delimitação do objeto, a distinta natureza das fontes, a opção pela anonimização dos/as interlocutores/as e o ataque às páginas pesquisadas. Tais elementos demonstram a multiplicidade de reflexões e mediações que envolvem a ética na pesquisa científica, principalmente envolvendo a internet. Por isso, a necessidade de certificar-se criticamente em relação aos valores, princípios e direção sociopolítica que orientam a pesquisa.

Barroco (2005) assinala que a trajetória da defesa da ética na pesquisa é percorrida por inúmeras situações de desrespeito e violações dos direitos, cujo debate inicia-se no campo da bioética na área da saúde, em resposta ao uso da ciência em experimentos com seres humanos. No entanto, os dilemas éticos e morais extrapolam as áreas médicas e marcam presença nas demais áreas de conhecimento, em especial na definição de critérios e princípios éticos normatizadores das pesquisas.

A ética exige posicionamentos, escolhas e motivações que envolvem e mobilizam a consciência, as formas de sociabilidade e a capacidade teleológica dos indivíduos, portanto se faz cotidianamente e pode se objetivar através de ações motivadas por valores dirigidos à realização de direitos e conquistas coletivas capazes de efetuar a crítica radical da moral do seu tempo, oferecendo elementos para a compreensão das possibilidades éticas e morais do futuro (BARROCO, 2005).

Considerando tais aspectos, esta pesquisa foi realizada numa plataforma de *streaming* com produções audiovisuais e originais, chamada Plataforma Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A, que até o momento da realização dessa pesquisa contava com diferentes planos de assinatura, mediante o pagamento mensal: o básico (R$ 19), o intermediário (R$ 39) e o acesso total 4K (R$ 59).

Optamos em não assinar o conteúdo exclusivo (e, portanto, pago), porque estávamos interessadas na capilaridade das ideias de gênero e sexualidade da extrema direita, principalmente no movimento bolsonarista. Entretanto, tivemos que alterar esse percurso

metodológico, pois alguns vídeos e documentários essenciais para a pesquisa foram retirados do canal do YouTube em 2022, o que denota, em certa medida, o ritmo das mudanças, a velocidade e as efemeridades que esse campo de pesquisa apresenta.

A ação deliberada ocorre no contexto da disseminação de *fake news* no processo eleitoral para presidente do Brasil, no qual o TSE determinou a desmonetização da produtora e do Canal Foco do Brasil, Folha Política e Dr. News, sob o argumento da divulgação de conteúdos desinformativos em larga escala, sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados. De acordo com Liz Nóbrega (2022), apenas no período entre 9 e 15/10/2022, a BP gastou R$ 715.425 em anúncios sobre temas sociais, eleições ou política no *Facebook.* Um vídeo publicado no Canal da BP no *YouTube* que registrava 1,3 milhão de visualizações supostamente demonstrava que, de acordo com estudos internacionais, havia 73,14% de chances de ter ocorrido fraude nas urnas eletrônicas nas eleições de 2014. Não por acaso, vídeos dessa produtora foram utilizados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e pelo seu filho Eduardo Bolsonaro, grande entusiasta da plataforma, para fomentar *fake news* e questionar a lisura do processo eleitoral de 2018, no qual Jair Bolsonaro foi eleito.

Essa importante ação de derrubada de conteúdos impossibilitou que a pesquisa fosse realizada através do YouTube. Ademais, a BP foi alvo de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Covid-19[25], que solicitou quebras de sigilos telemático, fiscal e telefônico de divulgadores de *fake news* por terem influenciado e fomentado a radicalização política direcionada pelo Palácio do Planalto no período da pandemia. Assim, a BP foi obrigada, sob pena de multa, a retirar do ar uma série de vídeos que até então eram veiculados livremente.

Assim, o acesso à conta do *streaming* foi oportunizado pela inserção num grupo de pesquisadores/as[26] que, em diferentes frentes, estão investigando a atuação da BP, não gerando, portanto, custos orçamentários ao desenvolvimento da pesquisa.

---

[25] De acordo com o *site* do Senado, a CPI teve por finalidade “apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.” (BRASIL, 2021b).

[26] O grupo “Brasil Para Lerdos” monitora as estratégias e a atuação da Plataforma BP. Consiste numa rede de solidariedade, com perfil na plataforma Twitter, que reúne pesquisadores/as que sofreram perseguição jurídica dessa empresa. Tive contato com este grupo durante minhas andanças digitais sobre o problema de pesquisa, no

Embora, dispense avaliação ética e o registro do consentimento livre e esclarecido (FIOCRUZ, 2020; BRASIL, 2021a), optamos pelo anonimato parcial[27] das narrativas[28] expostas nas séries documentais analisadas, evitando referências diretas à identidade dos/as entrevistados/as que serão apresentados/as, uma única vez, numa tabela no Apêndice B. Interessa-nos interpretar os conteúdos e os significados a partir das coincidências narrativas, à luz de uma perspectiva sócio-histórica.

A partir dessas questões, apresentaremos os pontos-chave da análise audiovisual inspirando-nos por categorias subjacentes aos objetivos para, posteriormente, tecer problematizações a respeito. Por segurança, não faremos a citação literal, mas algumas edições e mudanças textuais, sem alterar o sentido do que foi narrado. Nessa mesma direção, não exporemos as imagens transmitidas nos documentários, mesmo entendendo que elas exercem uma função pedagógica.

O estudo envolvendo a internet gera questionamentos éticos e metodológicos que foram refinados na própria prática de pesquisa e no contato frequente com outros/as pesquisadores/as, estabelecendo um campo permanente de experimentações e invenções que não comprometem o rigor técnico e científico da abordagem.

Com o ato de investigar, conhecer, navegar, mapear e trocar experiências, percebemos que novas questões foram constantemente incorporadas e problematizadas no campo. Este conhecimento advém da própria prática artesanal da pesquisa, oportunizando o surgimento de inquietações que sequer estão postas nos recentes documentos de ética em pesquisa na internet. Principalmente porque a internet não é algo dado, pronto e acabado, pois existem múltiplos usos e formas de materialização que não possuem fronteiras, sendo formatados a todo tempo.

Compreendendo os cuidados éticos como parte integrante do processo de pesquisa, destacamos que eles não devem ser encarados como um obstáculo ou um conjunto de regras rígidas e inflexíveis que enclausura o fazer metodológico, dado que, vinculados ao método de análise, são um aspecto situacional e relacional que diz respeito ao modo como desenhamos a

---

período de qualificação do projeto de tese em junho de 2022. Comecei a seguir e acompanhar as publicações de pesquisadores que receberam notificação extrajudicial. Em seguida, enviei uma mensagem aos coordenadores da página no *Twitter*, expressando minhas inseguranças, cuidados éticos e receios em relação a essa temática. Imediatamente, eles me incluíram em um grupo de WhatsApp com outros doutorandos/mestrandos/as que estão investigando a BP no intuito de socializarmos e trocarmos experiências sobre a nossa prática de pesquisa.

[27] Identificaremos os interlocutores que possuem vida pública, à exemplo do Olavo de Carvalho e do Jair Bolsonaro.

[28] Baseando-nos nas técnicas metodológicas de análise de filmes, "entendemos por narrativa a junção das noções de história e enredo. A história define-se como a sucessão de acontecimentos (o que acontece não depende da vontade das personagens) e ações (o que acontece como resultado da vontade das personagens). O enredo é o modo como a história é contada. E uma história pode ser contada: na primeira pessoa – os espectadores veem os acontecimentos através dos olhos de uma personagem" (PENAFRIA, 2009, p. 9).

pesquisa, principalmente nos contextos digitais. São orientações amplas e dialéticas, mas indispensáveis ao nosso objeto de estudo, pois, além de não existir uma diretriz prévia para se lidar com a internet, a abordagem dessa temática frequentemente envolve situações com as quais não tínhamos nos deparado até então.[29]

Considerando tais aspectos, esta pesquisa investigativa está ancorada nos princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social (tais como liberdade, emancipação, pluralismo e democracia) e não será submetida a um Comitê de Ética, pois os procedimentos metodológicos não envolverão seres humanos, conforme preconizado nas resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

1.2 Brasil Paralelo: O bastião intelectual das Novas Direitas

De antemão, vale destacar que o BP não é o nosso objeto, mas possuí uma centralidade nesta pesquisa. Outros trabalhos já se dedicaram a reconstruir a trajetória da empresa, a abordar as suas articulações com as organizações ultraliberais, e a investigar seus empresários, seus intelectuais orgânicos e seu funcionamento e financiamento (ALMEIDA, 2022; BALESTRO; PEREIRA, 2020; BONSANTO, 2021; BRITO; RODRIGUES JÚNIOR, 2021; CARVALHO, 2021; FIRMINO, 2020; MORAES; CLETO, 2023; PAULO, 2020; SALGADO; JORGE, 2021; SANTOS, 2021).

Na dissertação intitulada *Agenda conservadora, ultraliberalismo e guerra cultural: Brasil Paralelo e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020)*, a pesquisadora Mayara Santos (2021) estuda o fortalecimento e a estruturação dos sujeitos coletivos representativos da Nova Direita brasileira, com ênfase na BP, entendida como um aparelho privado de hegemonia, a partir das elaborações gramscianas.

Em outras palavras, significa que se trata de um aparelho privado de hegemonia a serviço de frações da burguesia brasileira conservadoras, reacionárias e de tendência neofascista.

Neste estudo, nossa intenção é, sobretudo, evidenciar o agenciamento das questões de gênero e sexualidade pela extrema direita. Para tanto, elegemos as produções audiovisuais da BP, por alguns motivos: 1) O fato da plataforma agregar vários expoentes da extrema direita

[29] Para fins de aprofundamento, sugerimos a Aula 3 do *Minicurso Introdução às pesquisas em/dos/sobre contextos digitais: Teoria, método e ética* organizado pela Prof. Bárbara Castro e ministrado pela Professora Carolina Parreiras, disponível no YouTube, no canal do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

brasileira como interlocutores e analistas do contexto sócio-histórico; 2) Ser um canal de divulgação das teses olavistas; 3) Ser indicada pelos movimentos bolsonaristas como fonte legítima e verdadeira de conhecimento; 4) Possuir capilaridade entre as franjas da extrema direita, contando com uma gama heterogênea de usuários, abrangendo vários perfis etários, localidades, escolaridades, identidades de gênero e grupos étnicos e socioeconômicos; 5) Apresentar crescimento exponencial com alta taxa de lucratividade, assim como produção meteórica sobre diferentes assuntos e utilização de variados mecanismos de divulgação (*podcasts*, filmes, documentários, desenhos, entrevistas etc.); 6) Utilizar notórias estratégias de *marketing* digital; 7) Estabelecer-se como conteúdo pago e com a possibilidade de ter assinantes, mas, ao mesmo tempo, disponibilizar conteúdo gratuito na internet; 8) Possuir evidente agenda doutrinária, reacionária, conservadora e neoliberal; 9) Vender-se como fonte de informação em oposição às universidades e centros educacionais, que segundo seus membros, estão tomados pela máquina esquerdista; 10) Compilar conteúdos representativos da temática analisada, especialmente na recuperação do *éthos* da nação e da proximidade com as bandeiras da extrema direita, 11) Possuir particular relevância de alcance na conjuntura atual, contando com Canal no *YouTube* (3,4 milhões de inscritos e 320.530.051 visualizações) e perfis no *Instagram* (2,5 milhões de seguidores), no *Facebook* (1,1 milhão de seguidores) e no *Twitter* (791 mil seguidores); e 12) Pretender ser a empresa de mídia mais influente do ecossistema cultural brasileiro, de acordo com um dos seus sócios.

Em outras palavras, buscamos refletir sobre os efeitos de sentido que foram produzidos com os lançamentos da BP no cenário de fascistização do Brasil, através dos recortes de gênero, raça e sexualidade, e que adquiriram certo protagonismo nos pânicos morais presentes na ascensão da direita neoconservadora e neoliberal, que chamaremos nesta pesquisa de Nova Direita que será aprofundado nos próximos capítulos. Ao longo deste estudo, desenvolveremos a hipótese de que essa hegemonia da Nova Direita no Brasil é protagonizada pela extrema direita que se aglutina em torno do movimento bolsonarista.

Esses efeitos de sentido possuem materialidade e manifestam-se nos altos índices de violência contra pessoas LGBTI+, pessoas negras e mulheres, principalmente na última década, o que confere maior necessidade de contemplar como essas noções se organizam e se disseminam. Para ilustrar, mencionamos o levantamento realizado pelo Monitor da Violência do G1, que registrou cerca de 1,4 mil vítimas de feminicídio apenas em 2022. Isso significa que, no Brasil, uma mulher é morta a cada 6 horas. Com base nos dados oficiais dos estados, a matéria aponta que esse aumento do feminicídio está relacionado à questão do desfinanciamento de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência doméstica e

proteção das vítimas nos últimos anos, à intensificação da circulação de armas e munições[30] que foram flexibilizadas durante o governo Bolsonaro e ao fortalecimento de grupos neoconservadores que promovem a desigualdade de gênero.

Esse efeito de sentidos e o fortalecimento das ideologias mencionadas anteriormente estão relacionados a outras dimensões na vida social. No que diz respeito ao mercado de trabalho, observa-se um aumento da informalidade, subocupação, precarização do trabalho e queda dos rendimentos da população negra no Brasil, de acordo com os indicadores do PNAD Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os trimestres de 2019 e 2022. As médias salariais também evidenciam a desigualdade de remuneração por raça/cor. Segundo os dados, os não negros recebem, em média, mais do que os negros. No segundo trimestre de 2022, enquanto os homens não negros receberam R$ 3.708 e as mulheres não negras, R$ 2.774, as trabalhadoras negras receberam cerca de R$ 1.715, e os homens negros, R$ 2.142. Esses números indicam que as mulheres negras receberam, em 2022, apenas 46,3% da renda recebida pelos homens não negros. Para os homens negros, essa proporção foi de 58,8% (DIESSE, 2022, p. 8).

Nessa linha argumentativa, é importante fazermos um acréscimo: as ideias, efeitos de sentido, ideologias, narrativas, conteúdos e discursos desempenham um papel significativo no mundo concreto, porém não são geradores da realidade social, conforme defendia Hegel. Esse autor sustentava a proposição de que as ideias precediam a realidade, manifestando-se como a expressão externa da consciência. No entanto, adotando o materialismo histórico dialético neste estudo, destacamos que não é a consciência que determina a estrutura social, mas sim a estrutura social que determina a consciência (MARX, 2009).

Para tal, intencionamos descrever e interpretar o conteúdo, a cosmovisão e a circulação ideológica da extrema direita no que refere ao agenciamento das questões de gênero, sexualidade e raça articuladas à historicidade da nação brasileira, através de um aprofundamento teórico conceitual de categorias em disputa.

A Plataforma BP possui cerca de 3,4 milhões de inscritos no YouTube. Trata-se de uma plataforma neoconservadora e neoliberal que surfou na onda da ascensão autoritária, sobretudo no contexto das manifestações pró-*impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, e conseguiu capitalizar e divulgar materiais midiáticos de desinformação sobre a história brasileira, arte,

[30] Não é por mero acaso que a arma de fogo é o principal instrumento utilizado nos assassinatos de mulheres no país, conforme apontado no relatório "O papel da arma de fogo na violência contra a mulher" divulgado pelo Instituto Sou da Paz em 2021. O estudo analisou dados de vitimização feminina no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do DATASUS, abrangendo o período de 2012 a 2019.

economia, política, meio ambiente e política de educação, no intuito de disputar narrativas. A empresa engrossou as fileiras do movimento composto pelo Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra Rua, Endireita Brasil e Canal de Direita, no contexto da Reforma do Ensino Médio via Medida Provisória n° 746/2016 e da PEC do Teto de Gastos. Firmou-se como porta-voz do espectro heterogêneo de uma direita radicalizada, sobretudo após o golpe midiático, jurídico e parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff. A BP conferiu legitimidade teórica, ideológica e política para a ascensão neoconservadora com tendências neofascistas.

A empresa surge em 2016 em Porto Alegre (RS), por iniciativa dos empreendedores Filipe Valerim, Henrique Viana e Lucas Ferrugem, cuja ideia é forjada no contexto das manifestações políticas em 2013, tendo como propósito, segundo eles, "resgatar bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros" (BRASIL PARALELO, 2022, s.p.). Santos (2021) aponta a peculiaridade histórica do surgimento dessa plataforma que é atravessada por um refluxo conservador sentido a partir dos anos 2010, em meio ao processo de esgotamento do pacto de conciliação de classes que marcou a transição pelo alto rumo à democracia e, em particular, como resultado dos impactos da crise internacional do capital irrompida em 2008.

No *site* da BP consta que a inspiração para o nome veio do filme *Interestelar* do cineasta Christopher Nolan, apreciado pelos sócios. "Nesse filme, o protagonista precisa salvar a humanidade do apocalipse terrestre, entrando em um buraco de minhoca no espaço e encontrando um planeta habitável em um universo paralelo" (BRASIL PARALELO, 2022). Segundo eles, esse filme influenciou a criação do logotipo da empresa, que tem o mesmo formato do buraco negro Gargantua retratado na produção cinematográfica, acrescida de traços da bandeira do Brasil.

> Precisamente para dar a ideia de que a marca é a conexão com outra realidade, paralela, independente do Estado. Paralela, inclusive, ao que as pessoas estavam acostumadas a ver na mídia convencional. O nome é uma referência a uma forma de agir, totalmente independente de dinheiro público, políticos ou leis de incentivo audiovisual, afinal, duas retas paralelas nunca se encontram (BRASIL PARALELO, 2022, s.p.).

De acordo com matéria divulgada pela Folha de São Paulo em 2021, essa empresa, já com sede em São Paulo, conseguiu um aumento meteórico de 335% no faturamento, pretendendo ser a "Netflix da direita" (ZANINI, 2021). De acordo com o *site* da BP, a empresa "sem qualquer tipo de ideologização na produção de conteúdo", ultrapassa 6,9 milhões de

expectadores únicos em 2022 e mais de 550 mil membros assinantes[31], distribuindo um acervo com mais de 90 episódios de cursos[32] do Núcleo de Formação (sem reconhecimento acadêmico ou validação do Ministério da Educação), Sociedade do Livro, Escola da Família, Clube da Música e mais de 140 produções originais (documentários, filmes, programas, cursos e séries)[33]. Além desse conteúdo, a plataforma incorporou filmes hollywoodianos[34] que, segundo eles, coadunam com os valores da empresa.

Com o retorno do presidente Lula em 2023, os *sites* e plataformas alinhadas com o bolsonarismo/olavismo estão se reposicionando no cenário político e se readequando para não perder público e, sobretudo, os recursos financeiros. No caso da BP, havia uma agenda para se dissociar de Bolsonaro, ex-presidente do Brasil, inclusive rejeitando o rótulo de bolsonarista[35], ainda na véspera das eleições, no intuito de se consolidar como conservadores apartidários e neutros na conjuntura. Essa reconfiguração, diante do cenário político, aparece no documentário "A direita no Brasil" (2023):

> Quando reapareceu no cenário nacional, a direita no Brasil se via como um movimento nobre, empreendendo a retomada dos valores mais altos do país, que assim como a bandeira brasileira tinham sido largadas no chão, era a promessa do retorno da alta cultura, dos valores civilizacionais e princípios republicanos norteando a política. Mas, ao longo dos 10 anos de intensa luta que se seguiram até a derrota em 2023, a direita se viu puxada pela direita enlameada pela política real, um campo de batalha onde as formulações idealistas sempre correm o risco de não ter lugar. Vendo algumas das suas mais altas aspirações ficarem pelo caminho, vendo-se protagonista do caos e da baderna que antes era associada com o lado inimigo, os conservadores também tiveram que lidar com a incômoda impossibilidade da direita também pudesse ser o povo, desconsertado e desmoralizado. O movimento agora parece prender a respiração na antecipação de tempos difíceis, sem saber o que fazer e como fazer: é compreensível que tempos difíceis causem hesitação e receio, mas para não temer as dificuldades pela frente, é necessário lembrar do que está em jogo. Agora, sentimos a manifestação de um fenômeno que pensávamos ter ficado para trás no período militar, o extremo cuidado com a escolha de cada termo usado, a preocupação de estar ferindo suscetibilidades e arriscando represálias desproporcionais por expressar o que se acredita. No período mais conturbado da Nova República, em que narrativas hostis,

[31] Em 2021, a BP estabeleceu um convênio com o G10 das Favelas que previa a concessão de centenas de assinaturas para os/as moradores da Favela de Paraisópolis em São Paulo e a proposta de um cine clube com as produções do *streaming*.

[32] A Escola da Família merece destaque entre os cursos de formação contínua que são oferecidos pela BP. De acordo com o *site*, a escola pretende orientar os pais na educação dos filhos, num ambiente saudável e virtuoso de harmonia conjugal, com maturidade, conhecimento e amor para a sustentação de uma família feliz.

[33] Em entrevista ao Boletim da Liberdade, Felipe Valerim afirma que "o principal benefício é a ideia de financiar a expansão de consciência dos brasileiros. Temos uma métrica que indica que, a cada pessoa que adquire o conteúdo pago do Brasil Paralelo, mil novas pessoas assistem às séries gratuitas através do investimento que fazemos em anúncios de divulgação" (REDAÇÃO BOLETIM, 2018, s.p.).

[34] Dentre as classificações dos filmes premiados, dramas, faroeste, documentários e filmes que valorizam a vida, estão: Paulo, Apostolo de Cristo (2018); O Profissional (1994); Navy Seals: a história não contada; Homens e Deuses (2010); Milagres do Paraíso (2016); Corajosos (2011); Era uma vez América (1984); Os seus, os meus, os nossos (1968); Blood Money; Human Life: a vida sempre vale a pena, entre outros.

[35] "A gente costuma dizer que nós não somos bolsonaristas – o Bolsonaro é que é 'paralelista", justificou Henrique Viana em entrevista à Revista Piauí em 2021 (MAZZA, 2021, s.p.).

> desinformação e criminalização de ideias vêm sendo usadas como armas políticas, o liberalismo nos lembra da importância da liberdade e o conservadorismo nos lembra que o trabalho da busca pela verdade nunca termina. Especialmente agora com o receio de um período de restrições severas da liberdade de expressão, este esforço deve ser renovado todos os dias, numa aproximação lenta que requer tenacidade e perseverança. Ao abraçar a defesa da verdade, os conservadores nunca devem perder de vista o fato de que: embora, a verdade seja difícil de alcançar, sempre é possível chegar mais perto dela ou mais longe, sempre é possível errar mais e errar menos (REDAÇÃO BRASIL PARALELO, 2023b, s.p.).

Posicionando-se como mídia independente, a BP exalta a monarquia; fomenta a guerra cultural; são antipetistas, anticomunista, conspiracionista, neoliberal e familista; e propaga discursos conservadores e religiosos alinhados à agenda programática do bolsonarismo. Conta com uma elaborada e milionária estratégia de *marketing*[36] para recriar, de forma idealizada e distorcida a memória social do Brasil, através de fatos contemporâneos e históricos que são mistificados e descolados da realidade social, no intuito de forjar uma mentalidade entre os/as brasileiros e internalização de consensos necessários à reprodução neoconservadora e neoliberal.

A abordagem gramsciana postula que a conquista do consenso envolve um processo de "aceitação e consentimento" por parte de uma determinada classe social. Esse processo está intimamente ligado a um grupo social que busca manter sua base de apoio e expandir sua influência ideológica. A classe dominante usa uma estrutura ideológica que se baseia na manipulação, no uso da força, na alienação e no consenso/coerção social para conquistar uma base socioinstitucional e direção política, a fim de alcançar a hegemonia.

Segundo Marilena Chauí (2004), a hegemonia não se limita a uma ação partidária, abrangendo também a uma ação coletiva de indivíduos de uma determinada classe que envolve instituições políticas e culturais capazes de combinar componentes socioeconômicos e ideológicos. Portanto, a constituição da hegemonia não pode ser reduzida apenas à coerção, uma vez que também envolve uma direção cultural e o consentimento social, que permeiam um universo de convicções, juízos de valor, apreensões morais e regras de conduta relacionadas a um determinado modo de produção.

Para consolidar uma direção ético-política, é necessário passar por um processo histórico em que a classe dirigente de um bloco hegemônico progressivamente estrutura uma vontade coletiva, política, ideológica e cultural. A obtenção gradual do consenso, a partir da

---

[36] O Jornal Estadão (2020) revelou que, em 55 dias, a produtora foi a página que mais pagou por anúncios de cunho social e político para impulsionar postagens no Facebook e no Instagram, desembolsando uma cifra de R$ 328 mil (BAZZAN, 2020). Não por acaso, a produtora lidera o *ranking* das páginas que mais tiveram anúncios políticos e, consequentemente, gastos com publicidade na plataforma do Facebook e no Google Brasil.

penetração e impregnação de ideias, pressupõe uma reforma que se baseia em premissas éticas e morais, para conduzir o bloco da classe dominante ao poder e à conquista da hegemonia.

As referências de criação do BP advêm do Instituto Ultraliberal Mises, que possui ideias liberais austríacas e estabelece relações com entidades ultraliberais, tais como Instituto Millenium, o Instituto de Estudos Empresariais, o Fórum da Liberdade, o Instituto Liberal, o Instituto Borborema. Além disso, vincula-se aos cursos *on line* de Filosofia ministrados pelo falecido guru Olavo de Carvalho, cujas ideias são citadas na maior parte das séries documentais analisadas.

> Para observadores desatentos, a aparição de Olavo de Carvalho no cenário nacional pode ter aparecido súbita e superficial, mas a potência da sua mensagem se deve a anos de preparação e estudos passados na obscuridade. Alçado ao reconhecimento por ousar questionar os luminares da esquerda quando isso era um tabu, a mensagem de Olavo de Carvalho conquistou brasileiros cansados de serem tutelados pela intelectualidade nacional, cujas ideias ele contestou em livros e artigos. Mais do que tudo, foi contra a ideologização do pensamento que a voz do Olavo de Carvalho se fez ouvir, sua aparição ressuscitou no debate público brasileiro a discussão mais antiga do mundo que tinha sido travada entre Platão e Sofistas, entre Jesus Cristo e Pôncio Pilatos. O debate entre aqueles que acreditam que a verdade é relativa e aqueles que acreditam que a verdade existe. A obra de Olavo distribuída em 40 livros, em milhares de horas de aula, foi a herança que ele deixou para os brasileiros, um misto de erudição e ironia que, após sua morte em janeiro de 2022, possibilita suas chances de permanência e importância para a prosperidade. A partir de agora, o veredito do "Olavo tem razão" será posto à prova pela perspectiva da eternidade, julgadora de todos os filósofos" (REDAÇÃO BRASIL PARALELO, 2023a, s.p.).

Segundo Rocha (2021), o olavismo compreende uma linguagem própria, vagamente conceitual e firmemente amparada na retórica do ódio para desqualificar o inimigo. Utiliza-se da manipulação de fatos históricos, imprecisões e omissões, para, por exemplo, empreender o enfrentamento ao comunismo e aos comunistas, que precisam ser aniquilados. Manifesta-se, principalmente, na preocupação com o globalismo, no medo, no pânico moral e social e no ressentimento, para defender a ideia de que pertence à alta cultura a pretensão filosofante do ser incompreendido. Caracteriza-se, ainda, pela veneração ao latim, pela formulação de teorias conspiratórias de dominação planetária e pelo uso de inúmeras frases de efeito.

No intuito de contrapor-se à historiografia crítica, o BP vende-se como um projeto de longo prazo alicerçado num universo de informações alternativas, através da divulgação de documentários, entrevistas, filmes, *lives*, *podcasts*, artigos, aulas, cursos, *workshops*, *e-books* e trilogias, com produções para todas as faixas etárias e diferentes possibilidades de acesso ao seu conteúdo (celular, TV, *notebook*). Inclusive, contrata salas de cinema para exibição de seus documentários, realiza dinâmicas presenciais e palestras em escolas, e fomenta a formação de grupos fechados de discussão para debater os assuntos das séries documentais.

Funcionando como um braço educativo da extrema direita, a produtora menciona com recorrência que conta apenas com sua carteira de assinantes. Orgulha-se em dizer que não aceita dinheiro público. Nos documentários, registra que, em 2020, a média diária de pessoas que assistiram ao BP gratuitamente foi de 136 mil. Com o objetivo de mudar a cultura do país, o BP afirma ter impactado 20 milhões de pessoas, levando valores, sentimentos e ideias em contramão aos grandes conglomerados midiáticos, que, segundo a plataforma, possuem uma audiência devastadora que desinforma dezenas de milhões de pessoas por dia, através das concessões públicas de TV e orçamentos milionários. Todavia, a BP obteve contrato firmado em 2019 com a TV Escola, que é vinculada ao Ministério da Educação (MEC) durante a gestão do Governo Bolsonaro para exibição da série documental "Brasil: a última cruzada", que pretendeu abordar, de forma revisionista e negacionista, a história da nação brasileira. Curiosamente, as formas de incentivo fiscais do Estado cultivadas no âmbito da comunicação e cultura são recorrentemente problematizadas nas produções originais da plataforma. " [...] O Ministério da Cultura deve aprovar o projeto para empresa poder captar o dinheiro. Quem escolhe? Quais são os critérios? A ideologia sempre irá prevalecer, principalmente da esquerda socialista. Trata-se de um meio legalizado de desvio de verbas públicas" (Congresso Paralelo).

Tal percepção esteve alinhada com a propaganda neoliberal do Governo Bolsonaro que rejeitava a legislação de incentivo à cultura e a produção artística nacional, conhecida como a Lei Rouanet (1991), duramente atacada pela desinformação. O fomento à guerra cultural incorpora o argumento de desvio das verbas públicas, atuação do Estado na promoção de projetos culturais e, principalmente, o conteúdo supostamente comunista e da agenda de gênero presente nessas manifestações, contrários aos princípios conservadores.

No âmbito do enunciado e da escolha imagética, percebe-se a utilização de argumentos num tom de convencimento para dar credibilidade a uma suposta verdade enunciada através de um estilo jornalístico marcado por uma estética de noticiário. A legitimação é conferida pelo elenco de 133 entrevistados/as[37] nas peças audiovisuais analisadas, que são consultores/as, profissionais, professores/as, políticos/as, escritores/as, historiadores/as, filósofos/as e pesquisadores/as especialistas das questões abordadas, com vastos currículos políticos e acadêmicos. Para legitimar a posição de classe, cria-se os próprios intelectuais, no intuito de

[37] "Se, por um lado, a produtora parte do pressuposto de que as universidades são parte ativa de um projeto de dominação marxista – rejeitando seus postulados, portanto – por outra busca legitimar seu discurso através de credenciais que são típicas da academia. Além da impostação, do tom professoral e do cenário, também chama a atenção a recorrência a titulação para apresentação dos entrevistados, que compõem, junto à narração em off, o principal fio condutor da narrativa. Em geral, os entrevistados têm carreiras acadêmicas discretas ou até inexistentes" (CLETO, 2021, p.2).

homogeneizar, divulgar, conscientizar e promover seus interesses, ao passo que se neutralizam as contradições e fortalecem seus interesses (SANTOS, 2021).

Assim, oferecem níveis de leitura e interpretação da realidade, numa tentativa de conferir poder, objetividade e profissionalismo. Ou seja, as séries documentais são acompanhadas da voz do narrador concomitantemente a um rosto e um corpo que conferem dimensões ao que está sendo dito, além do emprego de formas de imagens e oralidades tradicionais, gestos e vocabulário clássico.

Entre os/as entrevistados/as, nota-se que 82,7% são homens cisgêneros, majoritariamente brancos, enquanto mulheres representam 17,29%. Somente 4 pessoas negras participaram da amostra de 12 documentários. Exceto no documentário "Brasil: a última cruzada – Resgate a história do Brasil", houve mais evidência de um professor de Filosofia negro no debate sobre a Escravidão.

Numa apresentação persuasiva, sedutora e sensacionalista por meio de cartelas panfletárias com a voz do narrador, embebidas de teorias da conspiração, as produções da BP apontam que irão revelar em primeira mão algo nunca visto nas mídias tradicionais, nas universidades e nos círculos sociais. A narração, frequentemente, conta com a *voz-over* que faz a síntese final dos documentários, através da entonação da fala que em geral repete frases clichês.

> Tudo custou muito caro para o Brasil, tudo custou muito caro para o mundo, caro para nossa educação, para as nossas crianças, caro para a autoestima da sociedade, para todos os 100 milhões de mortos que perderam seus sonhos, em genocídio e na falta de liberdade. Herdamos a responsabilidade de acabar com a utopia, nós temos o compromisso de aprender com o passado, não podemos deixar que o episódio da história seja desconhecido, é nosso dever documentar tudo para que nas próximas gerações, os jovens saibam que está na mãos deles preservar a trajetória da humanidade, o mundo anseia pela liberdade para continuar crescendo, não é só a economia e não só político, é a manifestação dos valores da nossa sociedade, das nossas famílias, dos nossos antepassados e de todos os nossos filhos. Despertamos intelectualmente e não há mais espaço para ditadores monopolizarem as nossas vidas, agora precisamos quebrar a dominação cultural que nos foi imposta. Durante 16 anos os jornais e canais de TV, estações de rádio no Brasil se recusaram a noticiar a existência e as atividades do Foro de São Paulo. O Brasil parecia estar preso entre as malhas de uma articulação criminosa que envolvia, ao mesmo tempo, a totalidade dos partidos de esquerda latino-americanos, a classe jornalística nacional, o sistema de ensino, as principais gangues de narcotraficantes e uma parcela nada desprezível da elite financeira internacional. Um dos aspectos mais perigosos da situação é a facilidade com que os culpados se desvencilham de qualquer tentativa de denúncia, qualificando-a de teoria da conspiração. Mas quem falou em conspiração? O que vemos é uma gigantesca movimentação de recursos, de poderes, de organizações, de correntes históricas, tudo documentado. É o inimigo onipresente e invisível sonhado por Antônio Gramsci (Congresso Paralelo, 2016).

Diante dessas observações, Rossi (2021, p. 745) recupera dois conceitos fundamentais na análise audiovisual: a) os pontos de fixação, cujo problema ou o fenômeno aparece regularmente nas séries fílmicas homogêneas por meio de alusões, repetições, insistência particular da imagem e/ou de um efeito de construção; e b) a representificação, em que refere-se a algo que provoca reação e exige nossa tomada de posição valorativa, relacionando-se com o trabalho de nossas memórias voluntárias e involuntárias que o filme estimula no expectador, incluindo experiências emocionais e subjetivas individualizadas. Para esse autor, tais técnicas consistem no fato de que a compreensão de signos e da narrativa "necessita acionar o léxico previamente reconhecido pelos espectadores/as para que estes tenham condições de fazer associações mentais mínimas necessárias para apreensão do conteúdo" (ROSSI, 2021, p. 745).

Na tentativa de reconstrução da história, alguns documentários fazem o registro visual de parte do passado no presente para figurar de forma romantizada um certo apego a valores mais tradicionais, ausentes e abandonados na atualidade. Lançam mão de fatos históricos e imagens selecionadas que, em tese, comprovariam as teses conspiracionistas.

> A história é uma grande galeria de quadros, onde há poucos originais e muitas cópias. A história acabou por encontrar o Brasil. No início do século 19, quando a família real portuguesa se instalou no Rio de Janeiro e fundou o Império Brasileiro, foi plantada uma semente, essa semente foi cuidada para que crescesse em terra fértil para dar bons frutos, cresceu, frutificou e obteve vigor ímpar. Porém, não se pode dizer o mesmo sobre os países que cercavam o Brasil, que cresceram entre pedras e não formaram raízes ou foram sequestradas e perderam seu destino. Enquanto a América Latina era um conglomerado de repúblicas com sucessivos golpes e ditadores guerreando pelo poder, o Brasil era uma monarquia constitucional. A Coroa, o Parlamento e a Justiça eram instituições sólidas e alicerçadas no Estado de Direito, nos princípios constitucionais e práticas democráticas. Porém, neste momento, era a vez do Brasil ter a sua semente roubada, as insatisfações de alguns setores da sociedade não seriam motivo, por si sós, para a queda da Monarquia. Porém, interesses escusos agregariam esses descontentamentos, cometeriam um atentado à vontade do povo (As Cruzadas, 2017).

Mattos, Abreu e Castro (2017) salientam que esse recurso de filmar no presente o local de experiências passadas é especialmente utilizado no cinema documentário contemporâneo interessado pela memória, seja ela pessoal ou histórica. Os lugares e paisagens, vestígios de experiências evocadas trazem em si uma força afetiva e podem servir para desencadear narrativas orais sobre o passado que é rememorado (MATTOS; ABREU; CASTRO, 2017, p. 1151).

Pensando nessas questões, recorremos ao material contido na Plataforma BP, no YouTube através das *lives* de lançamento e nos artigos de opinião publicados no *site* da própria empresa com ênfase no material audiovisual analisado. Nesse processo, analisamos 12

produções audiovisuais eleitas pela intersecção (ainda que não seja óbvia e imediata) com o debate de gênero, raça/etnia, sexualidade, família, neoconservadorismo, extrema direita e formação social brasileira. Os vídeos totalizam cerca de 2.337 minutos, sendo 2 episódios de Programas da BP e 10 séries documentais originais. Essa amostra refere-se ao universo de 30 séries documentais[38] (lançadas entre 2016-2023) que tivemos acesso no Plano Acesso Total 4 K.

Tabela 1 – Lista de produções audiovisuais analisadas

	Documentário	**Descrição**
1	Brasil: a última cruzada: o resgate da história do Brasil	Série documental lançada em setembro de 2017 dirigida por Lucas Ferrugem, Henrique Viana e Filipe Valerim. Ao destacar o protagonismo, o sacrifício, a honra e a coragem de Portugal, "As Cruzadas" faz referência às guerras iniciadas pela Igreja para proteger seus fiéis peregrinos, que ocorreram entre o século XI e XII. Objetiva contar a formação social brasileira para fazer renascer o orgulho patriótico, a partir da história dos heróis portugueses que desbravaram os limites impostos pelo oceano e disputaram os rumos do seu próprio destino, encontrando o caminho para o Novo Mundo, através dos seguintes episódios: Cap. 1: A cruz e a espada (55 min), Cap. 2: A Vila Rica (1 h e 5 min), Cap. 3: A guilhotina da igualdade (54 min), Cap. 4: Independência ou morte (1 hora e 12 min), e Cap. 5: O último reinado (1 hora e 12 min) e Cap. 6: Era Vargas – O crepúsculo de um ídolo (1 hora e 22 min).
2	Congresso Paralelo	O *Congresso Brasil Paralelo* foi lançado em dezembro de 2016 e é o primeiro projeto da BP. Com ele, a produtora pretendia realizar o diagnóstico sobre a situação econômica, política e cultural do Brasil, sobretudo nas últimas décadas. No intuito de conhecer a natureza do problema do país, a série documental de cinco episódios busca analisar os caminhos que fizeram o Brasil chegar a ter a maior carga tributária do mundo com impostos diretos e indiretos, identificando os erros e equívocos desse

[38] No período de 2020 a 2023, houve um pico nos lançamentos de séries documentais. Somente em 2022, foram lançadas 10 séries documentais.

		processo. A ineficiência, segundo os autores, deve-se ao conjunto de políticos corruptos que comprometem a liberdade e deterioraram o serviço público. Para entender a origem desse processo, o documentário objetiva apresentar uma versão desconhecida do Brasil, mostrando os méritos do processo de colonização português, dado que nossas memórias foram ocultas e símbolos foram esquecidos, havendo uma hegemonia de pensamento de esquerda que se apresentou como único e suficiente e permeou o curso dos acontecimentos. Com essa finalidade, recuperam-se as ideias que mudaram o mundo no século XX e a influência desses pensamentos no solo brasileiro. A série documental está dividida em: Cap. 1: Panorama Brasil (25 min), Cap. 2: Terra de Santa Cruz: uma história não contada (34 min), Cap. 3: As raízes do problema (43 min e 36 segundos), Cap. 4: Dividindo pessoas, centralizando o poder (47 min) e Cap. 5: Propostas: o Brasil do futuro (1 hora 11 min e 49 segundos).
3	Como identificar um conservador	Este é 8° episódio do Programa Insight do Brasil Paralelo com duração de 31:40, apresentado por Bruno Garschagen e dirigido por Felipe Valerim. Em termos gerais, é direcionado para os/as patriotas, liberais e conservadores/as. Conta com somente um episódio que aprofunda as origens do pensamento conservador e a sua incorporação nas terras brasileiras. Objetiva refletir sobre o conservadorismo ao longo da história do Brasil, evidenciando as mistificações e as verdades por trás dessa corrente de pensamento.
4	1964: Brasil entre armas e livros	Esse é um dos documentários mais vistos pela BP. Lançado em 2019, sob direção de Lucas Ferrugem e Felipe Valerim, o documentário tem o intuito de criar uma mentalidade para impedir que outro regime totalitário, baseado no comunismo, volte a assombrar o país. É voltado para as próximas gerações que ficarão à mercê de publicações que demonizaram a ditadura civil militar no Brasil, sem se atentar aos perigos da infiltração comunista. Segundo os autores, os ditos intelectuais, professores e artistas traíram sua nação, ao promover e divulgar conteúdos alinhados aos regimes totalitários, vendendo ilusões falseadas da realidade com dinheiro estrangeiro. Com 2 horas e 5 minutos de

		duração, o resultado foi uma investigação internacional com dezenas de entrevistados, descoberta de documentos originais dos serviços secretos soviéticos e muita tentativa de censura por parte da mídia brasileira.
5	A direita no Brasil	Dirigido por Henrique Viana e Lucas Ferrugem, o documentário foi lançado em março de 2023. A partir de perguntas disparadoras, a série documental questiona se os eventos dos últimos anos foram capazes de despertar a consciência crítica e organizar um novo movimento chamado de Nova Direita. Ao reviver os acontecimentos políticos, sociais e econômicos que marcaram a última década, o documentário apresenta abordagens de intelectuais orgânicos da Nova Direita para responder se, de fato, existe um futuro para a direita no Brasil. É dividido em atos, a saber: Ato I: Ainda que tardia (1 h 7 min) – pretende entender como a corrente política de direita que parecia ter sido extinta no país retornou ao pensamento público, sobretudo na última década, alterando os rumos políticos do Brasil. Ato II: Sísifo sobre a montanha (1:37:48) – procura entender o conjunto de transformações que culminaram no *impeachment* contra a ex-presidenta Dilma Rousseff e a ascensão do governo de Jair Bolsonaro. Ato III: Lições do Abismo (54 min) – examina a derrota da Nova Direita nas eleições em 2022 e questiona se existe futuro para a direita no Brasil. Para tal, problematiza a forma como o governo Bolsonaro lidou com a falta de apoio no Congresso Nacional e na mídia tradicional, interrogando sobre o real significado das manifestações de 8 de janeiro de 2023 e os desafios e estratégias para o futuro desse movimento político-ideológico.
6	Donos da Verdade	O documentário *Donos da Verdade* (01:36:08) foi lançado em agosto de 2020 e conta a direção Filipe Valerim e Lucas Ferrugem. A produção questiona: o que acontece quando alguém decide por você o que é verdadeiro ou falso? Qual é o preço da liberdade de expressão? E qual é o custo de perdê-la? A partir do debate sobre a liberdade, interroga a respeito dos perigos de impedir o pensamento livre com ênfase nas questões de gênero, família e sexualidade.

7	O dia depois das eleições: antecipando ameaças e oportunidades	Série documental lançada em junho de 2018, com direção executiva de Felipe Valerim, Henrique Viana, Lucas Ferrugem e Rodolfo Taylor. Denuncia padrões governamentais que se repetem e que incidem diretamente na economia em ruínas no Brasil. O objetivo é examinar como a relação entre mercado e política ocorre e como agir diante dos cenários impostos pela política, como se proteger do governo e como agir diante do mercado. Para tal, recupera a história de conformação da República, ressaltando as eleições, crises político-econômicas e planos de recuperação. A capacidade de compreender, antever e analisar pode ser a chave analítica para não sofrer com (des) mandos dos governantes, bem como para aproveitar as oportunidades que os movimentos políticos causam na economia. A série documental possui 5 episódios: Cap. 1: O que sobrou do Brasil – Parte 1 (28 min), Cap. 2: O que sobrou do Brasil – Parte 2 (32 min), Cap. 3: Minha primeira grande operação (24 min), Cap. 4: Os ciclos de poder (27 min) e Cap. 5: Proteja-se independente do resultado (27 min).
8	O teatro das tesouras: a política nua e crua	Produção original na Plataforma Brasil Paralelo, sob direção de Asaph Hiroto. Busca descortinar as eleições que alteraram os rumos da política no Brasil. O 1º episódio aborda o ano de 1989 (23 min.), o segundo, o de 1994 (17 min.), o terceiro, o de 1998 (16:10), o 4°, o de 2002 (19 min), o 5°, o de 2006 (21 min), o 6°, o de 2010 (20 min), o 7°, o de 2014 (38 min) e o último, o de 2018 (45 min) Inicia-se apontando a questão da estratégia das tesouras, isto é, a divisão do campo político entre duas partes da mesma força: uma moderada (que finge ser oposição) e outra mais radical (que diz promover mudanças). Nesse contexto, cria-se a ilusão da oposição e escolha política com o objetivo de ampliar a hegemonia dessas forças. Segundo os autores, essa estratégia inicia-se no Brasil em 1989.
9	Entrevista Ângela Gandra – Contraponto	Entrevista com a Secretária Nacional da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Bolsonaro, com duração de 1 hora e 38 minutos. Na oportunidade, ela aborda a filosofia, o aborto, a

		experiência no governo federal e a sua influência no movimento Pró-Vida no palco internacional.
10	As grandes minorias	Produção original da Plataforma Brasil Paralelo, lançada em novembro de 2020, sob a direção de Henrique Zingano. Foi exibida no canal do YouTube e contou com 788,6 mil visualizações no primeiro vídeo, 1,1 milhão no segundo e 504 mil no terceiro. A série documental evidencia que as minorias ganharam as capas dos jornais e moldaram a opinião pública. Muito se fala sobre o que esses movimentos criticam, pouco se discute sobre suas origens e propostas. O capítulo 1 (1 hora) questiona o que é o Movimento Antifascista, quais são as suas características, táticas, símbolos, origem, conceitos, movimentações no Brasil e nos EUA e as consequências na atualidade. O capítulo 2, *Geração sem Gênero* (50 min), aborda questões teóricas e políticas sobre a teoria de gênero, alertando sobre a crescente ameaça da ideologia de gênero para a sociedade. O documentário entende que cada vez mais a pauta da ideologia de gênero avança em escolas, universidades, meios empresariais e espaços públicos. Muito do que acontece envolve dinheiro público, ainda que não haja aprovação da população em geral para isso. A ideologia de gênero joga luz sobre os temas da homofobia, da bandeira LGBTI+, do feminismo e da educação sexual para crianças em idade escolar, dado que essas pautas estão no ensino público, nas bases comuns curriculares e em livros didáticos. O tema da transexualidade também se faz presente, com destaque para sua presença nos esportes, o uso do nome social e da linguagem neutra. Em geral, defendem que são agendas políticas da esquerda e vinculam-se ao socialismo no Brasil. Um documentário que investiga o gênero, seus perigos, suas consequências e seu projeto de poder. O terceiro capítulo intitulado *Vidas (Negras) Importam*, com 53 minutos de duração, investiga o caso de Michael Brown em Ferguson, o de George Floyd e o papel das fundadoras do Black Lives Matter (BLM): Alicia Garza, Patrisse Cullors e Opal Tometi. Para tal, questiona: o que significa *BLM*? Qual é o contexto da segregação racial nos EUA? Quais movimentos

		influenciaram o BLM? Qual é a história do movimento? Quais suas consequências? O documentário explora a oposição ao BLM e as estratégias de cancelamento.
11	A face oculta do feminismo	A *live O que as feministas realmente querem* foi lançada em 25/04/2022 (com duração de 1 hora, 25 minutos e 45 segundos) e teve continuidade no dia 26/04/2022 (1 hora, 43 minutos e 48 segundos) no Canal do YouTube, contando com cerca de 433 mil visualizações só no primeiro dia. A *live* ocorre para debater o documentário *A face oculta do feminismo* (59 minutos), lançado em abril de 2022, dirigido por Guilherme Freire e voltado para mulheres e meninas jovens e adolescentes. Considera-se que o feminismo possuí duas faces: a mais aparente que é a da igualdade, da não violência, do respeito e da sororidade. A outra face é desconhecida porque é ocultada. Não vemos nas notícias, nas propagandas, nas estampas de camisetas, tampouco nas redes sociais, nos discursos dos artistas e nos palcos. Essa face que não querem que a sociedade veja está na sombra de uma história que foi deturpada. O conteúdo denuncia a história não contada do feminismo, enfatizando o seu significado histórico, suas reais conquistas, pautas e intenções futuras. Para tal, a conversa gira em torno de três questões fundamentais: a) Será mesmo que as mulheres devem tanto ao feminismo?; b) Toda mulher deveria ser feminista?; e c) Quais as intenções futuras do movimento?
12	Pátria Educadora	Série documental lançada em março de 2020, dividida em três episódios, intitulados: a) O fim da história – Pátria Educadora (1 hora e 2 minutos), b) Pelas barbas do profeta (1 hora e 20 minutos) e c) Guerra contra a Inteligência (2 horas e 40 minutos). Para entender a situação atual do ensino no país, é preciso voltar no tempo e descobrir o que é educação, onde ela começa de forma institucional e como se tornou compulsória. Atualmente, nota-se a crescente doutrinação marxista em sala de aula, professores militantes, drogas nas escolas e nas universidades e pouco aprendizado real, dado que o Brasil possui um dos piores níveis de aprendizado na Educação Básica. Com os primeiros filósofos na Grécia, tinha-se uma educação que significava a jornada da vida interior para descobrir a realidade ao redor. Para os autores

	da série, educar-se é herdar o conhecimento da humanidade e levá-lo adiante. É fundamental que a educação ensine a verdade, conduza à verdade e ensine a pesquisar a verdade. Essa é a educação liberal, visando a liberdade humana. Mas existem também outras correntes e abordagens como o humanismo, a escola positivista, o cientificismo e as influências de Hegel e Marx, sendo que o método de Paulo Freire é o que mais prevalece no Brasil.

A abordagem dos elementos audiovisuais abrange a descrição, a estrutura e a análise crítica que serão desenvolvidas ao longo dos capítulos, através de uma Matriz de Coleta de Dados que envolve: I) Informações gerais, tais como título, data de lançamento, roteiro, direção e duração; II) Ideia central, descrição dos vídeos e dos episódios, construção do documentário, público-alvo, conceitos, obras e autores/as citados/as, entrevistados/as, imagens, articulação com legislações, dados históricos, dados contemporâneos (2010/2020), locais citados, principais narrativas, frases e matérias veiculadas no *site* da BP; e III) Percepções da pesquisadora.

Esse roteiro segue as orientações de Risk e Santos (2021), que salientam a importância de a pesquisadora explicitar os procedimentos adotados no processo de delimitação de critérios para simplificar/transcrever os materiais, dado que o material tabulado não representa a cópia do original, mas a produção de um novo resultado, visto que se trata de uma espécie de tradução de uma linguagem para outra, na qual são feitas escolhas sobre qual informação será priorizada.

Observando os elementos dessa matriz e a amplitude do material coletado, dispomos a análise das produções audiovisuais no decorrer dos capítulos da tese que, de certa forma, recuperam uma certa genealogia na construção da pesquisa. Temos consciência de que alguns achados desta pesquisa não serão devidamente aprofundados nesta tese, ficando o seu desenvolvimento a ser feito em momentos posteriores da trajetória acadêmica.

A reconstrução analítica de 2010 a 2020 possibilitou enfatizar os momentos de avanços e retrocessos nas mobilizações das ordens de gênero e sexualidade no cenário político nacional. As noções de corporalidade e masculinidade veiculadas pela extrema direita brasileira não são tomadas numa perspectiva individual e psicologizante, ainda que representativas, mas como dimensão histórico-social relacionada à formação social brasileira e à sociabilidade capitalista como totalidade social.

Para finalizar esta seção, registramos que entendemos que o neoconservadorismo brasileiro não prescinde da estrutura econômica e do devir histórico, pois suas expressões conjunturais vinculam-se à formação sócio-histórica brasileira, à construção da identidade nacional e à peculiaridade da nossa "transição democrática"[39]. A investigação dos processos políticos contemporâneos à luz do materialismo histórico-dialético exige a recuperação dos eixos teóricos e históricos para fundamentar a análise da democracia no Brasil, especialmente, no que se refere à conformação do Estado e dos arranjos institucionais para a dominação empreendida pela classe burguesa, principalmente no contexto em que o país submerge numa crise econômica e sociopolítica.

[39] Referenciamos essa transição entre aspas por se tratar de uma ilusão que presumia que o processo da ruptura democrática com a Ditadura Militar tinha um ponto de chegada e partida, tomando a "democracia" num sentido unívoco (MIGUEL, 2019).

2 O CASAMENTO ENTRE NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO: A RADICALIZAÇÃO DA NOVA DIREITA BRASILEIRA

> Num tempo
> Página infeliz da nossa história
> Passagem desbotada na memória
> Das nossas novas gerações
> Dormia
> A nossa pátria mãe tão distraída
> Sem perceber que era subtraída
> Em tenebrosas transações
>
> (VAI passar, Chico Buarque de Hollanda).

Nesta seção, propomos uma investigação da trajetória política das direitas no Brasil de 2010 a 2020, destacando a intrínseca interligação entre as chamadas "pautas morais", o combate à corrupção e o anticomunismo.

A compreensão desses antecedentes históricos se revela fundamental para analisar o surgimento da Nova Direita no Brasil e para compreender as tendências de desdemocratização que surgiram após a Crise Econômica de 2008, culminando na ascensão de governos autoritários em diversas partes do mundo. Dessa forma, observamos a ressurgência do lema "Deus, Pátria e Família" como um dispositivo de alcance transnacional sustentado pelo contexto do capitalismo contemporâneo.

Essa estrutura teórica ampla nos permite compreender a ameaça à democracia brasileira e o ataque à Constituição Federal (CF) de 1988 com a consolidação das políticas neoliberais, apoiadas no neoconservadorismo. É importante lembrar ainda que as democracias episódicas e ditaduras recorrentes que legitimam a formação da sociedade latino-americana apontam para um autoritarismo congênito que seria uma contingência da transição do caos à ordem, dos séculos de patrimonialismo escravista à república democrática, do poder oligárquico ao racional, do absolutismo ibérico à liberal-democracia (IANNI, 1988).

Para tanto, é crucial evidenciar o passado traumático do período da ditadura civil-militar (1964-1985), resgatado como revolução pelo movimento bolsonarista e refletido nas produções audiovisuais da BP. Para finalizar esta seção, iremos apresentar a escalada neofacista como fenômeno da extrema direita brasileira, a partir das taras principais do bolsonarismo. Considerando esses elementos, optamos por indicar algumas linhas de força para entender as condições materiais e o terreno ideológico que dão suporte à agenda neoliberal de desproteção social articulada com o neoconservadorismo mais reacionário e violento que orienta a guinada à extrema direita no Brasil.

Com base na particularidade brasileira, pretendemos desvelar o ambiente sociocultural contemporâneo de ofensiva à direita através da imbricação entre neoliberalismo e neoconservadorismo que, sem dúvida, repercute na construção da proteção social circunscrita na entidade familiar. Entendemos ainda que as rupturas democráticas no Brasil recente e a instauração de um governo autoritário contaram com a participação de múltiplas instituições, que incluem tanto o complexo midiático para fomentar uma narrativa anticorrupção quanto o apoio das instituições financeiras pelo patronato brasileiro.

Não pretendemos atribuir uma identidade direta entre o chamado neoconservadorismo e os fenômenos políticos da extrema direita, mas salientar seus pontos de convergência. Tampouco, pretendemos enquadrar o neoconservadorismo nos traços bolsonaristas de personalidade, pois essa qualificação tende a subtrair o conteúdo e o significado histórico, específico e contraditório dessa corrente de pensamento e ação em relação à totalidade social (SOUZA, 2015), pois o processo político não se radica apenas na disputa de personagens e no conflito entre valores e ideias. Fundamentalmente, advém da dinâmica entre as classes e frações de classes sociais, e não de cidadãos e políticos isolados, haja vista que o bolsonarismo é maior que o ex-presidente Jair Bolsonaro.

2.1 “O que está acontecendo no país?”: Tessituras sobre a frágil democracia brasileira

> Memória de um tempo onde lutar
> Por seu direito
> É um defeito que mata
> São tantas lutas inglórias
> São histórias que a história
> Qualquer dia contará
>
> (*Pequena memória para um tempo sem memória,* de Gonzaguinha)

Há uma disputa de sentidos e significados em torno da brasileira, tomada deliberadamente para legitimar usos e abusos. Ao longo da história latino-americana, muito foi feito em nome de um suposto referencial democrático, inclusive as tentativas de golpe e as ações do círculo militar. Nas manifestações bolsonaristas, as defesas de intervenção militar são acionadas para restituir a moldura democrática que supostamente está ameaçada pela instabilidade política e pelo autoritarismo dos governos de esquerda.

Grosso modo, a democracia é entendida como “governo do povo”, mas, em nenhum dos regimes que se autoproclamam democráticos, o povo de fato governa. Seriam democracias representativas – e a expressão se tornou tão familiar que tendemos a ignorar a contradição

entre o substantivo e o adjetivo. A democracia representativa é o governo do povo em que o povo não governa, uma vez que delega o exercício do poder a alguns poucos (MIGUEL, 2019).

Na compreensão desse pesquisador, as sociedades contemporâneas consideradas democráticas vinculam-se à capacidade de pressão e organização de grupos oprimidos para reivindicar o acesso à cidadania. A representação, nesses termos, é um rebaixamento do ideal democrático, porque atua na produção de ruídos sobre a verdadeira vontade popular e sobre o impacto da formulação de políticas do Estado.

Rios (2006) anuncia que a primeira objeção ao debate de gênero e sexualidade, assim como dos direitos sexuais e reprodutivos, coloca-se no chamado dilema da democracia, pois a maioria dos indivíduos rejeita e estigmatiza certas identidades, direitos e práticas sexuais. Nesse aspecto, a decisão em contrário poderia configurar-se como usurpação do processo democrático, um desrespeito à vontade popular, tornando-se um ato arbitrário por parte dos órgãos públicos que deveriam primar pelas deliberações majoritárias, como ocorre nos casos envolvendo a descriminalização e legalização do aborto no Brasil.

Segundo o autor, esse argumento não prospera do ponto de vista dos direitos humanos, especialmente quando inserido em constituições nacionais, qualquer que seja sua função de proteção de indivíduos e grupos contra violações perpetradas por maiorias.

Os arranjos são limitados na economia capitalista, pois o Estado, que deveria garantir o caráter democrático e de direito, tende a agir como “o comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 2008, p. 12). Sobretudo, quando a democracia requer igualdade através dos direitos sociais que se materializam por meio da implementação e incentivo às políticas sociais – principal obstáculo dos governos neoliberais. Em concordância com as contribuições de Behring e Boschetti (2011, p. 51), entendemos que políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Como ponto de partida desta análise, entendemos que a anatomia da sociedade burguesa, assim como sinalizou Marx (2013), reside na crítica à Economia Política. O autor questiona as noções idealistas da sociedade civil em Hegel, ao reivindicar a perspectiva ontológica do Estado em relação às condições materiais de existência, isto é, com as formas concretas de produção e reprodução material da vida social. Para Marx (2013), o Estado não é separado ou alienado da sociedade, tampouco pode ser compreendido desprendido dela, pois é

na sociedade que se radicam as raízes do Estado. Trata-se de recuperar seu processo histórico e inseri-lo na totalidade das relações sociais.

Com a filosofia hegeliana, as ideias configuram-se como um sustentáculo para o mundo das coisas, ao passo que a atividade intelectual e o processo de pensamento geram a realidade social. Tal raciocínio, difundido entre os idealistas, repercute na apreensão do Estado como encarnação do espírito absoluto, descolado do tecido social. Em última análise, esse Estado representa a força que se impõe e antagoniza com a sociedade para resguardar a coesão social e a harmonia geral da nação.

Nos debates da disciplina *Tópicos Especiais em Teoria Social I*, do PPGSS da UERJ, a respeito do tema "Estado capitalista e regimes políticos: abordagens introdutórias", vimos que o Estado expressa a genericidade humana, interpretado como um sistema de interesses gerais que tem a aparência de universalidade em torno do *cidadão abstrato*[40]. Fundamentado na imagem mistificada de árbitro das classes sociais, o Estado apresenta-se como juiz neutro, benevolente dos méritos dos "livres e iguais" e representante do interesse nacional (MANDEL, 1982).

Importante relembrar que o Estado precede o capitalismo e nasce a partir das disputas em torno do controle das classes sobre o produto social ou excedente. Na tradição do materialismo histórico-dialético, o Estado não é tomado por uma definição genérica e/ou como mal necessário, a exemplo de Adam Smith, tampouco como garantidor do bem comum, como disposto nos contratualistas, e sequer como a manifestação do espírito universal segundo Hegel (BEHRING, 2018, p. 42).

No seio da discussão marxista, Nicos Poulantzas (1980) contesta a apreensão idealista/subjetivista do Estado tomado na perspectiva do sujeito, dotado de autonomia absoluta e desconectado do chão histórico. Ao mesmo tempo, esse autor critica a apropriação instrumental e reducionista do Estado como mero objeto da classe dominante. Com base nessas duas linhas de pensamento, Poulantzas (1980)[41] lança contribuições para o entendimento do

---

[40] "[...] em que o homem vale como ser genérico –, ele é o membro imaginário de uma soberania imaginada, é roubado da sua vida individual real e repleto de uma universalidade irreal (MARX, 2009, p. 51). [...] Só assim, por cima dos elementos particulares, [é que] o Estado se constitui como universalidade (MARX, 2009, p. 50).

[41] O denso debate teórico e científico acerca da "autonomia relativa do Estado", à luz dos pensadores marxistas, carece de maior trato analítico pela autora deste comentário, porque, provavelmente, esteja habituada com a ideia mais "instrumental" (com muitas aspas) do Estado como "comitê executivo para gerir os negócios da burguesia", conforme assinala Marx no Manifesto do Partido Comunista (MARX; ENGELS, 2008). Nesse aspecto, Poulantzas (1980) problematiza o Estado como "campo de disputa" (mais aspas, dada a hegemonia da classe burguesa), tendo em vista o atravessamento da luta de classes. Estamos certas de que a questão da "autonomização relativa do Estado" face às classes sociais é um debate fundamental para as determinações das políticas sociais que materializam as contradições entre capital e trabalho.

Estado, através do que denomina como "*autonomia relativa*"[42] em relação a essa ou aquela fração do bloco no poder a fim de assegurar a organização do interesse geral da burguesia sob a hegemonia de uma de suas frações" (POULANTZAS, 1980, p. 147).

A partir da abordagem marxiana, Mandel (1982, p. 333) entende o Estado Capitalista como produto da divisão social do trabalho. Segundo esse pensador, o Estado tem como função: I) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante; II) reprimir as ameaças às classes dominantes ou às frações particulares das classes dominantes e ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia e do sistema judiciário e penitenciário, por meio da coerção[43]; III) e a integração das classes dominadas, garantindo que a ideologia da classe dominante se perpetue e que as classes exploradas aceitem sua própria exploração.

As tímidas medidas sociais que atenuam a hierarquia social, mas que não tocam na propriedade privada, são temidas e desestabilizam a ordem político-social (MIGUEL, 2019), prosperando uma democracia autolimitada que refreia qualquer impulso ao combate da desigualdade social. Não por acaso, a retórica esvaziada da anticorrupção e do antipetismo que compõe o repertório discursivo e prático da direita radicalizada no Brasil impulsionou ataques aos programas de transferência de renda, manifestando-se como uma das facetas do preconceito de classe. Segundo esse discurso, tais programas incitavam a preguiça, a corrupção e o comodismo, bem como estimulam a população a ter mais filhos para viver das benesses do Estado.

Tais elementos históricos são fundamentais na análise da democracia brasileira, após o longo período de Ditadura Militar que é recorrentemente propagandeado e defendido nas

---

[42] Vimos que a "autonomia relativa do Estado" e a "reprodução ampliada do capital" são pontos teorizados por Mandel (1982) e Poulantzas (1980). Mandel não flexibiliza a noção do Estado como instrumento de acumulação progressiva do capital. Em determinados aspectos, esse autor estabelece relação com parte dos fundamentos teóricos de Poulantzas quando aponta que o "Estado é mais antigo que o capital, e suas funções não podem ser derivadas diretamente das necessidades da produção e da circulação das mercadorias" (MANDEL, 1982, p. 334). Entretanto, Mandel (1982) questiona a concepção apresentada por Poulantzas (1980) de que na fase atual do capitalismo a principal função do Estado burguês é política, enquanto a principal forma da ideologia burguesa é economicista. Ao se referir a proposições do marxista grego, Mandel (1982, p. 341) aponta que é "uma tentativa escolástica e artificial de separar mecanismos de classe intimamente interdependentes". Além dessas distinções interpretativas, Poulantzas defende que "ao longo da história do modo de produção capitalista, em todo e qualquer momento, em toda e qualquer conjuntura política, haveria um aparelho de Estado dotado de relativa autonomia diante das classes sociais" (DEMIER, 2016, p. 190), ao contrário de Mandel (1982), que reporta a autonomia relativa do Estado no contexto tardio do capitalismo monopolista.

[43] Engana-se quem supõe que no regime democrático burguês não há violência estatal. As funções elencadas por Mandel (1982) acima são fundamentais para apreensão do papel do Estado brasileiro no capitalismo contemporâneo com o monopólio da violência, especialmente com o Governo Bolsonaro, que intensificou a repressão às lutas sociais, a militarização da vida e a criminalização dos Movimentos Sociais.

narrativas e ações políticas da extrema direita[44]. Em concordância com Netto (2010), esse regime político-terrorista influenciou coercitivamente vetores econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos, respaldados por uma tendência de desenvolvimentismo estrangeiro (norte-americano, principalmente) para modelar a sociedade brasileira. O Estado Civil e Militar que emerge após o golpe de abril de 1964 estrutura-se como força antinacional e antidemocrática, acentuando uma funcionalidade econômica e política de exclusão, para além das classes subalternas, dos direitos políticos (NETTO, 2010).

É relevante ressaltar que esse foi um dos períodos mais sombrios da história do Brasil, caracterizado por violações graves dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito. O extenso material proveniente do Relatório da Comissão da Verdade [45](BRASIL, 2014), distribuído em três volumes, apresenta um panorama abrangente das violações ocorridas ao longo desses 25 anos, abrangendo os locais de tortura e morte, além de identificar os agentes estatais diretamente ou indiretamente responsáveis por tais transgressões.

O relatório aponta a prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres. Os dados revelam que foram registrados 434 casos de mortes e desaparecimentos, com 210 vítimas ainda não encontradas, enquanto 377 indivíduos ligados ao Estado são identificados como responsáveis por essas violações graves (BRASIL, 2014).

Jair Bolsonaro e seus aliados se posicionaram de maneira contrária à ala dirigente que defendia uma ditadura temporária, uma vez que eles próprios nutriam um projeto de regime político desse tipo para o país. Além de enaltecer o Coronel Carlos Brilhante Ustra, condenado por tortura e sequestro durante o regime militar, como um herói nacional, Bolsonaro fez inúmeras declarações em apoio à Ditadura ao longo de sua carreira política.

---

[44] Existe todo um imaginário social e uma simbologia própria da extrema direita relacionada ao período da Ditadura Militar, através da reivindicação da memória de torturadores e as ações do Ato Institucional n° 5. Além do culto indiscriminado à violência, sabe-se que a família Bolsonaro possuí relações com grupos paramilitares (milicianos) que possui larga trajetória de extermínio e controle de territórios no estado do Rio de Janeiro. Formado por agentes ou ex-agentes do aparelho de segurança pública, as milícias têm suas origens no tipo de socialização promovida pelo regime militar para combater a resistência armada em conjunto com os militares (MELO, 2020).

[45] Em linhas gerais, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi estabelecida pelo Estado como um instrumento destinado a fortalecer a democracia, tendo como propósito investigar as graves violações dos direitos humanos cometidas por agentes do Estado na repressão aos seus oponentes de 1964 a 1988. Além disso, a CNV tinha a responsabilidade de examinar, esclarecer publicamente e fazer recomendações para ações de reparação histórica, com o objetivo de preservar o direito à memória, à justiça e à verdade. Atendendo a uma demanda histórica da população brasileira, o CNV foi oficialmente instituído em 2012 e desempenhou suas atividades até 2014. Vale mencionar que, além de ter sido um dos últimos países a criar uma comissão da verdade, o Brasil implementou a Lei da Anistia em 1979 para perdoar os crimes cometidos durante o período do regime militar que se prolongou de 1964 a 1985 (BRASIL, 2014).

Ele sugeriu que o Golpe de 1964 nunca ocorreu e que a repressão e a censura deveriam ter sido mais rigorosas. Em um vídeo publicado em suas redes sociais em 31 de maio de 2016, o ex-presidente afirmou que deveríamos comemorar o 31 de março de 1964, comparando-o ao 7 de setembro, sugerindo que o Brasil deveria recuperar os valores militares que estiveram em vigor de 1964 a 1985. Em uma entrevista à rádio Jovem Pan em 8 de julho de 2016, ele declarou que "o erro da ditadura foi torturar e não matar"[46]. Nessa direção, a Câmara dos Vereadores da cidade de Porto Alegre decidiu celebrar o 8 de janeiro, data que remete a invasão da sede dos Três Poderes em Brasília pelos grupos bolsonaristas em 2023, como Dia Nacional do Patriota.

Sabemos que a direção da ala moderada do regime militar residia num período de transição como parte necessária para a criação de um novo regime que se afastasse das ebulições populares e da influência latino-americana da esquerda. Além disso, outro objetivo era fortalecer o crescimento econômico através da vinculação com o capital internacional e com os ditames da liberalização.

O controle institucional exercido pelo ideário militar era, justamente, aniquilar o inimigo, limpando o terreno ocupado pela oposição de esquerda. Por essa razão, a passagem para a reabertura democrática foi realizada de forma lenta, gradual e segura para que a cúpula dirigente não perdesse o domínio do processo político.

A própria Constituição Federal (CF) de 1988 decorre desse momento, ao passo que, mesmo reconhecendo as liberdades democráticas e os direitos sociais, dita as protoformas do jogo político (MIGUEL, 2019).

No decorrer das aulas do Módulo I *Conservadorismo, ultraneoliberalismo e neofascismo na América Latina, com ênfase no Brasil contemporâneo*, ministrada no PPGSS/UERJ, refletimos sobre a configuração da Carta Cidadã de 1988 e as tendências em disputas assimiladas pelo texto constitucional.

Recorrentemente, tendemos a apropriar a Constituição de 1988 desprovidos de uma análise crítica e acurada sobre o seu processo de formulação e sistematização. Afinal, quais as forças políticas e ideológicas tensionaram os avanços e limites da CF? Quais resquícios da Ditadura Militar permanecem presentes no texto constitucional?

Não há dúvidas de que a Constituição de 1988 representa uma abertura política e firma a democracia nos moldes brasileiros, contando com intensa participação da sociedade civil e dos movimentos organizados. Por outro lado, não podemos esquecer que segmentos da direita conservadora e membros da autocracia burguesa também negociaram os termos inseridos na

[46] Saiba mais: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml Acesso 22 nov. 2023.

CF. A título de exemplificação, podemos citar a legalidade da intervenção militar disposta no artigo 142 da CF, que é recorrentemente acionada, representando a tutela militar sob o regime democrático.

Com base nessa discussão e refletindo sobre o fenômeno da reemergência das direitas brasileiras nos últimos anos, Luís Felipe Miguel (2018) alerta que é um equívoco analítico afirmar que o protagonismo das direitas se trata de uma novidade, posto que suas organizações políticas sempre estiveram costuradas na história brasileira.

Além disso, este autor enfatiza que temos que relativizar os usos da direita no singular, por conta do seu caráter multifacetado. Um dos pontos de integração da extrema direita reside na eleição de um inimigo imaginário em comum a ser combatido e na crença em um "mito", que é uma espécie de liderança política paternal que está acima da crítica e que atualiza o contradiscurso da violência, do ódio e do medo.

A presença das direitas ao longo dos 14 anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) é creditada, entre outros aspectos, às táticas de conciliação e de aliança que incorporaram uma grossa fatia do empresariado e do patronato nas decisões políticas e administrativas que desconfiava dos programas de moderadas transformações sociais[47]. Anteriormente, as parcelas da classe dominante engrossaram as fileiras do governo para não perder suas benesses; outras frações que desejavam ocupar o centro do poder resignaram-se a ocupar posições secundárias (MIGUEL, 2018). Entretanto, entendemos que:

> Essas "novas direitas brasileiras" não são, desse modo, simplesmente os quadros tradicionais do PSDB ou do conservadorismo *mainstream*, *habitués* dos palácios federativos e meios de comunicação, que, com o passar dos anos na Nova República, foram se distanciando cada vez mais das esquerdas no espectro político. Elas teriam emergido, especialmente, a partir de setores de uma direita envergonhada pelo peso de uma experiência traumática como a da Ditadura Militar e que passam a se reunir em fóruns virtuais, especialmente a partir de 2005-2006, com a popularização do *Orkut* e com a primeira grande crise política dos governos petistas (MORAES; CLETO, 2023, p. 6).

Os estranhamentos foram diversos. Luiz Inácio Lula da Silva, oriundo do Nordeste brasileiro, metalúrgico e sindicalista, ocupava o cargo de presidente do país por dois mandatos e operava importantes deslocamentos sociais na distribuição de renda. Ao longo da sua carreira

[47] Armando Boito Júnior (2016) argumenta que as políticas econômicas, sociais e externas dos governos Lula e Dilma não priorizaram os interesses das grandes massas, mas os interesses das grandes empresas nacionais. Por outro lado, diferentemente do que sustentam alguns intelectuais da esquerda, os governos do PT não foram representantes puramente da "burguesia". A despeito das críticas que a temos à gestão dos Partido dos Trabalhadores na presidência, sabemos que o governo federal petista configurou-se como a primeira experiência de alternância de poder no Brasil.

política, Lula disputou a presidência em 1989, 1994 e 1998. Somente em 2002, quando muda seu posicionamento mais “radical”, Lula consegue ser eleito o 35º presidente da República Federativa do Brasil com quase 53 milhões de votos no segundo turno, representando 61% dos votos válidos.

Concomitantemente, no interior da sociedade brasileira, cristalizavam-se grupos ligados à extrema direita que rejeitavam qualquer possibilidade de diálogo com os governos petistas. Trata-se de anticomunistas renitentes, nostálgicos da Ditadura Militar, fascistas e neonazistas, alguns fundamentalistas religiosos e uns poucos liberais econômicos extremistas, cuja defesa de um Estado ultramínimo os fazia recusar, por princípio, qualquer forma de política social e para quem o petismo, por mais moderado que fosse, continuava perigosamente intervencionista (MIGUEL, 2018, p. 18).

Nas eleições de 2014 e no profundo desrespeito e descrédito em relação ao resultado que garantiu a vitória de Dilma Rousseff (PT) contra Aécio Neves (PSDB), com 54 milhões de votos no pleito eleitoral, temos os primeiros sinais de que a elite brasileira não estava mais alinhada com o referencial civilizatório da democracia, justamente no momento em que se elege a primeira mulher para o cargo de Presidência da República.

Luís Felipe Miguel (2018) chama a atenção para o deslocamento contínuo e agressivo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) à direita, através de uma aproximação sucessiva com a direita ideológica, contradizendo na prática o ideário das liberdades democráticas, do combate à desigualdade, da retórica dos direitos humanos, dos consensos firmados na Constituição Federal de 1988 e da justiça social.

A partir de 2010, nota-se que a alavancada irracionalista no país não estava mais enquadrada nos limites do confronto político partidário entre os espectros da direita e da esquerda, mas em teorias conspiratórias e crenças anticientíficas que desencadearam a organização de grupos antivacinas e terraplanistas. Em pleno ano de 2019, estimou-se que 7% dos brasileiros/as acreditavam que a Terra era plana. A pesquisa do Instituto Datafolha (2019) demonstrou que um em cada quatro brasileiros/as não concebia como crível a ida do homem à lua.

Esse é um aspecto imprescindível na agenda da pesquisa, pois nos questionamos: em que momento as direitas brasileiras atrelaram-se aos posicionamentos e pensamentos teocêntricos contrários aos ganhos civilizatórios da Ilustração? Por que a Carta Magna de 1988 deixou de ser um consenso no panorama político? Em qual esquina histórica os movimentos negacionistas, neofacistas e monarquistas alinhados à extrema direita galvanizaram espaço no

debate público? Ou ainda, qual a amplitude e profundidade de simpatizantes da extrema direita no território brasileiro?

De acordo com o vazamento intitulado *A Rede de Intolerância* (DIP *et al*., 2021), promovido pelo WikiLeaks, há mais de 200 sócios brasileiros na lista de associados a organizações internacionais de extrema direita – o HazteOir e CitizenGO[48], sediados em Madri na Espanha. Entre os mais de 17 mil arquivos que datam de 2001 a 2017, a Agência Publica aponta que a programática de grupos ultraconservadores é a mobilização de agendas antidireitos em vários países, como iniciativas contra o aborto legal, os direitos reprodutivos das mulheres e as pautas LGBTI+, sob o disfarce da defesa dos princípios morais e familiares. Nesses documentos analisados, constatou-se que os brasileiros lideram o apoio financeiro, ficando à frente de mexicanos, canadenses e estadunidenses.

O Brasil é o país na América Latina que, ao longo dos anos, vem encabeçando uma aliança internacional de extrema direita que é, ao mesmo tempo, antigênero e anticomunismo, fortalecendo relações com a VOX. Esse partido populista espanhol de extrema direita tem organizado uma plataforma de forças ibero-americanas com fortes interlocutores no Brasil, no Peru e no Chile, através de uma programática de eventos, projetos, cartas de intenção e ações públicas e privadas.

Dentro desse espectro, o mapa sobre o crescimento do neonazismo no Brasil elaborado pela pesquisadora Adriana Dias revela cerca de 530 núcleos extremistas em todas as regiões do país, reunindo aproximadamente 10 mil pessoas (FANTÁSTICO, 2022). Esse mapa vai ao encontro dos dados da ONG Anti-Defamation Legue (ADL), que revelam que o Brasil é o país do mundo onde mais cresce o número de grupos da extrema direita. Estima-se que 15% dos brasileiros são de extrema direita, de acordo com o Observatório de Extrema Direita no Brasil (FIGUEIREDO, 2022).

Além dos impactos resultantes dessa governança autoritária que buscou influenciar as estruturas do Estado com o respaldo de seus ministérios, notadamente os da Educação, da Economia, da Saúde, e da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, enfrentamos a atuação do Movimento Bolsonarista, cujas ramificações incluem grupos neonazistas e masculinistas em todo o território nacional. Esse movimento coordena incidentes e propaga ameaças persistentes

[48] De acordo com o comunicado lançado pelo WikiLeaks, a HazteOir foi fundada em 2001 na Espanha para militar por valores de extrema direita. Em 2013, a organização fundou a CitizenGo para espalhar seu trabalho para além de países hispanofalantes. Além das petições *on line* para ampliar a sua base de apoio, esses grupos organizam o Congresso Mundial de Famílias, impulsionam campanhas contra o aborto, realizam o levantamento de fundos para influenciar a política internacional e até criaram o "Ônibus do Ódio", destinado a estampar os *slogans* antigênero pela Europa e América (DIP *et al*., 2021).

de violência e perseguição em ambientes escolares, geralmente planejados nos subterrâneos das redes sociais e espaços de diálogo e organização no ambiente digital.

> O neonazismo começou no Brasil antes da década de 1980, mas ele começa a ter rastros estatísticos depois da década de 80, com grupos muito pontuais. O neonazismo vai começar a se desenvolver de fato depois dos anos 2000 com grupos revisionistas do Holocausto, principalmente, no Sul e preferencialmente em Santa Catarina. Ele vai se expandindo cerca de 8% ao ano até 2009, quando ocorre uma briga entre dois grandes grupos e a liderança de um desses é assassinada e, por isso, acabam diminuindo. E a cena "nazi" volta a aparecer em público de novo só em 2011, quando os neonazistas de São Paulo chamam um ato pró-Bolsonaro. Mas eles vêm para a superfície de fato quando o Bolsonaro começa a aparecer na TV e tem a fala inflamatória dele – que é uma pessoa que tem capacidade de fazer movimentos de ódio se manifestarem na sociedade – e isso faz com que os grupos venham crescendo e agora é de uma forma absurda. A série histórica é horrorosa a partir daí. Hoje são 530 células que estão ligadas a várias vertentes diferentes que não necessariamente conversam entre si (DIAS, 2021).[49]

A pesquisadora de grupos supremacistas brasileiros salienta a relação entre a radicalização da extrema direita e o Governo Bolsonaro, que demonstrou ligações com grupos neonazistas no Brasil, citando correspondências do então Deputado Federal Bolsonaro publicadas por três *sites* neonazistas brasileiros (DIAS, 2021).

A autora destaca que o ex-presidente sempre expressou mensagens de antissemitismo e pró-hitlerismo, mesmo que utilize a bandeira de Israel como uma estratégia judaico-cristã para endossar uma interpretação distorcida do Estado de Israel imaginário e apocalíptico, visando agradar à sua base evangélica.

Um episódio importante a ser lembrado é a ocorrência envolvendo o Secretário Especial da Cultura do Governo Bolsonaro em 2020, quando adotou o discurso do nazista Joseph Goebbels. Num tom ufanista, acompanhado de uma trilha sonora de Richard Wagner, aclamado por líderes nazistas, Roberto Alvim publicou um vídeo nas redes sociais contendo trechos copiados de Goebbels sobre a arte alemã.

Nesse período nebuloso, emerge o ataque aos direitos humanos, simplificado na concepção equivocada e desonesta que ganha espaço e capilaridade nos círculos sociais, segundo a qual "bandido bom é bandido morto" e "direitos humanos para humanos direitos".

O antipetismo estabelece coerência interna e identidade coletiva nas mobilizações notadamente conservadoras. Para Solano, Ortellado e Moretto (2017, p. 6), o antipetismo é um "[...] significante vazio que conforma uma identidade popular, ampla e extensiva porque

---

[49] Disponível em: https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2021/08/15/entrevista-adriana-dias-bolsonaro-e-o-neonazismo-uma-relacao-comprovada/ Acesso 10 nov 2023.

representa um grande conjunto de demandas, mas é pobre porque abre mão dos conteúdos particulares, a fim de abarcar as mais diversas demandas sociais".

Dos setores da classe média, temos uma espécie de reelaboração da memória, dado que a política de conciliação de classes e do incentivo ao consumo também oportunizou uma ascensão social desses setores. Configurou-se como terreno fértil para dissociar as classes por receio da proletarização, especialmente a classe média, que se sentiu ameaçada com a retratação da pirâmide social e a aproximação com os brasileiros mais pobres que agora frequentavam as universidades, os aeroportos e até negociavam as relações de trabalho com mais autonomia devido à redução da vulnerabilidade social. São efeitos imperdoáveis para a classe média, que não se reconhece como classe trabalhadora e que representa o núcleo duro dos eleitores/as do presidente expoente da extrema direita (MIGUEL, 2019).

Considerando essa discussão, no próximo tópico adentraremos na articulação do neoliberalismo e do neoconservadorismo no contexto brasileiro, ressaltando os impactos para a democracia brasileira.

2.2 "Conservador nos Costumes e Neoliberal na Economia"

As conquistas sociais inscritas na Carta Constitucional no contexto da redemocratização do Brasil após os 21 anos de Ditadura Civil-Militar passam a ser ameaçadas com o projeto global do neoliberalismo, a partir da refuncionalização do Estado na sua relação com o capital e a sociedade. No Brasil, essa incorporação do neoliberalismo e da hegemonia do capital financeiro remonta à década de 1990[50], dois anos após a recente Constituição Federal, impactando sobremaneira na focalização das políticas sociais a partir da lógica orçamentária.

Nesse cenário, há uma combinação da restruturação produtiva, impondo uma nova morfologia do trabalho com a mundialização do capital e a reformulação do papel do Estado no intuito de recuperar a taxa de lucros.

A consolidação do paradigma neoliberal trouxe consigo uma série de respostas robustas por parte do capital, em resposta à queda das taxas de lucro na década de 1970. Durante os anos 1980, testemunhamos uma revolução tanto tecnológica quanto organizacional na esfera produtiva, frequentemente referida na literatura como restruturação produtiva. Um elemento

[50] O Consenso de Washington realizado em 1989, nos Estados Unidos, construiu uma série de recomendações para o desenvolvimento das políticas neoliberais no continente latino-americano. O balanço dessas orientações foi realizado no Dissenso de Washington em 2001, que avaliou o andamento das reformas empreendidas pelas agências multilaterais e ratificou a orientação das propostas neoliberais para os países da América Latina.

central desse processo foi a geração de desemprego crônico e estrutural. Dentre as mudanças mencionadas por Harvey (1989), incluem-se transformações tecnológicas, automação, busca por novas linhas de produtos e nichos de mercado, bem como dispersão geográfica destinada a facilitar o controle do trabalho e mudanças visando à aceleração do fluxo de capital, alterando as noções de espaço e tempo.

A acumulação flexível em conexão com o paradigma toyotista representa um modo de gerenciamento, organização e controle do trabalho dentro de um ambiente guiado pela lógica da acumulação financeira. Esse modelo esgota a forma de acumulação anteriormente conhecida como rígida, característica do taylorismo-fordismo, que estava alinhado com o contexto do keynesianismo, dando lugar à acumulação flexível. Essa abordagem baseia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, dando origem a novos serviços financeiros e organizacionais. A acumulação flexível remodela nossa percepção de espaço-tempo e difunde o espectro de decisões em um âmbito cada vez mais amplo e diversificado (NETTO; BRAZ, 2009).

Harvey (1989) indica que, durante o período de acumulação flexível, as condições necessárias do mundo capitalista operavam de modo a orientar o crescimento do capitalismo, independentemente das implicações sociais, políticas, ecológicas e outras. Esse crescimento em termos reais é sustentado pela exploração do trabalho vivo, que detém a capacidade de criar valor.

Além dessas alterações no mundo do trabalho, ocorre uma verdadeira contrarreforma no âmbito do Estado (BEHRING, 2003) e esta vai adquirir maior ou menor profundidade, a depender das escolhas políticas dos governos em sua relação com as classes sociais, considerando a diretiva de classe que hegemoniza as decisões no âmbito do Estado.

Um dos primeiros alvos do neoliberalismo foi a intervenção do Estado na economia. O ente estatal foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformada, assim a palavra reforma perdeu seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos. Segundo Behring (2003), o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contrarreforma, sobretudo a partir dos anos oitenta do século XX. Esse processo é destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais, dado que a lógica é diminuir o Estado e cortar suas gorduras.

A fase expansiva do capitalismo maduro começou a dar sinais de esgotamento nos finais da década de 1960, rompendo com o pacto dos anos de crescimento, com o pleno emprego keynesiano-fordista e com o desenho social democrata das políticas sociais (HARVEY,1989). Do ponto de vista econômico, a crise possui desdobramentos no ambiente sociocultural e na

vida cotidiana, acionando formas e modos ideopolíticos para implementar a sua lógica de acumulação e reprodução capitalista.

Entre os fatores da ampliação de funções do Estado que se verificam no estágio tardio do capitalismo monopolista (MANDEL, 1982, p. 340), enfatizamos a disposição para remediar as explosivas crises econômicas e políticas que ameaçam o próprio modo de produção capitalista. Conforme mencionado no tópico anterior, esse Estado não é separado ou alienado da sociedade, tampouco pode ser compreendido desprendido dela, pois é na sociedade que se radicam suas raízes (MARX, 2009).

Com interferência na estrutura e na regulamentação das relações de trabalho e nas formas de organização política e jurídica do Estado, a ofensiva neoliberal do grande capital diversificou e ampliou a degradação do trabalho e da vida social, atingindo duramente as condições de existência da classe trabalhadora e dos setores marginalizados. Ao materializar-se na exploração, na dominação, na desigualdade, na violência objetiva e subjetiva, a acumulação capitalista e o neoliberalismo criam as bases concretas para a reprodução social da barbárie manifesta em ideias, valores e comportamentos (BARROCO, 2015, p. 626).

Na intenção de apreender o papel interventor desse Estado para a acumulação e reprodução do capital, Dardot e Laval (2016) enfatizam a engrenagem do "governo empresarial", a partir da racionalidade neoliberal. O Estado torna-se servil e subordinado às regras do mercado, às estratégias de eficácia/eficiência e produtividade/competição nos moldes quantitativos empregados pelo empresariado. Essa vontade de impor, no cerne da ação pública, os valores, práticas e modos de funcionamento da empresa privada orientada para o consumidor conduz a uma nova prática de governo (DARDOT; LAVAL, 2016).

Além de diminuir os gastos com a ação pública, esse giro empresarial, segundo tais autores enfatizam, subverte radicalmente os fundamentos da democracia liberal e os direitos sociais ligados ao *status* de cidadão. Esse movimento reitera a hostilidade à democracia representativa, culpada pelo crescimento da participação popular. Assim, a crise do capitalismo agudiza a desdemocratização para promover um Estado forte, enxuto e autônomo para frear os impulsos democráticos, vigiar as garantias mínimas e conter os movimentos sociais e contestatórios.

Ao examinar a antipolítica do neoliberalismo, Wendy Brown (2019) aponta que a versão rarefeita da democracia tolerada por esse projeto está apartada da soberania política, da igualdade e justiça social, do compartilhamento de poder, da legislação voltada ao bem comum, das culturas de participação e de qualquer noção de interesse coletivo que ameace a liberdade, propriedade e a segurança individual.

Esse Estado amarra-se ao que alguns teóricos vêm identificando como a Nova Direita que se apresenta como uma matriz de mudança das arcaicas formas de fazer política. A "nova direita" fez questão de se apresentar como uma força conservadora e antissistema, detentora do monopólio da mudança e da reforma, aproveitando-se sistematicamente de descontentamentos das frações populares por meio de um populismo antielite e antiestado, em geral com matrizes xenofóbicas (DADORT; LAVAL, 2016, p. 290). Não por acaso, esse espectro da direita radicalizada que reivindica a particularidade das normas nacionais, do patrimônio e das tradições culturais dos países está alinhado ao alvoroço no momento da inserção do termo gênero nos acordos internacionais[51].

Com o objetivo de preservar a produção e reprodução das relações sociais capitalistas, o neoliberalismo alia-se ao neoconservadorismo para valorizar, ao mesmo tempo, o mercado e a moral tradicional, agregando forças antidemocráticas. Almeida (2020) aponta que a escalada neoconservadora se relaciona profundamente com a racionalidade neoliberal e com a necessidade de construção de uma moralidade funcional para o atual momento do capitalismo.

Embora sejam utilizados conjuntamente, o neoliberalismo e o neoconservadorismo possuem trajetórias e significados distintos. Ambos ganharam força em meados da década de 1970, em um contexto de crise do Estado de Bem-Estar Social na Europa e nos EUA, e, portanto, de reordenamento do capitalismo, que se deu através do receituário neoliberal, através do qual se promoveu concentração de capital e distribuição do ônus da crise a partir da precarização do trabalho, do desemprego estrutural e, por consequência, da reestruturação produtiva (IRINEU; ANDRADE; LACERDA, 2020).

Segundo Barroco (2015, p. 624), a origem do movimento neoconservador norte-americano é situada no pós-guerra, fortalecendo-se no contexto da implantação das políticas neoliberais, apresentando-se como programa político (a partir do governo Reagan nos EUA), sustentado pela defesa do neoliberalismo, do militarismo e dos valores tradicionais familiares e religiosos. Numa primeira aproximação, pode-se afirmar que o neoconservadorismo

[51] O processo de inserção do termo "gênero" no plano das políticas públicas internacionais ocorreu na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo (1994), e não se deu de forma pacífica. Naquele momento, a inflexão foi objeto de discursos conservadores, arregimentados pelas doutrinas religiosas de bases pseudocientíficas, desaprovando a inclusão da perspectiva de gênero no documento em negociação intergovernamental das Organizações das Nações Unidas (ONU) (CORRÊA, 2011). Além desses aspectos, os países de bases fundamentalistas e religiosas (em conjunto com o Vaticano) argumentavam que o termo gênero, bem como os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, interferia nas particularidades regionais e culturais das distintas nações.

apresenta-se como uma forma atualizada do conservadorismo moderno[52], acrescida dos princípios neoliberais.

É nesse contexto que o conservadorismo tem encontrado espaço para reatualizar-se, apoiando-se em mitos, motivando atitudes autoritárias, discriminatórias e irracionalistas, comportamentos e ideias valorizadoras da hierarquia, das normas institucionalizadas, da moral tradicional, da ordem e da autoridade, cultivando o "medo social". Para Iasi (2015), o pragmatismo imediatista das ações, julgamentos e medidas conservadoras extirpa a historicidade dos processos sociais. Notam-se reações emocionais e apaixonadas, permeadas pela irracionalidade que torna banal o estabelecimento de diálogo – expressando a própria decadência ideológica.

Esse autor assinala que o neoconservadorismo não é algo do passado que se espera ter superado, tampouco é algo que brota do nada. Não pode ser compreendido em si mesmo, pois é uma expressão da luta de classes que manifesta em sua aparência a dinâmica dos interesses antagônicos. Assim, não é um desvio cognitivo ou moral, tampouco é fruto de uma má educação ou de preconceitos vazios de significados, é a expressão da consciência reificada nos termos de Lukács. Não se pode compreender o conservadorismo pensando-o nem do ponto de vista do senso comum, nem como uma tradição teórica despida de determinações históricas, pois se trata de uma "expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio históricos [*sic*] muito precisos" (NETTO, 2011, p. 41).

Como não existem determinações mais profundas além da aparência dos fenômenos – não existe história que articule formas passadas e presentes –, tudo se resume a uma ação instintiva. Gera-se um pacto social que procura diluir as diferenciações de classe com a enganosa ideia de "nação", produzindo o reconhecimento e um efeito político de dominação. Nessa seara, há uma exacerbação dos elementos irracionais em tempos de crise por conta do agravamento das contradições nas quais está calcada a sociabilidade capitalista (IASI, 2015).

A Nova Direita em ascensão reivindica a junção da tradição do conservadorismo moral e da agenda neoliberal para conter uma suposta degeneração democrática e um colapso da autoridade.

---

[52] Num esforço de síntese, Souza (2015, p. 19) argumenta que o conservadorismo moderno opera na desistorização do tempo presente no qual há uma aproximação entre o sistema de ideias conservadoras e outras tradições do pensamento da burguesia (liberalismo, pragmatismo e empirismo). Além disso, o conservadorismo moderno hiperdimensiona o saber prático através da matriz positivista, perfazendo uma dura crítica ao racionalismo, ao mesmo tempo que se distancia do irracionalismo, valoriza a função das tradições no processo de individuação e engrossa as fileiras das reformas sociais que não afetem a estrutura vigente (SOUZA, 2015).

Camila Potyara Pereira (2019) assinala que, no bojo dos movimentos históricos e transformações dialéticas, o neoconservadorismo e o neoliberalismo sofreram mutações em relação aos seus propósitos originais, dando início a variadas vertentes ideológicas da direita e da sua radicalização, assumindo tendências variadas de acordo com cada nação. A junção dessas correntes que se convencionou nomear de Nova Direita remonta aos anos 1970, através da amálgama das crenças neoliberais e neoconservadoras. Contudo, no continente latino-americano e africano, assim como em partes do Sudeste Asiático, do Oriente e do Sul Europeu, a Nova Direita tornou-se mais evidente entre os anos 2000 e 2010.

> Por mais esquizofrênico que aparente ser, hoje assiste-se ao judô de uma nova prática política, econômica, social e cultural pautada pela junção do neoliberalismo (econômico) com o neoconservadorismo (político e social). O que havia de mais residual, rígido e antissocial em cada uma dessas correntes, foi mesclado para que germinasse o que ficou conhecido entre estudiosos do tema como Nova Direita. Dessa maneira, valores caros ao neoliberalismo, como a liberdade (negativa); a economia livre; a mundialização; a moeda forte; o Estado mínimo [...] aliaram-se às bandeiras neoconservadoras em favor das tradições e bons costumes; dos valores da família patriarcal; das religiões e suas cruzadas; da hierarquia, disciplina e ordem; do patriotismo; da rejeição à vulgaridade e à cultura de massas; da autoridade do Estado (ou governo forte) expansionista, belicista, moralizador. É da influência do neoconservadorismo (embora não seja sua bandeira explícita) que renasce, com toda força, o racismo, o machismo, a LGBTfobia, a xenofobia, e outras opressões, comumente praticadas pelos "homens de bem". Também é herança do neoconservadorismo a guerra às drogas, a criminalização do aborto, o Escola sem Partido, os crucifixos e bíblias em órgãos públicos, o hino nacional entoado nas fronteiras por multidões que expulsam imigrantes e refugiados (PEREIRA, 2019, p. 69-70).

Sabemos que essa onda de desdemocratização tem efeitos particulares nas democracias consideradas frágeis, principalmente através do enfraquecimento das instituições construídas para conter as violações de direitos humanos. O sufocamento da democracia é pavimentado pela militarização, pelo culto à violência, pela desigualdade e pela descontinuidade de políticas para promover a igualdade de mulheres, negros, indígenas, ribeirinhos e população LGBTI+. Concretamente, a interlocução moral-econômica entre "família e neoliberalismo", que abordaremos nos próximos capítulos, aparece como a principal alternativa contemporânea para conter os efeitos da crise econômica, social e moral.

A ofensiva à direita no Brasil implementa uma agenda conservadora alinhada ao receituário neoliberal de "Mais Família e Menos Estado". Em sua função ideológica, o neoconservadorismo proclama-se *"*conservador nos costumes e neoliberal na economia*"*, contando com o predomínio da moralização dos corpos, da perseguição aos direitos sexuais e reprodutivos, da conservação da família heteropatriarcal, da garantia da propriedade privada, da conformação da "pátria entreguista" e do apelo à ordem social e à moral.

As crises sociais e as disparidades econômicas reguladas pela lei geral da acumulação capitalista[53] são naturalizadas e tratadas como problemas morais, familiares e individuais. Enquanto isso, a precarização do trabalho e os rebatimentos do ultraneoliberalismo[54] nas políticas sociais operam na radicalização da questão social e no conjunto de expropriações para a classe trabalhadora. Não se trata apenas do aprofundamento das medidas neoliberais, mas da sua radicalização no que refere ao ataque direto à democracia liberal e aos mínimos direitos sociais.

Na última quadra, agravada no contexto da pandemia do Covid-19, o Brasil retorna para os anais da miséria. Há relatos de desmaios de crianças com fome em escolas do Distrito Federal, de disputa por restos de comida descartados em lixo no Ceará, de fileiras para receber doação de ossos no Mato Grosso, e de pessoas se queimando ao tentar cozinhar com álcool por não terem condições de comprar botijão de gás em Goiás.

Não são histórias isoladas.[55] A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Nutricional (BATISTA JÚNIOR, 2021) revela que 43,4 milhões de brasileiros vivem em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, por não ter quantidade suficiente de alimentos. De acordo com esses dados, 19,1 milhões de brasileiros passam fome, ficando mais de 24 horas sem se alimentar.

Como afirma Miguel (2019), o desastre social, político, econômico e cultural que se desenrola no Brasil nos últimos anos precisa ser explicado a partir de múltiplas variáveis. No decorrer desta seção, pretendemos indicar algumas linhas de força para entender o neoconservadorismo à brasileira, no intuito de compreender a centralidade das mobilizações de gênero e sexualidade realizadas pela extrema direita brasileira no decorrer dos anos de 2010 a 2020.

Sabe-se que tal decênio compreende ainda uma ruptura institucional com o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, a ilegitimidade do Governo Temer, a prisão do ex-presidente Lula e a onda bolsonarista.

---

[53] Cabe elencar que a dinâmica do capitalismo é estruturada pela lei geral da acumulação que regula o predomínio do capital. De acordo com Marx (1982), quanto maior for a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento, portanto, a grandeza absoluta do proletariado, tanto maior será o exército industrial de reserva, disponível para ser explorado pelo capital.

[54] O Teto dos Gastos Públicos (EC 95) que congela as despesas primárias por dois decênios é um dos exemplos da racionalidade ultraneoliberal, na medida que, além de configurar uma drástica política para a população brasileira, é um caso único no mundo, não havendo, portanto, parâmetro para comparar-se a medida com experiências de outros países.

[55] O cenário de escassez é assombroso, principalmente após o desmantelamento do maior Programa de Transferência de Renda. Em 2022, o Bolsa Família criado na primeira gestão do Governo Lula foi substituído pelo Auxílio Brasil, que possuía data para ser finalizado, interrompendo um programa que perdurou por 18 anos e retirou muitas famílias da miséria e da pobreza extrema.

Não iremos circunscrever e simplificar a eleição do presidente Bolsonaro atribuindo-a exclusivamente à pauta dos costumes, que, sem dúvida, alavancou sua carreira política no âmbito do Poder Legislativo. A legitimação desse governo é creditada à submissão inconteste ao capital financeiro que se projetou em um compromisso com as reformas neoliberais, no âmbito do trabalho e das políticas sociais. Concomitantemente, as pautas morais impulsionaram a ampliação da sua base popular, pois, como vimos, as formas de governabilidade não prescindem da dinâmica das classes sociais e da natureza capitalista do Estado.

Numa entrevista para o periódico Gazeta do Povo, a Pastora Damares Alves, que figurou como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, afirmou que a eleição de Bolsonaro não poderia ser creditada aos militares, mas, sim, à ideologia. Para a ministra, o presidente não foi eleito prometendo nenhuma construção de ponte, nenhum viaduto, nenhum estádio, nenhuma estrada, mas porque prometeu proteger a família e a criança, combater a corrupção e mexer na economia (BARBOSA, 2019).

Dito isso, questionamo-nos: quais são os paradigmas fundamentais para entender a radicalização do discurso e das práticas da direita e da extrema direita brasileiras?

Miguel (2018) nos ajuda nessa empreitada ao situar três vertentes principais: o I) libertarianismo; II) o fundamentalismo religioso; e III) o fantasma do anticomunismo. Segundo ele, a ideologia do libertarianismo advém da escola austríaca, com capilaridade nos meios acadêmicos e econômicos dos EUA, pautada na objetividade e na menor intervenção estatal. Impera a lógica do contrato livremente estabelecido, reduzindo-se os direitos civis, políticos e sociais ao direito de propriedade e tendo-se ojeriza à solidariedade, igualdade e justiça social. A noção de liberdade radica-se num arcabouço neofeudal que prioriza as redes e organizações, separando a política da economia[56].

Curiosamente, a corrente de interferência externa mais clássica do liberalismo defende a liberdade como autonomia individual, o que culminaria em defesas mais progressivas de direito ao corpo, por exemplo. O autor sinaliza que a defesa da liberdade sexual, dos direitos sexuais e reprodutivos e do consumo de drogas está mais presente nos textos do que nas ações políticas dos seus simpatizantes, inclusive exposta de maneira veemente nas obras da BP.

[56] À luz do materialismo histórico-dialético, Ellen Wood (2003) examina a problemática teórico-metodológica e a implicação prática da tendência de perpetuar a rígida separação entre o econômico e o político que tende a esvaziar o capitalismo do seu conteúdo político e social. Nesse debate de falsa dicotomia, a autora evidencia o papel do Estado como fundamental para o processo de expropriação que está na base mesma do capitalismo. A partir dessa análise interpretativa, entendemos que o desvelamento das relações de poder, sob a análise marxiana, germina nas relações sociais capitalistas.

Não por acaso, há uma incidência da ideologia libertariana em grupos religiosos fundamentais na pauta da proteção e autonomia da família tradicional, dado que o "Estado que é o inimigo em comum" (MIGUEL, 2018, p. 20).

Paralelamente, temos a força motriz do fundamentalismo religioso nas direitas brasileiras, notadamente no curso nos anos de 1990, quando lideranças religiosas passam a disputar as eleições nas esferas municipal, estadual e federal. Em conjunto com a bancada ruralista e a bancada armamentista, mais conhecida como "bancada bbb" (bíblia, boi e bala) no Congresso Nacional, a ala religiosa pauta uma série de retrocessos dos direitos fundamentais para a sociedade brasileira.

As denominações fundamentalistas recuperam a atmosfera da batalha espiritual em curso para implementar a "Teologia da Prosperidade" que opera uma política de resultados e recompensas materiais. Alinhada à racionalidade neoliberal, defendem o empreendedorismo, a política dos resultados e a lógica da meritocracia. A multiplicação dessas igrejas[57] possibilitou o terreno fértil para disciplinar o rebanho, impor a moral familiar e introjetar a tese da prosperidade (MIGUEL, 2018).

Progressivamente, essas denominações religiosas ocuparam o lugar social do Estado, ao estabelecer redes de apoio e um código moral disciplinar através da dimensão simbólica do cuidado e da proteção divina e dos irmãos da igreja. Nessa disputa de mentes e corações, as questões de sexualidade e gênero são postas no centro de gravidade.

Não é uma coincidência que, ao longo da sua gestão, o PT tenha fortalecido alianças com grupos e organizações religiosas, incentivando, por exemplo, a ampliação das emissoras de rádio e televisão evangélicas, e até tenha divulgado uma "Carta aberta ao Povo de Deus", encaminhada pela ex-presidenta Dilma Rousseff, na qual que assumia a intenção de reposicionar a família na agenda principal do seu governo.

Tal caldo ideológico é engrossado pela ideia do anticomunismo que nunca deixou de vigorar no país, mas que ganhou nova roupagem na América Latina, especialmente com o "bolivarianismo venezuelano", nos termos de Miguel (2018).

A encarnação do comunismo no Brasil foi associada ao PT, que, nas palavras dos ideólogos da direita, queria transformar o país na Venezuela que atualmente vivencia uma crise

[57] Na mesma compreensão do autor, não usaremos o termo bancada evangélica por entender que o fundamentalismo religioso, tão caro à compreensão das direitas brasileiras, não está restrito a determinada religião, principalmente se considerarmos o ativismo do catolicismo na bancada do Congresso Nacional. Ademais, o termo bancada evangélica desconsidera as diferentes denominações entre os evangélicos em que se nota uma parcela mais progressista alinhada aos direitos humanos e sociais.

política e econômica. Além disso, surgem as teorias conspiratórias do marxismo cultural alinhadas à ditadura comunista gayzista, figurada na ideologia de gênero.

Tais elementos, de acordo com o autor, contribuíram para redefinir os termos e consensos do debate público no Brasil, firmados após a Ditadura Militar, dado que o discurso moderado e aceitável pela sociedade se inscrevia no respeito ao Estado Democrático de Direito, aos Direitos Humanos e ao combate à desigualdade social.

Com base nessa discussão, lançamos mão da técnica de coleta, análise e exposição direcionada pelos objetivos da tese para delimitar as compreensões do Estado no Capitalismo, a liberdade econômica articulada ao projeto político do neoliberalismo, a caçada anticomunista, a releitura da Ditadura Militar como movimento contrarrevolucionário, a conotação totalitária e socialista dada a Constituição Federal de 1988 e o protagonismo da Nova Direita diante dos acontecimentos políticos, através da interlocução entre as pautas morais, o anticomunismo e a anticorrupção. Por fim, apresentaremos as estratégias político-econômicas e as soluções ético-morais que são reiteradas na arquitetura argumentativa dos audiovisuais da BP.

2.3 Relatório Descritivo: Anticorrupção, Pautas Morais e Anticomunismo como tríade da Nova Direita Brasileira

> Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da democracia e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois torná-lo a esquecer; e acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência, e então, tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar (ORWELL, 1984, p.76).

Neste tópico, elucidaremos os elementos centrais das seguintes séries documentais: *Congresso Paralelo* (2016), *1964: Brasil entre armas e livros* (2019), *Os donos da verdade* (2020), *Direita no Brasil* (2023), *O teatro das tesouras: a política nua e crua* (2018), *Como identificar um conservador* e *O dia depois das eleições: antecipando ameaças e oportunidades* (2018).

Com base na análise de conteúdo dos audiovisuais selecionados para esta seção, enfatizaremos o aspecto representacional que considera as palavras da mensagem e suas repetições, bem como as afirmações, as negações e os aspectos de destaque. Conforme explicamos na primeira seção, seguiremos as orientações de Penafria (2009), que propõe a decomposição, através da análise descritiva, dos elementos da Matriz de Coleta de Dados, para,

nos próximos tópicos, compreender as relações entre os elementos, na tentativa de propor uma reconstrução e interpretação do conteúdo analisado no que refere às ocultações e revisionismos.

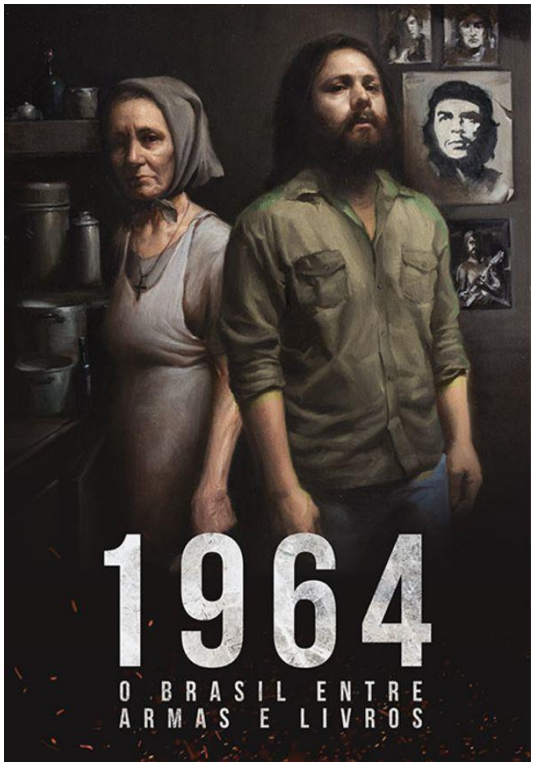
Via de regra, notamos que as teorias conspiratórias nesses documentários permeiam e reiteram a questão do neoliberalismo, patriotismo, anticomunismo, liberdade, família, valores judaico-cristão e marxismo cultural. Chama a atenção que as peças analisadas não apresentam fontes, documentos históricos e validação teórica, restringindo-se às argumentações dos/as entrevistados/as. Esse dado de pesquisa oferece uma chave analítica para compreender a ressonância dessas narrativas fílmicas na sociedade, sobretudo no senso comum.

Antes de iniciar a exposição, destacamos que a arquitetura desse projeto político-ideológico guarda relações íntimas com a radicalização das direitas em outras partes do mundo, processo que, em geral, é importado para o cenário brasileiro alinhado ao usos e abusos do passado para fundamentar uma leitura do presente. A legitimação da perspectiva mítica e mitológica presente nesses audiovisuais fundamenta-se na introdução de um conteúdo imagético descontextualizado (imagens de jornais, fotografias e gravações da época) e na presença de atores sociais que, supostamente, participaram ativamente dos acontecimentos políticos abordados para garantir validação e autoridade ao que está sendo dito.

O documentário *1964: Brasil: entre armas e livros* é um dos *best-sellers* da BP, tendo alcançado mais de 2 milhões de visualizações nas primeiras horas de publicação no YouTube. Atualmente, conta com 11.207.562 visualizações e 77.423 comentários nessa plataforma.

A finalidade dessa produção audiovisual é criar uma mentalidade para impedir que outro regime totalitário baseado no comunismo volte a assombrar o país. Nesse movimento, problematiza a circulação de ideias que vendeu ilusões falseadas da realidade financiadas pelos países comunistas ao demonizar a Ditadura Civil-Militar.

Figura 1 – Cartaz do documentário *1964: Brasil entre armas e livros*



Fonte: Brasil Paralelo (2019).

O resultado, segundo os produtores, é uma investigação internacional com dezenas de entrevistados/as pautada na descoberta de documentos secretos e originais dos Serviços Soviéticos e em tentativas reiteradas de censura por parte da mídia para mascarar a infiltração comunista em curso no Brasil. A trilha sonora evoca um clima de alarme para retratar a crise intensa e persecutória comandada pela extrema esquerda, o que justificou a implantação do regime autocrático burguês.

O documentário *Os donos da verdade* questiona o preço da liberdade de expressão na era das chamadas *fake news*, a partir de questões disparadoras, a saber: qual o preço da liberdade de expressão? E qual é o custo social, político e cultural de perdê-la? O quão perigoso é impedir alguém de esboçar suas opiniões?

Figura 2 – Cartaz do documentário *Os donos da verdade*

Fonte: Brasil Paralelo (2020).

Os produtores partem da ideia de que a *fake news* são notícias falsas propositalmente espalhadas com o objetivo de enganar as pessoas para favorecer determinado grupo. Assim, problematizam que a desinformação foi uma estratégia muito utilizada por serviços de inteligência, inclusive comunistas, para enfraquecer os seus inimigos. Contudo, concentram-se mais na postura dos que combatem as *fake news* para legitimar o argumento da censura no que concerne a liberdade de expressão.

A série documental *Direita no Brasil* está dividida em três atos que se iniciam com as mobilizações de junho de 2013 como estopim político para a organização institucional da Nova Direita Brasileira, revelando o início de um processo que sacudiria os alicerces da República.

Figura 3 – Cartaz do documentário *Direita no Brasil*

Fonte: Brasil Paralelo (2023).

A trilogia audiovisual tem como objetivo inicial revisitar “a ressurgência das direitas brasileiras como corrente política anteriormente considerada extinta e seu impacto no cenário público, desencadeando uma transformação marcante no curso do país” (BRASIL PARALELO, 2023). Posteriormente, explora “a transformação política dramática do Brasil, destacada pelo processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e o subsequente governo de Jair Bolsonaro” (BRASIL PARALELO, 2023).

Ao reviver os eventos políticos, sociais e econômicos que definiram a última década, o documentário apresenta depoimentos entrecortados de intelectuais orgânicos da Nova Direita, buscando responder se existe, de fato, um caminho para a direita no Brasil que integre o liberalismo econômico e os valores do conservadorismo.

O documentário *O teatro das tesouras: a verdade nua e crua* pretende descortinar as eleições presidenciais que alteraram os rumos da política no Brasil, apontando a estratégia de divisão no campo político entre duas partes da mesma força: uma moderada, que finge ser a oposição, e outra mais radical, que “parece” promover mudanças conjunturais. Os narradores afirmam que vivenciamos uma grande farsa eleitoreira, dado que a cada quatro anos temos que optar por uma das faces da mesma moeda. Nessa perspectiva, o sistema político estaria infectado pelo vírus da ideologia da esquerda, minando a recente democracia no Brasil, a partir da Constituição de 1988.

Tratar-se de uma estratégia criada por Lênin no contexto da vitória da Revolução Russa e dos movimentos revolucionários (bolcheviques e mencheviques) que detinha interesses e projetos em comum. Essa divisão serviria para criar a ideia falseada de oposição. Os produtores

registram que o filósofo Olavo de Carvalho[58] foi um dos primeiros a analisar a alternância entre PT (extrema esquerda) e PSDB (retratado como centro-esquerda) na história recente do Brasil como uma suposta replicação da estratégia de Lênin.

Figura 4 – Cartaz do documentário *O teatro das tesouras: a verdade nua e crua*

Fonte: Brasil Paralelo (2018).

Diante disso, segundo os produtores, seria criada a ilusão da oposição e da escolha política com a função de ampliar a hegemonia da esquerda no país, através da alternância da agenda esquerdista, através de uma ala mais agressiva e de uma ala mais social democrata.

A tese defendida é de que há um projeto amplo de conciliação que impossibilita a disputa entre projetos antagônicos. O conteúdo do documentário está amparado no revisionismo histórico para afirmar que a única disputa política entre forças díspares ocorreu na eleição presidencial que envolveu Lula e Bolsonaro nos idos de 2018. Como a população estava acostumada com o "teatro das tesouras" que impossibilita o debate democrático entre forças políticas e econômicas realmente contrárias, houve uma relação inflamada, histérica e emocionadas, concentradas na campanha do medo.

[58] Interessante notar que Olavo de Carvalho participou de quase todas as produções séries e documentais analisadas.

No contexto eleitoral de 2018, apontam o candidato Jair Bolsonaro como o político mais habilidoso na congregação das correntes político-culturais em ascensão no Brasil: o conservadorismo, o liberalismo, o lavajatismo e o militarismo. Não por acaso, escolheu o general de quatro estrelas Hamilton Mourão para vaga de vice presidente e delegou o seu programa econômico ao economista e especulador financeiro Paulo Guedes como Ministro da Economia, expoente do liberalismo no Brasil que teve seu pensamento forjado na tradição de Milton Friedman da Escola de Chicago.

Jair Bolsonaro é apresentado como capitão reformado do Exército que cumpria seu sétimo mandato de deputado federal (1991-2018), concorrendo à Presidência da República pelo 8° partido ao qual já foi filiado – o Partido Social Liberal (PSL). Ao longo do audiovisual, a carreira política desse ex-presidente é exposta de modo a caracterizá-lo como forasteiro do núcleo de poder, sendo o único capaz de colapsar o sistema corrompido e corruptivo da política nacional.

O documentário *O dia depois das eleições: antecipando ameaças e possibilidades* propõe uma profunda análise sobre a dinâmica complexa que define a intersecção entre os mundos político e econômico. Ao investigar os desdobramentos dos resultados eleitorais, o audiovisual oferece estratégias concretas para lidar com os desafios impostos pelo panorama político atual.

Ademais, destaca a importância de salvaguardar os interesses individuais diante de políticas governamentais em mutação, ao mesmo tempo em que oferece *insights* sobre como navegar no mercado volátil. Ao reconstruir a trajetória histórica que moldou a República brasileira, o documentário ressalta o papel crucial das eleições, das crises econômicas e dos planos de recuperação, visando proporcionar uma compreensão abrangente das forças que impulsionam a realidade contemporânea.

Figura 5 – Cartaz do documentário *O dia depois da eleição: antecipando ameaças e possibilidades*

Fonte: Brasil Paralelo (2018).

O fio condutor de todos os documentários radica-se na defesa do receituário neoliberal. O capitalismo é retratado como sistema debilitado, devido às ações dos governos que regulam e sufocam o mercado financeiro por meio da intervenção estatal desenfreada. Segundo os/as interlocutores/as, o elemento subjacente que torna a sociedade mais rica ou mais pobre reside na liberdade econômica, pois a sociedade livre consegue produzir e resolver seus problemas sociais, ocasionando um enriquecimento natural da população.

Traçando um paralelo com os ganhos civilizatórios dos EUA, advogam que o modo de produção capitalista articulado aos pressupostos neoliberais já se mostrou, ao longo da história, o melhor sistema para garantir a qualidade de vida de todas as pessoas. Nessa linha argumentativa, enfatizam que o liberalismo pressupõe que a propriedade privada estará protegida por leis imparciais sem interferência no funcionamento da economia, primando pela livre concorrência das forças sociais.

Parafraseando John Locke, destacam que o papel do Estado seria assegurar as condições mínimas essenciais para o pleno desenvolvimento de cada indivíduo. Disso decorre a proteção dos direitos inatos de todos os seres humanos, como a liberdade individual e os direitos individuais, a igualdade perante a lei, a segurança, a busca pela felicidade, a liberdade religiosa e a liberdade de imprensa. Por essa razão, são contrários ao paternalismo e assistencialismo do

Estado para que o governo não se torne tutor do indivíduo, através do que nomeiam como "privilégios" sociais.

No decorrer do primeiro episódio do documentário *Congresso Paralelo*, os produtores citam dados sem as devidas referências, argumentando que o Brasil ocupa o "infeliz" 122º lugar na escala de liberdade econômica no *ranking* mundial, considerando as duras regras das legislações, a limitação do Estado, a ineficiência da regulamentação e a ausência de liberdade de mercado.

Sendo assim, a tese central é a denúncia do gasto exorbitante com as políticas públicas geridas pelo Estado que não trazem retorno social, econômico, político e cultural para a população brasileira. Para exemplificar o suposto gargalo do dinheiro público com os gastos sociais, mencionam o Relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que revela que os/as alunos/as brasileiros/as ocupam o 58° lugar em matemática entre os 65 países analisados. A conclusão é a má gestão do dinheiro público, pois temos um orçamento robusto e considerável que direciona 6% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, colocando-nos como um dos maiores países do mundo em investimento educacional, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Segundo o documentário, a Fundação Paulo Montenegro registrou que 38% dos alunos que chegaram às universidades públicas federais em 2012 possuíam dificuldades de alfabetização. Não por acaso, várias universidades fariam uma espécie de parametrização, através de atividades pedagógicas com alunos ingressantes, na quais eles passam seis meses antes do efetivo ingresso realizando revisões de matemática e português do Ensino Médio. A problemática, nessa perspectiva, seria a qualidade do gasto, ou seja, a forma dispersa do recurso público com um número grande de programas e projetos com alto grau de ineficiência (Congresso Paralelo).

Problematizam ainda o investimento público com causas ideológicas para propagar a agenda da esquerda. No decorrer do quarto episódio da série *Congresso Paralelo*, os produtores criticam o Regulamento da 10ª Mostra do Cinema e Direitos Humanos de 2015, cujo conteúdo deveria ser relacionado com os seguintes temas: população LGBTI+, enfrentamento da homofobia, memória e verdade na Ditadura Civil-Militar, condições de vida da população negra e da população em situação de rua, combate da tortura, e direitos das mulheres e de outras minorias.

O liberalismo econômico é associado aos "pânicos morais" das premissas conservadoras. No episódio "Como identificar um falso conservador", salientam que existem inúmeras definições de conservadorismo, que variam de acordo com cada autor e com a tradição

de cada país. Em primeiro lugar, é imprescindível elucidar que mais do que uma doutrina teórica em defesa da tradição, da ordem e da família, o conservadorismo é uma posição pautada numa prática política.

Contando com uma propaganda política de tom panfletário, os produtores apostam na junção entre conservadorismo e liberalismo, influenciados pela obra *Reflexões sobre a Revolução em França*, datada de 1970 e escrita por Edmundo Burke. Segundo eles, o conservadorismo liberal tornou-se uma das principais correntes político-econômicas do mundo ocidental, tendo elegido lideranças como Ronald Reagan nos EUA e Margaret Thatcher na Inglaterra.

O conservadorismo político é compreendido como uma corrente política que pretende conservar um estado de coisas em contraposição ao ímpeto de mudanças característico do progressismo. Não é um movimento contrário ao progresso e às novas maneiras de pensar e agir, afinal as coisas já foram inovações em determinado momento. No entanto, baseia-se na convicção de que o processo deve ocorrer de forma lenta, gradual e orgânica, deixando aberta a possibilidade de voltar atrás, caso o caminho percorrido se mostre perigoso e turbulento (*A direita no Brasil).*

A reportagem intitulada *O que é conservadorismo? Entenda as ideias dessa corrente de pensamento* (REDAÇÃO BRASIL PARALELO, 2023), publicada no *site* da BP, aponta que o conservadorismo pode ser entendido como uma filosofia de vida que orienta a ação política, econômica e social de determinados indivíduos ou grupos. Está intimamente ligado aos valores tradicionais e à oposição às mudanças radicais ou violentas, defendendo a permanência de instituições que geraram bons frutos ao longo do tempo.

Influenciados por Edmundo Burke e Ludwing von Mises, apresentam uma espécie de *check list* do conservadorismo, que envolve prática política, estabilidade, ceticismo, organicismo, tradicionalismo, manutenção da ordem e da moral, racionalismo político, prática antirrevolucionária, verdade transcendente, força constante, costumes, princípios, valores benéficos, responsabilidade, liberdade política e econômica, prudência, justiça, sabedoria prática, temperança, moderação, restauração, preservação e reforma dentro da ordem.

Após a queda da monarquia portuguesa, o conservadorismo brasileiro atravessou o século XX se situando em diversos partidos com pouca ou nenhuma articulação entre si. Segundo o documentário, a consequência disso foi a entrega do país a uma esquerda organizada e fortalecida e uma direita completamente esvaziada, desarticulada e deslegitimada perante a população que chegou a perder a noção do que seria o conservadorismo (*A direita no Brasil*).

A escalada ao autoritarismo, sobretudo na Era Vargas (1930-1945), terminou por afastar a articulação do liberalismo com o conservadorismo, por conta da atuação agigantada do Estado que se prolongaria até o fim do Regime Militar. Entretanto, a dissolução do comunismo na União Soviética e a queda do muro de Berlim acarretaram um fôlego aos liberais no Brasil.

O fortalecimento da esquerda foi influenciado pelas revoluções de caráter comunista nos países latino-americanos. Em 1959, Fidel Castro impulsionou esse movimento, apoiado por Moscou e pela União Soviética, por meio de um programa de financiamento de grupos guerrilheiros na América Latina. Nesse conjunto, as experiências de ruptura revolucionária são particularmente alvejadas nas peças analisadas, sobre as quais são construídas leituras decididamente empenhadas num amaldiçoamento simbólico e discursivo, construindo uma narrativa que incluí formas de criminalização das lutas sociais (BALESTRO; PEREIRA, 2020).

Com efeito, avaliam que as experiências revolucionárias tiveram ressonância significativa entre as organizações comunistas, o que eventualmente resultou na ascensão dos contrarrevolucionária dos militares em 1964 no Brasil. Ao mesmo tempo, apontam que os EUA construíam uma democracia liberal baseada na sociedade de mercado e nos valores cristãos. Sob essa ótica, os EUA protegem a América Latina do avanço do comunismo até que Fidel toma o poder em Cuba e declara sua aliança com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A partir desse cenário turbulento de ameaça comunista, há a exaltação dos generais brasileiros que instauraram o momento de contrarrevolução como ponto de inflexão no país. Até a intervenção militar, havia um grupo no poder que tinha simpatia pelo projeto soviético e conduzia reformas que estavam encaminhando o país nessa direção. O vice-presidente João Goulart, que assumiu após a renúncia de Jânio Quadros, manteve ligações com ditaduras populistas latino-americanas, através da implementação das Reformas de Base. Segundo os produtores do documentário, Jango se juntou com a extrema esquerda com a aproximação com a KGB[59] e com as guerrilhas que estavam sendo treinadas no âmbito da Revolução Cubana.

De acordo com os narradores, a entrada dos militares na cena pública para estabilizar a situação teve amplo apoio popular e institucional, contando com diversos setores da sociedade, da mídia, das instituições religiosas e do Estado, sendo referendada pelo parlamento.

---

[59] Trata-se do Comitê de Segurança do Estado, o principal serviço de inteligência e segurança da União Soviética que operou de 1954 a 1991. Seus objetivos se concentravam na segurança nacional, aplicação da lei e atividades de investigação de crimes contra o Estado. A KGB estava encarregada de uma ampla gama de operações secretas científicas e técnicas, que incluíam coleta de informações de inteligência estrangeira através de espionagem, repressão de dissidentes internos, execução de operações de contraterrorismo e proteção dos líderes do governo soviético.

> E o Brasil sofria uma de suas piores crises: greves sob greves, ameaças de guerra civil, caos quase incontrolável, deterioração econômica e financeira, indisciplina invadindo os quartéis, inflação galopante forçando para o alto. Foram momentos terríveis. O mundo num de seus melhores períodos de prosperidade e o Brasil numa triste presença entre as exceções, apontando como o devedor difícil, de chapéu na mão, mendigando apoio. Falava-se em matar, em fuzilar, em destruir. A união de pelegos e comunistas afiava as suas armas e tudo indicava que nos próximos dias e nas próximas horas: brasileiros se lançariam contra brasileiros. No Norte, no Nordeste, no Sul, nas cidades, no campo, em toda parte. Foi no último instante, quase no momento derradeiro, quando o país estava à beira da guerra civil, quase no caos, alguma coisa aconteceu e as forças armadas, elas próprias, mais do que ameaçadas foram chamadas, praticamente intimidadas a cumprir a missão que o momento lhes impunha, restabelecendo a ordem e livrando o país dos trapos vermelhos que ameaçavam sufocá-lo (Brasil: entre armas e livros).

Através de um apanhado de distorções históricas, revelam que o Regime Militar que se instaura no Brasil permaneceu no poder para enfrentar a ofensiva socialista e a luta armada que se impunha para a América Latina. Entretanto, a ala militar não tinha uma visão econômica e ideológica consistente do ponto de vista conservador e liberal, pois eram tecnocratas em relação ao Estado que protagonizava e regulava as atividades econômicas no país.

O “milagre econômico” contou com a modernização e o crescimento do país que foram interrompidos pela Crise dos anos 1970 causadora de uma recessão mundial, através do embargo do petróleo e do limite da oferta, com o aumento dos preços dos barris de petróleo e a aceleração da inflação. O principal efeito no Brasil, retratado no documentário *Um dia depois das eleições*, é a legitimação de um mercado estatizante e intervencionista que colaborou para esgotar esse regime político, fomentando a ideia de anistia política e abertura democrática.

Outra problemática supostamente desmistificada pelos documentários vincula-se à produção midiática e educacional acerca da Ditadura Militar no Brasil que, em geral, escamotearia a infiltração comunista direcionada pela URSS. De acordo com os narradores, constrói-se uma ficção fomentada pelo massacre publicitário que aponta a instrumentalização por parte do imperialismo estadunidense na Ditadura Civil-Militar, circulando uma versão fantasiosa que retira o protagonismo e o apoio da população ao movimento revolucionário comandado pelos militares.

> É errado dizer que as guerrilhas foram uma resposta ao golpe, pelo contrário, o golpe foi uma resposta às guerrilhas [...] O Brasil fez parte das movimentações do globo que dizia “não” ao comunismo. Saiu às ruas a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que reuniu 500 mil pessoas em São Paulo no dia 19 de março. As manifestações se espalharam por todo o Brasil (Brasil: entre armas e livros).

Sem citar as fontes, os/as interlocutores/as registram que tiveram acesso a materiais ultrassecretos nos Arquivos dos Regimes Totalitários de Praga que permitem afirmar a partir do Serviço de Inteligência da Tchecoslováquia (STB) que atestava haver no Brasil colaboradores brasileiros infiltrados em instituições como as Forças Armadas, que haviam recebido treinamento do serviço de inteligência do bloco socialista-comunista para atuarem como espiões informantes.

Para exemplificar essa infiltração comunista no país, mencionam a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, revelando um projeto urbanista stalinista que retiraria o centro do poder de perto do povo. Nesse novo formato fomentado pela mentalidade esquerdista, os políticos estariam distanciados da população, ao contrário do Palácio do Catete, localizado na região central do Rio de Janeiro.

A crítica ao Foro de São Paulo[60] é evidenciada em vários documentários analisados. Em 1990, o líder sindicalista Lula, retratado de forma sarcástica como um menino pobre do Nordeste, une forças com Fidel Castro para estabelecer o Foro de São Paulo. Trata-se de uma organização que reuniria governantes comunistas de toda a América Latina, em busca de estratégias para preservar a soberania nacional, por meio do apoio a ditaduras e da colaboração com organizações criminosas ligadas ao narcotráfico, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) no Chile.

Nesse debate, questionam a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, que articulava uma propaganda socialista. Inclusive, apontam que a CPI da UNE é uma necessidade urgente e necessária, pois questionam onde está sendo usado o dinheiro das carteiras estudantis do Brasil e da indenização milionária pelos mortos da Ditadura Militar, sem participação das famílias. Enfatizam ainda que o movimento estudantil é autoritário, totalitário, truculento e violento (Congresso Paralelo).

> Após o 31 de março, as guerrilhas passam a adotar métodos hediondos, submetem o Brasil a anos tenebrosos. O terrorismo revolucionário se torna cotidiano, o crime, medo e sangue marcam presença na vida dos Brasileiros. Assalto a bancos, sequestros de lideranças políticas, explosão de bombas, fuzilamento e tortura de inocentes. Os revolucionários assassinavam até os próprios colegas que queriam desistir da luta armada (Brasil: entre armas e livros).

[60] De acordo com Moraes e Cleto (2023, p. 6), o Foro de São Paulo é uma organização que desde 1990 reúne partidos e movimentos sociais das esquerdas latino-americanas em encontros periódicos para a promoção de debates políticos sobre assuntos pertinentes à região, de resto, pouco significativa em termos de atuação efetiva. Essa organização foi eleita como alvo por seu suposto caráter conspirativo, intervencionista e produtor de ingerências supranacionais nos governos da região.

Nessa linha argumentativa repleta de frases de efeito, apontam que vários ataques terroristas aconteceram nas décadas de 1960 e 1970. Contestam ainda as 119 vítimas assassinadas em nome da revolução que foram, sumariamente, apagadas dos registros da impressa e da universidade. Nessa perspectiva, posicionam-se a favor do AI-5, entendendo que, a partir de 1968, o Brasil estava com uma complexidade política bem acentuada que necessitava de uma junta militar formada por diferentes forças.

Na década de 60, as crenças, valores e tradições começaram a ser contestadas, sob influência da Revolução Cultural que ocorria no Ocidente. Usando a máscara de demandas sociais, propuseram a quebra da noção tradicional de família, a legalização do aborto e a libertinagem sob o argumento da democracia. Galvanizados pelos artistas daquele período, os jovens eram usados como massa de manobra. Inclusive, Olavo de Carvalho aponta que essas premissas foram adotadas pelo Fernando Haddad do PT no contexto das eleições presidenciais de 2018 no Brasil, no qual adere à ideia frankfurtiana da destruição da família, sabendo que isso inclui a erotização das relações entre mãe e filho (Brasil: entre armas e livros).

Nessa quadra ditatorial, houve um vácuo político que foi ocupado pela mentalidade esquerdista, estabelecendo um domínio através da doutrinação esquerdista nos meios culturais e educacionais, cujas consequências podem ser vistas na contemporaneidade. Esse argumento recuperado na maioria dos audiovisuais analisados é central para entendermos a caçada à ideologia de gênero e ao marxismo cultural, sobretudo nos centros universitários.

Em certa medida, argumentam que esse movimento foi endossado pelos militares, que acharam mais importante combater a esquerda armada, enquanto davam espaço à esquerda cultural. Esse é considerado o maior erro do período ditatorial, na hipótese do Olavo de Carvalho.

Influenciados pelo olavismo, apontam que a teoria do Gramsci é a que mais se aplica ao que está acontecendo no mundo e no Brasil. “O marxismo perdeu em tudo, só não perdeu na cultura. Na cultura, ele é hegemonicamente vitorioso” (Congresso Paralelo). Apontam ainda que há uma espécie de hegemonia desse pensamento na formação dos/as professores/as alfabetizadores, estando no cerne do desequilíbrio educacional brasileiro, tendo em vista que os/as acadêmicos estão na universidade para aprender quem é Paulo Freire, Marx e Lênin, mas não têm a percepção do que é metodologia de ensino com evidência científica como ocorre no mundo inteiro (Congresso Paralelo).

Numa estratégia de ação doutrinária, reivindicam que a teoria gramsciana fermenta a possibilidade de surgimento de ideologias totalitárias, considerando que esse pensador propõe que, através do controle do sistema educacional, das instituições religiosas e dos meios de

comunicação, seria possível criar e reproduzir uma hegemonia cultural comunista. Inclusive, destacam que o Brasil é o único país em que o Gramsci foi funcional, tendo os seus pilares difundidos na práxis do patrono da Educação: Paulo Freire.

Para Gramsci, a estratégia marxista deve acontecer no meio cultural, destruindo os valores, a moral, a religião e a família. Apontam ainda que é exatamente na chamada "Guerra Cultural" que a esquerda conseguiu seu grande triunfo político e ideológico.

A tática para lidar com as tensões presentes é identificada nesses documentários como teoria panela de pressão, segundo a qual é preciso aliviar as tensões, permitindo que, dentro da esquerda, surgisse uma ala moderada que controlasse os radicais. Os militares derrotaram a guerrilha, mas liberaram a esquerda para seus membros se articulassem dentro das instituições, principalmente no comando do ambiente universitário.

Sendo assim, apontam que houve casos escassos de repressão violenta nas universidades, prendendo alguns professores e alunos comunistas que estavam diretamente envolvidos na guerrilha. Algumas pessoas que constam como desaparecidas, na verdade, autoexilaram-se ou foram delatores que ganharam uma nova identidade do governo para não serem mortos pelos próprios companheiros de guerrilha (Brasil: entre armas e livros). Em relação à tortura, eles salientam que:

> A tortura contra opositores já era presente na política desde a ditadura de Getúlio Vargas. Infelizmente, ela não teve o seu fim no regime militar. A guerra travada pelos terroristas expandia a justificativa pela repressão por parte do Exército. Do outro lado, permitia que o movimento estudantil usasse os mortos em combate para construir a ideia de que a tortura era uma política de Estado, fazendo desta bandeira seu instrumento político e sua publicidade (Brasil: entre armas e livros).

De acordo com o documentário, o desgaste do regime militar aconteceu por conta da inflação e da crise econômica que fizeram com que perdesse o apoio da classe média brasileira, culminando na abertura democrática e na elaboração da nova Carta Constitucional. Entretanto, enfatizam que essa crise oportunizou a germinação de uma reação popular da direita nos EUA e na Europa que levantou uma onda conservadora e nacionalista para combater o ideário dessa Revolução Cultural que se propagava internacionalmente.

Ao ponderar acerca da Constituição Federal de 1988, problematizam o caráter extremamente interventor na regulamentação dos direitos. Um dos entrevistadores alerta que se elegermos um governante socialista-comunista em cima desse aparato constitucional, teremos facilmente um Estado Totalitário, tendo em vista a criação de uma base institucional e jurídica para tal.

No *Congresso Paralelo*, salientam que a Constituição Federal é marcada por uma forte influência do socialismo no meio político cultural brasileiro. Sua promulgação revelou que a esquerda estava entrando num autoexame profundo a respeito dos próprios erros históricos, fortalecendo-se ideológica, cultural e estrategicamente, enquanto houve um desmantelamento da direita.

Segundo os narradores, a CF é a terceira mais extensa do mundo, contando com mais de 64 mil palavras e incontáveis direitos que se revelam difíceis de serem cumpridos pelo Estado, tornando a máquina pública inchada. Assim, a sétima constituição desde a Independência foi elaborada na base em constituintes e influenciada por uma mentalidade da queda do muro de Berlim, que implementava um Estado dirigista que promoveria a igualdade e a justiça social. Pautavam-se direitos sem explicar de onde viriam os recursos para garanti-los, tornando uma situação fiscal difícil de ser gerida devido ao aumento dos gastos do governo (Um dia depois das eleições).

Essa realidade foi agravada com a crise de 2008, que pôs fim ao ciclo de prosperidade pela quebra do sistema financeiro internacional. A atuação brutal do Estado na economia causou uma bola de neve, através da expansão monetária. Entretanto, as eleições de 2010 continuaram com as políticas socialistas influenciadas pelo Foro de São Paulo *(Los Pueblos del Mundo contra el neoliberalismo y por la Paz*).

Segundo os produtores, logo em 2002, já se nota uma alteração da estratégia política do PT, pois antes era um partido socialista e violento que precisou fazer acordos, coligações e se aproximar da elite empresarial, mudando o visual. Nas palavras dos narradores, houve a reformulação do sapo barbudo, radical e socialista, que precisou morrer para surgir o "Lulinha paz e amor", através de uma mudança de personalidade. Observa-se uma mudança estética de Lula: agora usava terno e gravata e tinha barba feita, descaracterizando as propostas históricas que defendia, influenciado por especialistas e acadêmicos, inclusive, com uma forte campanha anticorrupção (Um dia depois das eleições).

Nesse cenário, indicam que houve a pulverização de casos de corrupção por conta do alto investimento do Estado, apontado esse como o grande e efetivo catalizador das desigualdades. Tal cenário haveria possibilitado a eleição de Dilma Rousseff, que demonstrou ser mais interventora do que os governos Lula, não tendo preocupação em cortar gastos, mesmo com a crise econômica mundial, ampliando os esquemas de corrupção próprios do PT.

Pela primeira vez na história brasileira, o Executivo Federal seria governado por uma mulher: oficialmente eleita presidenta da República com 56% dos votos válidos. Na opinião dos entrevistados, Lula teria seu terceiro governo comandando o teatro por trás dos panos.

Durante o primeiro Governo Dilma, a economia teve o pior resultado nos últimos cinco anos com maior inflação e menor crescimento desde então, pois, ao invés de diminuir os gastos, essa gestão foi adquirindo mais empréstimos, subsídios e incentivos fiscais.

Na visão da BP, tais antecedentes foram fundamentais para as mobilizações de 2013 que expressaram as animosidades sociais em curso. Com uma pauta difusa, ocorreram manifestações comandadas pela extrema esquerda que reivindicava o passe livre e denunciava o desemprego crescente e os casos de corrupção.

Para ilustrar, os documentários recorrem a vídeos e imagens de protestos e violências nas manifestações direcionadas pelos Black Blocks. Além disso, recuperam reportagens da Globo que confirmariam que o Governo Dilma causara um inchaço do Estado brasileiro, ao criar 40 empresas que causaram uma crise fiscal do governo somada ao aumento dos concursos e funcionários públicos e gastos superfaturados. Em outra reportagem, apontam que a ex-presidenta não cumpriu 43% das promessas feitas em 2010, causando o enfurecimento da população.

Avaliam que esse governo assistencialista foi reeleito, superando Aécio Neves, em mais um exemplo da estratégia das tesouras, considerando que ambos os candidatos pertenciam à esquerda. A ex-presidente venceu a eleição por uma margem estreita, o que levantou suspeitas sobre as urnas eletrônicas que sugeriam a ocorrência de fraude eleitoral devido à contabilização secreta dos votos.

Os documentários resgatam a proposta do então Deputado Jair Bolsonaro, que defendeu a implementação do voto impresso ao lado da urna eletrônica. Em seguida, Olavo de Carvalho argumentou que a contagem secreta é fraudulenta, pois não permite uma verificação legítima. Essa interpretação é recuperada no contexto das eleições presidências de 2022, endossando a estratégia bolsonarista de descredibilizar o resultado eleitoral.

Os acontecimentos políticos de 2010 a 2020 são essenciais na análise do fortalecimento da extrema direita no Brasil. Na série documental *A direita no Brasil*, há um exame da derrota da Nova Direita nas últimas eleições presidenciais de 2022. Contestam ainda, a forma que o Governo Bolsonaro lidou com a falta de apoio no Congresso Nacional e, sobretudo, na mídia.

Conforme exposto nesse documentário, os grandes marcos de organização dos movimentos de direita no Brasil advêm da própria insatisfação da população, reconhecida nas mobilizações de 2013 e posteriormente de 2015. Em 2013, temos uma manifestação desorganizada, sem lideranças específicas e ações definidas. Denotam que eram pessoas revoltadas que circulavam por valores difusos e que começaram a inserir símbolos nacionais nas suas pautas: cores do Brasil, bandeira nacional e questionamento de partido político.

Revelam ainda que a parte mais destrutiva das manifestações de 2013 e 2015 foi protagonizada por membros da esquerda, que queimaram ônibus, carros de polícia, invadiram o Itamarati e subiram em cima do Congresso Nacional, pois a direita sempre primou pelo protesto pacífico e ordeiro.

Nessa direção, destacam que há duas divisões básicas dentro da direita brasileira: a) os liberais, que são pessoas que se identificam com o liberalismo econômico, cujas pautas econômicas são mais importantes que as morais; e b) as pessoas que se apresentam como conservadoras e que colocam as questões morais acima das questões econômicas.

O liberalismo, que consideram ser parte elementar da Nova Direita brasileira, origina-se com a eclosão das ideias iluministas, contrapondo-se à ordem social, política e econômica de uma Europa anárquica e pós-feudal. Naquele contexto, os conservadores e liberais tornaram-se oponentes. Ao longo do tempo, o conservadorismo inglês foi incorporando as principais contribuições do liberalismo. Influenciados pela teoria de Adam Smith, compreendem que o liberalismo se baseia na noção de liberdade individual e dos direitos naturais do indivíduo, preconizando a propriedade privada, o livre mercado e a tributação mínima.

Ao longo da história, o progressismo ganhou mais capilaridade no ambiente social, pautando direitos civis e políticos e transformando o panorama social. Ao alterar os termos das discussões, enfrenta as pautas conservadoras que começam a ressurgir no Brasil após os anos 2000.

Aproveitando-se de uma internet ainda livre, a direita fortaleceu e cresceu com a multiplicação de *sites* informativos, fóruns e redes sociais. Nessa disputa de mentes e corações, os setores conservadores conquistaram capilaridade social e a liderança do processo.

A insatisfação com a política e a renovação das novas ideias de inspiração conservadora e liberal foram eventos catalizadores de um novo cenário. A estratégia, de acordo com os narradores, era adentrar nas instituições e buscar essa mudança de dentro para fora, a partir da eclosão de uma nova força política. Considerando que o movimento era uma resposta ao momento de crise que se instalava no país, a tática principal concentrava-se na existência de um inimigo comum para atenuar a diferença e concentrar as forças.

Nessa linha argumentativa, a direita se fortaleceu se unindo em torno de três causas: anticorrupção, pautas morais favoráveis à família e anticomunismo sob o véu do neoliberalismo. A pauta moral passou a ganhar legitimidade como reação aos movimentos de esquerda que começaram a avançar sobre as crianças, através da doutrinação nas escolas com a ideologia de gênero que começou a afetar as famílias, os lares e o poder dos pais sobre os filhos.

Não por acaso, a corrupção era apenas um sintoma da degradação dos valores morais que a direita tentava defender. Na reportagem *Os principais casos de corrupção do Brasil são os maiores do mundo*, publicada no *site* da BP, constam as quatro principais correntes para explicar a corrupção no solo brasileiro: a) Excesso de poder do Estado através de dirigismo estatal na economia; b) Patrimonialismo herdado de Portugal, que corresponde à transmissão de um legado de troca de favores proveniente da cultura ibérica; c) Falta de ética e moral sólidas que deveriam ser asseguradas por bons princípios e fiscalização adequada; e d) A filosofia cristã de São Tomás de Aquino e Santo Agostinho entendem que o pecado original é um dos causadores da corrupção, devido à tendência do homem para o mal.

Cabe mencionar que, nessas mobilizações da direita, houve forte influência do pensamento olavista. Registram que Olavo de Carvalho foi a pessoa que despertou uma nação e mudou a história do Brasil, revelando uma nova força na sociedade civil. Não por acaso, os motes "Olavo tem razão" e "Mais Mises, menos Marx" compuseram o repertório das manifestações.

O documentário "A direita no Brasil" retrata que as manifestações culminam no *impeachment* de Dilma Rousseff, cuja gênese advém do gigantesco escândalo de corrupção que gerou uma crise econômica. Pautando-se em simplificações arbitrárias do contexto político, o *impeachment* é apresentado como solução para o caos gerado "pelo conjunto da obra" durante os governos petistas, sendo a única saída para salvar o Brasil.

Em paralelo, denotam que ocorria a operação Lava Jato que investigava as figuras mais importante da República, conduzida por um juiz extremamente corajoso e preparado que tinha apoio populacional: Sérgio Moro.

Com o *impeachment*, Michel Temer assume em meio a um processo de crise de legitimidade, pois integrava como vice-presidente o esquema de assalto do Brasil por mais de uma década com os governos petistas. Todavia, os documentários recuperam que ele conseguiu encaminhar resultados econômicos surpreendentes ao efetuar cortes na carne, tensionando e aprovando reformas importantes: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto dos Gatos Públicos que impediria que se aumentassem os gastos acima da inflação, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência para aliviar a pressão sobre as contas públicas.

No Brasil, após o *impeachment*, a esquerda concentrou seus ataques em Temer, enquanto a direita surfava uma onda de otimismo. Em 2018, o ex-presidente Lula foi condenado a 9 anos e 6 meses no âmbito da operação Lava Jato, no bojo do suposto maior sistema de corrupção do mundo, segundo os narradores.

Para ilustrar, recuperaram a foto do arquivo de Power Point usado por Deltan Dallagnol[61], apresentado em abril de 2016, como conjunto de evidências que nos fariam concluir que o Lula foi o comandante do maior esquema de corrupção descoberto pela operação Lava Jato.

Figura 6 – Power Point da Lava Jato

Fonte: G1 (Powerpoint [...], 2023).

De acordo com os narradores, essa operação gerou uma série de interferências, consideradas inconstitucionais, na condução das investigações, as quais atualmente estão sendo utilizadas contra a direita, estabelecendo assim um precedente político. A ruína da operação Lava Jato deve-se, segundo eles, entre outros fatores, à decisão do ex-juiz Sérgio Moro de integrar o Governo Bolsonaro, assim como à série de medidas governamentais que foram desmantelando as principais características que permitiram à Lava Jato chegar aonde chegou. Assim, o STF anulou as decisões de Moro, apontando que ele foi parcial no processo, haja vista que não houve uma separação entre acusador e julgador.

Por conta disso, Lula foi solto pelos erros da Lava Jato, pois, ao forçar a barra no processo, terminou oferecendo o argumento e o pretexto para a nulidade do processo (*A direita no Brasil*).

Na sequência, evidenciam alguns aspectos das eleições de 2018. Para os narradores, há um equívoco na explicação da eleição que aponta que Bolsonaro contrariou as lógicas da campanha. Do ponto de vista dos entrevistados, a campanha de 2018 contrariou todas as lógicas da história política eleitoral brasileira. Esse episódio, em especial, inicia-se com reportagens sobre escândalos de corrupção do PT, concomitantemente com algumas falas patrióticas de

[61] Integrou a força-tarefa no âmbito da Operação Lava Jato, sendo parcial na condução do processo.

Bolsonaro. Simultaneamente, mostram reportagens de eleitores petistas agredindo os bolsonaristas, ao mesmo tempo que acionam vídeos de multidões recebendo Bolsonaro.

A Nova Direita no Brasil cresceu quando surgiu a candidatura de Bolsonaro, que a princípio era considerado um deputado de baixo clero, completamente isolado na Câmara dos Deputados. No decorrer da sua carreira política, Bolsonaro soube entender e personificar parte das pautas morais, anticomunistas e econômicas.

O documentário retrata a simplicidade como a principal virtude de Bolsonaro, registrando a sua conexão com os diversos setores da sociedade civil, ao verbalizar uma linguagem compreensível para milhões de pessoas. Naquele momento, o Brasil estava imerso em um clima de transformação, e Bolsonaro de certa forma, era visto como o herói que derrotou o PT, prometendo a proteção da entidade sociofamiliar, uma nova economia, uma moeda robusta e o encorajamento de investimentos por parte dos empresários, juntamente com o fim do comunismo.

Nesse ínterim, havia correntes políticas difusas de apoio a Bolsonaro, sendo as Forças Armadas, o positivismo militar, os olavistas, os conservadores cristãos e os liberais. Para os produtores, houve uma fragmentação do pensamento dentro do liberalismo e do conservadorismo que convergiram para impedir que o candidato da esquerda radical tornasse a ocupar o Executivo.

Registram que o maior desafio de Bolsonaro foi a pandemia de Covid-19, que, num único dia, vitimou mais de 900 pessoas. Enquanto líderes do mundo inteiro se posicionavam sobre como melhor enfrentar a pandemia e a maioria dos governantes prometia defender a vida das pessoas acima de tudo adotando medidas duras para limitar a circulação e o comércio, Bolsonaro comunicou que iria priorizar a liberdade de escolha da população.

O documentário anuncia que a forma como o presidente se comunicou em suas declarações públicas foi equivocada, revelando uma certa agressividade. Como resultado, ele acabou sendo rotulado de “genocida” devido a “deslizes de linguagem pelos quais ele já se desculpou”.

Concluem que suas narrativas não estavam alinhadas com suas ações, considerando que o Brasil figurou entre os países que mais adquiriram vacinas. Isso teria gerado uma problemática, pois o documentário questiona a banalização do termo “genocida” aplicado de forma generalizada a diversas situações de vitimização. Nessa perspectiva, os produtores afirmam que não é apropriado qualificar Bolsonaro como genocida, uma vez que não há evidências de que ele tenha planejado ou instrumentalizado ações com o intuito de causar danos às pessoas durante a pandemia.

Argumentam ainda que o aspecto positivo nesse cenário foi o posicionamento de Bolsonaro de não fechar as empresas e não coibir o livre trânsito, incentivando as pessoas a irem trabalhar, entendendo que a liberdade é um valor maior que a própria vida. Dessa forma, o Brasil teve uma posição econômica melhor do que vários países e isso se deveu à decisão de não fechar a economia, mas de permitir que o cidadão tivesse liberdade de escolha. Portanto, o erro, segundo eles, trata-se apenas da retórica assumida por Bolsonaro, que demonstrou uma certa insensibilidade em relação às vítimas.

Além desse aspecto fundamental, os narradores destacam que a atuação dos filhos de Bolsonaro, supostamente envolvidos em esquemas de corrupção, trouxe inúmeros desafios políticos. Um grupo de promotores de esquerda, vistos como dedicados militantes, buscava encerrar a carreira política do Senador Flávio Bolsonaro para atingir o presidente, utilizando todos os recursos e mecanismos de investigação disponíveis, inclusive violando a sua privacidade. No entanto, apesar de seus esforços, eles não conseguiram encontrar provas concretas suficientes para incriminá-lo.

Vale mencionar que todos os documentários perpassam pelo debate da liberdade de expressão, que é melhor explicitado no documentário *Donos da verdade*. Salientam ainda que a liberdade de expressão não é uma constante na história humana, pois trata-se de um direito que se consagrou na Inglaterra e posteriormente nos EUA, na medida que algumas pessoas sofreram com a ideia de que alguns pensamentos não mereciam sua divulgação.

Na época do Iluminismo, a questão da liberdade cruza o Atlântico e chega à colônia americana, tornando-se o mito fundador dos EUA. Nessa linha argumentativa, citam personagens históricos que foram condenados à morte por exercer a liberdade de expressão e lutar contra o *status quo*, tais como Sócrates, Jesus Cristo e o imperador romano Marco Aurélio. Ademais, situam exemplos históricos que foram condenados por esboçar suas opiniões como a caçada dos cavaleiros templários, a fogueira de Joana d'Arc, a expulsão dos católicos na Inglaterra, a repressão da reforma protestante no Império Austríaco, as condenações dos cientistas Galileu e Giordano Bruno e a guilhotina em praça pública durante a Revolução Francesa.

O cerceamento das ideias teve repercussões consideráveis na opinião pública, marcando o surgimento do que denominam como "politicamente correto". Esse fenômeno é muitas vezes interpretado como uma manifestação de "mimimi", uma expressão que sugere um excesso de sensibilidade que, por sua vez, visa restringir preconceitos e opressões de diversas naturezas.

Fundamentando-se na psicologia de massas, acreditam que, quando se tenta coibir um pensamento, uma opinião ou uma ideia, incorre-se no risco do grupo se organizar e se pautar

no ressentimento e no ódio que acabam por ganhar mais força. Por isso, a importância de ouvirmos, compreendermos e assimilarmos as queixas desses grupos por mais infundadas que elas sejam para estabelecer um elemento de entendimento do que dói no outro.

De acordo com o audiovisual, o politicamente correto é aceito pela opinião pública basicamente por três motivos centrais: a teoria econômica de Marx é difícil de entender, enquanto que o politicamente correto, por meio dos chavões e frases de efeito aliados à fantasia de um mundo ideal e sem defeitos, é muito mais atraente para o cidadão comum; a segunda razão é que o politicamente correto pratica o desconstrucionismo até a exaustão, sendo que a adesão da mentalidade revolucionária tem aderência entre os jovens; a terceira razão é que o marxismo falhou como sistema econômico em todo o mundo, restando-lhe disputar a guerrilha cultural para manter a sua sobrevivência.

Nessa perspectiva, ressaltam a centralidade e a importância das redes sociais no jogo democrático que arrancaram o monopólio da impressa que até então se vendia como isentas. A liberdade de expressão se fortaleceu com o avanço tecnológico e a descentralização da classe dominante.

Ocorre a implementação de meios de censura através da ideia da regulamentação da internet e das redes sociais. Argumentam que na China, por exemplo, o sistema de comunicação é monitorado pelo governo, que controla o que os usuários publicam na internet. Já na Rússia, existe um órgão do governo voltado a criminalizar as provocações, fofocas estúpidas e mentiras maliciosas, estabelecendo multa e prisão para os que disseminaram notícias falsas. Tais países propuseram medidas de contenção ao cibercrime na ONU. Nessa circunstância, os EUA votaram contra, devido às definições genéricas utilizadas, ressaltando as diferentes interpretações culturais do que cada país entende como crime.

O documentário *Donos da verdade* defende que cabe ao usuário verificar o que consome e compartilha ou em que acredita. De acordo com suas alegações, o Inquérito 4781 sobre *Fake News* foi visto como uma manifestação de ativismo judicial da Suprema Corte, o que foi considerado um ataque à democracia. Argumenta-se que os juízes não deveriam desempenhar simultaneamente os papéis de vítimas, denunciantes, investigadores e julgadores dentro desse inquérito. Esse arranjo resultou em um processo desequilibrado, assemelhando-se a uma inquisição desigual, pois os acusadores se beneficiam do poder do Estado, enquanto os réus sequer possuem acesso adequado às acusações formuladas contra eles.

O Ministro Alexandre de Morais conduziu a investigação em cima da tese de que existia um grupo organizado em fazer ataques virtuais, propagar *fake news* e promover ameaças ao

STF. Esse grupo foi denominado de “Gabinete do Ódio” e estaria ligado ao presidente Jair Bolsonaro, que foi incluído no inquérito após suas falas a respeito das urnas eletrônicas.

A liberdade de expressão é posta nas mãos dos políticos que usam dessa narrativa para combater o discurso de ódio e as *fake news*, tutelando instituições para definir o que é mentira e o que é verdade. Com um viés persuasivo, denunciam que esse projeto de criminalização das *fake news* poderá silenciar a liberdade de expressão da BP, considerado no documentário como maior veículo de mídia independente do país.

Para finalizar esse relatório, resgatamos o contexto político das eleições de 2022. De acordo com *A direita no Brasil*, a reação que tomou conta da nação brasileira foi de incredulidade e indignação diante do resultado das eleições presidenciais. Os apoiadores de Jair Bolsonaro não aceitaram a vitória da chapa Lula e Alckmin, ocasionando manifestações concentradas nas portas de quartéis e batalhões do Exército, suplicando pela intervenção federal. As pessoas ficaram mais de 70 dias nas ruas, esperando que algo acontecesse, demonstrando que Bolsonaro era a manifestação da democracia e da vontade popular.

Os registros audiovisuais da BP indicam que em 8 de janeiro de 2023 mais de cem ônibus transportando aproximadamente 3900 manifestantes chegaram à Esplanada dos Ministérios em Brasília para protestar. Desarmados, esses manifestantes demonstravam uma determinação difusa de evitar uma potencial catástrofe. Muitos deles desconheciam as implicações legais de seu ato que incluíam crimes relacionados à tentativa de abolir violentamente o Estado Democrático de Direito e a tentativa de golpe de Estado.

De acordo com o documentário “A direita no Brasil”, o que ocorreu no dia 08/01 não foi uma tentativa de golpe de Estado, mas de vandalismo estúpido. Não por acaso, a história da invasão do Congresso ocorreu em outros momentos da vida institucional brasileira, a saber: em 2006, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiu a Câmara dos Deputados; em 2013, manifestantes invadiram o plenário para pressionar uma votação; em junho e agosto de 2013, indígenas invadiram o plenário; em 2014, o MST tentou invadir o STF; em 2016, intervencionistas invadiram a Câmara dos Deputados; e em 2017, policiais tentaram invadir a Câmara dos Deputados.

Como uma saída política para o cenário pós-reeleição de Lula, os documentários enfatizam a promoção de uma campanha armamentista, argumentando que “um povo armado jamais será escravizado”. [62]Eles apontam que, em geral, o desarmamento da população é a

[62] Este bordão faz parte desse léxico nacionalista, pois o cidadão desarmado seria uma estratégia de governos opressores e autoritários. Durante o governo Bolsonaro, houve uma flexibilização da posse e do porte de armas no Brasil, em nome de supostas proteção, legítima defesa, liberdade e segurança familiar e patrimonial, com

primeira medida adotada por países que possuem grandes ditadores, a fim de evitar resistência popular. Os documentários apresentam a realidade dos Estados Unidos como um modelo de uma sociedade livre, onde o direito básico à legítima defesa é amplamente reconhecido.

O espírito cívico dos EUA radica-se na propriedade privada e na ideia de liberdade. O poder do povo está mais próximo de cada estado, o que evita o governo totalitário tomar conta de determinado país. Assim, o liberalismo liberta o povo e limita as ações autoritárias dos governos, a partir da aposta no empreendedorismo e na meritocracia que produzem empregos e geram riqueza. Cada indivíduo pode possuir mais ou menos bens e realizações com base no seu esforço individual para alcançar seus objetivos. Citam ainda o papel fundamental do Instituto Mises Brasil que se distancia de uma visão estatista para firmar a ideia radical de liberdade, através da formação de vários atores sociais que disputam lugar na arena política, no intuito de formar quadros de intelectuais orgânicos.

Para exemplificar a vantagem da meritocracia e do empreendedorismo, mencionam a estrutura da Uber, uma empresa inovadora que conta com um aplicativo simples, a partir de uma ideia que se dissemina, emprega milhares de pessoas, facilita o transporte com baixo custo, aumenta a segurança, muda o mercado e incomoda as estruturas de poder. Sugerem que esse mesmo sistema se estenda para a polícia para o reparo e manutenção de infraestrutura e para o sistema de justiça.

Partindo da experiência de Cingapura, o documentário *Congresso Paralelo* enfatiza a construção de uma nação próspera e livre, sustentada por uma moeda robusta e estável, livre de interferências políticas excessivas. Essa visão abraça a manutenção de impostos moderados, a recusa a empréstimos estrangeiros e um compromisso notável em estimular o desenvolvimento de empresas privadas que possam competir em escala global.

Além disso, destaca a importância de uma regulamentação mínima, com ênfase em um ambiente de livre comércio e proteção eficaz da propriedade privada e da segurança pública. A aplicação de políticas de baixo custo em relação ao PIB, juntamente com um intervencionismo estatal estratégico, complementa uma visão econômica que preserva a liberdade de mercado. Essa abordagem visa potencializar a qualidade de vida da população, elevando os padrões de salários, protegendo os direitos civis e políticos e reduzindo a corrupção, a mortalidade e trabalho infantil e o desemprego.

---

pouco ou nenhum monitoramento e fiscalização por parte das instâncias federais. O Instituto Sou da Paz e o Instituto Igarapé apontam que 1.354.751 novas armas entraram em circulação durante esse governo, devido à edição de decretos que facilitavam a sua compra (OLIVEIRA, 2023). Dados do Exército obtidos pelo G1, por meio da Lei de Acesso à Informação, revelam que o governo Bolsonaro liberou uma média de 619 novas armas por dia para grupos de atiradores, atiradores esportivos e colecionadores (STABILE, 2023).

Nesse sentido, a abordagem propõe um investimento robusto na economia, evitando ao máximo a burocratização e, ao mesmo tempo, estabelecendo políticas de segurança pública punitivas para assegurar a confiança dos cidadãos nas relações sociais e na promoção do liberalismo de mercado. Isso implica na redução significativa do número de cargos no funcionalismo público, incentivando, por sua vez, o empreendedorismo e uma abordagem descentralizada em relação a algumas responsabilidades estatais, diminuindo os gastos com saúde, previdência, educação e outras áreas sociais. Essa reestruturação estratégica visa promover um ambiente favorável ao crescimento econômico, ao mesmo tempo em que se concentra em fortalecer a confiança da sociedade na eficácia do sistema, sem comprometer a liberdade econômica.

Torna-se necessário reduzir a máquina como um todo, tirando o monopólio das empresas estatais, através de um conjunto de contrarreformas políticas, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e judiciárias para criar uma burocracia profissionalizada.

A viabilidade desse cenário está intrinsecamente ligada à garantia de uma bancada com orientação neoliberal e conservadora no Congresso Nacional, incentivando, assim, o envolvimento ativo da sociedade civil em várias esferas da batalha cultural. Nesse contexto, a solução mais imediata parece residir na pressão por uma alteração constitucional e na implementação de políticas mais alinhadas com os princípios do neoliberalismo. Essa perspectiva é motivada pela percepção de que a Constituição Federal de 1988 reflete tendências socialistas que, se não controladas, podem abrir caminho para o comunismo no Brasil.

Portanto, defensores desse movimento argumentam que a direita política precisa se institucionalizar, consolidar sua presença na base, demonstrar persistência e evitar uma abordagem imediatista. Isso inclui uma presença proativa nos centros acadêmicos, sindicatos, conselhos profissionais e educacionais, bem como nos grupos comunitários locais. Através dessa estratégia, espera-se promover uma mudança gradual e estrutural que esteja em sintonia com os princípios e valores do liberalismo e conservadorismo, criando uma base sólida para um Brasil mais alinhado com as convicções de uma sociedade de livre mercado.

2.4 Neofascismo na Política Brasileira: A ascensão da Extrema Direita

Os audiovisuais analisados demonstram que as disputas ideológicas estão imbricadas em processos societários e visões sociais de mundo. Segundo Löwy (2009), a visão social de mundo abrange dois aspectos: a) trata-se da visão de mundo social, isto é, de um conjunto relativamente coerente de ideias sobre o homem, a sociedade, a história, e sua relação com a

natureza; b) essa visão de mundo está ligada a “certas posições sociais [...], isto é, aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais” (LÖWY, 2009).

O cerne fundamental na interpretação dos eventos históricos dos audiovisuais de acordo com as preferências políticas está diretamente ligado à disseminação de uma perspectiva de mundo e de um projeto político provenientes da direita conservadora. Esse posicionamento se baseia na influência da narrativa histórica moldada por preceitos conservadores, que muitas vezes reinterpretam acontecimentos passados de acordo com sua visão de mundo e preferências políticas. A difusão dessas perspectivas não apenas molda a compreensão coletiva da história, como também a percepção dos eventos contemporâneos e influencia a formulação de políticas e estratégias para o futuro.

Nessa correlação de forças, compreendemos que, da mesma forma que há uma ressignificação dos processos históricos brasileiros da BP, impulsionada por uma inclinação ideológica a serviço da extrema direita para universalizar seus interesses de classe, nossa abordagem também não é neutra e objetiva. Estamos alinhadas aos pressupostos críticos e materialistas, respaldadas por uma literatura especializada, para destacar os aspectos gerais dos antecedentes históricos e eventos conjunturais que impulsionaram o crescimento da extrema direita no Brasil.

Como ponto de partida dessa interpretação, advogamos que os elementos centrais expostos nos audiovisuais da Plataforma BP merecem ser situados na Crise de 2008. Há um enquadramento desse debate na conjuntura de crise econômica que serve como fio condutor de uma série de mudanças econômicas, políticas e ideológicas.

É necessário recordar o pressuposto marxiano de que as crises cíclicas são indissociáveis e inerentes ao sistema e à dinâmica capitalista. Borges e Matos (2020) acentuam que a principal diferença da crise atual reside na persistência temporal de longa duração, na medida que o capital não ativou seu pleno poder de recuperação do padrão de acumulação, demonstrando a saturação do seu projeto de desenvolvimento econômico.

Ao refletir sobre o contexto da crise econômica de 2008, Gonçalves (2019) enfatiza o ciclo agressivo de regressão de direitos, criação de legislações autoritárias e ampliação dos instrumentos repressivos do Estado, corroborando a ascensão de discursos e atores que combinam a retórica punitivista, a culpabilização do outro e a construção dos inimigos a serem combatidos: os comunistas, os estrangeiros, os negros, os LGBTI+ e as mulheres. “Trata-se evidentemente de processo, paralelo às crises econômicas, de ascensão da extrema direita” (GONÇALVES, 2019, p. 153), cuja consequência é a pulverização de governos com tendências neofacistas em várias partes do mundo.

Em meio à polarização política, o arquétipo do lema “Deus acima de tudo e o Brasil acima de todos”, que marca a campanha do ex-presidente da República, exposto nos documentários, acompanha a expansão da extrema direita em outras partes do globo. Wendy Brown (2019, p. 14) exemplifica o alinhamento ideológico desses *slogans* das campanhas mundo afora: “*Make America great again*” (Faça a América grande de novo) (Trump), “A França para os franceses” (Le Pen e a Frente Nacional), “*Take back control*” (Recupere o controle) (Brexit), “Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha” (Alternativa para a Alemanha), “Polônia pura. Polônia branca” (Partido Polonês da Lei e da Justiça) e “Mantenha a Suécia sueca” (Democratas Suecos). Nesse cenário, destacamos a ascensão em 2022 de Giorgia Meloni, primeira-ministra italiana de direita radical. Seu partido, o Movimento Social Italiano (MSI), tem raízes que remontam ao fascismo de Mussolini.

A tendência contínua de inclinação à direita não é excepcionalidade brasileira e não poderá ser totalmente compreendida se não for situada na permanente neoliberalização global da economia e dos modos de vida rumo ao autoritarismo e à política de desdemocratização (CORRÊA, 2018).

> Ao final da década, flagrantes regressões democráticas aconteceram em Honduras (2009) e no Paraguai (2012), e Viktor Orbán foi eleito premier na Hungria (2010). A partir de 2013, esses retrocessos se intensificariam. A primavera árabe se dissolveu sob as sombras da guerra e do regime Sissi, no Egito. Os efeitos simbólicos dessa debate da democracia extrapolaram as fronteiras regionais e cruzaram o espectro político. Em 2014, o Partido Nacional Hindu (BJP) venceu as eleições na Índia e Orbán foi reeleito na Hungria. Na Nicarágua, Daniel Ortega reformou a constituição para garantir a reeleição perene, enquanto a violência e a coerção do Estado contra a oposição aumentaram na Venezuela. Em 2015, um governo extremamente conservador foi eleito na Polônia. Em 2016, ao “golpe parlamentar” que impugnou Dilma Rousseff no Brasil (antessala das eleições de 2018), seguiram-se à eleição de Rodrigo Duterte nas Filipinas, o referendo sobre o Brexit, o estado de exceção estabelecido por Erdogan na Turquia, a derrota do Acordo de Paz na Colômbia e, por último, mas não menos importante, a eleição de Trump (CORRÊA, 2018, p. 6).

O avanço do conservadorismo e da autocracia, gestado há bastante tempo no Brasil, deve ser posto na cartografia global da neoliberalização e da financeirização que operam em uma cadeia autoritária (CORRÊA, 2018). Na América Latina, sobretudo nos últimos quinze anos, notam-se tentativas em cadeia de reduzir o espaço democrático e tomar medidas de exceção, impulsionadas pelo imperialismo, a exemplo dos casos da Venezuela, Equador, Bolívia, Paraguai e Argentina.

O “golpe de Estado de novo tipo” (BEHRING, 2020), conduzido pelas frações reacionárias da burguesia brasileira, teve impactos deletérios para os direitos sociais e humanos,

especialmente com a agenda econômica e política do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mantida e agudizada com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Conforme observado nos documentários, a ruptura institucional que culminou no golpe jurídico-parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) mistificou-se numa bandeira de combate à corrupção com forte aderência da sociedade civil, sobretudo com as manifestações das classes altas e médias.

Com o declínio do crescimento econômico e o aumento progressivo do desemprego, o capital internacional representado por frações da burguesia viu a possibilidade de deflagrar o golpe de Estado, no intuito de restaurar a hegemonia neoliberal num momento em que a frente neodesenvolvimentista[63] não era mais suficiente para regular o mercado.

Não é coincidência que "o pesado ajuste fiscal para assegurar o capital rentista, o pagamento dos juros da dívida pública, a abertura da privatização da economia brasileira para atender ao capital internacional e os cortes de direitos trabalhistas e sociais" (BOITO, 2016, p. 26) foram os principais objetivos do governo interino de Michel Temer (MDB).

Recordemos que um dos primeiros atos do governo interino de Michel Temer foi propor uma reforma através de medida provisória extinguindo os Ministérios da Cultura, das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário, das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Não por acaso, esse conjunto de reformas neoliberais são defendidas nos documentários analisados.

Figura 7 – Michel Temer e os "seus"

Fonte: Exame (2016).

[63] Em linhas gerais, defendem a intervenção estatal para estimular o crescimento econômico brasileiro (BOITO JÚNIOR, 2016).

A sua composição ministerial contou com uma completa ausência de mulheres e de pessoas negras nos 23 ministérios, marcados por uma masculinidade cristã, branca, heterossexual, cisgênero e liberal. O retrato ilustra o poder simbólico de quem, historicamente, monopolizou o poder econômico e político no país.

O documentário *O processo* (2008), da cineasta Maria Augusta Ramos, denota os bastidores da crise política instaurada no Brasil e o longa *Alvorada* (2021), dirigido por Anna Muylaert e Lô Politi, resgatam as forças articuladoras e os dirigentes políticos que protagonizaram o jogo de cartas marcadas que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff.

As acusações à presidenta envolviam: a) a emissão de decretos de suplementação orçamentária sem aprovação do Congresso; e b) crime de responsabilidade fiscal através das chamadas "pedaladas fiscais"[64], termo que designa o atraso de pagamentos dos subsídios agrícolas aos bancos estatais.

A abertura desse processo ocorreu em 2 de dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara, o deputado Eduardo Cunha[65], atendeu ao pedido de *impeachment* dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Não por acaso, o acolhimento da denúncia ocorreu no mesmo dia em que o PT manifestou apoio ao processo de cassação do Eduardo Cunha no Conselho de Ética.

De acordo com a Agência Senado Notícias (2016), em 11 de abril, a comissão especial aprovou a abertura do processo contra Dilma por 38 votos a 27. No dia 17, após seis horas de sessão e por votação nominal, o Plenário da Câmara autorizou a abertura do processo de *impeachment* contra a presidenta por 367 votos a favor, 137 votos contra e 7 abstenções.

Com o parecer favorável à admissibilidade da denúncia, Dilma foi afastada por 180 dias. A consumação do golpe jurídico, midiático e parlamentar ocorreu após 273 dias no Senado, contando com a votação de 61 votos favoráveis à cassação do mandato da presidenta Dilma contra 20, sem a perda dos direitos políticos.

Esse aspecto é problematizado no documentário *A direita no Brasil*, sobretudo em relação à atuação do STF, que criou mais uma instância para verificar a admissibilidade do

---

[64] Em 2022, O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) decidiu extinguir a ação popular em que a a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) foi condenada em 2020 por pedaladas fiscais (SAMPAIO, 2022).

[65] "Um bom exemplo dessa ampliação do conservadorismo foi representado pelo mandato de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) na presidência da Câmara dos Deputados. Ela significou a vitória das velhas oligarquias econômicas e políticas do país, que vêm se articulando para frear o processo de alargamento da democracia ou mesmo para inviabilizar as lutas por um modelo de sociedade mais igualitário no âmbito cultural, social, político econômico e ambiental. [...] Durante a sua legislatura, protagonizou uma gama de projetos de proteção do modelo familiar patriarcal, de enfrentamento à liberdade, de orientação sexual e de identidade de gênero, de proteção da vida desde a concepção, de endurecimento das penas para crime de aborto, de flexibilização para o armamento da população, bem como de legitimação da violência policial, [que] tramitou em ritmo acelerado" (IPEA, 2018, p. 3).

processo, fatiando as decisões e dando direitos políticos a uma ex-presidenciável *impeachmada, posto que, no pedido original, constava a perda do cargo e dos direitos políticos.* De acordo com esses expoentes, a inserção do STF resulta de um acordo político que muda a regra do *impeachment*, assumindo o papel de poder moderador entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Ao longo da sua trajetória política como presidenta, Dilma contou com uma base de apoio no Congresso Nacional que foi sendo reduzida no processo de julgamento. As jornadas de 2013 e 2015 engrossaram o caldo político-ideológico que ocasionou a destituição da presidência e o espraiamento da extrema direita. Embora com baixa popularidade em razão da crise econômica, a até então mandatária manteve o apoio de movimentos sociais, intelectuais, artistas, partidos políticos de esquerda e centrais sindicais, que se mobilizaram durante todo o processo[66].

Sobre a votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, cabe chamar a atenção para dois fatos: a) a pulverização dos discursos dos parlamentares que giravam em torno da família, de Deus e da nação brasileira; e b) a narrativa de Jair Bolsonaro, candidato da extrema direita nas eleições presidenciais de 2018, que, ao votar favoravelmente ao *impeachment*, exaltou a Ditadura e reverenciou o coronel Brilhante Ustra, responsável por crimes de tortura durante a Ditadura Civil-Militar que vitimaram a própria presidenta Dilma.

> Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data pela forma como conduziu os trabalhos dessa Casa. Parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim (BOLSONARO, 2016).

Nesse ínterim, o espraiamento das ferramentas tecnológicas de uma forma geral e das redes sociais em particular ocupou o lugar da mídia tradicional na profusão e criação de informações. O golpe manifestou-se de forma explicitamente sexista ao disseminar imagens de veículos adornados com adesivos colocados junto à entrada do tanque de gasolina. Nessas representações, a ex-presidenta foi retratada de maneira ofensiva, com suas pernas abertas, sugerindo uma penetração sexual pela mangueira de combustível.

A mídia, por sua vez, configurou-se como peça crucial nesse processo propagandeando uma presidenta supostamente desequilibrada e usuária de medicamentos psiquiátricos.

---

[66] O documentário *Democracia em vertigem*, lançado em 2019 pela diretora Petra Costa, recupera esse turbulento cenário, intercalando memórias pessoais com o panorama político.

Figura 8 – As explosões nervosas da presidente

Fonte: Revista IstoÉ (2016).

Além dessas questões, podemos citar o artefato da propaganda antipetista no país e a campanha disseminada pela máquina cibernética. Convencida de que o petismo não seria capaz de efetuar um conjunto de contrarreformas no mundo do trabalho e das políticas sociais, a austeridade fiscal e os ataques aos direitos sociais com a velocidade, o ritmo e a profundidade exigidos pelo capital em tempos de crise, a burguesia optou pelo golpe (DEMIER, 2019). Isso significa que, aos olhos das frações burguesas, o PT não daria conta do conjunto de transformações econômicas e políticas necessárias para reverter a queda da taxa de lucros no quadro de um capitalismo periférico e dependente.

Baseado na noção de crise orgânica de Gramsci, Melo (2020) afirma que temos vivido uma crise dessa natureza no atual contexto brasileiro, posto que a recusa liberal aos governos petistas se manifestou desde a dificuldade de reconhecer a vitória da presidenta Dilma Rousseff em 2014 até a incorporação e o protagonismo dos militares na correção política. O autor sinaliza ainda a descrença das classes altas e médias nas representações políticas tradicionais, especialmente nos caciques dos velhos partidos políticos. É nesse momento que o "Messias" aparece para salvar e restaurar a nação, com a autoridade essencialista e providencial do populismo de direita, revelando mais um componente do neofascismo à brasileira.

O documentário *A direita no Brasil* resgata que Bolsonaro se elegeu contra o discurso da política. Alguns interlocutores da extrema direita acham que o ex-presidente não deveria ter

feito os acordos políticos para manter a direção de *outsider*, dado que acabou por entrar no mesmo esquema que outros presidentes para manter a governabilidade, sendo que a aproximação do governo com a área fisiológica danificou a imagem do Bolsonaro.

Os narradores desse audiovisual apontam que Bolsonaro, acossado, recorreu aos garantidores da governabilidade no Brasil, estabelecendo uma espécie de coalizão com o Centrão. Alguns entrevistados são terminantemente contrários aos acordos políticos de Bolsonaro, outros apontam que essa era a única forma de se segurar na presidência, considerando a especificidade do sistema político brasileiro, tendo em vista que o país se torna ingovernável sem o apoio do Centrão.

A "faxina geral" contra a corrupção concentrou-se em políticos considerados *outsiders* e os que demostravam pouca experiência política, ao contrário dos grandes caciques partidários. A retórica de que é preciso renovar, combater a corrupção e restaurar os valores morais da tríade "Deus, família e pátria" surgiu para enfrentar a ameaça da ideologia de gênero nas famílias e do suposto avanço do comunismo no Brasil e no mundo.

Considerando erroneamente que não há corrupção nas corporações empresariais, a alternativa seria o maior enxugamento do Estado sob a racionalidade neoliberal. Kalil (2018) alerta que há algumas interpretações nos usos e abusos da corrupção que não se restringem ao fato de se obter vantagens econômicas na órbita do Estado. Além da seara econômica, esse combate à corrupção vociferada pelos movimentos bolsonaristas imputa uma dimensão moral e religiosa de proteção à entidade familiar.

Ao observar a atuação política do campo mais conservador, Isabela Kalil (2018) evidencia que, no Brasil, a extrema direita tem feito das manifestações de rua um campo de experimentação política. Apropriando-se das cores da bandeira do Brasil e do uniforme da seleção brasileira de futebol, essas mobilizações se utilizam das estratégias históricas de manifestação e ocupação do campo mais progressista para disputar sentidos e significados. Um dos exemplos mais emblemáticos foi a manifestação de espectros da direita no Dia do Trabalhador (1º de maio de 2021), evento hegemonicamente ocupado pela esquerda ao longo das últimas décadas.

Com um discurso de inspiração neoconservadora, nacionalista e explicitamente religiosa, a eleição presidencial no ano de 2018 desnudou os valores baseados na tradição, na família e na propriedade, arraigados na sociedade brasileira. O combate à corrupção e o expurgo da infiltração esquerdista na máquina pública que compõe a programática governamental assumem uma feição inquisitória, mascarando os interesses particulares das classes minoritárias e abastadas.

Nessa trama político, o até então juiz federal Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato que conduziu à prisão o ex-presidente Lula, aceitou o convite de compor o Ministério da Justiça do Governo Bolsonaro para implementar a esperada agenda anticorrupção. Não temos dúvida de que a prisão de Lula[67] foi orquestrada para afastá-lo do pleito eleitoral, já que, naquele momento, ele liderava as pesquisas de intenção de voto para a presidência. Essa prisão arbitrária marcada por abusos do Poder Judiciário alterou os rumos políticos do país, pois, no cenário sem Lula, Bolsonaro liderava a corrida presidencial em 2018.

Além disso, precisamos enfatizar o papel fundamental que a máquina de manipulação e disseminação de notícias falsas, sobretudo na plataforma de WhatsApp, desempenhou no conturbado cenário eleitoral. Não bastasse ser a rede social mais difundida entre os/as brasileiros/as em 2018, o Brasil figura como o segundo maior mercado desse aplicativo no mundo.

A direita e a extrema direita aparecem mais conectadas entre si e compartilham e disseminam mais conteúdo, de acordo com um estudo da Northwestern University, dos Estados Unidos (RIBEIRO, 2019). Essa averiguação dialoga com a pesquisa do Datafolha, que revelou que, naquele contexto, os eleitores do Bolsonaro usavam mais redes sociais (81%)[68] do que os eleitores do Haddad (59%).

Vale mencionar que um dos elementos para compreender a capilaridade dessa máquina de manipulação da informação deve-se ao uso ilimitado do WhatsApp, ou seja, os/as usuários/as conseguiam acessar o aplicativo mesmo sem acesso à internet, o que impossibilita verificar na rede a veracidade da informação divulgada. Naquele momento, não havia qualquer controle de disseminação de informações falsas no aplicativo. A plataforma somente limitou o número de vezes em que as mensagens eram replicadas, após linchamentos ocorridos na Índia estarem relacionados com mensagens circuladas nos grupos de WhatsApp, resultando em pelo menos 18 mortes de pessoas inocentes identificadas pela população como possíveis criminosos.

Ao mesmo tempo que devemos investigar as *fake news* e exigir um posicionamento da Justiça Eleitoral, temos que indagar os fatores que levam os/as eleitores/as a não somente acreditar, mas a compartilhar notícias falsas.

---

[67] Na condição de preso político, o ex-presidente Lula foi impedido de dar entrevistas e até de participar dos velórios do seu irmão e do seu neto, que faleceram no interstício de 580 dias em que permaneceu encarcerado na Superintendência da Política Federal em Curitiba. Durante este período, Lula recebeu cerca de 25 mil cartas. O livro *Querido Lula: cartas a um presidente na prisão*, organizado pela pesquisadora Maud Chirio, compila 46 dessas correspondências.

[68] Em matéria publicada na Folha de S. Paulo, Patrícia Campos Mello (2018) denunciou que a campanha de Bolsonaro se beneficiou de compras de pacotes por empresários para efetuar disparos de mensagens em massa via WhatsApp, envolvendo formas ilegais de financiamento eleitoral, caixa 2, fraudes e *fake news*.

Ao longo desta pesquisa, destacamos algumas chaves analíticas acionadas por pesquisadores/as para apreender as principais narrativas das franjas da extrema direita no Brasil e ao redor do mundo. A ascensão e o fortalecimento da extrema direita brasileira possuem causas múltiplas que não podem ser explicadas isoladamente, tampouco reduzidas a apenas uma variável interpretativa.

São questões fundamentais para entender o fortalecimento da extrema direita brasileira no contexto da luta de classes: a crise econômica mundial, a ruptura democrática com o *impeachment* ilegítimo, a perda de confiança das bases tradicionais representativas, a deterioração da conciliação de classes, o papel da impressa, as taxas de desemprego, a precariedade da vida social, o legado moralista, autoritário e punitivista da nossa formação social brasileira, o ataque às instituições democráticas, o discurso anticorrupção e antissistema, o ressentimento das classes média e alta contra a implementação das políticas sociais, o antipetismo, a suposta ameaça à família, a caçada ao comunismo e ao globalismo, a recessão econômica, o avanço do fundamentalismo religioso, as teorias da conspiração somadas a doses cavalares de negacionismo e irracionalismo, a reorganização do campo neoconservador na América Latina, nos EUA e na Europa, a restrição dos direitos trabalhistas, a individualização dos problemas sociais, a lógica da meritocracia, a pulverização das *fake news*, o papel das mídias sociais e das TIC, a onda lavajatista, a espetacularização judicial, a insegurança social pautada no encarceramento e a cadeia autoritária internacional.

Paralelamente, os autoritarismos populistas e de extrema direita oferecem respostas simplórias, caricatas e enganosas a esse desespero ontológico, à sensação de risco iminente, ao medo global permanente e ao saudosismo conservador (SOLANO, 2018). Com base nessas questões, iremos desenvolver apontamentos teóricos que recuperam os aspectos neofacistas do bolsonarismo.

Sem pretensão de incorrer em usos e abusos desse fenômeno histórico que revelam certa inconsistência teórica e paralelos desprovidos de materialidade, pretendemos traçar elementos que demonstram que essa tendência está presente nas mobilizações bolsonaristas que sustentaram o Governo Bolsonaro.

Além de recuperar os pressupostos históricos do fenômeno do fascismo no período entre guerras, apresentaremos reflexões parciais sobre o Governo Bolsonaro, através das contribuições investigativas de Marcelo Badaró (2019), Demian Melo (2020) e Armando Boito Júnior (2019). De antemão, afastar-nos-emos das leituras unilaterais e politicamente liberais que não reconhecem a centralidade do anticomunismo no caráter pragmático e ideopolítico do fascismo.

Sabemos que as principais referências históricas do nazifascismo são a experiência do movimento de extrema direita na Itália sob gerência de Benito Mussolini e a liderada na Alemanha nazista por Adolf Hitler no período entre guerras. Entretanto, devemos recordar que o fascismo foi um movimento transnacional que não se restringiu à experiência da Itália e da Alemanha, visto que, em todo o continente europeu, havia organizações de massas ideologicamente contrarrevolucionárias, dotadas de disciplina militar e dedicadas a atividades violentas contra o movimento operário (MELO, 2020). A característica assumida pelo nazifascismo, diferente dos demais países, é a sua legitimação enquanto regime institucionalizado e ditatorial, o que culminou na Segunda Guerra Mundial.

Integrando essa cartografia facistizante, o Brasil contou com o surgimento do Movimento Integralista nos anos de 1930, cujo fundador, o escritor modernista Plínio Salgado, inspirou-se no modelo do fascismo italiano. A Ação Integralista Brasileira foi o primeiro movimento fascista, mas não o único, na história do país (MELO, 2020). Gerando uma nova comunicação e identificação de massas para imprimir símbolos nacionais na esfera privada, essa organização apropriava-se de elementos autoritários e conservadores da nação, do povo e do território para contrapor-se a uma suposta infiltração comunista.

Nas palavras de Boito Júnior (2019, p. 5), o fascismo é uma forma de Estado capitalista, uma ditadura de tipo particular, e é também um movimento social – dotado de ideologia e base social específica e de governo – que luta pela implantação dessa forma de Estado. Os primeiros sinais de organização do movimento neofacista no Brasil são sentidos nas mobilizações do período de *impeachment* protagonizadas, sobretudo, pela classe média, influenciadas pela ideologia olavista e articuladas com o capital internacional e com a burguesia emergente.

Nessa esteira, Solano (2018) evidencia que a possibilidade política e social da direita radicalizada e de grupos conservadores é acelerada e propiciada pelo contexto nacional que surge após 2013 e se agrava em 2015 com as primeiras manifestações contra a presidenta Dilma Rousseff. A extrema direita surfa na insatisfação “contra tudo que está aí” e coloca-se como alternativa ultraliberal e moralista da burguesia brasileira num discurso de combate à corrupção, articulando-se aos grupos populistas, conservadores e liberais, a exemplo do Vem pra Rua e do MBL sobretudo em 2015.

Antes de avançarmos nessa discussão, defendemos que não há uma relação de causalidade entre as Jornadas de Junho de 2013 e a eleição do líder da extrema direita em 2018. Rosana Pinheiro Machado (2019) nos convida a refletir sobre a complexidade das novas formas de organização coletivas, sobretudo de 2013, elencando cinco processos fundamentais para o entendimento do *boom* dessas manifestações: 1) Com a década dos governos petistas, houve

um amplo processo de inclusão social e financeira via consumo que implicou no surgimento de pessoas mais críticas e exigentes em relação ao sistema; 2) Ao mesmo tempo, o PT não acolheu "os filhos rebeldes", condenando a multidão que foi para a rua para reivindicar por mais democracia; 3) Embora o avanço do combate à extrema pobreza tenha sido notório durante a gestão petista, houve contradições e lacunas democráticas pelo caminho, sobretudo em relação à qualidade de vida da população.

A autora cita que não foi só pelos 20 centavos na tarifa do ônibus, mas um grito pela melhoria de bens públicos no contexto dos abusos corporativos em meio aos preparativos para a Copa do Mundo; 4) Além disso, nem toda a população brasileira iria aceitar os avanços sociais a qualquer custo. Naquele momento, havia uma geração de jovens que não conheceu o passado e que cresceu em uma era em que o PT simbolizava a ordem, o *establishment* e o governo de coalizão e 5) O recalque das elites que atraiu grupos nacionalistas e antipetistas para as manifestações (MACHADO, 2019).

As Jornadas de 2013 representam manifestações populares com reivindicações democráticas, distinguindo-se em grau, ritmo e alcance das mobilizações pró-*impeachment* que ganharam impulso em meados de 2014. Apesar de terem sido apropriadas por figuras conservadoras e autoritárias, essas jornadas estão enraizadas nas lutas sociais que ecoaram globalmente na virada do século XX. Trata-se de uma revolta popular que revelava uma "potência insurgente que era, na essência, progressista e democrática", nas palavras de Rosana Pinheiro Machado (2019).

A eclosão dos protestos não é meramente resultado do colapso econômico mundial. Contudo, é imperativo reconhecer que a Crise de 2008 representa um marco crucial para insatisfação generalizada que, de certa forma, desencadeou respostas divergentes. O populismo autoritário emerge como uma resposta polarizadora, enquanto, simultaneamente, observamos esforços significativos por parte de grupos engajados em mobilizações e lutas sociais que visam fortalecer os alicerces democráticos.

Sinalizando o contexto da crise internacional aberta em 2008 e o desaparecimento da revolução socialista ao menos em nível material, Melo (2020) projeta o desgaste dos sistemas políticos vigentes através da descrença no sistema político representativo, no caso a democracia liberal, e nas estruturas supranacionais, acusadas de globalismo. Esse cenário forma a base social para o fortalecimento de movimentos conservadores pautados pela antipolítica como alternativa de transformação para enfrentar a crise econômica através de um programa "austericida" de retirada de direitos, através de um catálogo extenso de contrarreformas (BADARÓ, 2019).

Em concordância com o autor, afirmamos que esses elementos elencados acima tornam difícil questionar a atribuição do adjetivo fascista ao que Bolsonaro e o movimento bolsonarista representam e propagam no seu projeto político, ainda que precisemos referenciar o prefixo "neo" para retratar as determinações do atual momento histórico e a sua variante particular. Por outro lado, deve-se assinalar que a eleição de um fascista não significa a imediata transposição a um regime político fascista, mas a adesão a um programa político, econômico e ideológico[69] que flerta com as características gerais do fascismo histórico para garantir o sentido de classe na intervenção do Estado na economia (BADARÓ, 2019).

Cria-se um ambiente de tensão para justificar-se a incorporação de uma massa grossa de integrantes das Forças Armadas nas distintas pastas do governo, explicitando um processo de "militarização do serviço público", contemplando, inclusive, mais ministros militares do que nos tempos duros do regime ditatorial, através da autocensura, da perseguição aos considerados inimigos políticos e da constante ameaça ao Estado de Direito.

Numa moldura caricatural, exige-se a extirpação das diversidades, elegendo um espectro de pessoas sob o signo de "esquerdistas" que são passíveis de extermínio, de criminalização e invisibilidade. A própria noção de esquerda reivindicada é uma variante vazia e mistificada onde cabe de tudo um pouco: comunistas, socialistas, anarquistas, progressistas de vários matizes, democratas, militantes dos direitos humanos e até alguns liberais (MELO, 2020).

É preciso ter em vista que, na programática do bolsonarismo, há a figura imagética do inimigo comum disposto a destruir a nação, a ordem e a família, a quem o bolsonarismo direciona toda a sua fúria injustificável e violência extremada. Afeito às teorias da conspiração e ao anti-intelectualismo, o bolsonarismo integra os movimentos com tendências personalistas à violência, através da contraposição à ideologia de gênero e ao marxismo cultural para propagar a perseguição e ameaça ruidosa a profissionais da educação, militantes dos direitos humanos, movimentos sociais e mídia.

> Os políticos fascistas justificam suas ideias ao aniquilar um senso comum de história, criando um passado mítico para respaldar sua visão do presente. Eles reescreveram a compreensão geral da população sobre a realidade distorcendo a linguagem da idealização por meio da propaganda e promovendo o anti-intelectualismo, atacando universidades e sistemas educacionais que poderiam contestar suas ideias. Depois de

[69] Salientamos que no fascismo nenhuma opinião do líder poderá ser posta à prova, invalidada ou questionada, seja pela ciência, pelo debate público e/ou pela apuração profissional da impressa tradicional. Trata-se de um ambiente político sem pluralismo e sem debate de ideias, questionando a própria noção de democracia liberal. No formato do populismo ultranacionalista, o líder sempre tem razão e merece ser defendido das forças que, abstratamente, querem dominar o país (MELO, 2020).

> um tempo, com essas técnicas, a política fascista acaba por criar um estado de irrealidade, em que as teorias da conspiração e as notícias falsas tomam o lugar comum da realidade. À medida que compreensão comum da realidade se desintegra, a política fascista abre espaço para que crenças perigosas e falsas criem raízes. Em primeiro lugar, a ideologia fascista procura naturalizar a diferença de grupo, dando assim a aparência de respaldo científico e natural a uma hierarquia de valor humano. Quando classificações e divisões se solidificam, o medo substitui a compreensão entre grupos. Qualquer progresso para um grupo minoritário estimula sentimentos de vitimização na população dominante. Política da lei e ordem tem apelo de massa, lançando "nós" como cidadãos legítimos e "eles", em contraste, como criminosos sem lei, cujo comportamento representa uma ameaça existencial à masculinidade da nação. A ansiedade sexual também é algo típico da política fascista, pois a hierarquia patriarcal é ameaçada pela crescente igualdade de gênero. À medida que o medo em relação a "eles" cresce, "nós" passamos a representar tudo o que é virtuoso (STANLEY, 2018, p. 16).

Nessa perspectiva, o objetivo ávido e estratégico é instrumentalizar a linguagem, com vistas ao controle social e dominação, contando com a falsificação dos fatos e manipulação da memória coletiva, com o ataque direto às instituições democráticas.

Não podemos esquecer que Abraham Weintraub, indicado por Olavo de Carvalho, ocupou o Ministério da Educação e encabeçou uma frente de perseguição e asfixia orçamentária às universidades. Assim como o Ministro das Relações Internacionais, o diplomata Ernesto Araújo, que militava contra o suposto globalismo e marxismo cultural em nome da suposta soberania nacional.

A teoria da conspiração do marxismo cultural foi difundida no Brasil pelo astrólogo e colunista da extrema direita Olavo de Carvalho, popularmente conhecido como o guru do bolsonarismo. Apesar de não ter inaugurado a paranoia da instauração do anticomunismo no Brasil, como veremos no estudo de Renato Lemos (2014), ele protagoniza e recicla um conjunto de narrativas segundo o qual a esquerda estava organizando um plano pacífico para tomada de poder, conforme disposto na Doutrina de Segurança Nacional.

Nos seus cursos de filosofia, Olavo de Carvalho[70] "formou" muitos *"olavetes"* que vieram a integrar as distintas pastas do governo Bolsonaro, tanto no Executivo, quanto no Legislativo. Além de oferecer um aparato ideopolítico para esses integrantes do Governo e parlamentares ligados à base política de Bolsonaro, ele influenciou, através das aulas, publicações, vídeos públicos e livros, o bolsonarismo que, atualmente, é a base da extrema

[70] Essas e outras informações sobre Olavo de Carvalho foram coletadas no livro autobiográfico intitulado *Meu pai, o guru do presidente: a face ainda oculta de Olavo de Carvalho*, de autoria de Heloisa de Carvalho. Esse livro é prefaciado por Henry Bugalho, que, ao longo dos anos, soma-se à empreitada de dimensionar o conservadorismo tupiniquim encabeçado por Olavo de Carvalho, um anti-intelectual e antidemocrático. Nesse livro, a autora recupera as excentricidades do pai, contando os principais conflitos, a dinâmica de negligências e de abandono na infância e juventude. O livro explora quem é, de fato, o guru da família Bolsonaro, cujo patriarca estava investido no cargo da Presidência da República, e que governava o destino de mais de duzentos e vinte milhões de pessoas (CARVALHO; BUGALHO, 2020).

direita no país. Ademais, na *live* de posse, Bolsonaro exibia o livro de Olavo de Carvalho em conjunto com a Bíblia na sua mesa.

Ao longo dos anos, Olavo travestiu-se de erudito e conquistou espaço na imprensa, nas mídias sociais, no mercado editorial e sobretudo nos círculos conservadores, influenciando sobremaneira a Plataforma Brasil Paralelo. No entanto, Olavo de Carvalho demonstra fragilidade intelectual, inconsistência teórica e ausência de rigor científico, preferindo-se abster da crítica para lançar-se como único capaz de desvelar a sociedade para os seus discípulos.

Mascarando-se como filósofo e intelectual, vendia-se como aquele que possuí o dom de interpretar os segredos e a verdade da humanidade, o gênio incompreendido, "o maior pensador brasileiro vivo", segundo ele próprio. O ideário de que Olavo entende-se como alfa e o ômega do conhecimento, está previsto nos títulos das suas obras, a saber: *O imbecil coletivo* e *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*.

Se por um lado, Olavo demonstra uma série de equívocos analíticos no trato com a filosofia e com os pensadores clássicos, por outro, não podemos negar o pioneirismo e a capacidade ímpar de manipulação, valendo-se, ao mesmo tempo, de uma linguagem torpe, permeada por ataques, calúnias e teorias conspiratórias de várias ordens. Em geral, são teorias importadas da extrema direita estadunidense, simbolizadas em Steve Banon[71], o estrategista da campanha presidencial do Donald Trump em 2016.

Com o marxismo cultural, as noções que informavam o pensamento militar atualizam-se, dado que a estratégia calculista não será mais o ataque à propriedade privada, mas a "destruição da família tradicional" (MELO, 2020). Apoiado numa análise superficial, conspiratória e deturpada da teoria gramsciana, Olavo de Carvalho denunciava a hegemonia esquerdista que arriscava os valores conservadores da sociedade ocidental.

Nos vídeos analisados, observamos que a compreensão difundida é a de que a ditadura erra ao não considerar e acionar o terrorismo de Estado para combater a suposta guerra cultural, ocasionando a reorganização dos grupos de esquerda para empreenderem uma espécie de

---

[71] Cabe destacar que Steve Bannon, ex-diretor do Cambridge Analytica, empresa de análise de dados acusada de utilizar dados de mais de cinquenta milhões de usuários de plataformas digitais sem autorização, é uma figura central nesse contexto. A empresa é acusada de empregar esses dados para conduzir campanhas políticas, oferecendo propagandas políticas e anúncios direcionados em apoio à eleição de Trump. Há indícios de que a atuação da Cambridge Analytica não se limitou aos Estados Unidos, influenciando também as eleições de 2018 no Brasil, contribuindo para a ascensão de Bolsonaro. Além disso, registros apontam para suas operações em diferentes partes do mundo, incluindo a África, México e Malásia (PEREIRA, 2019). Nesse contexto, não é coincidência que Bannon tenha expressado publicamente seu apoio à família Bolsonaro, reforçando a ligação entre o ex-diretor da Cambridge Analytica, as estratégias de manipulação de dados e o cenário político em que Bolsonaro emergiu como figura proeminente. Essas conexões evidenciam a amplitude e a influência global do universo digital, suscitando preocupações sobre a integridade dos processos eleitorais e a soberania política em diversas nações.

doutrinação e tomada de poder. Miguel (2019, p. 106) acentua que há um caminho, em particular, de fusão do anticomunismo com o reacionarismo moral, que passa por uma leitura fantasiosa da obra de Antônio Gramsci, acusado de empreender uma estratégia maquiavélica para dominar o mundo e solapar os valores morais.

Para finalizar, reiteramos que a articulação entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, bem como suas expressões mais radicalizadas, vincula-se às particularidades históricas, econômicas e sociais do Brasil. As paixões políticas mobilizadas na ascensão do bolsonarismo recuperam hábitos, costumes, mentalidades, ethos sociais e visões sociais de mundo de longa duração engendradas no solo brasileiro. Para tal, a análise da política sexual neoconservadora e da ofensiva antigênero no contexto do fortalecimento da extrema direita estabelecerá fundamentos teóricos e materiais que permeiem não apenas o período histórico aludido (2010-2020), mas alcance também o debate estrutural e conjuntural que configura a hegemonia e a contra-hegemonia da sociedade brasileira, tópico que será abordado no próximo capítulo.

3 "VOCÊ SABE COM QUEM ESTÁ FALANDO?": A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E A IDENTIDADE NACIONAL

> Desde 1500
> Tem mais invasão do que descobrimento
> Tem sangue retinto pisado
> Atrás do herói emoldurado
> Mulheres, tamoios, mulatos
> Eu quero um país que não está no retrato
> (Samba-enredo: História para ninar gente grande)[72]

Em 2022, o então presidente da República Jair Bolsonaro recebeu, com honras dispensadas somente a chefes de Estado, as vísceras de Dom Pedro I, por ocasião das festividades do Bicentenário da Independência do Brasil. Considerado uma "relíquia", o coração do primeiro imperador do Brasil, preservado há 187 anos, exigiu negociações de segurança entre o Itamaraty e o Governo Português para vir ao país e ser exibido ao público em uma cápsula de vidro, dentro de uma cripta, em Brasília. Os restos mortais de Dom Pedro I já estiveram no Brasil para protagonizar a programação do sesquicentenário da Independência durante a Ditadura Salazarista (1933-1974) e o período autocrático militar brasileiro, liderado pelo então presidente Emílio Médici, em 1972.

Naquela ocasião, o corpo do imperador transmitia a imagem de salvador da pátria, herói da nação e fundador do Brasil, associando a figura de Dom Pedro I à casta militar para fortalecer o regime ditatorial e o patriotismo. Essa ocasião emblemática relaciona-se com o conteúdo deste capítulo, que pretende contrastar com uma visão idealizada e romantizada da história, além de evidenciar as feridas do trauma colonial e o silenciamento que estão presentes na história oficial.

Tal ato simbólico confere legitimidade ao nacionalismo e ao ufanismo da extrema direita brasileira, ocultando as lutas e insurreições populares, assim como a tradição de violência racista, colonialista, heteropatriarcal e classista que molda a identidade nacional. Ao resumir a história da sociedade brasileira à atuação de Dom Pedro I, esse evento ignora uma série de questões importantes que pretendemos elucidar nesta seção.

Sabemos que a conjuntura se explica na relação com a estrutura através do desenrolar dos acontecimentos (BORGES; MATOS, 2020, p. 72). A abordagem das estruturas,

---

[72] O samba-enredo *História para ninar gente grande*, composto oficialmente por Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira e Danilo Firmino, conferiu a vitória à Estação Primeira de Mangueira no Carnaval do Rio de Janeiro em 2019. Extraoficialmente, aparece também como coautora Manu da Cuíca, que estava concorrendo por outra escola.

conjunturas e acontecimentos é um caminho da historiografia crítica para captar o movimento de apropriação da totalidade social, entendendo que essa tipologia é pensada para construir o objeto histórico, pois evidencia o tempo longo – das estruturas; o tempo médio – das conjunturas; e o tempo imediato – dos acontecimentos.

Não há dúvida de que essa é uma questão metodológica que incidiu sobremaneira na organização da pesquisa científica de doutoramento, especialmente no que tange aos objetivos da investigação, que também pretendeu identificar a reatualização nas dinâmicas de opressão, exploração e dominação sedimentadas na particularidade da formação histórica brasileira mobilizada nas determinações que reivindicam a nação, a moral e a família. É nessa perspectiva que esta seção se insere, buscando evidenciar a relação entre o passado remoto para compreender as determinações do tempo presente.

O passado informa o presente e não podemos compreender a vida cotidiana, bem como os desafios contemporâneos, sem um resgate histórico crítico das direitas brasileiras, associado às determinações e reatualização do pacto colonial. Ademais, as relações das categorias de gênero, raça/etnia, sexualidade e classe social no contexto específico brasileiro requerem uma apreensão das dinâmicas do racismo e heteropatriarcado forjadas na experiência colonial do capitalismo periférico e dependente.

Por essa razão, dedicaremo-nos ao debate das mazelas da escravidão brasileira por entender que o escravismo ainda é hoje o período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma práxis política coerente com o presente (MOURA, 1983).

A peça-denúncia *Macacos* de Clayton Nascimento (2022) aponta que, se fizermos uma rápida divisão entre 388 anos de escravidão divididos por 521 anos de Brasil, teremos cerca de 69% da nossa história pautada na escravidão e se dividirmos cerca de 40 anos de democracia por 521 anos de Brasil, teremos apenas 7% da nossa história pautada na democracia. Vale lembrar ainda, que nos últimos 90 anos, somente cinco presidentes finalizaram o seu mandato: um sofreu golpe, outro se suicidou para evitar o golpe, os outros dois renunciaram diante do golpe, e, por último, nossa primeira presidenta democraticamente eleita sofreu um *impeachment* numa manobra completamente duvidosa, que também se tratou de um golpe (NASCIMENTO, 2022, p. 55).

A recessão democrática, o ataque ao Estado Democrático de Direito, a reorganização do pensamento e da ação política das direitas brasileiras, a militarização da política, a reorganização do debate político pelas redes sociais, a máquina de produção de *fake news* e o espraiamento do fundamento religioso não são experiências exclusivas do Brasil. É nesse

sentido que questionamos: o que há de nosso? Qual a relação que a extrema direita brasileira em ascensão estabelece com o passado escravista, heteropatriarcal e colonial? De que forma a extrema direita recupera as hierarquias raciais, sexuais e de gênero?

Com base nesses questionamentos, dividimos este capítulo em três momentos. Inicialmente, problematizaremos o entrecruzamento do racismo, do heteropatriarcado, do colonialismo e do capitalismo dependente na formação social brasileira para, em seguida, apresentar um relatório descritivo dos três documentários originais da Plataforma Brasil Paralelo. Para finalizar, lançamos hipóteses interpretativas para entender a contemporaneidade e a recuperação dessas dinâmicas históricas que são recorrentemente propagandeadas no nacionalismo da extrema direita.

3.1 "Brasil mostra a tua cara": O entrecruzamento do Racismo, da Colonialidade, do Capitalismo Dependente e do Heteropatriarcado

Vontade de beijar os olhos de minha pátria
De niná-la, de passar-lhe a mão pelos cabelos
(Vinicius de Morais, *Pátria minha*)

Durante os meses de agosto de 2022 a janeiro de 2023, participei do acolhimento científico em estágio doutoral realizado no âmbito do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra em Portugal, sob supervisão da Dra. Ana Cristina Santos. Durante essa fase de pesquisa, procurei identificar elementos da influência portuguesa na formação sócio-histórica do Brasil.

Estar em um país que colonizou o Brasil e participou ativamente, ao lado de nações como Inglaterra, França e Holanda, do desenvolvimento de grandes empresas que se dedicavam ao comércio de africanos escravizados, resultando na criação de um sistema comercial destinado a consolidar e impulsionar a prática da escravidão nas regiões consideradas periféricas foi fundamental para o desenrolar desta pesquisa. Esses países não apenas se beneficiaram no passado, mas continuam a colher vantagens dos lucros obtidos através do sistema escravocrata e da extração de recursos naturais. Esse histórico de exploração e perpetuação de desigualdades profundas deixa um legado complexo que deve ser reconhecido e abordado de forma crítica e responsável na atualidade.

Essa agenda de pesquisa tornou-se ainda mais óbvia quando me deparei com o crescimento de grupos neoconservadores e com o constante resgate dos valores tradicionais de

Portugal promovido pelos audiovisuais analisados e pelas lideranças da extrema direita brasileira. Durante esse intercâmbio, acompanhei algumas manifestações do "CHEGA"[73], um partido político da extrema direita que tem capitulado apoiadores nos últimos anos. De imediato, constatei que as estratégias acionadas por esse movimento guardavam relações com a ascensão do bolsonarismo no Brasil – apesar das especificidades nacionais de um e outro país, tais afinidades não representavam meras coincidências. Os principais discursos veiculados giram em torno da insatisfação política e da apropriação do discurso trabalhista.

Além desse aspecto, enquanto imigrante brasileira, pude observar a persistência da mentalidade colonial na sociedade portuguesa, tanto nos segmentos políticos de direita quanto de esquerda. Significativamente, a xenofobia e o racismo são concebidos como preconceitos individuais, próprios da psicologia dos indivíduos, escamoteando e reificando os processos sociais, históricos e estruturais, sem questionar os seus fundamentos discriminatórios. Essa prerrogativa alimenta o imaginário de que Portugal é uma sociedade tolerante.

Tal percepção se reflete no tratamento diferenciado dado aos imigrantes negros e ciganos através das atitudes, presunções e crenças, mas estava incorporado também na vida cotidiana, edificado nas obras públicas, nos pontos turísticos, nas praças, nos programas televisivos, nos discursos de lideranças políticas e até mesmo nos livros didáticos utilizados nos Ensinos Fundamental e Médio em que elementos históricos e culturais perpetuam relações desiguais de poder.

[73] André Ventura, líder do CHEGA, partido da extrema direita portuguesa que se define como conservador, liberal e nacionalista – inclusive apoiando a reeleição de Bolsonaro e promovendo protestos contra Lula, objetivando transformar Portugal no reduto neoconservador do contexto europeu. Com o discurso anti-imigrante, este partido registra um aumento expressivo nas últimas eleições e já consta como a 3° maior força no parlamento, tendo aderência, inclusive, nos círculos brasileiros pró-Bolsonaro.

Foto 1 – Parque Portugal dos Pequenitos em Coimbra, Portugal

Fonte: Registro da pesquisadora (2022).

Marta Araújo e Silvia Maeso (2010), pesquisadoras do CES da Universidade de Coimbra, exploram a construção de uma interpretação etnocêntrica pautada numa epistemologia positivista da história nacional europeia, em particular portuguesa, enquadrada nos manuais didáticos pedagógicos lusitanos (do 7º ao 9º ano) dos currículos nacionais de história, através dos seguintes aspectos: I) emprego do tempo e do espaço na narrativa lógica e positivista, localizados num tempo radicalmente distinto do "europeu", ou seja, o "outro" permanece num estádio *inferior* da civilização e do desenvolvimento da humanidade; II) paradigma social, econômico e político do Estado-Nação democrático como núcleo único e homogêneo, entendendo os territórios colonizados como terras vazias de organização; e III) naturalização do poder e da violência para produzir noções históricas despolitizadas sobre a colonização, cristianização e escravatura.

Seguindo a ideia de Ocidente de Stuart Hall, as autoras entendem o etnocentrismo como: a) sistema de representação, b) modelo de comparação para explicar o diferente, e c) critério ideológico de avaliação (ARAÚJO; MAESO, 2010). Esse conceito é fundamental para o projeto de investigação que as autoras desenvolvem, na medida em que o etnocentrismo se situa no âmago do conhecimento ocidental e do mapeamento histórico e geográfico do mundo, dado que constrói estruturas binárias de diferenciação e hierarquização que posicionam os europeus como

centrais e os “outros” como periféricos. Outros exemplos: civilizado e arcaico; sociedades complexas e tribos isoladas; democracia e autoritarismo; e paz e violência.

O etnocentrismo presente nos documentários analisados revela uma visão que desvaloriza e subestima “outras” culturas, ao mesmo tempo que promove a ideia de superioridade europeia. As narrativas coloniais têm como objetivo criar uma hierarquia política, racial e étnica que coloca Portugal e as demais nações europeias no topo, enquanto os povos ameríndios são retratados como incivilizados. Essas produções históricas reforçam a noção de que a civilização europeia é um modelo a ser seguido e que “outras” culturas devem ser “civilizadas” ou assimiladas através da imposição da fé cristã e do sistema mercantilista europeu.

Constata-se que os livros didáticos de Portugal escondem o racismo e o colonialismo português, naturalizando a escravatura, ilustrando-se como cânones da verdade. Nota-se uma abordagem universalista e civilizatória que reivindica os portugueses como colonizadores benevolentes[74], a partir de representações enviesadas e essencialmente etnocêntricas.

Foto 2 – Parque Portugal dos Pequenitos em Coimbra, Portugal

Fonte: Registro da Pesquisadora (2022).

[74] Essa visão baseia-se no lusotropicalismo desenvolvido pelo sociólogo Gilberto Freyre, parceiro teórico de Marcelo Caetano, último chefe do salazarismo governamental em Portugal, que se utilizou desse movimento para legitimar o neocolonialismo. O lusotropicalismo baseia-se na suposição de que os portugueses (como raça) têm predileção pelos povos de cor, misturando-se com eles para democratizar a colonização. Essa teoria foi criada para justificar o colonialismo de Portugal e apresentar a escravidão que existiu no Brasil como idílica. Segundo Gilberto Freyre, a escravidão foi muito mais benigna, paternal, protetora, compreensiva e humanitarista do que o trabalho livre que a substituiu (MOURA, 1983).

Sabemos que a história do Ocidente está intrinsecamente ligada à expansão das civilizações greco-romanas, aos descobrimentos ibéricos, à formação dos grandes impérios coloniais e, mais recentemente, à mundialização. Esses processos históricos moldaram a maneira como o "outro" foi percebido e aprisionado por meio de construções imaginárias que reforçavam posições de inferioridade (BENTO, 2022) do Sul Global, notadamente Austrália e Ilhas do Pacífico, continente africano e as Américas.

Durante a expansão das civilizações greco-romanas, por exemplo, houve uma tendência em considerar as culturas não ocidentais como bárbaras e menos desenvolvidas. Essa visão etnocêntrica e hierárquica se perpetuou ao longo dos séculos, especialmente durante os períodos de colonização, quando os impérios europeus dominaram vastas áreas do globo. Nesse contexto, os povos colonizados foram frequentemente retratados como primitivos, selvagens ou subdesenvolvidos, justificando-se, assim, a exploração, as violações e o domínio sobre eles.

A raça, tomada na sua dimensão sociológica, não é secundária na nossa formação social e nos processos de colonização e dependência. Nas palavras de Yuderkys Espinosa (2020, p. 133), a "ideia da raça é pedra angular que sustenta o andaime que retrata a Europa como superior". Afinal, retratar determinado grupo racial como sub-humano[75] autorizava a exploração, escravização, violência, espoliação e extermínio.

A partir de um levantamento bibliográfico, Bento (2022) cita algumas pesquisas que nos aproximam do grau de barbárie no período da colonização. Para se ter ideia, entre 1500 e 1900, estima-se que a Europa movimentou 18 milhões de africanos escravizados pelo mundo. Além disso, um escravizado trabalhando na plantação da colônia chegava a ser 130 vezes mais lucrativo para a Inglaterra do que um inglês trabalhando no próprio país. Ou seja, foi a escravização das colônias que possibilitou o desenvolvimento do capitalismo industrial nessas economias. Por este motivo, qualquer comparação entre os países de capitalismo dependente com os países de capitalismo central que desconsidere a exploração laboral, econômica, ambiental e cultural mediada pela colonização e escravização não possui base na realidade social, pois ainda há profundo vestígio dessas relações na sociedade atual.

A escravidão de indígenas e africanos desempenhou um papel crucial no processo de colonização, compensando os prejuízos econômicos enfrentados pela coroa portuguesa nas primeiras décadas de 1500. Em outras palavras, a construção do Estado-Nação no Brasil estava

[75] No Brasil, parte das concepções biológicas da raça foram respaldadas pelo médico eugenista e conservador Nina Rodrigues (1862-1906). Médico, antropólogo e fundador da antropologia criminal, desenvolveu uma série de teorias pseudocientíficas, mascaradas de certa robustez para justificar a suposta condição social de subalternidade e criminalidade dos negros no Brasil. Nos seus estudos, relacionava as origens étnicas com as condições sociais, inferioridade física e condutas ético-morais e criminais dos indivíduos.

atrelada ao tráfico negreiro, que, ao longo dos anos, tornou-se uma cadeia produtiva que contava com uma complexa operação econômica, comercial e logística.

O sistema escravista dominou, de forma ampla e profunda, as relações socioeconômicas no Brasil por quase quatrocentos anos. Portanto, a escravidão no Brasil não é um dado incontornável ou acessório nas relações sociais históricas e contemporâneas, posto que abordar o projeto de nação e a identidade nacional exige que posicionemos a escravidão no centro das nossas análises. Ao longo do seu estudo, Clovis Moura (1983) aponta que o escravismo colonial é o fato histórico social mais importante da nação brasileira, de tal forma que, para compreender o cenário brasileiro, precisamos entender a maquinaria escravagista com suas contradições, limitações, ritmos de produção e distribuição, bem como suas estratégias de alienação, exploração e aviltamento total da pessoa humana.

Em um primeiro momento, a força de trabalho no Brasil era constituída predominantemente por indígenas, contudo, devido a epidemias e conflitos violentos, ocorreu uma transição gradual para a utilização de mão de obra africana, que começou a desembarcar no país a partir da década de 1560 (PROJETO QUERINO, a2022)[76].

O Brasil recebeu uma quantidade incomparável de pessoas escravizadas em relação a outros países. O Projeto Querino (2022a) apresenta dados interessantes para refletirmos e dimensionarmos, em números aproximativos, mas ainda subnotificados, a engrenagem da escravidão no Brasil. Dos 12,5 milhões de africanos retirados de suas terras, 5,5 milhões foram destinados ao Brasil. Esse número é três vezes maior que toda a América Espanhola somada, incluindo todos os nossos vizinhos da América do Sul. Além disso, representa 12 vezes mais que o total de escravos levados para os Estados Unidos (PROJETO QUERINO, 2022a)[77].

Nos dez anos antes da chegada da família real, 30 mil escravizados foram desembarcados por ano no Brasil. Nos dez anos seguintes, esse número subiu para 42 mil por ano. Após a Proclamação da Independência, esses números crescem para 52 mil. Esses quantitativos aumentam justamente no contexto das primeiras decisões para acabar com o tráfico negreiro, ainda de forma gradual, na propositora de Dom João VI. Naquele período,

---

[76] O Projeto Querino, lançado em agosto de 2022, é uma iniciativa jornalística brasileira que se apresenta na forma de um *podcast* produzido pela Rádio Novelo. Seu foco está na história do Brasil, abordada a partir de uma perspectiva afrocentrada. Essa empreitada envolveu uma pesquisa extensa baseada em fontes documentais e contou com a colaboração de uma equipe de pesquisadores e profissionais. Durante o processo, foram realizadas entrevistas com intelectuais e historiadores afrodescendentes. Além do *podcast*, o Projeto Querino também resultou em uma série de publicações na *Revista Piauí*, que inclui reportagens, ensaios fotográficos e até uma história em quadrinhos.

[77] Essas informações podem ser encontradas no Episódio 2 do Projeto Querino, intitulado “O Pecado Original”, disponível gratuitamente para audição em diversas plataformas de podcast, além de poderem ser lidas na íntegra.

havia mais pessoas sendo escravizadas no Brasil do que a população de Portugal (PROJETO QUERINO, 2022a).[78]

De acordo com Clovis Moura (2014), 40% do tráfico internacional foram direcionados para o Brasil, o que influenciou a estruturação e dinamização do modo de produção escravista. Valendo-se de fontes e levantamentos estatísticos parciais sobre o tráfico humano, o autor registra que a estimativa é de que 1.895.500 africanos desembarcaram compulsoriamente no Brasil entre os anos de 1531 e 1780. Nos anos subsequentes (1781 a 1855), esse número aumentou para cerca de 2.133.900 pessoas. Certamente, essa cifra é significativamente maior do que a contabilizada pelos pesquisadores dedicados ao tema (MOURA, 2014).

Nomeado por Clovis Moura (1983) de Tráfico Triangular como mecanismo regular para o monopólio comercial, esse processo funcionava da seguinte forma: a Inglaterra, a França e a América Colonial forneciam as exportações e as embarcações; a África fornecia a mercadoria humana e as colônias ofereciam as matérias-primas que seriam enviadas às metrópoles. A Inglaterra detinha uma série de empresas de transporte naval e de construção de navios que determinava o crescimento das cidades. O conglomerado de empresas industriais será o municiador da primeira etapa do tráfico triangular: a troca de mercadorias por seres humanos, a segunda etapa será a troca de seres humanos por mercadorias e a terceira será a troca dessas mercadorias por dinheiro nas metrópoles (MOURA, 1983).

Tal lógica determina a conformação e desenvolvimento do capitalismo na América Latina, pois sabemos que os países centrais possuíam outra configuração da classe trabalhadora, da burguesia nascente, das revoluções burguesas, do Estado e das condições da exploração do trabalho. Essa associação direta e irrestrita entre o entendimento da formação do capitalismo através dos processos desencadeados nos países da Europa e nos EUA e o pouco (ou nenhum) diálogo com os referenciais latino-americanos revela que a matriz de pensamento, ou melhor, a forma de compreendermos o mundo e a realidade, está enquadrada na lógica colonial do poder (CURIEL, 2020; ESPINOSA, 2020; LUGONES, 2020).

Com base no esforço contra-hegemônico de produção de conhecimento que se organiza a partir da ideia de que *"nosso norte é o sul"*, empreenderemos articulações teóricas e metodológicas com a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a decolonialidade[79] como

---

[78] Essas informações podem ser encontradas no Episódio 1 do Projeto Querino, intitulado "A grande aposta", disponível gratuitamente para audição em diversas plataformas de podcast, e podem ser lidas na íntegra.

[79] Neste estudo, não aprofundaremos as diferenças e semelhanças entre as perspectivas decolonial, descolonial, anticolonial ou pós-colonial. Estamos mais interessadas na crítica acerca da colonialidade que não deve ser tomada como uma abstração ou um fenômeno puramente histórico. Afinal, "de que maneira é possível contribuir com a construção de uma contramemória que nos permita evidenciar os jogos de poder, as relações hierárquicas que ocultam e colaboram com a produção local de subalternidade no Sul Global?" (ESPINOSA, 2020, p. 98).

ferramentas para entender a formação social brasileira e a sua dinâmica contemporânea. Faremos o esforço das práxis feministas, materialista e antirracista de não importar *ipsis litteris* as interpretações e referenciais de forma imediatista, sem mediações históricas e sociais.

> Enquanto o capitalismo industrial se desenvolvia na Europa intensamente, nós aqui ainda permanecíamos esclerosados pela permanência da escravidão, fato que produzirá imenso atraso histórico em relação aos países que não sofreram a escravidão colonial por tanto tempo e tão intensamente. O latifúndio escravista impedia a formação de áreas de desenvolvimento de economia capitalista, fato que irá gerar a impossibilidade de criar-se uma burguesia nacional capaz de liderar as transformações estruturais da sociedade da época (MOURA, 1983, p. 22).

Para se ter ideia, enquanto o "Manifesto do Partido Comunista" de Marx e Engels era lançado em 1848, no Brasil estávamos extinguindo o tráfico de escravos africanos com a Lei Eusébio de Queirós datada de 1850[80], com forte pressão para que isso não ocorresse. Enquanto ocorria a Comuna de Paris em 1871, no Brasil ainda implementava-se a Lei do Ventre Livre (1871)[81], segundo esse autor.

Sob esse prisma, questionamos de que forma poderemos interpretar o Brasil, a sua conformação, a sua legitimação enquanto nação, a sua formação social, econômica e cultural, a sua relação de dependência com outros países e as suas determinações contemporâneas sem investigarmos os rebatimentos dos quase quatrocentos anos de escravismo colonial?

O feminismo decolonial nos auxilia nesse processo porque pressupõe uma teoria mais profunda sobre a lógica opressora da modernidade colonial capitalista que, recorrentemente, categoriza, hierarquiza, classifica e subalterniza as experiências raciais, sexuais e de sexualidade. Ao reportar a colonização histórica que bestializava os colonizados ("macho-não homens" e "fêmeas-não mulheres")[82], Maria Lugones (2020) problematiza a atualidade da

---

[80] Obedecendo às pressões britânicas para a extinção da escravidão no Brasil que resultaram em um endurecimento da fiscalização em torno das embarcações, o governo brasileiro estabeleceu novas medidas para reprimir o tráfico negreiro, culminando na implementação da Lei Eusébio de Queirós. No entanto, como observamos, essa lei também foi descumprida até 1888, quando se oficializou a abolição. Durante esse período, indivíduos considerados libertos ainda eram sequestrados e escravizados pelo país. Antes disso, Portugal havia firmado alguns tratados com a Inglaterra para a abolição do tráfico internacional de escravos, cujas medidas foram estabelecidas nos anos de 1807, 1815, 1817, 1826 e 1831. Não por acaso, uma das exigências para reconhecer a Independência brasileira consistia na proibição da escravidão.

[81] De acordo com a Lei do Ventre Livre, que foi promulgada em 1871, os filhos de mulheres escravizadas nascidos no Império a partir da data de promulgação dessa lei seriam considerados livres. Entretanto, havia um detalhe importante: os senhores dos escravos tinham a liberdade de escolher quando dariam essa liberdade aos filhos nascidos após a promulgação da lei. Eles podiam tomar duas decisões: conceder a liberdade aos 8 anos de idade, ocasião em que receberiam uma indenização do Império; ou aguardar até que a criança completasse 21 anos (utilizando seus serviços), momento em que já seria considerada adulta e, nesse caso, não haveria a necessidade de receber qualquer indenização.

[82] A esse respeito, sugerimos a leitura da poesia "Chamamos eles de sebosos" de Gloria Anzaldúa.

colonialidade de gênero como um construto central forjado no sistema mundial capitalista de poder que intersecciona as questões de gênero, classe e raça.

A filósofa Yuderkys Espinosa (2020) afirma que a crítica realizada pelo feminismo negro e mais recentemente decolonial acabou por encaminhar, dentro do próprio feminismo, a mesma denúncia que a epistemologia feminista fizera a respeito da produção científica ocidental do conhecimento: “de que ele é, na verdade, um ponto de vista parcial, encoberto de objetividade e universalidade, já que surge de certa experiência histórica e certos interesses concretos” (ESPINOSA, 2020, p. 106).

Segundo Ochy Curiel (2020, p. 247), antropóloga, assistente social e militante afro-dominicana, o feminismo decolonial revisa e questiona postulados do feminismo hegemônico, ao retomar parte das propostas do feminismo negro no que refere à imbricação entre raça, classe, sexo e sexualidade. Influenciada pelas feministas lésbicas, retoma a heterossexualidade como regime político que atravessa as relações sociais, econômicas, culturais e sociais, não se limitando a uma prática sexual. Do movimento de mulheres indígenas, o feminismo decolonial recupera a importância da construção comunitária e de postulados-chave da corrente autônoma latino-americana, problematizando a institucionalização do feminismo pelas políticas de desenvolvimento internacional. Nessa esteira, a decolonialidade aciona elementos do feminismo pós-colonial em suas análises sobre a violência epistêmica e discurso colonial, a partir do agenciamento frente aos sistemas de dominação (CURIEL, 2020).

> Es decir retoma elementos claves de los feminismos críticos, hechos fundamentalmente por mujeres afros, indígenas, lesbianas feministas, mujeres del “Tercer Mundo”, muchas de las cuales hemos sido pioneras en estas corrientes, y las articula a las propuestas del proyecto modernidad/colonialidad quienes hacen una analizan como es imposible separar el mundialización del capitalismo del colonialismo y la modernidad occidental, trilogía que género jerarquías raciales, sociales, sexuales, geopolíticas, que consideró a unos como humanos y otros como no humanos y aunque surge en 1492, con el colonialismo, esas jerarquías aún permanece, lo que explica el concepto de colonialidad (CURIEL, 2020, p. 274).

Trata-se de uma crítica radical e posicionada que denuncia a colonialidade do poder e a incapacidade teórico-prática de apreender as diferenças territoriais e especificidades raciais, religiosas e culturais, estimulando uma tendência de ocultamento circunstancial a determinados grupos sociais.

É nesse ponto que o debate proposto por Lélia Gonzalez (2020a) é fecundo, na medida em que projeta a nossa formação social brasileira como experiência “de ameríndias e amefricanas, subordinadas a uma latinidade que legitima a sua inferioridade” (GONZALEZ, 2020a, p. 140). A construção dessa inferioridade estabelece relação com as marcas da

colonização ibérica, ao edificar um sistema ideológico de dominação que conquistou espaço no continente latino-americano, através da estratificação e da classificação racial, de classe e de gênero.

Desta feita, partilhamos das contribuições do feminismo negro, decolonial e interseccional que reivindica a urgência de desenvolver uma análise consubstanciada por uma prática política que se baseie no enfrentamento dos sistemas de opressão que, interligados, forjam as condições e relações materiais de vida. Sabemos que os sentidos simultâneos da discriminação e exclusão subjacentes são perenes nas experiências cotidianas, impossibilitando a separação da raça, classe e opressão sexual (COMBAHEE RIVER, 2019).

Devedora das contribuições do feminismo negro estadunidense que mobilizou o diálogo entre o marxismo, o feminismo e o Movimento Negro, por meio da articulação entre as relações de classe, de gênero e de raça, Vigoya (2008) aponta que a ideia da interseccionalidade tem sido muito útil para superar a concepção matemática das desigualdades sociais e raciais como fruto da adição de distintos critérios de dominação. Em outras palavras, a interseccionalidade[83] possibilita apreender que nem todas as mulheres sofrem o sexismo da mesma forma. Algumas delas sofrem o sexismo e a exploração de classe, outras experimentam o sexismo e o racismo, e outras, o sexismo, o racismo e/ou a lesbofobia.

Adicionalmente, não é possível acionar uma dessas variáveis isoladamente, pois não há materialidade nas relações sociais. Trata-se de um entrelaçamento complexo em que não há uma sobreposição de opressões. Portanto, é uma armadilha entender apenas um eixo de opressão e dominação como raiz fundamental de todas as outras, tal qual as compreensões parciais veiculadas por feministas da 2ª onda e algumas linhas ortodoxas do marxismo.

Ao enfatizar a centralidade da relação entre gênero, raça e classe, Biroli e Miguel (2015, p. 29) advertem que não estão suspendendo a importância de outras variáveis, mas entendem que “as assimetrias que se definem no entrecruzamento e constituição recíproca desses três eixos são incontornáveis para a análise das desigualdades nas sociedades contemporâneas”. Asseguram ainda que qualquer análise que ambicione estabelecer relações teórico-políticas entre os limites da democracia contemporânea e as desigualdades sociais, especialmente no solo brasileiro, necessita incorporar as hierarquias que se constituem na convergência entre os eixos de classe, raça e gênero.

[83] Nota-se uma diversidade de entendimentos e apropriações teórico-metodológicas da interseccionalidade como paradigma. Dado o escopo deste estudo, optamos por não adentrar e especificar essas vertentes. Para uma análise mais aprofundada, sugerimos o mapeamento realizado por Collins e Bilge (2021).

Nesse horizonte, a interseccionalidade apresenta-se como ferramenta teórica, metodológica e política que permite desafiar os modelos hegemônicos e compreender as experiências como um produto da interação dinâmica. As pesquisas que articulam raça, classe, gênero e sexualidade representam um vasto campo múltiplo, difuso e complexo. Dentro dos estudos feministas, lançamos mão da interseccionalidade construída pelas feministas negras e alimentadas pelo direcionamento dialético crítico, na sua relação contraditória e em movimento entre universal, particular e singular[84].

Com proporção continental e jovem em matéria de vida institucional no que refere ao funcionamento do Estado, o Brasil possui uma história singular quando comparada aos vizinhos latino-americanos. Como mencionamos anteriormente, para cá veio quase a metade dos/as africanos/as escravizados e obrigados a deixar suas terras à base da força, do sequestro e da violência. Depois da Independência, e cercados por repúblicas, formamos uma monarquia bastante popular de tal modo que, mesmo com a emancipação em relação à metrópole, o chefe de Estado do novo país continuava sendo um monarca, ao contrário dos outros países latino-americanos. Tivemos ainda a ladainha das três raças formadoras da nação que teve bastante ressonância no projeto de nação, em torno de uma suposta harmonia racial (SCHWARCZ, 2019).

A partir dessas primeiras reflexões, aprofundaremos a questão do escravismo colonial, do capitalismo dependente e da experiência do heteropatriarcado para explicar a vigência das práticas autoritárias em nosso país, entendendo que, evadir-se do passado é uma das características de governos autoritários e neofascistas que, não raro, lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado, do patriotismo e da manutenção do poder (SCHWARCZ, 2019).

3.1.1 "Muita sujeira embaixo do tapete"

> "Não há história muda. Por mais que a queimem, que a dilacerem, por mais que mintam, a história humana se nega a calar a boca."[85]

---

[84] "[...] os conceitos não são esquemas rígidos que, uma vez determinados, já não mudam seu sentido; consiste em que os conceitos não são configurações intelectuais isoladas entre si e que podem ser compreendidos abstratamente; são, ao contrário, realidades vivas, que geram um processo de transição contínua, de salto. Estes conceitos, assim compreendidos, criam um processo no qual os conceitos isolados se convertem necessariamente na antítese de sua formulação originária, na negação de si mesmos, para unificar-se ali, tal como na negação da negação, em sua unidade mais elevada, e assim sucessivamente até o infinito" (LUKÁCS, 2005, p. 42).

[85] No original em espanhol: "No hay historia muda. Por mucho que la quemen, por mucho que la rompan, por mucho que la mientan, la historia humana se niega a callarse la boca."

(Eduardo Galeano, *Patas arriba: la escuela del mundo al revés*, tradução nossa).

Clovis Moura (1983) investiga a primazia do escravismo colonial na história brasileira e os desdobramentos que exerceu na constituição dos hábitos, da família e da situação social, econômica e ideológica do brasileiro. Como dito acima, a escravidão e o racismo desempenham um papel fundamental no entendimento do desenvolvimento da nação brasileira, principalmente por que o comércio de escravizados teve um impacto significativo na acumulação de capital pelas potências colonizadoras.

Com a colonização, temos "[...] sociedades esvaziadas de si mesmas, culturas pisoteadas, instituições solapadas, terras confiscadas, religiões assassinadas, magnificências artísticas destruídas, possibilidades extraordinárias suprimidas" (CÉSAIRE, 2020, p. 25), subnutrição instalada, línguas extintas, saberes extirpados, usurpação e destruição de matérias-primas, artes saqueadas, possibilidades extraordinárias suprimidas e etnias sacrificadas, impondo-se, assim, um complexo de inferioridade, inculcando o medo, a submissão e a domesticação.

Neste debate, percebe-se uma imprecisão conceitual que, por vezes, equipara ou anula a relação entre o colonialismo/colonialidade e o capitalismo. Compreendemos que colonialismo e capitalismo não detêm o mesmo significado. Nessa equação, compartilhamos das reflexões de Moura (1983), que entende que tivemos dois modelos básicos que se sucederam no Brasil: o escravismo subordinado ao sistema colonialista, e o capitalismo dependente, dominado pelo sistema imperialista. Nessa direção, "o capitalismo não é apenas de produção: trata-se de um amplo, complexo e expansivo processo histórico-social e político-econômico" (BARROSO, 2018, p. 448).

Para compreender o capitalismo dependente, temos que nos fundamentar na centralidade do trabalho no contexto latino-americano como direcionamento do processo investigativo. A rigor, o trabalho é elementar na produção e reprodução da vida social, pois possui uma capacidade ontológica para interpretação da riqueza socialmente produzida e historicamente expropriada pelas economias centrais numa espécie de banquete dos trópicos.

Ricardo Antunes (2018) aponta que o trabalho é uma atividade vital para o ser social. No sistema capitalista, o trabalho transforma-se em mercadoria, através da articulação das forças produtivas e das relações de produção, convertendo-se num processo explorador, penoso, alienante, reificado e aprisionado. Em resumidas contas, o capitalismo refere-se a um modo de produção econômico-social que supõe a divisão social do trabalho e da propriedade privada dos

meios de produção. Trata-se de uma dinâmica de acumulação e valorização do capital, por meio da exploração da força de trabalho (MARX, 1982).

> Nossa afirmação é que o Brasil desenvolveu um capitalismo completo nos marcos de sua inserção subordinada e dependente à ordem capitalista e imperialista, e isso implica sua adequação aos padrões da acumulação de capitais que hoje predomina nessa ordem, isto é, uma forma chamada de "flexível" para ocultar ideologicamente seu aspecto extremamente predatório, precarizante das relações de trabalho e contrato, intensificadora da exploração e extração de mais valor, mercantilizante de todas as esferas da vida (IASI, 2019, p. 423).

A relação entre capital e trabalho como condição fundamental do modo de produção capitalista propicia uma classificação diferencial da compra da força de trabalho apropriando-se das desigualdades de gênero, raça e sexualidade para intensificar tal exploração (SAFFIOTI, 2004), a partir da divisão sexual e racial do trabalho.

Torna-se necessária uma ampla margem de trabalhadores marginalizados para manter os salários baixos daqueles engajados no processo de trabalho. Essa margem, em sua maioria esmagadora, é ocupada por mulheres e negros. O racismo e o heteropatriarcado são mecanismos reguladores de dominação do imperialismo, pois mantêm a exigência de nativos marginalizados nas áreas de capitalismo dependente para fixá-los no exército industrial de reserva e manter os baixos padrões salariais.

Segundo essa discussão, não é possível elucidar a divisão social do trabalho dissociada do seu aspecto racializado e generificado, pois o trabalho não pago, por exemplo, realizado no âmbito doméstico, sobretudo por mulheres, é componente da reprodução da força de trabalho no processo de acumulação capitalista.

A classificação diferencial do preço da força de trabalho de determinados grupos sociais configura-se como elemento contrarrestante para evitar a queda vertiginosa do capital. Assim, a força de trabalho não branca (em especial a negra e a indígena) permite rebaixar o valor da força de trabalho em geral e aumentar a taxa de exploração para todas as pessoas e em particular sobre essa população (GOUVÊA; MASTROPAOLO, 2019, p. 9).

Em contrapartida, a classe compradora dessa força de trabalho no Brasil figura historicamente como uma elite econômica composta por setores militares, oligárquicos, empresariais e tecnocráticos que concentram prestígio econômico-social e poder decisório, corporificados majoritariamente no homem cisgênero, branco, heterossexual e cristão.

Com efeito, esse predomínio do capital não se desenvolve da mesma forma em todos os países do mundo. Clovis Moura (1983) destaca, sem buscar comparações, as características singulares do Brasil em relação aos outros países da América Latina. Especificamente, o autor

ressalta as distinções no desenvolvimento econômico, social, político e cultural que se fundamentam na presença numérica proporcionalmente alta, na longa duração temporal, no ritmo dinâmico e na distribuição geográfica abrangente da escravidão negra em todas as regiões do país. Além dessa questão, observamos as medidas paliativas e intermitentes adotadas ao longo dos anos para sua gradual extinção e as implicações no Brasil contemporâneo.

Sabemos que a contradição do trabalho e do capital nas economias dependentes particulariza a questão social e o padrão de proteção social desenvolvido pelo Estado capitalista. Não obstante, as alterações históricas na gestão e na organização capitalista nos países hegemônicos tiveram consequências imediatas na América Latina, na medida que emergiram novos e mais complexos padrões de dominação.

Considerando o capitalismo como uma totalidade histórica, percebemos que não se trata de uma relação dissociada entre países centrais e periféricos, mas atravessada pelo que Trotsky assinalou como desenvolvimento desigual e combinado. Afastando-se de uma interpretação dicotômica (arcaico/moderno) e de uma leitura etapista, Demier (2008) problematiza ainda a "noção de atraso", que poderia levar a um entendimento de uma suposta linha evolutiva a ser seguida pelas nações, evidenciada na assimilação dos elementos mais modernos das nações avançadas e sua adaptação a condições materiais e culturais dos países retardatários.

A condição histórica de dependência[86] no capitalismo que permeia as diferentes transições da economia colonial, nacional, comercial e industrial da América Latina não se origina da ausência da produção de riquezas, mas, sim, da concentração dos ganhos civilizatórios determinados pelo modo de produção e reprodução social.

A herança secular da tradição colonial é notada mesmo em países considerados mais avançados economicamente na América Latina, haja vista a interdição do desenvolvimento autocentrado e efetivo, da integração nacional da economia e, principalmente, da distribuição interna da riqueza socialmente produzida.

Paralelamente, o continente latino-americano, em sua busca por subverter os caminhos do capital, tem sido palco de diversas mobilizações e manifestações populares que refletem o descontentamento das massas com as desigualdades sociais e econômicas. Ao longo da história, tem-se registrado um rico e complexo cenário de processos organizativos de luta e resistência

[86] Essa discussão foi aprofundada, no Capítulo 7, "Lutas LGBTI na Argentina, na Colômbia, no Uruguai e no Brasil: homonacionalismo, ofensiva antigênero e neoliberalismo", do livro *Miradas acerca da América Latina: capitalismo dependente, crise estrutural e lutas sociais* (2020), escrito por mim em parceria com Bruna Irineu e Brendhon Oliveira. Na oportunidade, enumeramos elementos fundamentais do capitalismo dependente e do desenvolvimento desigual e combinado da América Latina para tecer considerações acerca dos avanços particulares da agenda antiLGBTI+ no Brasil, Argentina, Colômbia e Uruguai.

identitárias, que moldaram profundamente as diversas nacionalidades presentes na região. Essas manifestações de resistência não se limitam a um único formato, abrangendo desde inconfidências e insurreições locais até amplas revoltas e revoluções que ecoaram por todo o continente. Em cada país latino-americano, encontramos traços essenciais que refletem a busca pela autonomia política, social e cultural.

Na época da escravidão, tivemos inúmeras organizações negras em torno dos quilombos, irmandades, entidades religiosas e grupos móveis de escravizados que invadiam as fazendas. Depois desse período assombroso, Moura (1983) destaca a imprensa negra independente, a Frente Negra Brasileira, a Associação Cultural do Negro, as escolas de samba, a umbanda, a quimbanda e o candomblé, a favela e a congada, os grupos de reinvindicação e protestos, as comunidades e o Movimento Negro Unificado (MNU).

Nessa perspectiva, devemos valorizar a resistência histórica do negro no sistema escravista, dado que a sua participação nos movimentos determinou as principais mudanças sociais, isto é, o povo negro é e foi um agente dinâmico/radical desse processo. Ainda como exemplo, podemos citar as revoltas em torno da Cabanagem (1835-1840), ocorrida no Grão-Pará, e da Balaiada (1838-1841), no Maranhão, motivadas por diversas razões, como a insatisfação das camadas mais pobres da população com a má administração local, altos impostos e exclusão política e social. Ambas as revoltas tiveram um papel significativo na história do Brasil, evidenciando as profundas desigualdades sociais e políticas que persistiam no país durante o século XIX. Elas também contribuíram para moldar a identidade nacional e o entendimento do protagonismo negro nas insurreições para as reformas necessárias.

Portanto, essa não é só uma história de violência, dominação, exploração, expropriação. Na nossa formação sócio-histórica, houve inúmeras resistências protagonizadas pelo povo negro, colocando em perigo a sua própria estabilidade, tal como ocorreu na República de Palmares na capitania de Pernambuco, que foi um dos mais significativos e duradouros quilombos da história do Brasil Colonial, tendo resistido por aproximadamente um século, período ao longo do qual contava com uma estrutura social, política e econômica própria, além de ser uma importante base de resistência contra a escravidão.

O processo distingue-se, portanto, das modernizações clássicas das estruturas econômicas, sociais e políticas operadas na Europa, cuja revolução burguesa assumia um caráter revolucionário diante da sociedade feudal. Essa via autocrática, nos termos de Florestan Fernandes (2009), nasce tardiamente e combina elementos do mundo arcaico com o moderno, forjando uma estrutura e uma historicidade próprias. De acordo com o autor, essa forma de

dominação impede que se assuma uma concepção democrática, liberal e burguesa tal qual assumida nos países de capitalismo originário.

Nesse sentido, o dilema do capitalismo dependente (FERNANDES, 2009) revela a raiz aristocrática e fundiária que compõe a classe dominante no Brasil e a disseminação desse ideário. De acordo com o autor, esses setores coexistem com a massa dos despossuídos, condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza ou à miséria, à marginalidade socioeconômica e à exclusão cultural e política.

Ao analisar a trajetória histórica do Brasil, Coutinho (1979) destaca que as mudanças econômico-sociais ocorridas no país seguem o modelo da "via prussiana". Nesse contexto, as transformações são implementadas dentro dos limites que garantam a conciliação entre diferentes grupos das classes dominantes, preservando, ao mesmo tempo, as relações de produção e reprodução que ampliam a dependência em relação ao capitalismo internacional. Essas medidas, impostas de cima para baixo, acabam marginalizando as massas populares, excluindo-as da participação efetiva na vida social e no processo de tomada de grandes decisões políticas nacionais (COUTINHO, 1979, p. 41).

Fernandes (2009) afirma que os fundamentos legais e políticos da dominação na América Latina impuseram uma transferência dos padrões da estrutura social capitalista das nações hegemônicas, principalmente da França, Portugal e Espanha. A negociação dos termos da dependência pela burguesia nacional recupera uma tradição de subserviência frente ao imperialismo das economias centrais, através de uma articulação consciente para manutenção e ampliação dos interesses econômicos.

A burguesia nascente desloca-se do regime oligárquico e transforma-se em classe dirigente, defendendo a acumulação capitalista e a economia competitiva, rearranjando as formas de dominação patrimonial. Constata-se que não há um rompimento com o coronelismo e com o mandonismo das oligarquias, mas, sim, uma aliança estratégica para garantir a exclusão da classe trabalhadora do poder decisório.

Assim, a riqueza produzida coletivamente pelos trabalhadores no Brasil é repartida entre burguesia internacional e burguesia brasileira, enquanto duas faces do mesmo projeto de dominação (LIMA, 2019, p. 17). O bloco de poder atendia a exigência legal e política para uma relativa autonomia econômica, organizando o Estado e favorecendo uma influência externa sobre as nações latino-americanas e a superexploração do trabalho[87].

---

[87] Conforme Ruy Mauro Marini (2005), a intensificação da jornada, a prolongação do tempo laboral e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operariado para repor sua força possuem como característica

Nesse processo, o "casamento" com a burguesia internacional é visto como uma condição passageira e imperativa para o alcance posterior do pleno crescimento econômico. *Grosso modo*, a postura de vassalagem se mantém atualmente em determinados países da América Latina que seguem a cartilha dos projetos autoritários e de extrema direita do mundo afora. A rendição ao "estilo de vida americano", que vimos nas pelas audiovisuais por exemplo, normatiza o modo desejável das políticas sociais, da disseminação das tecnologias, dos padrões educacionais, do armamento da população, da lógica punitivista da segurança pública[88], das mídias sociais, do consumismo e dos comportamentos sociais, culturais e econômicos.

Conforme dito anteriormente, a adequação aos valores burgueses não decorre de um simples prolongamento dos desdobramentos do capitalismo na Europa, uma vez que o colonialismo na América Latina é um traço estrutural que particulariza a escravidão indígena e africana.

Sendo assim, o racismo no sistema capitalista não está subordinado ou é subproduto das desigualdades de classe, tampouco ele poderá ser extinto com a ultrapassagem desse modelo societário. Ao pautar o fenômeno do "genocídio negro" que transcorre ao longo dos séculos, Ortegal (2018) afirma a multiplicidade de origens e efeitos das mais variadas expressões do racismo que se retroalimentam continuamente e extrapolam as estruturas econômicas. Esse genocídio, por sua vez, só poderá ser compreendido em sua totalidade se articulado à diáspora (ORTEGAL, 2018).[89]

---

essencial o fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua saúde, porque lhe é obrigado um dispêndio de energia superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando um esgotamento prematuro, porque lhe é retirada, inclusive, a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar capacidade laborativa em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e, normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo do seu valor, correspondendo, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2005).

[88] Loïc Wacquant (2002) problematiza a finalidade das prisões no século XXI, sobretudo na experiência estadunidense, pois o gigantesco sistema penal configura-se como um território sagrado da nova ordem mundial destinada ao controle social e à exclusão massiva de pessoas, sobretudo negras e latinas. A guerra contra a pobreza é substituída progressivamente pela guerra aos pobres, cuja situação de miséria é vista como fracasso social, mediada pelo mito do individualismo possesivo. Isto é, há uma responsabilização que mistifica o enxugamento do Estado em relação às políticas de assistência, cujo acesso está subordinado a regras de conduta que, mesmo nesses termos, não garantem a cobertura aos necessitados. A lógica da focalização vai até a máxima potência, contando com um investimento no sistema penal em detrimento de cortes de recursos no serviço público. Esse debate não será aprofundado neste estudo, mas destacamos que essa política lucrativa do encarceramento tem fortes influências no Brasil.

[89] No artigo em questão, o autor pauta a ideia de diáspora articulada aos conceitos de dependência e colonialidade, dado que a experiência dos negros/as brasileiros/as é partilhada com diversos países do mundo. De acordo com Ortegal (2018, p. 415), a ideia de diáspora percebe as proximidades entre experiências geograficamente distantes, ao mesmo tempo que permite compreender os distanciamentos entre experiências de vida entre os grupos populacionais que compõem uma mesma nação. O livro "O Atlântico Negro", do autor Paul Gilroy, debate mais profundamente a questão da diáspora em contraponto com as "concepções racialmente exclusivas de identidade nacional, da qual os negros foram excluídos, ora como não humanos, ora como não cidadãos" (p. 41). A ideia dele de "Atlântico negro", a partir do debate da diáspora, se contrapõe a ideia de

Nesse debate do genocídio, Aimé Césaire (2020) chama a atenção para o pseudo-humanismo na omissão das barbáries do nazismo quando as vítimas eram os não europeus. A popularização dos horrores desses crimes ganhou notoriedade e comoção social quando atingiu exclusivamente a civilização ocidental e cristã.

> [...] o que ele não perdoa em Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco, é a humilhação do homem branco, é de haver aplicado à Europa os procedimentos colonialistas que atingiram até então apenas os árabes da Argélia, os *coolies* da Índia e os negros da África (CÉSAIRE, 2020, p. 18).

Na contemporaneidade, prepondera a disseminação de uma visão enviesada, racista e fragmentada da ideia de direitos humanos. Além disso, observa-se a predominância de perspectivas eurocêntricas na justiça penal internacional, resultando na inadequada caracterização do genocídio e na negação da vitimização genocida das comunidades negras na diáspora. Nesse contexto, a ênfase exclusiva no terror vitimiza somente os corpos europeus, deixando de reconhecer o sofrimento das comunidades negras (FLAUZINA, 2014).

À medida que o capitalismo amadurecia ao redor do mundo, difundia-se a ideia de que o racismo e a seletividade racial que remontavam ao período escravocrata chegavam ao fim, principalmente pela eminência do trabalho livre com a divisão internacional do trabalho. Obviamente que esse "novo" trabalhador não era o negro escravizado, sequestrado e violentado que, após a abolição, se tornou indesejável para a construção de país.

Importante recordar que o problema da Lei Áurea sancionada no dia 13 de maio de 1888 foi o dia 14 de maio. No dia seguinte à abolição da escravidão, um contingente expressivo de ex-escravizados/as foi abandonado à própria sorte, sem quaisquer políticas de reparação e integração dos/as negros/as à sociedade de classes, submetendo-os/as a vínculos servis e de exploração – ao contrário dos senhores, que, ao longo das legislações para a extinção gradual da escravidão, foram recompensados e receberam indenizações pelo fim da mão de obra escrava.

Conforme mencionado anteriormente, o desejo pelo tipo ideal de assalariado presente na ideologia do branqueamento incentivou a vinda de mão de obra europeia para o Brasil[90]. As

---

nacionalismo, a fim de reexaminar problemas de nacionalidade, posicionamento, identidade e memória histórica. A ideia de diáspora diz respeito "[...] sob a ideia-chave da diáspora, nós poderemos então ver não a raça, e sim formas geopolíticas e geoculturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem" (GILROY, 2021, p.25).

[90] "A supremacia branca solapou não só a união da classe trabalhadora, mas a própria visão de muitos trabalhadores brancos que se identificam com a elite patronal, já que não poderiam se apoiar na identidade de não escravos e não negros" (BENTO, 2022, p. 56).

ideias definidoras da raça não se extinguiram na transição do trabalho escravo para o livre, pois o racismo que atribuía a superioridade e a inferioridade a diferentes indivíduos, por origem e fenótipo nos séculos de escravidão, também determinou a constituição do trabalho livre e do capitalismo em território brasileiro, inclusive sendo acionado na constituição do Brasil como Estado-Nação (ORTEGAL, 2018, p. 420).

> E aquele elemento humano, que durante quase quatro séculos foi o único trabalhador da sociedade brasileira, passou a ser considerado preguiçoso, ocioso, de má-índole para o trabalho. O migrante estrangeiro, por outro lado, vinha como sendo o povoador ideal, superior, capaz de injetar os valores da poupança e do labor perseverante que o negro não possuía (MOURA, 1983, p. 11).

O desenvolvimento do capitalismo impulsionou a regulação da venda da força de trabalho, alicerçada nas políticas de embranquecimento e aumento da mão de obra imigrante. O ideal das classes dominantes era tornar o Brasil uma nação branca, através de uma série de políticas de embraquecimento.

Após a Abolição, os ex-escravizados foram formalmente equiparados aos cidadãos e receberam amparo jurídico, pois a primeira Constituição Republicana estabelecia a igualdade perante a lei. No entanto, isso criou uma ilusão de que, após a Abolição, os ex-escravizados seriam igualados, em termos de direitos concretos, aos demais segmentos da sociedade competitiva que surgiram após o fim do trabalho escravo.

Apesar de serem reconhecidos em sua essência como seres humanos, os negros enfrentaram uma série de mecanismos reguladores dentro da sociedade de capitalismo dependente que emergiu. Esses mecanismos, infelizmente, os excluíram quase que completamente do mercado de trabalho e das oportunidades de se afirmarem em igualdade com os setores que já haviam se estabelecido social e economicamente antes deles.

Até os dias atuais, essa defasagem traumática persiste. Os ex-escravizados, ao saírem da escravidão, na prática, não foram totalmente incorporados como cidadãos na sociedade brasileira. Eles compõem a maioria da população das favelas, áreas alagadas, cortiços, barracos e mocambos, exercendo profissões consideradas desonrosas e insalubres, vivendo na faixa de subemprego, marginalidade e criminalidade decorrentes da pobreza. Assim, o cidadão excluído de nossa sociedade é o negro, o ex-escravizado, considerado cidadão de segunda e terceira classes (MOURA, 1983).

A branquitude ocupa a hierarquia das relações sociais, culturais e econômicas, sustentadas pelo imperativo do colonialismo. Por essa razão, é necessário submeter as identidades de poder à crítica, pois o sujeito branco também é racializado. Isso não significa

individualizar os problemas sociais, mas questionar os regimes de poder, ou seja, reconhecer e problematizar o grupo social que historicamente define a dominação e marca as relações de poder.

Sabemos que, historicamente, o topo e a base da hierarquia socioeconômica no Brasil possuem raça e gênero. Nas formulações de Lélia Gonzalez (2020a), a dupla discriminação de mulheres negras e ameríndias as torna mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Com base na discussão do capitalismo dependente, do colonialismo e do racismo, no próximo tópico aprofundaremos o enraizamento do heteropatriarcado na formação social brasileira.

3.1.2 "O Brasil é a virgem que todo tarado quer"[91]: as dinâmicas do heteropatriarcado

O patriarcado é uma categoria-chave na elaboração deste estudo, pois articula-se com o racismo estrutural e com o capitalismo dependente, engendrando uma nação[92] calcada na tradição, na família e na propriedade. Todavia, não entraremos nas disputas teóricas e políticas dos usos e abusos do patriarcado, tampouco adotaremos uma perspectiva estreita e deslocada das relações sociais que tende a unificar as opressões sociais e se sobrepor às diferenciações de classe, raça e localidade.

Ao acionar o conceito de patriarcado, não estamos entendendo-o como sistema dependente, equivalente ou decorrente do modo de produção capitalista, até porque o patriarcado é um conceito cuja abrangência história mais antiga que o capitalismo. Desde as décadas de 1970 e 1980, as feministas marxistas alertam que esse conceito trata da dominação masculina que se manifesta em diferentes esferas, tempos e lugares (BIROLI; MIGUEL, 2015).

Nessa compreensão, não se pode prosseguir sem referenciar o estudo de Laura Moutinho (2004) que investiga a noção do patriarcado na construção de uma representação específica de nação encenada nos relacionamentos afetivo-sexuais. Essa figura do páter-famílias que é reencenada na contemporaneidade como símbolo de uma representação nacional impõe a virilidade e prestígio do pai de família que se define pelo poder do mando, seja na esfera pública,

---

[91] Declaração do ex-presidente Jair Bolsonaro no ano de 2019 em referência aos interesses internacionais a respeito da Amazônia brasileira.

[92] A ideia de nação ressurge no momento de crise do sistema capitalista, motivada pela inerente divisão socioeconômica das classes sociais em disputa. Torna-se necessária a recuperação de um *éthos* unificador que harmonize as relações entre os trabalhadores. Acompanhando a periodização proposta por Hobsbawm, Marilena Chauí (2001) aponta que a invenção histórica do Estação-Nação pode ser compreendida em três etapas básicas: I) de 1830 a 1890, temos o "princípio da nacionalidade" que vincula a nação ao território; II) de 1880 a 1918, fala-se em "ideia nacional" que articula a língua, a religião e a nação; III) e, posteriormente, de 1918 aos anos de 1960, prepondera a ideia de "questão nacional", enfatizando a consciência nacional e a lealdade política.

seja na privada. Essa compreensão da autora incide na "racialização" do conceito do patriarcado na construção da nação brasileira[93], pois, nesse formato, não havia espaço para o homem negro ocupar a posição de chefe e pai de família.

Num primeiro momento, o processo de mestiçagem foi visto como degeneração da identidade nacional, para, em seguida, ser glorificado e celebrado, culminando da tese da democracia racial cunhada pelo antropólogo Artur Ramos e desenvolvida por Gilberto Freyre, em que o grande encontro das três raças ocorreu de forma celebrativa, fraterna e harmônica, culminando na grandeza da miscigenação brasileira: o grande feito do país.

A obra *Casa-Grande e Senzala* (FREYRE, 2001) é notória na tentativa de escamotear a dinâmica social do escravismo colonial, na medida em que apazigua os conflitos sociais decorrentes da relação de poder, escravidão e violência, reiterando uma certa empatia social dos grupos sociais, numa suposta relação harmônica e complementar. Ao longo da sua obra, Freyre (2001) defende que a escravidão brasileira era, portanto, diferente das outras, porque reinava uma certa empatia, negando todas as contradições adjacentes.

Na pesquisa de Laura Moutinho (2004), vemos que o tipo ideal dos relacionamentos afetivo-sexuais era inter-racial, ou seja, o casal miscigenador era composto pelo homem branco e pela mulher negra, principalmente com a imagem do "português" com a mulata libidinosa, dentro da matriz da heterossexualidade.

> Nesse modelo de organização social, a autoridade máxima é exercida pelo *pater famílias* [*sic*], que, através de relações pessoalizadas, articula o público e o privado em torno de seu poder de mando. A imagem do *pater familias* [*sic*] funciona em Freyre (e nas análises que a tomam como um modelo) como a representação da virilidade – com sua dupla moral sexual –, e, ainda, como um modelo nacional de dominação, vide [*sic*] o "sadismo de mando" – algo que abarca desde a conduta mais individual até uma representação nacional. Às mulheres cabe, nesse modelo, atuar no espaço doméstico e zelar, através de uma conduta moral e sexual retilíneas e da educação das crianças, pela honra da família. Aos homens, no "patriarcalismo poligâmico", é concedida a autoridade máxima como pai e marido. O *pater familias* [*sic*] não vivia com a esposa "branca" a satisfação do desejo sexual e sim com a amante "negra" (MOUTINHO, 2004, p. 66-67).

Para essa autora, certos arranjos das ideias de raça, gênero e sexualidade contribuíram substancialmente para uma construção de uma representação de nação, a partir da ideia do

[93] Curioso observar que, antes da invenção da nação como algo político, também se empregava a ideia de pátria. Não por acaso, pátria deriva do vocábulo latino *pater*, que significa senhor, chefe, que tem propriedade absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe. Trata-se da figura cuja vontade é lei e tem o poder de vida e morte sobre todos os que estão sob o seu domínio. Esse pai refere-se ao poder patriarcal, e pátria é o que pertence ao pai e está sob seu poder. Assim, patrimônio é o que pertence ao pai, e patriarcal é a sociedade estruturada segundo o poder do pai (CHAUÍ, 2001, p. 15).

embranquecimento. Essa compreensão dialoga com aquele velho ditado: “Preta para cozinhar, mulata[94] para fornicar e branca para casar”.

Na esteira do pensamento de Heleieth Saffioti (2004), a ordem patriarcal de gênero refere-se a um regime dialético da dominação-exploração que não se finda na família, pois penetra todas as esferas da vida social e do Estado, estabelecendo uma relação desigual e subordinada entre homens e mulheres. Nessa acepção, não há dualidade entre dominação e exploração, posto que são faces do mesmo processo. Em síntese, o patriarcado é, segundo essa autora, a base material e assimétrica das relações de gênero, representando uma estrutura histórica de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

A dimensão histórica do patriarcado está enovelada com as classes sociais e com o racismo, pois “não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão” (SAFFIOTI, 2004, p. 115). O nó frouxo apresenta-se numa dinâmica complexa e específica que é própria dessa nova contradição.

Nessa linha argumentativa, recuperamos Audre Lorde (2019), que ilustra que não existe hierarquia das opressões, pois temos a experiência da articulação das multiplicidades das categorias de diferenciação que interagem entre si de diversas formas. Ao questionar sua própria posição no tecido social, a autora demonstra que o sexismo[95] e o heterossexismo vêm do mesmo lugar, do racismo, pois, entre as mulheres lésbicas, ela é a negra; e entre as pessoas negras, ela é a lésbica. Dito isso, ela assegura que qualquer ataque contra as pessoas negras é um problema para lésbicas e *gays*, pois ela e outras milhares de mulheres negras fazem parte da comunidade lésbica. Do mesmo modo, qualquer ataque contra lésbicas e *gays* é um problema para pessoas negras, dado que milhares de lésbicas e homens *gays* são negros.

Considerando esses entrecruzamentos que marcam a vida social, a autora narra o quanto é inconcebível que certa parte de sua identidade possa se beneficiar da opressão da outra. A provocação é que a luta e a resistência contra a unidade dialética da opressão, dominação e exploração devem ser objetivadas por todas as pessoas, cujo horizonte político seja a emancipação dos seres sociais.

Ao chamar a atenção para a capilaridade na interseccionalidade no Sul Global, Vigoya (2008) enfatiza que a sexualidade recebe pouca atenção nos estudos sociais e culturais

---

[94] “Supomos que o termo ‘mulata’ tem sua origem na grotesca visão do sistema dominante na sociedade. Além disso, sabemos que a palavra mulata vem de mula – animal híbrido, produto do acasalamento de um jumento (macho ou fêmea) e um cavalo ou égua” (GONZALEZ, 2020c, p. 165).

[95] O sexismo é entendido como a dominação baseada na suposta superioridade inerente de um sexo sobre todos os outros. Já o heterossexismo é visto como a crença na superioridade inerente de uma forma de amar/desejar sobre todas as outras. Ambos articulam-se com o racismo, que é a crença na superioridade inerente de uma raça sobre todos as outras (LORDE, 2019).

regionais, e que é uma temática analisada em sua relação com a construção de gênero, sua matriz biopolítica e o contexto dos estudos familiares, mas estabelecendo pouca relação com a dimensão étnico-racial em diálogo com a classe social. Nos termos da autora, a América Latina é uma região-chave para "la sexualización de la raza y la racialización del sexo" (VIGOYA, 2008, p. 168), haja vista que os sistemas hierarquizados racialmente operam de forma patriarcal através das relações de gênero e sexualidade.

Nessa perspectiva, não tomaremos a heterossexualidade como uma orientação sexual, mas como instituição política obrigatória (RICH, 2010). No estudo de Monique Wittig (1992)[96], filósofa francesa, lésbica e feminista materialista, o pensamento hétero é uma matriz que atravessa o conhecimento em torno de disciplinas, conceitos, correntes e ideias, cujo paradigma, assim como o ponto de partida e o de chegada, é a incontestável heterossexualidade.

As relações heteropatriarcais são acionadas como regime político baseado na subjugação das mulheres. A heterossexualidade constrói concepções científicas, linguísticas, sociais, políticas e filosóficas que estabelecem uma visão universalizante e totalizante da história, transformando-se em leis gerais, através da naturalização da diferença entre os sexos. Esse imperativo sexual invalida e impossibilita qualquer experiência fora dos seus marcos. Em outras palavras: "serás-hétero-ou-não-serás" (WITTIG, 1992).

Essa compressão dialoga com a pesquisa *La Nación Heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*, de Ochy Curiel (2013) que realizou uma análise etnográfica da Constituição colombiana, no intuito de identificar as relações de poder. Segundo a autora, a heterossexualidade mantém-se como hegemonia para a construção social, cultural e histórica no projeto de nação. Na elaboração do texto constitucional, "os outros" (mulheres e homens negros, indígenas e lésbicas) continuaram apartados da lógica dos direitos e da cidadania através da dinâmica nomeada de "heteronação", cuja ideologia conservadora implica na proeminência da família heterossexual.

Nessa nebulosa, os modelos são fortemente influenciados e sustentados por uma concepção dominante do gênero e sexualidade que proclama a heterossexualidade como a única forma possível e saudável de expressão sexual, fundamentada na ordem biológica. Essa visão hegemônica é perpetuada principalmente por grupos sociais que ocupam posições centrais e privilegiadas ou que se aproximam, ainda que parcialmente, das hierarquias de gênero, raça/etnia, sexualidade, classe e religião.

---

[96] Além dos textos dessa autora, recomendamos as contribuições críticas de *"Campo", o Podcast de Antropologia*, realizado por Paula Lacerda e Carolina Parreiras.

> Assim, como uma estratégia de sobrevivência, o gênero é uma performance que envolve consequências claramente punitivas. A distinção de gênero faz parte da "humanização" dos indivíduos dentro da cultura contemporânea; assim, quem não efetua a sua distinção de gênero de modo adequado é regularmente punido. Como não existe uma "essência" que o gênero expresse ou externalize nem um objetivo ideal ao qual aspire; como o gênero não é um fato, os vários atos de gênero criam a ideia de gênero; sem esses atos, não haveria gênero. O gênero, portanto, é uma construção que oculta regularmente a sua própria gênese. O consentimento tácito coletivo quanto a representar, produzir e sustentar gêneros polarizados e distintos como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade concedida a sua própria produção (BUTLER, 2018, p. 6).

A partir de uma abordagem teatral, antropológica e filosófica, Judith Butler (2018) objetiva delinear de que maneiras as ideias de gênero são reificadas e naturalizadas e como podem ser construídas de outra forma, entendendo os atos formadores dessa identidade como uma ilusão convincente, objetos de crenças, sansões sociais e tabus. Segundo essa autora, o gênero, ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um "eu" generificado permanentemente (BUTLER, 2018, p. 3).

É comum observarmos a ideia de que a emergência da população LGBT na esfera não privada é vista como uma ameaça ao espaço público, resultando em desrespeito e desvalorização. Muitas vezes, essa emergência é condenada com base na crença de que a sexualidade e a identidade de gênero devem permanecer reprimidas e marginalizadas, seguindo um padrão histórico semelhante ao enfrentado pela população trans.

Um dos aspectos fundamentais dessas concepções é a ênfase na conservação da unidade familiar. O espaço sociofamiliar é entendido de forma restrita, frequentemente fundamentado em princípios bíblicos que valorizam a heterossexualidade como a única forma válida de relacionamento, com foco em uniões entre homens e mulheres cisgêneros, visando à procriação, considerada como o "bendito fruto" do casamento monogâmico.

O ponto nodal dessa apreensão repercute na formação de opiniões contrárias à visibilidade das questões de gênero e sexualidade no espaço público e na conquista de direitos, com base em pressupostos heterocentrados de bio-homens e biomulheres, com vistas à unificação da opinião pública e de maneiras de ser coletivas. Essa operação ideológica cria uma espécie de pânico e alarme social contra a destruição da entidade sociofamiliar, cimentada no dogmatismo religioso (LACERDA, 2018).

3.2 A história como objeto de batalha ideopolítica[97]

> Por décadas destruíram nosso patriotismo. Através das escolas e da mídia, nos fizeram acreditar que somos um povo fadado ao fracasso. Que não temos virtude. Ideologias perversas contaminaram o imaginário popular, causando danos incalculáveis em jovens, que hoje estão perdidos e sem norte. A nossa resposta está sendo imediata. Estamos distribuindo o antídoto em cada canto do país. Para todos os brasileiros! Os nossos documentários são produzidos para despertar a consciência e o patriotismo de qualquer pessoa (Brasil: a última cruzada).

Na mesma linha analítica e metodológica do Relatório Descritivo do primeiro capítulo, apresentaremos as ideias gerais de três documentários que dialogam com o objetivo desta seção: *Brasil: a última cruzada* (2017), *Congresso Paralelo* (2016) *e Como identificar um falso conservador* (2022).

Figura 9 – Cartaz do documentário *Brasil: a última cruzada*

Fonte: Brasil Paralelo (2017).

[97] Esse título foi objeto de intensas reflexões, pois remete ao próprio entendimento deste trabalho, dado que a produção da BP não se trata de uma revisão e interpretação da historiografia, mas de pressupostos que são fundamentados na própria recusa do conhecimento teórico-científico e, neste caso, não há debate possível. Entretanto, sabemos que há um agenciamento da história no ambiente político-ideológico para legitimar os valores da extrema direita brasileira. Em certa medida, essas reflexões dialogam com o debate das "guerras culturais" que iremos aprofundar nas próximas seções.

A série documental *Brasil: a última cruzada* é dividida em 6 episódios que vão das Cruzadas até a Era Vargas. Lançados entre 2017 e 2018, têm como objetivo recuperar o protagonismo dos portugueses a partir da ideia de que teria ocorrido sacrifício, honra e coragem no processo que denominam de descoberta"[98] e "desenvolvimento" do país.

A série audiovisual busca fornecer um novo olhar sobre a construção social do Brasil, reavivando um sentimento patriótico por meio da valorização das batalhas heroicas e exploradoras dos portugueses. Nas produções audiovisuais e no *site* da BP, o patriotismo ultrapassa as propagandas partidárias e é considerado uma qualidade cívica daqueles que têm amor por sua terra natal. Nessa compreensão, valorizam o legado histórico europeu, sobretudo lusófono, que, segundo eles, moldou a nação brasileira; apreciam a identidade patriótica e resgatam o patrimônio ideocultural construído. Consideram um dever moral lutar pela preservação e exaltação desses símbolos, como o Hino Nacional, a bandeira brasileira, os heróis históricos, as cores da pátria, os valores e as tradições.

Para evocar uma atmosfera mística, usam o Hino Imperial como trilha sonora para emoldurar os documentários, acompanhados de violoncelo, cantos gregorianos, música clássica e efeitos sonoros de filmes e jogos de videogame, oferecendo uma conotação contemporânea à discussão.

---

[98] "Considerando o momento de encontro entre dois povos que nunca haviam se encontrado antes, o termo 'descobrimento' é mais apropriado. Os índios depararam-se com um homem novo, portando objetos, roupas, armas e até mesmo animais que nunca tinham visto anteriormente. Da mesma forma, os europeus se depararam com um território completamente novo, com um povo nativo que falava uma língua desconhecida e possuía hábitos peculiares, além de uma fauna e flora ainda não exploradas. **Nesse contexto, o encontro entre europeus e indígenas pode ser considerado um 'descobrimento', pois representa o primeiro contato e a revelação de culturas e realidades desconhecidas para ambas as partes"** (REDAÇÃO BRASIL PARALELO, 2022, grifo nosso).

Figura 10 – Cartaz do documentário *Congresso Paralelo*

Fonte: Brasil Paralelo (2016).

O documentário *Congresso Paralelo* conta com cinco episódios e propõe um diagnóstico da situação econômica, política, histórica e cultural do Brasil, fundamentado num discurso anticomunista que alerta sobre os regimes autoritários ligados à esquerda. Apresentam-se com uma versão desconhecida e sem contraponto do Brasil Colonial e Imperial, da Independência e da Proclamação da República, afirmando que as memórias foram mistificadas e certos símbolos foram esquecidos.

Já o episódio *Como identificar um falso conservador* lança reflexões sobre a incorporação do conservadorismo nas terras brasileiras por meio de elementos supostamente historiográficos.

Para fins analíticos, é importante compreender que, segundo essa perspectiva, o conservadorismo moderno busca preservar o que considera ser os aspectos mais valiosos do antigo regime, sem adotar uma postura reacionária. Ao mesmo tempo, reconhecem a necessidade de mudanças sociais, embora se oponham a atitudes revolucionárias. Para eles, o conservadorismo brasileiro não surgiu em 2018, mas tem raízes na herança portuguesa, cuja tradição política foi propositalmente ocultada na história do país. Os interlocutores/as advogam que esse conservadorismo está perdendo a guerra cultural sob hegemonia da esquerda que busca deturpar a história nacional.

Os audiovisuais analisados apresentam pinturas, imagens épicas e ilustrações de computação gráfica, bem como retratos de figuras centrais nas fases históricas do Brasil: das guerrilhas e revoluções, do Brasil Colônia e Império, as manifestações patrióticas e conservadoras em contraponto a cenas de violência, de corrupção, de guerra às drogas e opiniões descontextualizadas de artistas e lideranças políticas partidárias de esquerda.

Ao compreender que negar a história de uma nação a seu povo é um ato perverso, os documentários problematizam a história oficial difundida na mídia, nas escolas e nas instituições universitárias por entidades globalistas e grupos militantes de esquerda. Alegam que esse ato tem levado a uma crise de identidade vivenciada no país, já que a população não sabe quem são, tampouco de onde os brasileiros/as vieram.

Através do rótulo de *antiestablishment* e de serem pretensamente subversivos, os autores das produções apontam que a crise em voga no Brasil é, sobretudo, uma crise de ideias que compõem um projeto de doutrinação. Por isso, empreendem um esforço "hercúleo" de propagar uma ideologia de direita que se contrapõe ao que eles consideram um excesso de intervenção estatal, corrupção e hegemonia esquerdo-marxista que se alastra pelo país.

Ao investigar o modo como esse discurso audiovisual manipula as experiências temporais disponíveis na contemporaneidade, os autores Moraes e Cleto (2023) identificam que, segundo a BP, a dimensão histórica do projeto de poder da esquerda consistiria em aproveitar dos momentos em que essa consciência nacional está enfraquecida para destruir a unidade nacional e a capacidade de as pessoas reconhecerem a sua própria grandeza, tornando-as frágeis e manipuláveis.

Para sustentar essa abordagem, eles mencionam uma pesquisa publicada pela revista *Veja* em 2008 (AMOROZO, 2008), realizada pelo Instituto Sensus, que apontava que as escolas e universidades estavam sendo utilizadas para fins políticos de propaganda, com 80% dos professores admitindo que seu discurso era engajado. Essa pesquisa revelou que, para 78% dos professores, a principal função da escola era formar cidadãos, enquanto 14% buscavam contribuir para a formação profissional e apenas 8% tinham o objetivo real de ensinar as matérias (Congresso Paralelo). A partir desses dados, compreendem que:

> História não é exercício de simpatia. Não podemos fazer como Marx que interpretou demais, que é mais literatura do que produção sociológica. No Brasil, a história é lida para garantir interesses interpretativos e não como fontes de investigação e fonte do passado, mas para discutir a história do Brasil tal qual ela foi (Congresso Paralelo).

Na série documental *Brasil: a última cruzada*, Olavo de Carvalho, protagonista de diversos episódios, argumenta que a identidade nacional está intrinsecamente ligada à memória

coletiva das conquistas compartilhadas, que fornecem às pessoas um senso de proteção em relação às suas próprias vidas, oportunizando a introjeção de valores e sentimentos.

No *Congresso Paralelo*, esse mesmo interlocutor sustenta que o senso brasileiro de nacionalidade baseou-se mais na geografia do que na história, expressando-se no orgulho territorial, especialmente em relação às riquezas naturais. Segundo ele, trata-se de um nacionalismo ressentido que se manifesta como um antiamericanismo, uma vez que, ao longo do século XX, não houve uma verdadeira cultura patriótica nos termos de uma cultura nacional efetiva.

Nessa abordagem, argumenta-se que a Proclamação da República não permitiu que o Brasil desenvolvesse uma identidade cultural, tendo em vista que deslegitimou a cultura do povo e a vontade coletiva desfavorável à conformação do Estado. Pois, no *"tempo da monarquia",* que vigorou por mais de sessenta anos, havia um esforço para formar, unificar e fornecer uma base intelectual, cultural e econômica para o país.

Sob esse prisma, reiteram que nossa pátria não pode ser compreendida separadamente daqueles que a conceberam e desenvolveram. Assim, defendem que a ancestralidade europeia constitui o mito de origem do povo brasileiro, cuja principal característica é a diplomacia, a capacidade amistosa e o gerenciamento de amizades, especialmente com os povos indígenas que aqui encontraram. "**Mas já pararam para pensar que aqueles espelhos representaram uma coisa excelente e que o pau-brasil era uma coisa banal? Nesse sentido, os 'índios' escolheram aquilo porque tinham autonomia humana"** (Congresso Paralelo, grifo nosso).

Entendemos que o uso do termo "índio" para se referir a esses povos é considerado inadequado e até ofensivo por várias razões. Primeiramente, porque esse vocábulo foi originalmente utilizado pelos colonizadores europeus quando chegaram às Américas, pois eles acreditavam ter chegado às Índias. Essa designação, baseada em um equívoco histórico, perpetuou-se ao longo dos anos, mas não reflete a realidade dos povos indígenas. Além disso, o termo "índio" pode ser considerado pejorativo e estereotipado, pois muitas vezes é associado a visões simplistas, exóticas e até mesmo caricaturais. Essa representação reducionista e desrespeitosa não reflete a diversidade, a riqueza cultural e a complexidade das etnias indígenas. Para evitar perpetuar estereótipos, promover o respeito e reconhecer a autodeterminação dos povos indígenas, é preferível utilizar o termo "indígenas". Ademais, é importante lembrar que a escolha dos termos adequados pode variar de acordo com o contexto e as preferências dos próprios povos indígenas, portanto, é sempre importante ouvir e respeitar as suas próprias autodenominações. Considerando essas questões, empregaremos "índios" entre aspas para referenciar o que foi mencionado nos audiovisuais analisados.

Pautados na racionalidade mercantil[99], os documentários expressam um suposto direito de ocupação dos colonizadores para resgatar e multiplicar riquezas que estavam sem uso e encontravam-se nas mãos de seres considerados incapazes de produzir, multiplicar e prosperar. Estes logo foram transformados em próprio instrumento produtivo, através da sua coisificação e escravização no processo de produção. Assim, a colonização é vista como geradora de um processo material de riqueza, de progresso e ordem, de virtudes cristãs, de grandes empreendimentos e realizações, de cientificidade, de desenvolvimento e de civilidade, transformando os níveis de vida considerados arcaicos e selvagens, através de uma narrativa épica das "descobertas".

De acordo com Olavo de Carvalho, os portugueses: "pegaram comunidades indígenas no Brasil e levam do paleolítico ao barroco em 20 anos". Em outro momento, ele afirma que: "o parâmetro ocidental é racional defensável. Você tem dois milênios de tradição, de argumento, exame, análise e a cultura indígena não tem sequer alfabeto (Brasil: a última cruzada).

Num tom celebrativo, evidenciam que os portugueses estabeleceram um vínculo de familiaridade com as "tribos" e "índios" por meio da amizade e do matrimônio, conferindo uma grande vantagem na conquista e povoamento do território. "Nem portugueses, nem 'índios' sabiam, mas era um reencontro, já que os dois povos tinham a mesma origem ancestral. Naquele reencontro, testemunhamos o milagre da vida, a persistência em sobreviver e se propagar" (Brasil: a última cruzada).

Atualmente, o uso do termo "tribos" é considerado inadequado e problemático, pois também implica uma visão simplista e estereotipada dos povos indígenas, retratando-os como sociedades primitivas, isoladas e homogêneas. Essa noção não reflete a realidade complexa e diversa das diferentes culturas e sociedades indígenas, que variam em estruturas políticas, conhecimento, sistemas de parentesco, economia e formas de organização social. Esse termo também reforça uma perspectiva colonialista, que estigmatiza e situa os povos indígenas em uma posição de inferioridade em relação às sociedades ocidentais. Em vez disso, é preferível utilizar expressões como "povos indígenas", "comunidades indígenas" ou especificar o nome da etnia ou grupo étnico específico ao se referir a essas sociedades. Por essa razão, usaremos o termo "tribo" entre aspas para nos referir ao conteúdo dos audiovisuais.

---

[99] Essa racionalidade mercantil refere-se à expansão do Império Português para a concentração de riquezas e o estabelecimento de laços econômicos, impulsionados pelas grandes navegações comerciais, tráfico negreiro, expropriação de mercadorias das colônias e expansão do catolicismo.

Ao negar a cosmogonia dos povos originários, os/as entrevistados/as argumentam que algumas “tribos” enxergaram na aliança com os portugueses uma oportunidade para se proteger de outros povos ou para aumentar suas chances de vencer conflitos contra “tribos” rivais e mais poderosas. Registram os casos dos portugueses que passaram a viver nas “tribos” indígenas adotando seus costumes e tradições. Ao mesmo tempo, apontam que há relatos de indígenas que, de forma livre, escolheram morar nas vilas portuguesas do litoral, adotando o estilo de vida europeu. Notamos que, em nenhum momento, problematizam-se as violências, os estupros e as matanças dos povos indígenas, primando pela versão romantizada dessas relações.

Adicionalmente, defendem que a ideia de mestiçagem dos negros, indígenas e europeus, influenciada pela obra de Gilberto Freyre (1900-1987), representa o grande potencial brasileiro, posto que a miscigenação é uma virtude que atenuou as fronteiras étnicas entre as raças. Além de ter alcançado espaço na historiografia brasileira, notamos que as ideias de Freyre se alastram no imaginário social ao relativizar a escravidão, a partir da idealização e romantização do passado.

A positivação da ideia da mestiçagem nos audiovisuais, derivada do mito da democracia racial, revela que o projeto colonial não ignorou as dimensões de gênero e sexualidade. Ao contrário, o padrão colonial moderno trata-se de um projeto de dominação de classe, raça, gênero e sexualidade.

Rita Segato (2016) avança no pressuposto de que o gênero é um dos aspectos da dominação do padrão colonial ao oferecer um estatuto teórico e metodológico para examinar o gênero como categoria analítica capaz de iluminar os demais aspectos das transformações impostas pela nova ordem colonial moderna. Nessa lógica da “matriz heterossexual binária do conquistador” (SEGATO, 2016, p. 121), atrelada ao componente étnico racial, há uma objetificação dos corpos das mulheres ao mesmo tempo que se introduz uma moralidade sustentada pela noção do pecado, desconhecida até então.

O modelo de família patriarcal, frequentemente utilizado como referência nas análises históricas sobre família e relações de gênero, recebeu contribuições significativas da obra *Casa-Grande e Senzala*. Ademais, o autor escreve um capítulo dedicado à formação da família brasileira, evidenciando os traços afetivos da violência sexual.

> Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro

> bicho de pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo (FREYRE, 2001).

Freyre (2001) apresenta uma interpretação complexa das relações sociais no contexto da formação da sociedade brasileira, enfatizando a influência da estrutura patriarcal[100] nas dinâmicas familiares e nas hierarquias de poder.

Além da questão do racismo, o heroísmo presente nos documentários denota uma explícita relação de performance masculina com a violência de gênero e a sexualidade pautadas na coragem, bravura e virilidade dos patriarcas destemidos.

> Dado que la sexualidad y el deseo han sido de larga data elementos centrales en el proyecto colonial – tanto en suministrar el lenguaje para la dominación como en sus ejemplos concretos – los proyectos anticoloniales inevitablemente contendrán dimensiones tanto sexuales como raciales (CANESSA, 2008, p. 99).

Para ilustrar que o poder político anda de mãos dadas com o poder sexual, o pesquisador Andrew Canessa (2008) analisa as construções e representações de desejo e sexualidade de Evo Morales na posição de político indígena na Bolívia. No intuito de se afastar do estigma colonial que via os nativos americanos como femininos, busca veicular uma postura de poder impregnada no imaginário social que circunda a nação boliviana, mediada pela relação entre cidadania e masculinidade. Assim, para desafiar o estereótipo de indígena assexual e submisso, abraça atributos de virilidade e machismo para se legitimar no posto oficial mais alto do país.

Nessa compreensão, os valores de ordem e coragem que permeiam a história brasileira radicam-se na influência portuguesa e, sobretudo, na atuação da Ordem dos Templários durante as Cruzadas, que foram guerras comandadas pela Igreja para proteger seus fiéis peregrinos nas estradas para a Terra Santa. Os Templários eram cavaleiros que estavam dispostos a sacrificar a vida para proteger os cristãos. A partir desses acontecimentos, os documentários interrogam como um país pequeno como Portugal se tornou um grande conquistador ultramar? Como explicar a coragem daqueles que se lançaram ao desconhecido em busca da terra prometida e abençoada? De que forma os sentimentos que impulsionaram as grandes descobertas, permitindo a expansão da fé católica e das rotas comerciais, compõem o repertório cultural do Brasil?

---

[100] "A mulher 'branca' desempenha o papel de esposa e mãe. Trata-se de uma mulher assexuada, a qual pesa o dever de manter a honra familiar, levando, portanto, a um controle de sua sexualidade. [...] Dado o caráter sacralizado da categoria mãe\esposa, é fora do lar o lugar da satisfação sexual. Se colocarmos 'cor' no modelo patriarcal, veremos que este casal é 'branco' e que o elemento masculino do casal, satisfaz fora de casa, com a mulher 'negra' ou 'mulata', seu desejo sexual. Trata-se, assim, em princípio de uma tríade explícita, na qual, o quarto elemento, o homem 'negro\mestiço', está excluído (MOUTINHO, 2004, p. 69).

Além de proporcionar crescimento econômico, o legado português foi consolidado com a vinda da família real, introduzindo modos de comportamento, linguagem, cultura, tradições alimentares, pesada burocracia da máquina europeia e intelectualidade com a implantação de instituições universitárias. Consideram que os modos de vida próprios da Corte da monarquia portuguesa sofisticaram os hábitos e o ambiente sociocultural brasileiro. "Na verdade, foram os portugueses que civilizaram o Brasil, que antes tinha características bárbaras e pré-históricas" (Brasil: a última cruzada).

Em meio ao negacionismo[101], o Brasil é interpretado como um braço e um filho de Portugal, como se fossem a mesma nação. Essa visão é exemplificada na vinda da família real portuguesa para o Brasil, no contexto da perseguição de Napoleão Bonaparte. Os narradores veiculam que Portugal agiu estrategicamente, demonstrando toda a sua coragem e bravura. Foi uma transferência de lugar para evitar ser capturado, "mudando-se para o território do mesmo país, no caso o Brasil, tornando-se o Portugal inconquistável".

Sabemos que essa é uma versão fantasiada e deturpada da história. A Revolução Francesa, desencadeada em 1789, culminou em um golpe de Estado que levou Napoleão Bonaparte ao poder, dando início a um processo de expansão do Império Francês. Nessa trajetória, a França invadiu Portugal, que teria furado o bloqueio econômico, mantendo parceria com a Inglaterra, o que resultou na busca por refúgio da família real no Brasil. Isso significa, na verdade, que a Corte lusitana veio fugida para o Brasil[102].

O documentário apresenta que, por essa razão, o Brasil "não se trata de uma colônia, mas de um membro do Estado português". Simultaneamente, explicam que a etimologia da palavra "colônia" não implica em depredação ou num processo predatório, mas se trata de ciclos históricos que remetem ao processo de povoamento de um determinado território. O termo "colonizador" não seria aplicável a Portugal, pois esse país tinha um projeto político diferente para o Brasil, baseado na irmandade e no crescimento econômico. Provavelmente, essa

---

[101] Na América Latina, o negacionismo é uma prática sistematizada. De antemão, nos interessa apreender as estratégias políticas da direita para negar os fatos do passado, legitimar as ações no presente e construir uma proposta de futuro. Em linhas gerais, trata-se de uma distorção ilegítima do registro histórico e contemporâneo que são consensos estabelecidos na historiografia, em favor de grupos políticos conservadores ligados à direita e a extrema direita.

[102] Naquele momento, a Inglaterra era uma parceira comercial de Portugal e prestou escolta aos portugueses. Como gesto de gratidão, a Corte brasileira decretou a abertura dos portos para transações comerciais com outras nações, além de Portugal. É importante lembrar que os produtos brasileiros eram mais acessíveis do que os das nações que já haviam abolido a escravidão. Nesse contexto, a Inglaterra começou a exercer pressão sobre Dom João VI para que pusesse fim ao tráfico de escravos na colônia. Em resposta, o monarca português concordou, estabelecendo um acordo para abolir gradualmente a escravidão, evitando, assim, um colapso econômico, como veremos a seguir. Em 1815, Dom João VI assinou outro tratado com a Inglaterra, que proibia o Brasil e Portugal de continuarem a traficar pessoas sequestradas acima da linha do Equador.

afirmação descontextualizada da BP deve-se à decisão datada de 1815, em que o Brasil deixou de ser uma colônia e adquiriu o *status* de Reino Unido a Portugal.

Ao se dedicar aos grandes feitos dos portugueses, o documentário enfatiza que a América ofereceu a oportunidade comercial, abandonando a estrutura social estamental em favor de uma vida empreendedora voltada para o crescimento econômico. Paralelamente, o documentário registra o protagonismo do catolicismo, que plantou a semente da civilização ocidental com a participação ativa dos jesuítas.

O documentário concentra-se na resistência cristã na Europa, destacando o papel social da Igreja Católica no cenário político, econômico e histórico. Os países europeus estabeleceram historicamente uma forte ligação entre o cristianismo e a ideia de civilização. Durante grande parte da história europeia, o cristianismo desempenhou um papel central na formação colonial das sociedades, nas estruturas políticas e nos sistemas de valores, sendo influente na vida pública, na educação, na cultura e nas instituições sociais dos países europeus e nos territórios colonizados. Sabemos que, em nome de Deus, julgava-se o paganismo como selvageria e submetiam-se os negros e indígenas à violência. Com uma suposta superioridade moral, religiosa e intelectual, a diversidade cultural era vista como um estágio primário e primata de desenvolvimento civilizacional, conforme percebemos nos documentários analisados.

Além das grandes batalhas, os documentários primam por valorizar os homens do passado, que, segundo eles, foram essenciais para a formação do Brasil. Pedro Álvares Cabral é descrito como um navegador culto, arguto, prudente e tolerante com os inimigos. Devido ao desvio de rota, chegou às terras brasileiras com a missão de transmitir a fé cristã e tornar rentável esse afazer. José Bonifácio é tido como o patriarca da Independência e da integração nacional, cujas estratégias diplomáticas alteraram o percurso brasileiro. Foi tutor e mentor de Dom Pedro I no Período Regencial, quando seu pai abdicou do Brasil para recuperar o trono português em 1831.

Salientam a importância do Visconde de Cairu no pensamento conservador brasileiro, ressaltando sua contribuição teórica na difusão das ideias de Edmund Burke e Adam Smith. Cairu foi historiador, moralista e conselheiro de Dom João VI e Dom Pedro I, além de ter atuado na Assembleia Constituinte de 1823 e ter escrito memórias e discursos no Senado. Seu objetivo era preservar a mentalidade da elite e evitar a disseminação do pensamento revolucionário, principalmente de origem francesa.

Ao remontar ao período da escravidão, os autores do documentário argumentam que se trata de uma das grandes manchas morais da biografia humana e reconhecem os negros escravizados como os nossos antepassados. Embora, sinalizem brevemente os horrores da

escravidão, destacam que essa visão crítica só é possível a partir de uma perspectiva histórica atual, na qual a escravidão não é mais naturalizada.

Do ponto de vista histórico, afirmam que a escravização de pessoas era uma normalidade no mundo inteiro, inclusive no continente africano, em grande parte da história, tendo em vista que ser escravo significava perder sua liberdade, após ser vencido numa guerra justa, a exemplo dos hebreus, assírios, gregos, romanos, europeus, astecas e incas que eram até mais brutais que os portugueses no caso brasileiro. Segundo os interlocutores, os portugueses apenas aproveitaram uma oportunidade de negócio, dado que o tráfico negreiro já era disseminado na costa africana.

> O fundamento da escravidão nunca foi a origem étnica, no Brasil, nunca foi. Não é racial, ela se torna racial no século 19, quando surgem as teses eugenistas é aí que usa essa questão de tentar ligar ou associar o africano ou descendente de africano ao escravo. Tanto é que não era difícil você encontrar negros que se tornavam senhores e que tinham os seus escravos também. Inclusive, o continente africano era altamente escravocrata inteiramente. Então, quer dizer, o português não chegou lá na costa africana e saiu dando paulada e tiro, e arrastando o africano para dentro dos navios. Já existia um comércio intenso de escravos na costa (Brasil: a última cruzada).

O autor dessa citação complementa que é oportunista reivindicar reparações históricas, tendo em vista que a escravidão no Brasil não teve como base principal a cor, raça ou etnia dos indivíduos. Nesta pesquisa, rebatemos integralmente o conteúdo dessa afirmação, pois entendemos que não é possível retirar o componente étnico-racial da escravidão brasileira (BENTO, 2022; CARNEIRO, 2011; GONZALEZ, 2020a; MOURA, 1983; ORTEGAL, 2018).

Alegam ainda, que os escravizados também tinham a possibilidade de possuir escravos[103] e nem sempre os indivíduos negros lutavam pela liberdade, mas pela aquisição de propriedades próprias. Contestam ainda, a opção de alguns historiadores em se concentrar exclusivamente na crueldade da escravidão, sem se ater à riqueza e à contribuição que o povo negro proporcionou à nação brasileira.

Esse é um aspecto contraditório nas argumentações dos documentários, pois apontam que a nação brasileira foi formada pelo heroísmo dos portugueses e pelos costumes europeus, sem reconhecer a cultura dos povos originários e dos africanos. Além de não considerar

[103] Segundo o Projeto Querino (c2022), um terço dos chefes de família do Brasil era dono de pessoas escravizadas. Sabe-se que era caro comprar um escravizado, mas ele era considerado uma mercadoria que se pagava com o tempo pela possibilidade de angariar lucros. Nos documentários, há uma recorrência nas afirmações de que pessoas negras também detinham escravos. Todavia, sabemos que essa era a exceção, não a regra.

qualquer reinvindicação dos povos afrodescendentes, buscam mascarar o racismo e deslegitimar a lutas contemporâneas que são interpretadas como vitimização.

Com a abertura dos portos e o estabelecimento de relações com nações amigas, houve uma diversificação dos produtos da colônia, o que resultou em uma "migração" nas palavras do narrador, de escravizados para atender às novas demandas. Sem fundamentação teórica, o artigo *Escravidão no Brasil: entenda o regime escravocrata desde sua origem até a abolição*, publicado no no site da BP, registra a particularidade dessa migração para o nosso país, dado que "**O navio negreiro do Estado português era diferente: os escravos tinham uma dieta alimentar de três refeições, higienização, alongamento, acompanhamento de padres e anulação de chicotes**" (REDAÇÃO BRASIL PARALELO, 2023, grifo nosso).

> Dom Pedro II, inclusive, para que o seu exemplo público fosse visto como um símbolo abolicionista, ele não andava com escravos na rua. Ele mandou abolir aquela coisa de andar com escravos carregando ele. Então ele, pelo exemplo, ele tentava contagiar a sociedade brasileira e os próprios escravocratas para que a abolição fosse uma realidade (Brasil: a última cruzada).

Nos documentários, prepondera o mito da afabilidade da escravidão, através da ideologia do bom senhor cristão.

> Consiste em se dizer que a escravidão no Brasil foi benigna, os senhores, patriarcais e cristãos, foram bondosos e a escravaria tratada como se fosse composta de filhos naturais [...] Entretanto, as taxas de mortalidade de escravos no Brasil eram elevadíssimas e somente através do tráfico ininterrupto se conseguiu manter uma população escrava equilibrada (MOURA, 1983, p. 11).

Segundo os documentários, a abolição da escravatura foi uma pauta central e presente na mente e coração do Imperador e da Princesa Isabel, que tentaram influenciar a sociedade para que a o fim da escravidão se tornasse uma realidade. Havia uma preocupação com a extinção gradual dessa prática, pois se acreditava que uma medida abrupta poderia levar a uma ruptura institucional e a um caos político.

De acordo com eles, "todas as medidas políticas práticas para acabar com a escravidão no Brasil foram implementadas por gabinetes conservadores em parceria com a família imperial brasileira" (*Como identificar um falso conservador*). A figura da Princesa Isabel é apresentada como uma abolicionista de grande relevância, muitas vezes negligenciada e pouco conhecida dentro do contexto histórico brasileiro. Em contramão a esses processos, registram que havia grupos de ex-escravizados contrários à monarquia, à princesa e à própria abolição.

O que os documentários não mencionam é que o Tesouro Imperial e a Corte Portuguesa arrecadaram e se beneficiaram com os lucros gerados pela escravidão. A estimativa é de que quase 5 milhões de africanos desembarcaram no Brasil em cerca de 300 anos de tráfico, sendo que mais de 2 milhões aqui chegaram já na primeira metade do século XIX; e, desses, 800 mil em 20 anos no período que o tráfico era ilegal (PROJETO QUERINO, 2022a). Trata-se de uma atividade econômica com apoio da sociedade que não teve parâmetro em termos de lucratividade, haja vista que todo setor da economia brasileira contava com o trabalho escravizado. Isso significa afirmar, sem sombra de dúvida, que a escravidão, enquanto instituição, gerou a riqueza nacional.

Os documentários expressam profunda indignação diante da ausência de compensação aos proprietários de escravos, uma vez que os próprios escravizados eram tratados como mercadorias e propriedades privadas. Vale lembrar que "a não indenização da população escravizada após o fim da escravidão é um traço marcante da nossa história" (BENTO, 2022, p. 32). Essa autora aponta que a questão da reparação história[104] é pauta do Movimento Negro, inclusive nas conferências internacionais, mas é expressamente recusada pelos Estados europeus.

Nesse processo, nota-se o esforço do esquecimento da escravidão no Brasil. Tanto que, no documentário *Brasil: a última cruzada*, que possui mais de seis horas de conteúdo, apenas cerca de 20 minutos são dedicados à escravidão brasileira. Ou seja, não há uma negação da escravidão, mas uma minimização de suas características violentas e de seus efeitos para a população negra, indígena e afrodescendente, bem como para o próprio país. Ocorre uma naturalização de sua dinâmica, adscrita ao processo de produção de riquezas da época.

Quando é lembrada, é fabulada como uma história de outros tempos, recuperando uma espécie de benignidade da escravidão quase dionisíaca, restringindo a aberração moral. A figura

---

[104] Observando o fracasso do litígio reparatório para a escravização de africanos e seus descendentes nos Estados Unidos, Flauzina (2014) salienta dois pilares fundamentais que baseiam os parâmetros legais que descartam essas reivindicações. O primeiro argumento se relaciona com os limites temporais impostos ao reconhecimento dos direitos, de modo que o argumento oficial inverte o raciocínio de responsabilidade ao alegar que a compensação não pode ser concedida devido a atrasos ou negligência por parte dos afro-americanos em lidar com a questão. Isso ignora os esforços históricos dos afro-americanos em responsabilizar o Estado pelas brutalidades e exploração do trabalho escravo, que datam de 1800. Além disso, esse entendimento contradiz aqueles que veem a passagem do tempo como uma intensificação da violação original. O segundo argumento legal aborda os modelos judiciais de reparação baseados em direitos individuais, o que dificulta a obtenção de reparações efetivas para os afro-americanos, pois requer a identificação de vítimas e perpetradores, motivação clara, danos específicos e aceitação de uma compensação definitiva. Isso anula os pedidos de reparações negras, focando no indivíduo em detrimento da opressão do grupo e das desigualdades estruturais, e ignorando o envolvimento do Estado nas brutalidades da escravidão. Em última análise, isso demonstra como os sofrimentos causados pela escravidão são sacrificados nas limitações da lei e da propriedade, não sendo reconhecidos adequadamente no domínio jurídico (FLAUZINA, 2014).

do colonizador escravocrata é retratada como “homem cordial” que se vincula ao escravizado passivo, no intuito de “querer provar que o *éthos* especial do brasileiro o coloca em uma posição de incompatibilidade congênita com qualquer regime opressivo ou autoritário (como a escravidão ou o fascismo) devido não ser da sua essência cordial (MOURA, 1983, p. 33).

Além desses rebatimentos, esse mesmo autor aponta que a pretensa amabilidade da escravidão que forja o brasileiro afetuoso, setoriza a escravidão do Brasil, entendendo que teríamos uma escravidão patriarcal no Nordeste, uma escravidão adoçada pelo catolicismo em Minas Gerais e outra escravidão capitalista dos barões do café em São Paulo. Essa questão é tão problemática que forja uma espécie de relação empática entre os senhores e os escravizados, cujo maior exemplo está nas relações sexuais entre as mulheres negras escravizadas e o senhor branco, escamoteando o processo de estupro e violência sexual.

Além desses aspectos, o episódio *Como identificar um falso conservador* destaca que, no ano seguinte à Abolição, ocorreu um golpe orquestrado por militares, positivistas, grandes fazendeiros, republicanos e liberais que resultou na instauração da República e na perda da estabilidade, representando uma ruptura revolucionária que pôs fim à experiência política do Império Brasileiro. A queda da monarquia em 1889 ocorreu no Rio de Janeiro com a expulsão de Dom Pedro II, dando fim ao II Reinado e início do Período Republicano, movimentos protagonizadas por disputas políticas e ideológicas entre conservadores e liberais.

A versão romantizada e heroica do rompimento do Brasil com Portugal é frequentemente atribuída ao quadro *Independência ou Morte*, do pintor Pedro Américo. Nessa obra, a Proclamação é simbolizada por homens brancos trajados e fortemente armados, montados numa cavalaria à beira do Rio Ipiranga[105]. No entanto, esse retrato glorioso criado para idealizar a criação do Brasil não reflete a realidade dos acontecimentos.

Na verdade, a Independência do Brasil ocorreu de forma mais complexa. Dom Pedro I, confrontado com a iminente invasão de Portugal, acabou ratificando a decisão de sua esposa regente, Maria Leopoldina, que decretou a independência do país. Apesar de ocorrer o rompimento com Portugal, o novo país ainda permaneceu sob o comando de Dom Pedro I. Devido às turbulências políticas que se seguiram, ele abdicou do trono em favor de seu filho, Dom Pedro II, que na época contava apenas com 5 anos de idade. Essa transição de poder revela uma perspectiva menos idealizada e mais confusa do processo de Independência do Brasil, dado que não representa grandes novidades no cenário político, mas consolida o objetivo de forjar uma nova nação.

---

[105] Uma adição crucial a ser feita é que a romaria ocorrida durante a Independência tinha como objetivo principal garantir às elites brasileiras a manutenção da escravidão, mesmo após a separação de Portugal.

A mistificação que é propagada nos documentários e que até hoje ocupa a mentalidade de muitos brasileiros oculta as rebeliões e guerras de independência que se alastravam no país, denotando que a Proclamação veio de cima para baixo, a partir de uma decisão da Corte.

Sabe-se que a Independência do Brasil era pauta dos movimentos populares que se multiplicaram pelo Brasil e tiveram conotações difusas. Um dos exemplos mais emblemáticos, resgatado pelo Projeto Querino (2022a), são as rebeliões ocorridas na Bahia, que se iniciam em janeiro de 1822 e tiveram o protagonismo de Maria Felipa de Oliveira, representando a presença negra e feminina nessas lutas. Uma mulher negra, marisqueira e quitandeira liderou um grupo que incendiou os barcos dos portugueses numa ilha, localizada na Baía de Todos os Santos.

A partir do episódio do fim da monarquia, os audiovisuais denunciam um projeto de reescrita da história do Brasil, com a destruição da memória nacional. Nessa linha argumentativa, afirmam que "a destruição revolucionária da tradição monárquica fortaleceu o patrimonialismo nas relações sociais e o cientificismo na mentalidade da sociedade" (Como identificar um falso conservador).

A monarquia, para eles, é ensinada de forma equivocada, distorcida e ridicularizada na educação brasileira. Os documentários apontam que a corrente conservadora no Brasil demonstra apoio à monarquia e denuncia uma preocupante tentativa de apagar tanto a nossa história quanto os valores conservadores que desempenharam um papel significativo na formação do país. Não por acaso, o movimento monarquista tem angariado espaço político no Brasil nos últimos anos e contou com expoentes na Câmara dos Deputados e no Governo Federal de Jair Bolsonaro.

Além disso, ressaltam a importância negligenciada do pensamento e da ação conservadora no processo de Abolição da escravatura. Essa afirmação é refutada pelo Projeto Querino (2022a) ao argumentar que havia uma facção na Câmara dos Deputados que, formada pelos conservadores, chamada Partido do Regresso e saquaremas, defendia em bloco a reabertura do tráfico com a revogação da Lei de 1831.

O episódio *Como identificar um falso conservador* registra apoio à monarquia, acreditando que a República inaugurou um período de rupturas institucionais e simbólicas, descontinuidade e agitações sociais que se caracterizam como formas de autoritarismo e centralização estatal. Assim, adota uma abordagem colonial, monarquista e conservadora para narrar a história do Brasil, influenciada por pensadores como Gilberto Freyre e Edmund Burke.

No entanto, é essencial observar que esse documentário exclui as lutas, levantes, insurreições urbanas e no campo e organizações dos quilombos, bem como as lideranças negras abolicionistas, deixando de destacar aspectos cruciais da história brasileira.

Essas omissões limitam a compreensão da audiência sobre as contribuições e resistências desses grupos na luta contra a escravidão e na busca por justiça e igualdade social, ao passo que procuram destacar uma dada narrativa temporal em detrimento de outras, criar uma verdadeira batalha retórica – inventando rituais de memória e qualificando seus próprios modelos de autênticos, de modo a elevar alguns eventos e obliterar outros, endossar certas interpretações e desautorizar o resto (SCHWARCZ, 2019, p. 14).

É importante considerar uma perspectiva mais abrangente e inclusiva ao abordar a história do Brasil, reconhecendo a diversidade de vozes e experiências que moldaram o país. Com base nessa discussão, interrogamos: quem somos nós? O que está sendo posto embaixo do tapete por essas narrativas? Qual a herança brasileira? Quais são os significados que nos definem em relação à nossa própria identidade?

3.3 "Um museu de grandes novidades": Hipóteses interpretativas para o tempo presente

"O Brasil é um país com grande passado pela frente"
(Millôr Fernandes).

O negacionismo mata. Ancorado numa rede de desinformação, o mesmo negacionismo a que aludimos anteriormente transformou-se em política de governo, interferindo diretamente nas ações sanitárias durante o quadro temporal da pandemia de covid-19. A resposta veio direta: "E daí? Eu não sou coveiro." – disse o então presidente Jair Bolsonaro ao ser questionado sobre as mortes e a insistência num remédio que não tinha eficácia científica.

Esse negacionismo alastra-se pelas áreas da humanidade e encontra lugar cativo na reescrita da história. Ganha uma plataforma e deixa de estar circunscrito aos grupos extremistas, alcançando espaço e certa legitimidade no debate público. Em geral, seus propagadores estão alinhados ao liberalismo econômico, nacionalismo paranoide e conservadorismo autoritário (ÁVILA, 2021).

Como podemos observar, as teses supremacistas[106] da BP revisitam o passado, instrumentalizam o presente e propõem um projeto de futuro, amparadas pelo repertório da Nova Direita. Dessa maneira, os verdadeiros protagonistas da história brasileira são os homens brancos, cristãos, heterossexuais, eurocêntricos e burgueses que se configuram como os grandes

[106] Lima (2019) nomeia de supremacistas as teses históricas que descrevem a diversidade humana em termos de superioridade e inferioridade, recuperando uma tradição historiográfica nacionalista existente no Brasil desde o século XIX. Trata-se de uma ofensiva contemporânea que pretende resgatar narrativas oitocentistas sobre o que é o Brasil e, sobretudo, quem são os brasileiros.

“varões do passado”. Ironicamente, representam eles próprios uma minoria em busca de uma universalidade abstrata que não tem respaldo material no perfil da sociedade brasileira.

> Y este sujeto, que ha formulado la regla de la ciudadanía a su imagen y semejanza, porque la originó a partir de una exterioridad que se plasmó en el proceso primero bélico e inmediatamente ideológico que instaló la episteme colonial y moderna, tiene las siguientes características: es hombre, es blanco, es *pater familiae* — por lo tanto, al menos funcionalmente, heterosexual —, es propietario y es letrado (SEGATO, 2016, p. 118).

Esse padrão colonial moderno em curso, nos termos da autora, opera pela estrutura binária que elimina e supera o outro, a partir da ideia do sujeito universal que se torna a referência central.

A partir desse pressuposto, tais grupos reivindicam serem vistos como guerreiros dotados de coragem física, bravura e inteligência e nostálgicos do período imperial. Nessa toada, os discípulos de Olavo de Carvalho travam uma disputa política contra os segmentos da esquerda, contra tudo e contra todos para enfrentar a suposta hegemonia cultural e mostrar a “verdade verdadeira”.

Finger (2021) chama a atenção para as práticas de afeto e pertencimento promovidas pelas séries documentais visualizadas na superioridade moral dos realizadores da obra e dos bravos assinantes que investem na empresa, travando e compondo a luta do bem contra o mal. Em decorrência disso, constroem conteúdos sem nenhum comprometimento com a realidade factual que culminam em decisões e estratégias políticas oriundas de notícias falaciosas.

O espectador é convocado a se engajar politicamente: ou ele aceita a narrativa sem qualquer questionamento, ou ele também é, via de regra, um inimigo. Além de contribuírem financeiramente com as assinaturas, são convocados a participar e se organizarem nos grupos privados de discussão coordenados pela BP em outras mídias sociais.

> Gênios rebeldes lutando contra as universidades, contra a historiografia profissional, contra as escolas públicas, contra os governos petistas, contra os sindicatos, contra o PCO, PCB e o PC do B, contra o Foro de São Paulo, contra a mídia corporativa supostamente dominada em segredo pelos jornalistas comunistas, enfim, contra todas as organizações imaginárias ou reais supostamente contra a “verdade” que defendem. São eles que convidam o espectador a se juntar à sua cruzada contra o mal imaginário do *marxismo cultural* ou da *ideologia de gênero* (FINGER, 2021, p. 99).

Embora, os grupos neoconservadores nos projetem como inimigos do país, constatamos que a principal oposição à BP reporta-se ao fortalecimento da educação brasileira, do pensamento livre, laico e questionador, da diversidade, do pluralismo, da criticidade e da cientificidade alinhada à arquitetura democrática. Esse projeto elitista, racista, colonial e

heteropatriarcal compõe o movimento denominado de “ódio como política”, que deságua em governos com tendências neofascistas. Não por acaso, esse revisionismo histórico irradiado nas teses da BP aproxima-se das propagandas bolsonaristas no Brasil e da ditadura salazarista em Portugal.

Cabe elencar aqui a exposição temporária *Adeus Pátria e Família*, que visitei no Museu do Aljube Resistência e Liberdade[107], em Lisboa, em 2022. A produção recupera as dinâmicas de resistência e de repressão à diversidade sexual e equidade de gênero no decorrer dos 36 anos da ditadura de António Salazar e após a Revolução dos Cravos em Portugal em 1974. O Estado operava pela via da invisibilidade aos sujeitos LGBTI+ e pela via da política ditatorial repressiva, recuperando discursos religiosos, patrióticos e médicos para criminalizar as sexualidades dissidentes e defender a manutenção da família heteronormativa, da nação e da ética do trabalho na sociedade portuguesa.

Interessante denotar que a exposição não reduz a experiência da comunidade LGBTI+ apenas ao conjunto de opressões, invisibilidade, opacidade, repressão e violência. Na aproximação com os fatos históricos, compreendendo um período temporal abrangente, busca referenciar o todo, a partir das resistências, ainda que no âmbito do cotidiano, no âmbito da arte, da literatura, da música, na atuação dos movimentos sociais e na publicação de manifestos.

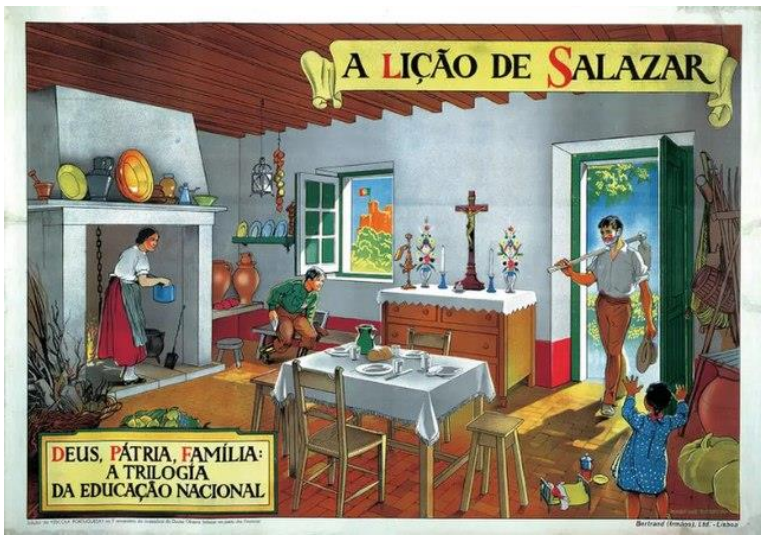
Atualmente, vemos a reencenação e reatualização dessas representações idílicas para incutir em mentes e corações a lógica heteropatriarcal, cristã e supremacista branca, a partir de padrões não conscientes e de fácil assimilação pelo senso comum. O êxito propagandístico do Estado Novo durante a Ditadura de Salazar em Portugal contou com enunciados doutrinários e nacionalistas que impactaram sobremaneira a realidade social. A título de exemplo, Hilda de Paulo (2022) problematiza o conjunto de sete cartazes didáticos distribuídos nas escolas primárias em 1938, intitulado *A Lição de Salazar*[108] através da trilogia “Deus, Pátria e Família”.

---

[107] Esse museu municipal é dedicado a rememorar o contexto de violência e censura do regime ditatorial que vigorou de 1926 a 1974 no solo português, buscando evidenciar os processos de resistência em prol da democracia e da liberdade, no intuito de restituir a memória coletiva.

[108] No discurso de António de Oliveira Salazar, em Braga, em comemoração do 10º aniversário do golpe militar de 28 de maio de 1926, ele proclamou: “Não discutimos Deus e a virtude. Não discutimos a Pátria e a sua História. Não discutimos a pátria e o seu prestígio. Não discutimos a família e a sua moral. Não discutimos a glória do trabalho e o seu dever” (SALAZAR, 2023).

Figura 11 –*A Lição de Salazar*



Fonte: Registro da pesquisadora (Lisboa, 2022).

Essa ilustração, que constava na exposição supracitada, propagandeava o regime ditatorial e apresentava um homem branco e provedor que chega do trabalho glorioso e é recebido alegremente por duas crianças, enquanto a mãe bem-disposta, dona de casa, prepara a alimentação da família, tornando-se responsável pela reprodução social. Nesse cartaz, o lar contava ainda com bandeira de Portugal e elementos do cristianismo que forjavam a essência católica da identidade nacional. A família é interpretada como a base moral da nação, obedecendo a uma regulação da "ordem natural e religiosa".

Na exposição, a família é retratada como a base orgânica e hierarquizada da nação eterna, obedecendo a uma ordem natural que haveria de impor a sua autoridade e a sua moral contra a desordem e o caos. Adicionalmente, consagravam-se o mito da essência católica na identidade nacional e a sujeição ao trabalho. Assim como nas obras do BP, a pátria portuguesa no Estado Novo possui uma representação passadista e mística de heróis, santos e cavaleiros para uma missão incumbida pela divina providência.

Em agosto de 2022, pesquisadores/as portugueses/as identificaram que Bolsonaro fez referência ao autoritarismo do Estado Novo Português num pronunciamento por ocasião da chegada do coração de Dom Pedro I no Brasil, a que nos referimos no início desta seção. O evento comemorativo serviu ao projeto político eleitoral do então presidente e para marcar o Bicentenário da Independência.

O flerte com o Integralismo pela via neofascista não é algo novo para os bolsonaristas, tampouco para os representes da BP. O caldo ideológico é engrossado pelo revisionismo monarquista, cujos símbolos dividem espaço com cartazes e camisetas da seleção brasileira.

Conforme aprofundamos na primeira capítulo, as ferramentas digitais empregadas pela BP na internet organizam, produzem e influenciam o comportamento e o ambiente sociocultural da sociedade contemporânea. Esse aparelho privado de hegemonia participa do trabalho que busca modular a visão de mundo das pessoas por meio de narrativas apresentadas como verdades inquestionáveis.

A sua ascensão é devedora dos protestos ocorridos a partir de junho de 2013 que escancaram a "hegemonia cultural da esquerda", principalmente através da denúncia do marxismo cultural e da ideologia de gênero, que trataremos adiante. Assim, a eleição do inimigo em comum refere-se a um grupo complexo e multifacetado sob o signo da esquerda que passou a ser atacado pelo discurso de ódio, que, não raras vezes, incentiva perseguições e ações violentas e autoritárias. Numa interpretação caricatural e deturpada, a esquerda é vista como símbolo de terror.

Nas palavras do porta-voz da BP, a plataforma se insere nesse cenário para combater e destruir essa suposta hegemonia, disputando saberes e criando narrativas históricas alternativas que atendem, em geral, aos grupos neoconservadores. Segundo eles, "a história oficial" é escrita e ensinada por doutrinadores tributários da esquerda através de uma concepção enviesada e desprovida dos heróis nacionais, sem orgulho da pátria e da família, servindo aos interesses do comunismo. Via de regra, essa história oficial remete à historiografia crítica que circula nos ambientes acadêmico-científicos.

Outro elemento interessante destacado por Moraes e Cleto (2023, p. 20) reporta-se à relação desse conteúdo com as premissas meritocráticas, haja vista que os telespectadores da BP que se sentem excluídos do debate público, da esfera das decisões políticas, da narrativa histórica acadêmica e da memória pública retornam de maneira triunfal como empreendedores, capazes de criar uma rede de colaboradores que sustenta a invenção de uma história com a qual podem, enfim, se identificar. Através de uma linguagem sedutora, constroem interpretações falseadas e capazes de fascinar e gerar sentimentos de unidade e identificação.

Nisso, essa empresa não está sozinha, ela alimenta e é alimentada pelos diversos segmentos da sociedade civil, a exemplo das reações virulentas contra a Comissão da Verdade, dos cartazes em homenagem aos torturadores nas manifestações nacionais de 2015 e 2016 e dos pedidos de intervenção militar em 2016 e 2023 em várias partes do Brasil, na ocasião do *impeachment* da presidenta Dilma e na posse do presidente Lula, respectivamente (ÁVILA, 2021).

"Sua prática discursiva, se sustenta no julgamento moral e político dos seus opositores" (FINGER, 2021, p. 88), propondo um aniquilamento da esquerda. O enunciado está

emaranhado pelos afetos dos seus interlocutores, que, a partir das mobilizações de paixões ressentidas, pautam a eliminação total do seu adversário. Quem são aqueles que atacam a *minha* família? O meu privilégio? A *minha* religião e visão de mundo? Quem são esses que, em nome de um suposto ideal democrático, querem impor os seus modos de vida, de conhecimento e de práticas sociais?

Ao mirar no passado para explicar o presente e nortear o futuro, criam identificação em torno de um passado comum que precisa não somente ser reconhecido, mas valorizado, tanto na história, quanto no imaginário social, para instrumentalizar ações políticas. Afinal, qual a funcionalidade de recuperar e disseminar o suposto mito fundador de origem dos Estados Nacionais na agenda da extrema direita? Na análise de elementos visuais, observamos que a revitalização do mito fundador desempenha um papel crucial ao estabelecer e demarcar os parâmetros de inclusão na comunidade, visando impulsionar a coesão nacional.

Schwarcz (2019) relembra que, institucionalmente, o mito de origem da identidade nacional foi fortalecido em 1838 com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que pretendia criar a gênese da nação brasileira. No ano de 1840, esse mesmo instituto criou um concurso para elaboração da narrativa brasileira, através da ementa “Como deve ser escrita a história do Brasil”. A autora salienta que a invenção da nova história *do* e *para* o Brasil foi de autoria do alemão Karl Phillip von Martius, que buscou reforçar a ideia de democracia racial e fazer as pazes com o passado, apresentando um país feliz que se definia como um povo multirracial. Essa contribuição irá desenvolver a retórica fabricada e nociva, ainda persistente na atualidade, de que não existe racismo no Brasil.

Nos tristes trópicos, a desigualdade econômica e social, articulada com a opressão e dominação de classe, gênero, raça e sexualidade, segue naturalizada e desistoricizada para prevenir e combater o trabalho da lembrança, do luto e, sobretudo, da ação e das mudanças conjunturais e estruturais.

Não se trata de mera coincidência que o discurso nacionalista, de maneira enfática, rejeite quaisquer vestígios de políticas discriminatórias e segregatórias institucionalizadas no Brasil, ao mesmo tempo em que nega veementemente a existência de preconceito e de disparidades socioeconômicas e políticas. Contudo, paradoxalmente, endossa e perpetua um sistema hierárquico que centraliza o poder, fomentando, assim, uma mentalidade supremacista, através de uma narrativa sedutora que engradece e enobrece a elite conservadora, entendendo a escravidão brasileira com certa trivialidade circunstancial.

Estamos certas de que o Brasil tem dificuldades de contar sua história e de se entender com o passado. Ao observar esse aspecto, vê-se que o racismo cotidiano não é apenas a

reencenação do passado colonial, mas também uma realidade traumática negligenciada, silenciada e ocultada, que configura o próprio projeto de nação capitaneado pela extrema direita. Por essa razão, neste estudo, a raça, o gênero, a classe e a sexualidade se vinculam ao projeto de nação que forja práticas sociais, ideologias, identidades, imaginários, violências e controles, pois entendemos que o racismo e o heteropatriarcado foram e são fundamentais para estruturação do pensamento colonial brasileiro e para o capitalismo dependente.

Cida Bento (2022) parte da teoria da personalidade autoritária para refletir sobre a imagem da masculinidade branca, forte e viril que levaria a nação ao sucesso, permitindo o político ser grosseiro, violento e antidemocrático para construir um projeto nacionalista de homens brancos. O tom salvacionista da colonização brasileira visto nos documentários legitima o tipo nacional escolhido para representar este país: o antigo e corajoso colonizador.

Nos termos de Schwarcz (2018), o triunfo eleitoral de Jair Bolsonaro representa o atávico passado colonial. Um militar, homem branco e heterossexual, ideologicamente conservador, que chegou ao poder, apesar do alto índice de rejeição, com o respaldo político das igrejas evangélicas e do empresariado. E mais: um presidente que se dirige ao "cidadão de bem", estimula a polarização e o irracionalismo e orgulha-se dos seus posicionamentos preconceituosos e discriminatórios.

> O "cidadão de bem" passou a designar aquele que, além de ter uma conduta individual "correta" e saber se comportar nas manifestações, se distingue dos "bandidos" (corruptos) ou de quem apoia bandidos. Assim, o "cidadão de bem" refere-se a um conjunto de condutas dos indivíduos na vida privada, a um conjunto de formas específicas de reinvindicação política na vida pública e a um conjunto particular de temas e agendas que passaram a ser consideradas como legítimos. [...] Trata-se de uma noção específica de pessoa e um sentimento de pertencimento à [*sic*] uma forma correta de estar no mundo (KALIL, 2018, p. 9).

Essa noção de "cidadão de bem" torna-se um valor difuso que também serve para hierarquizar e classificar os movimentos sociais: de um lado o cidadão honesto que reivindica, de forma pacífica, a ordem, a nação e a família, separado daqueles tidos como ameaçadores, corruptos, terroristas e baderneiros.

Bento (2022) concentra sua atenção na relação entre branquitude e pactos narcísicos que possuem um componente de autopreservação. Em outras palavras, o herdeiro branco identifica-se com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, através de um acordo tácito e intersubjetivo de proteção e fortalecimento para manter o seu lugar na hierarquia social, ao passo que o esquecimento e a memória são agenciados.

Por essa razão, precisamos reconhecer, explicitar e transformar esses acordos não verbalizados que atendem aos interesses da elite brasileira e que se mascaram na ideia de meritocracia. De acordo com Bento (2022), a meritocracia é o conjunto de habilidades intrínsecas a uma pessoa que despende esforço individual, não estabelecendo-se nenhuma relação dessas "habilidades" com a história social do grupo a que ela pertence e com o contexto no qual está inserida, sendo, assim, o indivíduo o única responsável por seu lugar social. Pacientemente, a autora desmistifica que esse lugar social não é acessado por uma parte majoritária da população, pois determinados grupos carregam as consequências da herança de discriminação e exclusão.

Não por acaso, a visão de excelência individual presente nos documentários não apenas ignora, mas ativamente desconsidera os privilégios inerentes a questões de raça, gênero e classe. Essa percepção é alimentada e encorajada pela ideologia empreendedora e pela lógica neoliberal inerente ao modelo capitalista contemporâneo.

Nesta pesquisa, defendemos que todos os/as brasileiros/as receberam a descendência e a herança secular escravocrata que estrutura a história deste país durante 4/5 da sua história, o que, ao mesmo tempo, assegura privilégios aos brancos e relega a outro grupo as piores condições de vida e de trabalho[109], refletindo-se na vida concreta e simbólica das gerações contemporâneas (BENTO, 2022).

Sabemos que as raízes materiais dessa norma que estabelece como os/as sujeitos/as devem ser e se portar estão calcadas na dinâmica da produção e da reprodução das relações sociais capitalistas, do patriarcado, da escravidão e da heteronormatividade. Afinal, um sistema particular de acumulação pode existir porque "seu esquema de reprodução é coerente" (HARVEY, 1993, p. 117). Nessa disputa, temos um modelo que encarna um certo paradigma com o oposto, que é nomeado como o "outro do outro".

O processo de aburguesamento via domínio econômico e político da elite brasileira contou com um conjunto aperfeiçoado de valores que constroem o "cidadão de bem", configurado como o protótipo da civilidade, detentor de direitos e de reconhecimento. A operação "harmoniosa e coesa" da sociedade, arquitetada no discurso nacionalista e positivista da ordem e do progresso, vincula-se ao modelo de existência burguês, que cria o mundo à sua imagem e semelhança (MARX; ENGELS, 2008).

---

[109] Para se ter ideia, o tempo médio de vida produtiva dos escravos negros, de acordo com Bento (2022), era de sete anos. Por esse motivo o tráfico de escravos era necessário para manter um sistema de reposição da força de trabalho, ou seja, para garantir um equilíbrio demográfico dessa estrutura, fundamental para o desenvolvimento do capitalismo nas metrópoles europeias.

Nessa linha argumentativa, é fundamental problematizar a ideia de nação, pois ela pode funcionar como uma fronteira que busca eliminar as diferenças e homogeneizar a população e suas experiências culturais, suprimindo o contraditório, a multiplicidade e a pluralidade presentes em um país. Ao buscar uma identidade nacional única e uniforme, pode-se obscurecer a complexidade das histórias e culturas que compõem a nação.

Essa visão simplificada do país também pode ser usada para ocultar certos fenômenos históricos, como a escravidão. Ao moldar uma narrativa de unidade nacional, é possível ignorar ou minimizar a exploração e o sofrimento de grupos marginalizados, cuja opressão foi alicerçada no projeto de país em sua formação.

Embora, a imagem oficial *de país do samba e do futebol*, construída desde a década de 1930, remeta a uma nação cosmopolita, calorosa e festiva[110], o Brasil, na verdade, revela-se historicamente marcado pela violência, autoritarismo e desigualdade. Dados os constantes relatos sobre essa terra arrasada, questionamo-nos: será o Brasil o país da diversidade? Quem não é chamado para comer à mesa da família brasileira?

Não é demais assinalar que o Brasil foi colônia portuguesa por mais de três séculos e se organizou em extensos latifúndios dominados pelo despotismo e pelo coronelismo. País de inegável racismo estrutural, alimentado por séculos de trabalho escravizado, sendo o último das Américas a abolir a escravidão. "Pátria amada" que conta com um índice assustador, ainda que subnotificado, de feminicídios e de crimes LGBTfóbicos, marcados pela virulência. Um país de "democracia blindada" (DEMIER, 2019) com profunda concentração de renda e disparidade econômico-social.

É por esse motivo que o reconhecimento dos direitos da população LGBTI+ no Brasil tem sido feito de forma lenta e descontínua, como observado em outros momentos-chave da história brasileira, a exemplo das leis que antecederam a Abolição da Escravidão estabelecida pela Lei Áurea, do direito ao voto das mulheres e das regulamentações tardias na esfera do trabalho (BENTO, 2014). Em suma, são ações descontinuadas e sem dotação orçamentária, ou apenas "para inglês ver".[111]

---

[110] "Menina, amanhã de manhã/quando a gente acordar/quero te dizer/que a felicidade vai/desabar sobre os homens". Essa música composta por Tom Zé, de 1972, problematiza, em suas entrelinhas, a campanha da alegria forçada que deveria existir no período ditatorial. No Brasil do "ame-o ou deixe-o", quem não era feliz era preso, torturado e/ou assassinado.

[111] Essa famosa expressão significa efeito de aparência, encenação e demagogia que denotam hipocrisia na ação. Na obra *A língua nacional*, o filósofo João Ribeiro (1933) aponta que: "Desde o tratado pelo qual a Inglaterra reconhecia a nossa independencia, tomamos o compromisso de abolir o trafico dos escravos negros. A verdade é que jamais cumprimos a clausula abençoada; da costa da Africa para o Brasil os negreiros continuavam a transportar, ainda mais do que nunca, os miseros filhos das selvas africanas. [...] Eram, por isso, frequentes as reclamações, asperas e fortes, do governo inglez. Os nossos governos conniventes no crime, tomavam medidas e

Berenice Bento (2014) argumenta que o Brasil possui uma criatividade que o singulariza no cenário internacional, pois o *modus operandi* historicamente observável das elites é feito a "conta-gotas" em relação ao reconhecimento das conquistas dos considerados "excluídos". A tônica é de que os/as excluídos/as sejam incluídos/as para serem excluídos/as, através do que a autora nomeia de "cidadania precária", que representa a negação da condição humana e de cidadão/ã aos sujeitos que carregam nos corpos determinadas marcas sociais.

Apesar de emergirem novos elementos advindos dos acontecimentos conjunturais relacionados com o panorama global neoconservador, trata-se de cicatrizes profundas da nação colonial brasileira que constroem a identidade social. Herdeiras históricas das ideologias de classificação social, bem como das técnicas legais e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latino-americanas, de uma forma geral, não deixaram de se caracterizar como hierárquicas, em torno de desigualdades sexuais, raciais e sociais (GONZALEZ, 2020a).

O preconceito racial às avessas ou o chamado "racismo reverso" é capitaneado pelo ressentimento dos adeptos da extrema direita que se sentem ameaçados pelas mudanças e transformações em curso e diante do progressivo aumento da presença negra nos espaços de poder. O medo de perder privilégios faz com que a população branca, ainda que inserida na classe média brasileira, questione a atuação do Estado em relação às políticas sociais de educação, saúde, moradia, trabalho e ações afirmativas, propondo a redução dos gastos sociais.

O ressentimento é uma categoria analítica fulcral para entender o sentimento dos setores neoconservadores, visto que a culpa a respeito do que não somos e não queremos ser é sempre do outro. Entendemos que o ressentimento não explica isoladamente a ascensão da extrema direita e a política do ódio no último decênio, mas oferece elementos aproximativos para pensarmos o Estado, a igualdade, a diferença e o reconhecimento. Compreendemos que o ressentimento é um reflexo prático do processo de dominação e exploração, inserido na dinâmica da luta de classes, que se manifesta no âmbito do cotidiano.

Operando desejos de eliminação, o ressentimento aparece em sociedades polarizadas e em eleições mediadas pelo ódio para erradicar aqueles/as que são considerados/as a fonte de todo mal. Maria Rita Kehl (2020) nomeia o ressentimento como a possibilidade de esquecer e superar determinado agravo, atribuindo ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer e culpando-o, caso venha a fracassar.

Nas palavras da autora, o ressentimento é um afeto característico dos impasses gerados pelas democracias liberais modernas que acenam com a promessa de igualdade social que

---

providencias fallazes, simulavam interesse pela causa humanitaria e expediam decretos e avisos... para inglez vêr, como se disse logo". [sic] (RIBEIRO, 1933, p. 76-77).

efetivamente não se cumpre. Esses "homens do ressentimento estão prontos a compensar seu sentimento de inferioridade e seu medo à liberdade pela adesão a um líder autoritário ou mesmo a uma ordem totalitária" (KEHL, 2020, p. 173):

> [...] sua fase mais nefasta é a que promove a adesão dos indivíduos a sistemas totalitários, na esperança de que a adesão e a participação nas tarefas exigidas pela máquina do poder os fortaleçam e lhes garantam a segurança de um sentimento de identidade pelo pertencimento a um sistema forte (KEHL, 2020, p. 175).

O racismo, o fascismo e a xenofobia podem expressar formas de insignificância dos homens anônimos que querem recuperar o seu lugar de prestígio e privilégio social numa ordem social hierarquicamente rígida. É interessante quando associamos esse debate às categorias mais macroscópicas, porque não se trata de uma manifestação puramente narcísica e subjetiva. O ressentimento tem por base material os determinantes sociais que prefiguram uma nação: o patriarcado, o racismo estrutural, a exploração capitalista, a dominação e a opressão de gênero e sexualidade.

Diante dos conflitos sociais contemporâneos, os sujeitos movidos pelo ressentimento entendem que foram passados para trás, vendo-se como constantemente prejudicados pelas políticas sociais e cerceados pelo que chamam de "politicamente correto".

Nas últimas décadas, tivemos a regulamentação da Lei Maria da Penha (2006)[112], a visibilidade da população LGBTI+ na agenda política, a implementação Plano Nacional Direitos Humanos III (2009)[113], as resistências negras, as políticas afirmativas nas

---

[112] A Lei Nº 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006 e popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, estabelece mecanismos essenciais para combater e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Ela prevê a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar e define medidas de assistência e proteção destinadas às mulheres em situação de violência. Em julho de 2023, a plataforma de *streaming* BP lançou o episódio intitulado *O Caso Maria da Penha* como parte da série criminal *Investigação Paralela*, produção original da BP. De acordo com o anúncio da BP, o objetivo desse episódio é apresentar uma perspectiva alternativa da história, desafiando o senso comum com a intenção de explorar um ângulo diferente do que é disseminado na sociedade. Além disso, o episódio contou com a participação do presidente do Instituto de Defesa do Homem, que tem levantado questionamentos sobre supostas arbitrariedades da Lei Maria da Penha nas mídias digitais, bem como a versão de Marco Antonio Heredia, que esteve envolvido no caso de agressão e tentativa de assassinato que vitimou Maria da Penha, deixando-a paraplégica.

[113] O Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) III foi instituído através do Decreto Nº 7.033, em 21 de dezembro de 2009, pelo então presidente Lula. Esse programa estabeleceu diretrizes, objetivos estratégicos e ações programáticas, orientados por seis eixos fundamentais: I. Interação democrática entre o Estado e a Sociedade Civil; II. Desenvolvimento e Direitos Humanos; III. Universalização de direitos em contextos de desigualdades; IV. Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência.; V. Educação e Cultura em Direitos Humanos; e VI. Direito à Memória e à Verdade. O PNDH III foi elaborado com ampla participação da sociedade civil em espaços de controle social, visando orientar a promoção dos direitos humanos no país e reforçar o compromisso do Brasil com tratados internacionais dos quais é signatário. No entanto, gerou controvérsias e divergências na sociedade brasileira, especialmente em relação a ações programáticas que envolviam a descriminalização do aborto, a laicização do Estado e a reparação de violações de direitos humanos ocorridas durante o período do regime militar. Em resposta a essas controvérsias, o governo emitiu um decreto revisado, alterando a redação original do programa.

universidades e nos concursos públicos, e a aprovação da PEC das domésticas (2013)[114]. Na contraposição a esses direitos, surgem o Dia do Orgulho Heterossexual, o Dia do Homem e o Dia do Branco, que se caracterizam como reativas conservadoras a essas irrupções que atingiram fundo os privilégios no Brasil (ALMEIDA, 2020).

Os privilegiados sentem-se usurpados e ameaçados nos seus direitos de origem. São saudosos dos "velhos tempos": tempo em que se tinha um quarto de empregada, havia alguém para servir 24 horas por dia sem precisar receber direitos trabalhistas, tempos "áureos" em que não se competia em pé de igualdade com negros, mulheres e LGBTI+ nos espaços públicos e empregos privados. Tempos em que não existiam pobres e pretos nas universidades, apenas a elite brasileira. Tempos em que não se dividia o mesmo avião com empregadas domésticas em viagem para a Disney[115]. Quanta insolência! Como lidar com aquilo que era considerado direito de origem e foi retirado em nome de uma suposta igualdade?

Nesse aspecto, o ressentimento é como um sentido político de massa, assumida por setores de classe média que, desindentificados com os mais pobres e frustrados como o fracasso de sua ascensão social, procuraram culpar alguém pelo seu suposto infortúnio (CISLAGHI, 2020). Os homens brancos e heterossexuais, figuras de autoridade da ideologia dos "cidadãos de bem" e da família tradicional, percebem as políticas de reconhecimento para mulheres, negros e LGBTI+ como a perda de um *status* hierárquico e da legitimação da violência (ALMEIDA, 2020).

No Brasil, temos a experiência histórica do ressentimento político (KEHL, 2020) que implica na reconstrução da memória, ou melhor, no esquecimento das injustiças sociais e na celeridade para perdoar os corruptos e ditadores. Tanto que, na reconstrução democrática, as elites e classes médias se voltaram contra setores da militância que teimavam em retomar algumas reivindicações e de recuperar a memória das vítimas da Ditadura. Mesmo com o

---

[114] A Emenda Constitucional Nº 72 foi promulgada em abril de 2013 e recebeu a sanção da então presidenta Dilma Rousseff, incorporando esse dispositivo à Constituição Federal. Essa conquista foi resultado de uma mobilização histórica da categoria e teve como objetivo principal a equiparação dos direitos trabalhistas assegurados aos demais trabalhadores. Além de aprimorar as condições de trabalho, a emenda estabeleceu medidas como a ampliação da fiscalização, a definição da jornada de trabalho, a garantia de salário-maternidade e salário-família, auxílio-doença, auxílio acidente de trabalho, pensão por morte, aposentadoria por invalidez, critérios de idade e tempo de contribuição, seguro-desemprego, direito a adicional noturno e recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outros benefícios. À época, a PEC das Domésticas sofreu forte reação, oposição e perseguição por parte de frações da burguesia e da classe média brasileira durante o processo de tramitação dessa regulamentação.

[115] Alusão ao discurso do Ministro da Economia Paulo Guedes que, durante um evento realizado em Brasília em 2020, disse que há vantagens na alta do dólar: "Empregada doméstica estava indo para Disneylândia, uma festa danada" (GUEDES, 2020). Em outra ocasião, o ministro declarou que o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) custeou universidade até para filho de porteiro que não sabia ler e escrever (GUEDES, 2021).

avanço no acesso público aos documentos do período autocrático burguês nos últimos anos, ainda hoje existem registros considerados secretos que permanecem em sigilo.

Kehl (2020) enfatiza que há casos em que é mais importante lembrar que esquecer. Existe, portanto, um trabalho da memória que é fundamental para a superação de traumas coletivos, como no caso da escravidão brasileira. Aceitar a desigualdade como algo natural, ignorar a história, é uma marca distintiva de regimes autoritários que frequentemente recorrem a narrativas edulcoradas para promover o controle estatal e manter sua autoridade e poder (SCHWARCZ, 2019).

Ao propor a noção de racismo cotidiano, Grada Kilomba (2019) entende Portugal e Brasil como nações fraturadas, ou seja, que negam e, concomitantemente, glorificam os anos de escravidão e de história colonial. Para comunicar a experiência da dor do racismo, a autora recupera a dialética entre "memória" e "trauma" como chave analítica para pensar a branquitude como regime de poder que se forja sob a desumanização e na essencialização das corporalidades negras a partir da metáfora da "máscara"[116].

Considerando que o Brasil não detinha políticas de segregação racial como nos Estados Unidos, cria-se a "neurose brasileira" (GONZALEZ, 2020b), que se baseia na percepção do "paraíso racial" que foi instaurado com o mito da democracia racial e com a ideologia do branqueamento. São formas de ocultar o sintoma, a partir do silenciamento do racismo, de modo a impossibilitar a responsabilização. Paulatinamente, apagamos a nossa origem e desprezamos a história dos negros e indígenas[117] que são testemunhas vivas dessa espoliação.

O imperativo da alegria, somado a espaços genuínos de festividade popular em nossa cultura, favorece o esquecimento dos agravos e a não rememoração ressentida de erros e sofrimentos passados. "No Brasil, nosso compromisso com a alegria, a festa, a irresponsabilidade, nos faz rejeitar a memória e abandonar os projetos de reparação das

---

[116] Ao analisar o retrato da "Escrava Anastácia" feito por Jacques Arago, Grada Kilomba (2019) questiona o instrumento colonial europeu usado por mais de trezentos anos que representou as medidas brancas sádicas para silenciar a voz e impor a mudez ao sujeito negro durante a escravidão: Por que a boca do sujeito negro deve ser amarrada? E o que o sujeito branco teria de ouvir?

[117] Não podemos deixar de mencionar o Marco Temporal, não apenas para as populações indígenas que enfrentariam um retrocesso impactante com essas políticas, mas também para o Brasil como um todo, que historicamente arquiteta o apagamento ancestral e o genocídio desses povos originários. Essa situação se manifesta através da retomada de áreas indígenas, desrespeito à política indigenista, interferência na autonomia dos povos e ataques à proteção de seus direitos originários, que remontam a uma época anterior à própria formação do Estado. Além disso, há a limitação do usufruto de suas terras, supostamente em prol da soberania da União. Em síntese, essa tese jurídica estabelece que os povos indígenas devem ter direito à demarcação de seus territórios, desde que estivessem ocupando ou disputando-os no momento da promulgação da Constituição Federal, o que poderá impactar mais de 80 etnias e mais de 300 demarcações pendentes, conforme indicado pelo *site* da Câmara dos Deputados (AGÊNCIA CÂMARA, 2023). Entre outros aspectos, o Marco Temporal desconsidera veementemente as expropriações e as expulsões sofridas pelos povos indígenas durante o período da Ditadura Civil-Militar, que só foram revistas após 1988.

injustiças passadas" (KEHL, 2020, p. 187). Temos pressa em perdoar os inimigos. A autora relembra que há casos nos quais sequer foi possível perdoar, porque ninguém foi julgado e, assim, não houve quem precisasse pedir perdão.

> Há, assim, a crença generalizada de que o Brasil: 1) é "um dom de Deus e da Natureza"; 2) tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor; 3) é um país sem preconceitos (é raro o emprego da expressão mais sofisticada "democracia racial"), desconhecendo discriminação de raça e de credo, e praticando a mestiçagem como padrão fortificador da raça; 4) é um país acolhedor para todos os que nele desejam trabalhar e, aqui, só não melhora e só não progride quem não trabalha, não havendo por isso discriminação de classe e sim repúdio da vagabundagem, que, como se sabe, é a mãe da delinquência e da violência; 5) é um "país dos contrastes" regionais, destinado por isso à pluralidade econômica e cultural. Essa crença se completa com a suposição de que o que ainda falta ao país é a modernização – isto é, uma economia avançada, com tecnologia de ponta e moeda forte –, com a qual sentar-se-á à mesa dos donos do mundo (CHAUÍ, 2001, p. 8).

Nesse sentido, queremos manter a reputação de povo feliz aos olhos dos outros, a partir de um complexo de inferioridade que possibilita mantermos determinadas relações de servidão, exploração e dominação em nome da cordialidade e do suposto jeitinho brasileiro[118].

No nosso caso, o perfil heteropatriarcal da burguesia brasileira relaciona-se com o prolongamento da violência senhorial sob novas roupagens e por sucessivos arranjos conservadores para salvaguardar seus interesses de classe, forjando uma frágil democracia e intensificando as desigualdades econômicas, sociais e políticas (LIMA, 2019).

Nesse debate, a visibilidade e a capilaridade persecutória das questões de gênero e sexualidade na atual quadra histórica relacionam-se com o espraiamento dos movimentos da extrema direita no Brasil, através da militância em torno da falaciosa *"*ideologia de gênero*"* e da promoção estreita da *"*família".[119]

Com base nos documentários analisados, buscamos argumentar sobre os contornos históricos da guerra contra a "ideologia de gênero", sustentada em diversas partes do globo e, mais especialmente, no contexto político, econômico e social brasileiro sob a ingerência do bolsonarismo. Como veremos na próxima no próximo capítulo, a posição governamental antigênero coadunou-se com o ataque aberto às instituições democráticas, aos direitos sexuais e reprodutivos, aos direitos à diversidade e à não discriminação, aos direitos sociais e aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTI+ como direitos humanos.

---

[118] No caminho inverso a essa reputação, citamos o longa *Bacurau* (2019), de Kleber Mendonça e Juliano Dornelles, que possibilita uma releitura sobre a violência imperialista, o apagamento das regiões periféricas, a ausência do Estado, a degradação ambiental e os processos de resistência do povo brasileiro.

[119] Entre outros aspectos, essa família defendida pela extrema direita compõe o projeto racista à brasileira, dado que impossibilita a formação de famílias negras, a exemplo das defesas de eugenia, da esterilização forçada das mulheres negras e da matança da juventude negra.

4 FAMÍLIA, GÊNERO E SEXUALIDADE: O "CAVALO DE TROIA" DA EXTREMA DIREITA BRASILEIRA

Figura 12 – Divulgação do 1º Encontro da Família no Parque

Fonte: Página do Facebook "Encontro da Família" (2022).

No dia 23 de setembro de 2022, acompanhei o pesquisador Gustavo Mariano[120] numa observação participante na ocasião do 1º Encontro da Família em Lisboa, que pretendia ser o início da virada no combate à tentativa de eliminar a família natural. Em Portugal, esse evento é organizado por um conjunto de organizações, tais como a Alternativa Democrática Internacional, Habeas Corpus, Filhos da Luta, Associação 21 e 26, Movimento Cívico Deixem as Crianças em Paz (DACEP), Associação Conservadora com Norte, Associação Família Conservadora (AFC).

Saímos cedo de Coimbra, passamos pelo Museu de Resistência e Liberdade e seguimos para o parque. Não sabíamos ao certo o que iríamos encontrar, principalmente por se tratar de um primeiro evento em espaço público. No Facebook, a postagem de divulgação no grupo "Movimento Cívico Deixe as Crianças em Paz" teve 13 compartilhamentos e foi curtida por 14 perfis. Já a página do evento "Encontro da Família" possui 403 curtidas e 425 seguidores. Na dinâmica das redes sociais, percebemos pouco engajamento. Entretanto, temos que compreender as particularidades regionais, pois, em Portugal, ao contrário do Brasil, isso não reflete necessariamente a organização, a visibilidade e a participação.

[120] Gustavo Borges Mariano é doutorando no programa Human Rights in Contemporary Societies do CES da Universidade de Coimbra, sob orientação da professora Dra. Ana Cristina Santos. Atualmente, está investigando os discursos de Direitos Humanos que circulam nas políticas de educação sexual integral em Portugal.

Nas perambulações digitais que realizamos antes do evento, vimos que a página intitulada Movimento Cívico Deixe as Crianças em Paz publicou uma reportagem do Correio de Manhã de autoria da Maria Filomena Mônica, problematizando o fato da Ana Cristina Santos, supervisora do CES, ter recebido 2 milhões de euros para uma pesquisa para investigar a população LGBTI+ idosa, chamado por ela de "delírio chique". Nas demais postagens, essa página usa as *hashtag*s #naoaotranshumanismo, #deixe as crianças em paz e #não à ideologia de gênero.

Em campo, fizemos alguns acordos metodológicos, para não sermos notados pelos participantes, que envolviam a neutralização da nossa sexualidade, observação das nossas vestimentas e discrição em relação aos comentários feitos. Nessa observação, contabilizamos cerca de 160 pessoas (homens e mulheres adultos, mulheres idosas e crianças) com uma estética heterocentrada.

Na apresentação do evento, o interlocutor pergunta quem é contra a ideologia de gênero e quem é a favor da família, pela liberdade e pelos direitos das crianças e adolescentes. Como pesquisadora, esse foi o momento mais tenso, porque todos, sem exceção, levantaram os braços aos gritos. E, por mais que houvesse uma quantidade expressiva de pessoas, seríamos facilmente notados, caso não nos manifestássemos.

A primeira pessoa que discursou chama-se Artur Mesquisa Guimarães e trata-se de um pai que protagoniza a denúncia contra as escolas em Portugal. Na sua breve apresentação, ressalta que todos são bem-vindos, inclusive os LGBTI+, dado que a problemática que estão enfrentando não são as pessoas, mas a "ideologia" que se manifesta com o apoio de *lobbies* extremistas.

Segundo os demais apresentadores, a expropriação e a doutrinação dos filhos inicia-se em 2008 e aprofunda-se com a implementação das disciplinas de cidadania, educação sexual e ideologia da ecologia no currículo escolar. Por esse motivo, a figura abstrata do "inimigo em comum" radica-se mais na figura do Estado que quer imputar-se responsabilidades que não são suas.

Esse é um aspecto interessante, quando pensamos um paralelo com os movimentos antigênero no Brasil e na América Latina, que manifestam a perseguição e o ódio aos movimentos LGBTI, às feministas e ao comunismo. Além disso, nota-se que nessas manifestações impera mais o debate jurídico e científico do que religioso, que é visibilizado no Brasil e protagonizado pelo fundamentalismo das igrejas católicas e evangélicas.

Assim, eles reivindicam a Constituição Federal e as Cortes Internacionais para defender o direito da criança de não ser violada, de ter a sua infância preservada no intuito de

retardar as suas escolhas, identidades e preferências sexuais. Ao contrário do Brasil, eles ressaltam que, se por algum motivo, eles/as decidam ser pessoas LGBTI+ na fase adulta, devem ser acolhidos e respeitados, mas que isso não deverá ocorrer na primeira infância.

Por essas questões, entendo que o discurso assumido é mais pacificado do que no Brasil. Embora, houvesse posições mais inflamadas que convocavam os pais a enfrentar e atacar todos/as aqueles/as que agridem a verdade, a inocência e a liberdade das crianças e da nação portuguesa, esbravejando a frase "*Por ti eu matarei, por ti eu morrerei".*

Em termos de similaridades, notamos que o debate da nação teve mais capilaridade denotando uma aproximação com valores patrióticos com tons xenofóbicos. Não por acaso, notamos pessoas carregando bandeiras de Portugal. Um homem adulto em particular portava uma bandeira do Brasil com desenhos de metralhadora e com a frase "Não vote".

Inclusive, alguns discursaram sobre Portugal como uma potência de templários que descobriu o restante do mundo denotando um forte cariz colonial. Esses defendem o país contra as tendências de outras nações em realizar atos monstruosos e criar adultos desequilibrados e disfuncionais.

Simultaneamente, a pulverização das campanhas transnacionais antigênero relaciona-se com a ascensão e visibilidade de lideranças políticas abertamente autoritárias e conservadoras ao redor do mundo, através da onda populista de direita registrada nos EUA, na Europa e América Latina. Frente essas questões, David Paternotte (2018) insiste na natureza transnacional dos discursos e movimentos antigênero que eclodiram em diferentes partes do mundo, compartilhando estratégias e modos de ação que não se limitam às fronteiras nacionais. Chamar a atenção para as semelhanças transfronteiriças permite traçar estratégias para entender as raízes comuns da chamada "ideologia de gênero" e examinar as formas particulares que ela assume localmente.

Nesta seção, refletiremos sobre o agenciamento e a centralidade das questões de gênero, sexualidade e família para a extrema direita brasileira. No primeiro momento, abordaremos a instalação do "pânico moral" e da cruzada antigênero e antissexualidade no Brasil, recuperando a ampliação da base fundamentalista religiosa e os retrocessos dos direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo na última década. Tais antecedentes históricos irão contextualizar as reflexões do Relatório Descritivo, a partir dos dados coletados na Plataforma BP. Para finalizar, traçaremos uma discussão teórico-conceitual sobre a família na programática neoconservadora em meio à guerra cultural, elucidando as principais ações governamentais para fortalecimento da entidade sociofamiliar.

Como fenômeno político da extrema direita (CALIL, 2021; MIGUEL, 2021), entendemos que o bolsonarismo lança mão de representações e repertórios sociopolíticos construídos historicamente e que são de fácil circulação e capilaridade entre a população brasileira, ao mesmo tempo que radicaliza os aspectos ideológicos do neoconservadorismo veiculados pela Nova Direita. As políticas de ódio e o ranço autoritário e atávico atrelado ao desenvolvimento econômico da periferia do capitalismo impactam diretamente na versão rarefeita do conteúdo democrático e dos direitos humanos.

Nesse processo, elegem a família e o neoliberalismo como centrais na agenda nacional, mobilizando as ordens de gênero, raça e sexualidade, através da interlocução moral-econômica. Assim, o corpo ganha centralidade no jogo político, pois é sob o corpo que a violência sexual, racial e LGBTfóbica se expressa ao cristalizar hierarquias sociais.

Coadunamo-nos com as interpretações políticas e teóricas que afirmam não ser mais possível desconsiderar que as transformações operadas nas ordens de gênero, sexualidade e raça desenvolvidas ao longo da reconstrução democrática e do ciclo progressivo emolduraram o quadro de radicalização da direita (CORRÊA, 2018).

4.1 A instalação do pânico moral: os retrocessos das políticas de gênero e sexualidade

Junho de 2008 marca a primeira vez em que um presidente brasileiro registra apoio à comunidade LGBTI+. Ao participar da abertura da Conferência Nacional de *Gays*, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Luiz Inácio Lula da Silva posou com a bandeira do movimento, discursou sobre o preconceito da sociedade brasileira e acenou para a reparação democrática a essa população.

Essa incorporação da gramática dos direitos humanos no Brasil resulta das mobilizações plurais e resistências políticas que acompanham a redemocratização brasileira, incidindo diretamente nos processos de reforma legal e elaboração de políticas públicas.

As disputas de gênero e sexualidade não representam uma novidade histórica na cena política brasileira. A ofensiva sistemática contra as mudanças socioculturais de gênero e sexualidade passa a ser sentida com maior fôlego a partir de 2010, em reação à trajetória das políticas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos nas últimas décadas. O pastor Marcos Feliciano (PL), por exemplo, conquistou seu primeiro mandato como deputado estadual em 2010, comprometendo-se com a defesa dos valores morais. Seus projetos incluíam a promoção de terapias de reversão da orientação sexual, popularmente conhecidas como “cura *gay*”. Em 2014, quando o Brasil elegeu uma das bancadas mais conservadoras da sua história, consolidou-

se como um dos deputados mais votados em São Paulo, compartilhando esse destaque com Jair Bolsonaro, que também obteve expressiva votação no Rio de Janeiro.

Com a crescente militância em torno do combate à "ideologia de gênero" nos planos nacional e estadual de educação, tais mobilizações adquirem uma centralidade inédita, especialmente nas eleições presidenciais de 2014 e 2018.

O Relatório "A ofensiva antigênero no Brasil: política de Estado, legislação e mobilização social" (2021) cita as reações contra a Lei Maria da Penha (2006); o conjunto de medidas legislativas nos níveis estaduais e municipais para proibir a discriminação contra a população LGBTI+; a criação da Secretária Nacional de Política da Mulher e a área da política nacional para os direitos LGBTI+ na Secretaria Nacional de Direitos Humanos. De 2004 a 2012, houve uma série de conferências nacionais sobre as mulheres e a população LGBTI+ com financiamento público que impactou na maior participação política das mulheres, na denúncia à violência de gênero e na promoção da saúde sexual e reprodutiva, bem como na não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero na saúde e na educação. Em seguida, tivemos o lançamento do PNDH-3, que propôs a descriminalização do aborto, a ampliação dos direitos LGBTI+, a laicidade do Estado e os direitos indígenas, assim como o estabelecimento da Comissão da Verdade. Em 2011, o STF emitiu uma decisão favorável à união civil entre pessoas do mesmo sexo, levando ao reconhecimento do casamento igualitário pelo Conselho Nacional de Justiça (SPW, 2021).

Do ponto de vista institucional, o combate à homofobia converteu-se em política com o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), lançado em 2004 pelo Governo Federal, com apoio da sociedade civil. Em que pesem as variadas críticas ao BSH, principalmente quanto à sua operacionalização, ele se constitui como a primeira sistematização de abordagens a ser realizada pelo Governo Federal na ordem administrativa brasileira. Configurou-se como importante avanço na promoção da cidadania LGBTI+, incentivando programas e projetos para a equiparação de direitos e para o combate à violência e à discriminação homofóbica.

A "tal cartilha *gay*", denominação vociferada pejorativamente pelo então deputado Jair Bolsonaro, refere-se à publicização do "*Kit* Escola sem Homofobia" atrelado ao Projeto Escola sem Homofobia, idealizado pelo Ministério da Educação (MEC) através da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), em 2011, com o objetivo de implementar o Programa Brasil sem Homofobia no ambiente educacional, através de ações que promoveriam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro.

O *Kit* Escola sem Homofobia constituía-se como um conjunto de instrumentos didático-pedagógicos que subsidiariam a abordagem das temáticas de identidade de gênero, diversidade sexual e direitos humanos pelos/as professores/as em ações pedagógicas voltadas a estudantes do Ensino Médio. Contudo, o material foi alvo de campanha preventiva de setores conservadores e da reprovação da então presidente Dilma Rousseff, que cedeu às pressões das bancadas religiosas.

A ex-presidenta afirmou que a educação envolvia o enfrentamento das práticas homofóbicas, mas não faria propaganda de orientação sexual no seu governo. Assim, desautorizou a publicação do Projeto Escola sem Homofobia e o suspendeu para análise técnica. E, dessa maneira, o material não chegou às escolas, fato que endossou a ideia de que incentivava e promovia a sexualidade.

O hiato entre a existência de legislação e a sua real efetivação impacta diretamente na realidade de exclusão e violência de determinados segmentos sociais. Em geral, os limites e a inoperância desses projetos e programas sociais relacionam-se com o avanço do fundamentalismo religioso[121] na máquina pública e com a neoliberalização que impõe uma frágil dotação orçamentária para implementação desses direitos, estabelecendo uma relação entre religião, liberalismo e política.

Desde 2010, tais questões ganham centralidade na atuação de Bolsonaro como folclórico parlamentar, vocalizadas na ofensiva contra o material didático do Projeto Escola sem Homofobia, ganhando notoriedade durante o processo eleitoral para a Presidência da República em 2018 através da propagação de notícias falsas sobre supostas tentativas de sexualização e erotização de crianças nas escolas.

Na ocasião da entrevista ao Jornal Nacional em 2018, Bolsonaro reiterou a circulação do livro “Aparelho sexual e cia.”, de autoria de Héllène Bruller e do cartonista Zep como prova material do processo de ideologização de gênero nas escolas. Promovendo um factoide, ele afirma que esse livro havia sido distribuído para crianças de 6 e 7 anos na gestão do então Ministro da Educação Haddad. “Essa eficácia da ação de guerrilha discursiva foi notória: em

[121] “Portanto, fundamentalismos podem ser entendidos como uma visão de mundo, uma interpretação da realidade, com matriz religiosa. Esta é combinada com ações políticas decorrentes dela para o enfraquecimento de processos democráticos, negação de abordagens científicas classificadas como nocivas à fé ou ao *status quo*, negação do valor da pluralidade cultural, da diversidade étnica e dos direitos humanos sexuais e reprodutivos. Matriz religiosa e ações políticas são mutuamente condicionadas nos fundamentalismos. Por isso é possível classificar certas posturas sócio-políticas e econômicas como ‘fundamentalismos político-religiosos’. São identificados como inimigos a serem combatidos em defesa da fé ou do *status quo*, movimentos sociais, ativistas de direitos humanos, cientistas, intelectuais, educadores, sindicatos, partidos políticos, lideranças sociais que atuam na direção oposta. As ações públicas de permanente embate contra os inimigos da verdade são ancorados no pânico moral (frequentemente com o uso de desinformação e *fake news*), como alimento do reacionarismo” (CUNHA, 2022, p. 149).

novembro de 2018, o *site* Congresso em Foco informava que 84% dos eleitores de Jair Bolsonaro acreditavam na existência do *kit gay*" (ARANTES *et al*., 2021, p. 7).

A desinformação nas redes sociais foi inflamada por reações emocionadas de quem acreditou na fábula escatológica da mamadeira em formato de pênis que seria distribuída nas creches, caso os governos petistas ganhassem as eleições presidenciais. A própria Manuela d'Ávila, candidata à vice-presidência na chapa petista, figurou como uma das principais vítimas das *fake news*.

No rastro desses acontecimentos, fortaleciam-se círculos conservadores no âmbito das igrejas, dos partidos políticos e do legislativo, cujo protagonismo revelava um profundo descontentamento com o progressivo reconhecimento de direitos gestados nas Conferências LGBT e pelo PNDH-3 de 2009-2010. O avanço das vozes abertamente conservadoras que vinculam o fundamentalismo religioso ao neoliberalismo notabiliza a principal característica da política brasileira a partir dos anos 2000 (MIGUEL, 2016). Existe um contínuo processo de mobilização para ocupação dos espaços institucionais por protagonistas e movimentos religiosos.

Estes passam a disputar a própria gramática dos Direitos Humanos, destinada aos humanos direitos (e àqueles a quem se deve negar os direitos), por meio da inserção nas esferas do Estado. Esse fenômeno revela uma dinâmica na qual atores religiosos buscam influenciar as políticas públicas e a interpretação dos direitos fundamentais, gerando uma interseção entre os discursos religiosos e as estruturas estatais através de candidaturas eleitorais, o que pode impactar significativamente na configuração e na implementação das normativas de direitos humanos.

> Nesse momento, a direita cristã católica, que sempre teve um papel importante no território nacional na construção de políticas assistenciais e políticas públicas para educação e saúde, vai atuar para impedir o avanço de algumas pautas. Já no início do século XXI, com o crescimento dos evangélicos, se estabelece uma aliança histórica entre católicos e evangélicos no combate às pautas envolvendo os direitos LGBTQI+ e alguns direitos das mulheres, como é o caso das pautas relativas à descriminalização e legalização do aborto no país (TEIXEIRA, 2021, p. 443).

Ao forjar pânicos morais com distorção de sentidos, conceitos e significados, as forças políticas e religiosas motivadas pela expansão internacionalizada das políticas antigênero na América Latina galvanizavam o apelo público e as ansiedades sociais, na medida que intensificavam o discurso ruidoso e agressivo em torno de factoides sobre a política sexual.

No ensaio *Pensando o sexo: notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*, Gayle Rubin (2012) aponta que as formas regulatórias e neoconservadoras da

Nova Direita atualizaram as ansiedades sociais em relação à sexualidade, relacionando o comportamento sexual ao declínio moral e econômico da sociedade estadunidense. Nesse tipo de moralidade sexual, as franjas da extrema direita produzem pânicos morais que relacionam "o sexo não familiar" à ascensão do comunismo que ameaça a estabilidade da nação.

No bojo dos movimentos antigêneros, Junqueira (2018) aponta que o lema de "mais família, menos Estado" que circula em vários países ganhou capilaridade política e ideológica com a eclosão de movimentos reacionários sobre a moralidade sexual atrelada a grupos defensores de políticas neoliberais.

Sintonizados por uma fabulação conspiratória, seus ideólogos contrapõem-se à suposta propaganda orquestrada pelas feministas em favor da extinção da diferença sexual natural entre homens e mulheres e dos heterossexuais e homossexuais, veiculando a crença enganosa e sedutora de ameaça à autêntica família (composta por pai, mãe e filhos) que corromperia o bem-estar das crianças, impactando diretamente na sobrevivência da sociedade e consequentemente da civilização (JUNQUEIRA, 2018).

Em torno dessa discussão, a cruzada contra a "ideologia de gênero" adquire maior capilaridade ideológica e política. Côrrea (2017) alerta que refletir sobre a ideologia de gênero exige a construção de interpretações sobre os complexos trajetos que levaram a negociações obscuras no subsolo da ONU em 1990 e a respeito do papel da temática nas eleições no Brasil em 2018. A cruzada contra a ideologia de gênero é um investimento de parte da Igreja Católica e do Movimento Pró-Família, articulada com a direita evangélica e absorvida pelo Estado Islâmico, gestadas nas altas esferas da política internacional e da elaboração teológica.

Vários pesquisadores (JUNQUEIRA, 2018; MACHADO; 2018) resgatam que, em 1997, a católica Dale O'Leary tornou-se uma figura proeminente na luta antiLGBTI+ e antiaborto, desempenhando um papel importante na promoção da agenda antigênero, problematizando a ideologia feminista radical presente nas Conferências do Cairo (1994) e Pequim (1995). Nesse período, a ativista católica lançou o livro *The Gender Agenda: redefining equality* (A agenda de gênero: redefinindo a igualdade), com o objetivo de discutir a radicalização do feminismo, influenciada por correntes marxistas.

Os escritos de O'Leary repercutiram entre os teólogos da América Latina e Europa, reforçando a ideia de que o gênero é considerado uma ideologia. Em 1998, o documento da Comissão Episcopal do Apostolado Laical e a Conferência Episcopal do Peru alertaram pela primeira vez sobre o conceito de gênero, alegando que essa ideologia nega a dimensão natural e instintiva entre homens e mulheres.

Houve, assim, uma investida no Vaticano contra a chamada “ideologia de gênero”, adquirindo contornos particulares na América Latina. Em 2010, na Argentina, o advogado católico Jorge Scala lançou o livro *A ideologia de gênero: o neototalitarismo e a destruição da família*, enfatizando a visão de que o gênero é uma ferramenta de poder. Esses eventos e publicações revelam a complexidade e a polarização em torno da compreensão do termo “gênero” e suas implicações ideológicas na sociedade contemporânea.

Rios e Resadori (2018), ao retomar a trajetória sócio-histórica da ofensiva antigênero em escala mundial, situam a reação do catolicismo ortodoxo ao Movimento Feminista em meados da década de 1990, quando da inserção do termo “gênero” nos planos internacionais. Esse ataque ao conceito de gênero advém da ameaça à diferença sexual e do questionamento da complementariedade natural entre os sexos, aspectos que representariam um risco para a ordem familiar.

> Assim, homens e mulheres apresentam determinados atributos e se comportam de determinadas formas em razão da anatomia de seus corpos, cujas repercussões nos campos social e cultural não seriam nada mais que desdobramentos do plano divino. Todos os comportamentos que não se adéquam ao sexo biológico do indivíduo são compreendidos como anormais, desviantes, devendo, portanto, serem corrigidos. Assim, mulheres que não se submetem ou até mesmo criticam padrões de dominação masculina aceitos pela instituição religiosa ou que optam por não reproduzir, *gays* e lésbicas que rompem com a heteronorma, ou travestis e transexuais que manifestam a riqueza e complexidade do gênero em face do dimorfismo sexual heterossexual estariam se desviando da sua própria natureza (RIOS; RESADORI, 2018, p. 625).

Ao analisar a ascensão do conceito de “ideologia de gênero” em curso no Brasil, os autores identificam, a partir de uma perspectiva jurídica, as violações dos direitos humanos perpetradas pelos “detratores/as de gênero”, em que pese a deturpação do princípio democrático do pluralismo e a promoção da diversidade/diferença, a laicidade do Estado, a liberdade de expressão, a autonomia na pesquisa, extensão e ensino, a afirmação do direito à liberdade sexual e expressão de gênero, a proteção à dignidade humana e o direito à saúde e à educação.

Diante disso, a missão da vida e morte dos ativistas contra a “ideologia de gênero” é desvendar seus segredos mais danosos e impedir sua propagação, despertando reações emocionadas e agressivas que dão coro a uma certa militância nas ruas e nas redes sociais. Nessa ótica, a verdade inconveniente é que a suposta defesa da igualdade e cidadania veiculada pelos movimentos sociais, a que aludimos anteriormente, manipula a linguagem para mascarar um objetivo muito óbvio: solapar a ordem natural familiar e recrutar as crianças que figuram como as principais vítimas da “ideologia de gênero”.

Lembremos que a noção de “ideologia de gênero” em nada dialoga com os “estudos de gênero” mobilizados a partir da década de 1970 no âmbito das universidades e dos movimentos feministas. A criação e a legitimação da ideologia de gênero são um espantalho estratégico para impedir a institucionalização dos direitos sexuais e reprodutivos no âmbito das diretrizes internacionais e nacionais.

Forjando uma caricatura moralizante, a retórica conspiratória da ideologia de gênero é acionada para perseguir o debate sobre a sexualidade e as relações de gênero, para propor o anulamento dos diversos arranjos familiares e a repatologização das transgeneridades e homossexualidades, mobilizando a diferença sexual e a complementariedade natural entre os sexos, a partir de bases autoritárias, tradicionalistas, morais, dogmáticas e essencialistas (JUNQUEIRA, 2018). Em síntese, a contraposição à suposta ideologia de gênero abarca:

> [...] compreensões naturalizadoras do humano, do sexo, da sexualidade e das relações sociais, mas também para investir na (re)hierarquização das diferenças, especialmente a partir da rebiologização essencializadora das concepções de família (declinada sempre no singular: a "única família natural", patriarcal, biologicamente radicada, fundada na união monogâmica homem-mulher, presumivelmente por matrimônio sacramentado e indissolúvel, com prole), matrimônio (íntima comunhão de vida e amor conjugal, e inscrito na natureza do homem e da mulher), maternidade (atributo e vocação inerente à mulher, também mãe esposa-afetuosa-cuidadora-submissa), filiação (biologicamente estabelecida mediante a conjugalidade complementar homem mulher), parentesco (equiparado à consanguinidade), sexo (realidade fundamentalmente corpórea, ordenada e finalizada à procriação), sexualidade (ligada à complementaridade imanente entre homem e mulher), heterossexualidade (expressão da complementaridade e única via natural de manifestação do desejo sexual e de realização da vocação reprodutiva), identidade e diferença sexual (binárias, fixas, inalteráveis, cromossômicas e hierarquizadas) (JUNQUEIRA, 2018, p. 454).

O autor registra que a agenda reacionária do sintagma da luta contra a ideologia de gênero possui uma matriz católica e bases transnacionais, tornando-se um artefato retórico e persuasivo que reorganiza o discurso e desencadeia estratégias de mobilização política e intervenções na arena pública.[122]

Ao retomar os ciclos de manifestações conservadoras que enfatizaram o combate à ideologia de gênero na Europa desde 2012 e na América Latina em 2016, Flávia Biroli (2019)

[122] Na América Latina, o ciclo de mobilização popular e de protestos de rua contra a chamada “ideologia de gênero” se iniciou em 2016. Os alvos foram os mesmos dos protestos na Europa: as políticas para a educação sexual integral, incluídas nos planos educacionais e em legislação específica em vários países a partir de 2010, e o reconhecimento do casamento igualitário por meio de leis específicas (Argentina em 2009 e Uruguai em 2013) ou por decisões de cortes constitucionais (Brasil em 2011, Colômbia em 2016 e Equador em 2019). O tema da adoção por casais do mesmo sexo também teve destaque (BIROLI, 2019, p. 80).

entende que os processos de desdemocratização foram impulsionados pela vitória da direita, quando algumas lideranças desse projeto passaram a compor os governos.

Nesse ângulo, a autora ressalta quatro enquadramentos centrais dos protestos contra a chamada ideologia de gênero na América Latina: a) a família está ameaçada pela ação de lobistas feministas e LGBTI+, que estão introduzindo mudanças nas leis e políticas públicas contra os valores da maioria; b) as elites econômicas globais, organizações internacionais como a ONU e as elites nacionais globalizadas estão em conluio para promover um novo tipo de colonização por meio da agenda de gênero impactando sobremaneira nas tradições nacionais; c) a coação da autoridade da família dos pais pelo Estado no que tange à formação e educação infantil; e d) o feminismo é um agente do "marxismo cultural", e a abordagem feminista da igualdade e da diversidade não passa de ideologia. Ela expressaria as posições de um "feminismo radical" indefensável cientificamente e inaceitável moralmente (BIROLI, 2019, p. 82-83).

Em que pese o constante apagamento das dissidências de gênero e sexualidades nos diferentes espaços da sociedade, é a partir dos anos 2000 que a política educacional se torna pauta prioritária das mobilizações antigênero, acompanhando a cartografia transcontinental para restaurar a moralização da sociedade através da ordem sexual.

Os parlamentares ligados às forças religiosas engajaram-se nos Conselhos de Educação para punir e penalizar as pessoas que "descumprem" as legislações que excluem toda e qualquer referência às questões ligadas a gênero dos planos de educação. A intentona objetivava retirar, de forma não negociável, qualquer menção considerada ideológica ou doutrinária da prática pedagógica e do currículo educacional. Valendo-se dessa retórica, os audiovisuais analisados justificaram o corte nas verbas para a educação pública, sob o pretexto de que os baixos índices alcançados seriam fruto de uma suposta degradação ideológica desses ambientes (LINARES; BEZERRA, 2019).

Após uma série de ações judiciais, essa propositura de censura e patrulhamento ideológico, proliferada no âmbito dos Legislativos de vários estados e municípios desde 2014, foi barrada por decisão de inconstitucionalidade do STF, representando uma importante vitória para os movimentos em defesa da educação laica e socialmente referenciada.

A criação e o espalhamento de legislações sociais Brasil afora[123] fundamentaram-se em um conjunto de instrumentos estratégicos e discursivos com definições abstratas, pautadas na

[123] Ver matéria publicada pelo Intercept Brasil (SAYURI, 2018).

desqualificação de referências teóricas no campo da educação, na imprecisão conceitual em torno de debate de gênero e no cerceamento ao exercício do magistério.

Para tanto, contaram com uma ampla campanha difamatória, ruidosa e ameaçadora, identificada como Movimento Escola Sem Partido (MESP), que alcançou uma aderência de parte significativa da sociedade brasileira, instalando uma espécie de pânico moral que sequer resiste ao debate sobre a desigualdade histórica da educação brasileira. Sem sombra de dúvida, podemos afirmar que o Escola Sem Partido é considerado uma reação de embate ao que entendem como marxismo cultural. Iniciado em 2004, o movimento ganhou destaque político em 2010, impulsionado por Miguel Nagib, um procurador da justiça e pai preocupado com a orientação doutrinária na educação.

O modelo da educação defendido pela Escola sem Partido incorpora feições meritocráticas, mercadológicas, classistas, racistas e patriarcais, que defendem a censura ao pensamento crítico e reflexivo no espaço escolar com argumentos da suposta doutrinação ideológica e pretensa neutralidade do conhecimento.

Olavo de Carvalho expressava críticas profundas em relação à dispersão de projetos de lei destinados a combater a ideologização na educação. Em suas elaborações, defendia a ideia de que era preciso se organizar e se envolver ativamente no enfrentamento das ideias e práticas que considerava prejudiciais, em vez de assumir uma posição neutra diante dos desafios da sociedade. Sua perspectiva enfatizava a necessidade de uma abordagem mais concentrada e estratégica, alegando que era crucial disputar a intelectualidade e confrontar diretamente a esquerda.

Apesar das vitórias parciais, em 2020 o STF declarou a inconstitucionalidade desses projetos de lei que foram influenciados pelo movimento Escola Sem Partido. Essa decisão do Supremo teve um impacto significativo no cenário educacional brasileiro, invalidando iniciativas que buscavam impor restrições à abordagem de temas considerados polêmicos ou ideológicos nas escolas.

Seus asseclas alegam a existência de um plano de dominação para incutir ideias e práticas de sexualização/erotização das crianças, do pensamento “esquerdista” e formação feminista, da difusão do aborto e da heterofobia, objetivando a implantação de uma ditadura comunista. O/a professor/a torna-se suspeito/a de corromper a inocência dos/as estudantes e afrontar a sacralidade familiar e religiosa para transformá-los/as em militantes LGBTI+ e ativistas pró-aborto.

O documentário *Gênero sob ataque*[124] ilustra a ofensiva neoconservadora protagonizada pela aliança entre grupos católicos e evangélicos na América Latina, através das experiências na Costa Rica, Peru, Colômbia e Brasil. Com a propaganda "*con mi hijo no te metas*" e a retórica da "colonização ideológica homossexual", vários países focalizaram a "família" como entidade a ser preservada e protegida da ditadura gayzista.

Na análise de Arantes *et al*. (2021), o conceito do "delírio da ditadura gayzista" é fundamentado em aspectos psicológicos. Os pesquisadores argumentam que a propensão ao comportamento autoritário pode ser considerada como um sintoma da repressão da sexualidade. Essa visão sugere que, especialmente quando confrontada com um ambiente de crise, a tendência é escolher a intensificação da ordem repressora em vez de buscar sua negação, fortalecendo as estruturas de controle. Ao invés de desafiá-la e promover uma rebelião que desestabilizaria as noções morais enraizadas, o resultado é a reafirmação de regimes de controle, poder e autoridade e a propagação de pulsões de ódio e violência sádica.

Atrelado a esse caldo político econômico, vimos borbulhar experiências de gestão escolar das redes públicas de ensino, conveniadas com corporações e organizações militares que tendem a servir de referencial de ordenamento moral, hierarquia, disciplinamento e desempenho escolar satisfatório. O formato orientado pela "cartilha militar" não apreende o sentido público da educação como espaço formativo para o debate plural de ideias.

A crescente militarização dos ambientes educativos, notada durante a gestão do Bolsonaro e Mourão (2019-2022), adota um regime disciplinar arbitrário, pautado na coerção, numa apologia de dominação rigorosa, na relativização do conceito dos "direitos" e das liberdades democráticas, sobrepostas pela lógica do dever que perfaz o bom cidadão obediente (RICCI, 2019). A partir da espetacularização de casos de violência escolar, a militarização pressupõe um conjunto de regras[125] para o adestramento coletivo e a submissão do/a educando/a à coesão e apassivamento social.

---

[124] Documentário dirigido por Jeronimo Aguirre e produzido pelo Consórcio Latino-Americano Contra o Aborto Inseguro (CLACAI).

[125] "O cotidiano do aluno é profundamente alterado e o aprendizado é substituído pela repressão e por normas rígidas de comportamento. Ele é obrigado a vestir o uniforme militar completo de estudante. Camisa para fora da calça pode gerar advertência. O corte de cabelo dos meninos segue o padrão militar e as meninas devem manter o cabelo preso. Esmalte escuro é proibido, assim como acessórios muito chamativos. Mascar chiclete, falar palavrão ou se comunicar com gírias também são práticas banidas da escola desde que ela se tornou militar. Ao chegarem à escola, o cumprimento passou a ser uma continência. Em seguida são perfilados em formação militar, seguida da revista de um coordenador de disciplina. Uma vez por semana, há também a formação geral para cantar o Hino Nacional e o Hino à Bandeira, durante o hasteamento do pavilhão nacional conforme o protocolo militar. Ao currículo oficial nacional os militares adicionaram aulas de música, cidadania, educação física militar, ordem, prevenção às drogas e Constituição Federal" (RICCI, 2019, p. 110).

Além de nocivo para o processo de formação dos/as educandos/as, esses espaços tornam-se potencialmente opressivos, violentos e perigosos para a experiência e a vivência da população LGBTI+ e de todos/as que, em sua performatividade, desmobilizam as normas binárias de sexo – gênero – sexualidade (BUTLER, 2017), pois, ao mesmo tempo que promovem a uniformização cívica dos/as estudantes, essas escolas militarizadas não toleram práticas democráticas e promovem o apagamento das organizações feministas, das mobilizações LGBTI+ e das lutas para afirmação da identidade negra.

O cumprimento da educação formal deve ser considerado quando remetemos ao abismo que se coloca entre as pessoas LGBTI+ e as instituições universitárias, relacionando-se com as múltiplas violências inscritas nas suas trajetórias escolares, familiares, pessoais e profissionais. E, nesse sentido, o quadro de exclusão vivenciado pelas pessoas LGBTI+, em especial as pessoas trans, torna-se intensificado pela expulsão cotidiana do ambiente educacional acirrada no contexto de restauração conservadora.

Ao examinar o panorama da educação superior brasileira nas últimas décadas, Kátia Lima (2019) aborda que a orientação política assumida no Programa de Governo do expoente da extrema direita destina-se ao desenvolvimento da economia brasileira, através do enfrentamento da crise fiscal supostamente gerada com as despesas públicas e a administração racional dos investimentos privados, criticando as despesas obrigatórias e vinculações constitucionais expressas na Carta Maior de 1988.

Disso resulta a manutenção do congelamento dos gastos públicos promulgada com a EC 95/2016, mesmo no contexto da pandemia da Covid-19, bem como a intensificação das medidas de austeridade, do célere desmonte das políticas sociais, da contrarreforma trabalhista, previdenciária e administrativa, do sucateamento e privatização das políticas de saúde, assistência e educação, bem como da perseguição às universidades públicas.

Nesse pano de fundo, a política de educação passa a catalisar diferentes forças sociais que disputam o projeto pedagógico das instituições escolares e universitárias, encabeçado por uma ofensiva política perpetrada pela bancada fundamentalista de diferentes denominações religiosas, acompanhada de diferentes setores laicos relacionados ao livre mercado[126]. Esses polemistas da “ideologia de gênero” e da “Escola sem partido” exerceram funções públicas e

[126] “Sob variadas formas de atuação, articulação, financiamento e graus de visibilidade, tais cruzadas envolvem, além da hierarquia religiosa, movimentos eclesiais, redes de associações pró-família e pró-vida, associações de clínicas de conversão sexual, organizações de juristas ou médicos cristãos, movimentos e partidos políticos de direita e extrema direita (e não apenas), profissionais da mídia, agentes públicos, dirigentes do Estado, entre outros” (JUNQUEIRA, 2018, p. 451).

administrativas centrais nas distintas esferas governamentais no período de 2018 a 2022, inclusive no âmbito do Ministério da Educação.

Além do furor evangélico que apregoou a defesa da família nuclear (formada por homem/pai + mulher/mãe = filhos) como pauta principal, a circulação da ideologia de gênero também é propagada por forças seculares neoliberais, conservadoras e religiosas. Numa moldura semântica, a caçada à ideologia de gênero abarca diferentes proposições, defesas políticas e vertentes ideológicas, promovendo uma perseguição aos pesquisadores/as e professores/as que se debruçam sobre essas temáticas em seus espaços de atuação profissional e de militância.

Na esteira do MESP e da cruzada contra a ideologia de gênero, o Intercept Brasil (SAYURI, 2018)[127] aponta que, desde 2011 até 2018, aproximadamente 181 professores universitários no Brasil se tornaram alvo de ações como fiscalização de aulas, apuração do conteúdo das disciplinas, censura de material, investigações criminais, conduções coercitivas, suspensão de atividades, ações judiciais, sindicâncias, demissões, descredenciamentos, perseguições, exposição na internet e até ameaças de morte. A matéria revela que foram 12 ocorrências em instituições particulares, 54 em estaduais e 115 em federais, envolvendo 101 homens e 80 mulheres.

O dispositivo da contraposição à ideologia de gênero tornou-se uma categoria de denúncia no Disque Direitos Humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humano (MMFDH), podendo ser utilizado para criminalizar e intimidar educadores. Através de um fluxo próprio, o protocolo da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do MMFDH, durante o Governo Bolsonaro, atribuía crime de violência institucional a quem ensinasse “gênero”. Nesse desmantelamento do Disque 100, há uma confusão dos dados coletados acerca da homofobia no país, pois a fórmula da ideologia de gênero, onde “cabe de tudo um pouco”, entra no mesmo pacote das denúncias por violações motivadas por orientação sexual.

Além disso, esse mecanismo que originalmente foi criado para denunciar violações de direitos humanos recebeu denúncias daqueles/as que se opuseram à obrigatoriedade da vacinação de crianças contra a covid-19, colocando-se o Disque 100 à disposição de pessoas negacionistas e antivacinas que se sentissem discriminadas. Segundo o MMFDH, a

[127] De acordo com o portal Intercept Brasil (SAYURI, 2018), o levantamento indica que a corrida eleitoral intensificou essa perseguição aos/às professores/as das universidades e escolas. Ainda que sem menção a partidos políticos, siglas e/ou candidatos/as, as ações orquestradas também envolveram a apreensão de material antifascista e contrário à Ditadura Militar e faixas de homenagem a Marielle Franco, vereadora assinada no Rio de Janeiro, e a Luiz Paulo da Cruz, estudante assassinado pela Ditadura Militar.

apresentação obrigatória do passaporte vacinal poderia acarretar violação aos direitos humanos fundamentais.

Somada a esses processos, temos, nos círculos bolsonaristas, a propagação de ataques ao suposto "marxismo cultural", pautando o inimigo a ser destruído, através do enfrentamento da esquerda no âmbito das instituições sociopolíticas, desembocando na promessa de "metralhar"[128] seus opositores.

4.2 O agenciamento das questões de gênero e sexualidade pela extrema direita brasileira: uma análise a partir da BP

Nesta última seção, pretendemos apresentar os aspectos gerais de cinco peças audiovisuais, sendo a *Entrevista com a Ângela Gandra* (2022), o documentário *O que as feministas realmente querem* (2022), atrelada à *live* de lançamento no YouTube intitulada *A face oculta do feminismo* (2022), e as séries documentais: *As grandes minorias* (2020) e *Pátria Educadora* (2020).

A entrevista com a Secretária Nacional da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do MMDH do Governo Bolsonaro foi concedida ao Programa "Contraponto" da Plataforma Brasil Paralelo. Em linhas gerais, Ângela Gandra[129] foi convidada a compor o ministério após a defesa do nascituro no âmbito da Câmara dos Deputados em 2018. Essa interlocutora ampara-se nos valores ético-morais para enveredar acerca do aborto, da centralidade da família, do enfrentamento da programática do gênero, assim como na experiência na gestão federal e na sua influência "pró-vida" no palco internacional.

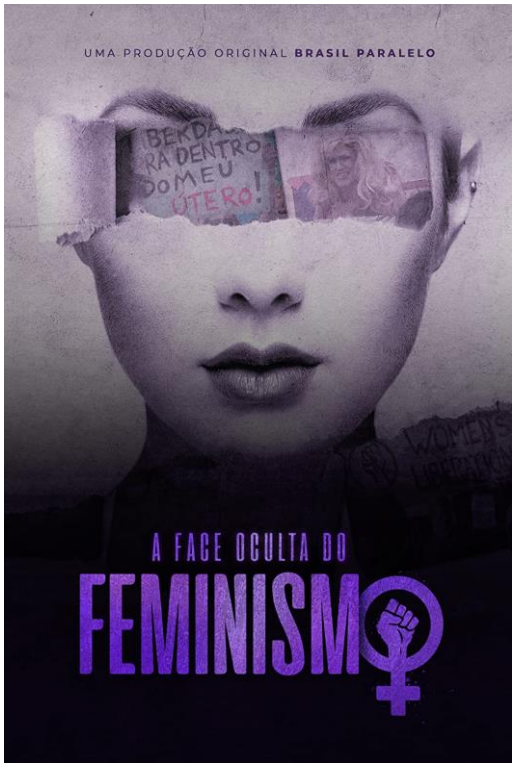
A transmissão ao vivo intitulada *O que as feministas realmente querem* ocorreu em dois momentos distintos, marcando o lançamento do documentário original intitulado *A face oculta do feminismo*, dirigido por Guilherme Freire e exclusivo para assinantes da BP.

---

[128] No ato da campanha eleitoral no estado do Acre, Bolsonaro prometeu o "fuzilamento da petralhada" (O PT [...], 2018).

[129] Apresentada como jurista, advogada brasileira, professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e membra da Academia Brasileira de Filosofia e da Academia Paulista de Letras Jurídicas.

Figura 13 – Cartaz do documentário *A face oculta do feminismo*



Fonte: Plataforma Brasil Paralelo (2022).

O cerne desse documentário reside na missão de desmistificar uma concepção amplamente difundida: a noção de que o feminismo é um movimento de base popular que molda a política, os debates públicos, as instituições e as interações sociais para promover uma suposta equidade entre homens e mulheres. Entretanto, os realizadores alertam para a existência de uma faceta desconhecida, habilmente ocultada, sobre qual dedicarão sua atenção. Ao contrário das demais produções audiovisuais analisadas, esses documentários tiveram participação majoritária de mulheres como entrevistadas e interlocutoras.

O propósito principal é lançar luz sobre essa faceta camuflada do Movimento Feminista, explorando suas nuances político-ideológicas e desconstruindo visões reificadas que estão arraigadas no senso comum. A abordagem crítica, segundo eles, busca fornecer uma compreensão completa dessa organização, buscando alertar para as ações nefastas e promover um diálogo construtivo com meninas jovens e adolescentes sobre os seus usos e abusos no Brasil contemporâneo.

A transmissão ao vivo, realizada no formato de uma roda de conversa, enfatiza o real significado do feminismo, explorando suas conquistas históricas, pautas gerais e intenções futuras. As questões disparadoras envolvem: a) Será mesmo que as mulheres devem tanto ao feminismo?; b) Quais as intenções futuras do movimento?; c) Toda mulher deveria ser

feminista? Esta última indagação, em especial, problematiza a adesão obrigatória e universal do feminismo, defendendo a prerrogativa de que as mulheres detêm o direito inalienável de escolher sobre as suas próprias convicções políticas e ideológicas.

Nesse vídeo, em especial, há uma espécie de genealogia e prospecção da teoria de gênero, pautada pelo pânico moral. Há um esforço para denunciar esse movimento na educação, situar o desserviço das artistas mulheres e contar as experiências de violência que são, invariavelmente, orquestradas por entusiastas da fluidez do gênero. Numa moldura semântica, a caçada à ideologia de gênero abarca diferentes proposições, defesas políticas e vertentes ideológicas:

> Cabem nela o direito ao aborto, as homossexualidades, os corpos trans, as famílias diversas, a educação em gênero e sexualidade, a transmissão do HIV, o trabalho sexual, uma cesta básica que pode ser facilmente ajustada às condições de cada contexto. Seus discursos constroem analogias insólitas entre feminismo, teoria *queer* e comunismo, uma estratégia que tem ecos em contextos onde esse espectro continua ativo, como no Brasil (CORREA, 2017).

Em contramão ao que é defendido nos documentários, reconhecemos que a intolerância ao debate de gênero que circula no país distrai a sociedade de problemas estruturais que deveriam permear a cena pública, como as questões da violência de gênero, feminicídio[130] e transfobia, que colocam o Brasil na posição do país que mais mata pessoas trans no mundo (UFMG, 2016). A discussão da violência geral e o significado das violências específicas são merecedores da nossa atenção, na medida em que é a partir da construção social e da identificação de suas vítimas que estratégias políticas são desenhadas, serviços públicos são criados, rotinas são estabelecidas, estatísticas criminais e de saúde são constituídas e divulgadas (CARRARA; VIANNA, 2006).

A série documental *As grandes minorias* divide-se em Capítulo 1, intitulado “Os Antifascistas”, Capítulo 2, nomeado “Geração sem gênero”, e Capítulo 3, denominado “Vidas (negras) importam”. Cada episódio busca desvendar os bastidores e as motivações por trás desses movimentos políticos.

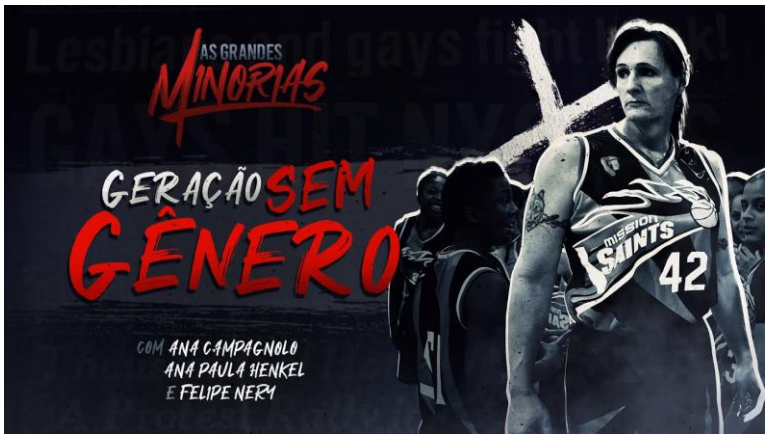
[130] A Lei Nº 13.104/2015 qualifica o feminicídio como crime hediondo perpetrado contra a mulher em contextos marcados pela desigualdade de gênero.

Figura 14 – Cartaz do documentário *As grandes minorias*

Fonte: Plataforma Brasil Paralelo (2020).

No primeiro episódio, a narrativa concentra-se na caracterização das origens, símbolos e táticas do Movimento Antifascista, ressaltando suas implicações no contexto atual. O segundo capítulo aprofunda as questões teóricas e políticas ligadas à ideologia de gênero, alertando sobre a crescente ameaça que representa para a sociedade e a civilização. Busca fornecer elementos para enfrentar a agenda da ideologia de gênero comandada pelas feministas nos espaços públicos e privados que conta com diferentes formas de financiamento envolvendo a órbita do Estado.

Figura 15 – Cartaz do documentário *As grandes minorias*



Fonte: Plataforma Brasil Paralelo (2020).

O terceiro capítulo, intitulado “Vidas (negras) importam” objetiva problematizar as ações do Movimento Negro. Como ponto de partida, interpretam o caso de George Floyd que desencadeou uma série de protestos. George Floyd, um trabalhador negro, foi tragicamente assassinado em plena luz do dia por um policial branco em Minneapolis, nos EUA, em maio de

2020. Esse evento ocorreu quando Floyd foi imobilizado e sufocado durante uma abordagem policial por ter, supostamente, utilizado uma nota falsa em uma transação num mercado local. O incidente foi capturado em vídeo, tornando-se evidência crucial para a posterior denúncia, e rapidamente se espalhou pelo mundo através das redes sociais.

Esse brutal assassinato, ocorrido em meio às restrições impostas pela pandemia, desencadeou uma onda de manifestações globalmente coordenadas pelo Movimento Black Lives Matter, tendo como foco central a luta contra a discriminação racial e a brutalidade da violência policial. O caso de George Floyd se tornou um símbolo emblemático da necessidade de abordar as questões sistêmicas e profundamente arraigadas relacionadas à injustiça racial, estimulando diálogos e ações significativas em prol da igualdade e justiça.

Contrários a essa compreensão, buscam refletir acerca da dimensão do racismo, a criminalização dos movimentos sociais e a legitimidade da violência política diante da turbulência social e política.

Figura 16 – Cartaz do documentário *As grandes minorias*

Fonte: Plataforma Brasil Paralelo (2020).

A trilogia *Pátria Educadora*[131] pretende realizar um diagnóstico sobre a educação brasileira, estruturando-se em episódios intitulados “O fim da história”, “Pelas barbas do profeta” e a “Guerra contra a inteligência”.

No intuito de abordar as complexidades inerentes ao ensino público e privado no Brasil, esse material audiovisual realiza um diagnóstico acerca do panorama histórico da evolução da educação no país. Ao desvelar os processos de institucionalização ao longo do tempo, busca proporcionar uma compreensão mais profunda das questões enfrentadas pelo sistema

[131] O título desse documentário faz referência jocosa ao lema "Pátria Educadora," que foi parte integrante da Política de Educação durante o segundo mandato do governo de Dilma Rousseff (PT).

educacional brasileiro, destacando desafios e oportunidades para o aprimoramento contínuo. Essa abordagem histórica visa não apenas documentar o passado, mas também fornecer *insights* para inspirar discussões associadas ao debate da Nova Direita para promover ações tidas como transformadoras no presente e no futuro da educação no Brasil.

Figura 17 – Cartaz do documentário *Pátria educadora*

Fonte: Plataforma Brasil Paralelo (2020).

O cariz emotivo e repetitivo possui fácil acesso e linguagem articulada para construir certa familiaridade com o receptor no intuito de imputar indignação contra a ideologia propagada na esfera universitária e convocá-lo ao movimento de caça às bruxas, gerando pulsões regressistas e revanchistas. O conteúdo está preenchido por crenças e significados moralistas, através de uma engenharia ideológica e política que faz uso de uma máquina de subjetivação reacionária para introjetar valores meritocráticos, individualistas, heteronormativos, revisionistas e cristãos, sem qualquer compromisso com a verdade. Trata-se da difusão de uma ética individual e familiar que se vincula aos preceitos mercadológicos, através da difusão de comportamentos empresariais fabricados pela "nova razão do mundo", nos termos de Dardot e Laval (2016).

Sendo assim, entendemos que os grupos sociais que ocupam as posições centrais privilegiadas ou que se aproximam ainda que não completamente das hierarquias de gênero, raça/etnia, sexualidade, classe e religião reiteram noções normativas de representação de outros/as sujeitos/as a partir da ideia de inteligibilidade. Eles falam por si e também falam pelos "outros" (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos (LOURO, 2013, p.16).

O fio condutor dessa interpretação radica-se na defesa de que a política de educação está permeada por uma doutrinação marxista, contando com educadores militantes que estimulam a sexualização, a ideologização da esquerda e o uso de psicoativos. Esse é um investimento visual e discursivo para cercear a liberdade de cátedra, promover o obscurantismo e irracionalismo, estimular a punição e a vigilância constante dos/as professores dentro e fora da sala de aula, deslegitimando e perseguindo o pensamento crítico. Sendo assim, percebemos que a ameaça à democracia ataca uma das suas instituições fundamentais: o ambiente educacional.

Em uma abordagem abrangente, a série documental constrói uma espécie de linha do tempo da educação, percorrendo as fases antiga, clássica e moderna, examinando as "Origens históricas da educação", a "Construção do sistema educacional no Brasil e no mundo", e, por fim, apresentando uma denúncia contundente, conforme mencionado, acerca da situação deplorável da educação brasileira.

A educação defendida pela BP visa, simultaneamente, incentivar a jornada da introspecção levando à descoberta da realidade circundante, à apropriação da herança do conhecimento humano e à busca pela "verdade". Nesse empreendimento, propõe um exame crítico da crescente politização da sala de aula, tecendo críticas às apropriações do marxismo vulgar e à obra de Paulo Freire.

A compreensão difundida e almejada da educação fundamenta-se nos ensinamentos dos filósofos gregos para promover uma educação liberal que busque cultivar a liberdade humana. Conforme dito anteriormente, essa direção fundamenta-se na Nova Direita no que concerne à junção do neoliberalismo com o neoconservadorismo, haja vista que essa liberdade se restringe ao individualismo, à propriedade e à lógica da meritocracia e do empreendedorismo.

Os conceitos e categorias centrais desses audiovisuais perpassam o debate sobre família, pedofilia, filosofia, gênero, aborto[132], Direitos Humanos, direito à vida, matrimônio e

[132] Ao longo da pesquisa, observamos que as campanhas antiaborto têm sido intensificadas na Plataforma da BP no segundo semestre de 2023, em virtude da votação que ocorreu no âmbito do STF. Em setembro de 2023, o STF retomou o julgamento sobre a descriminalização do aborto até as 12 semanas de gestação, tendo como base a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, apresentada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pelo Instituto de Bioética de Direitos Humanos (ANIS). O objetivo dessa ação é abordar o aborto como uma questão de saúde pública, justiça social e direitos reprodutivos, buscando conferir proteção jurídica e legal a essa discussão sensível. Atualmente, a legislação brasileira prevê a pena de 1 a 4 anos de prisão para mulheres que realizam o procedimento e para aqueles que colaboram na sua execução. Essa discussão, anteriormente suspensa, será levada ao plenário presencial do STF. O desfecho dessa deliberação será significativo, pois refletirá a abordagem do país em relação aos direitos reprodutivos e à saúde das mulheres. O contexto do debate no Brasil também se insere em um panorama mais amplo de mudanças na legislação sobre o aborto na América Latina, a partir da experiência de países como Uruguai, Argentina, México e Colômbia, que têm avançado em direção à legalização ou liberalização das leis que regem a interrupção voluntária da gravidez.

maternidade, biologia, papéis sexuais do homem e da mulher, direitos naturais, Deus, natureza, política de gênero, comunismo, fascismo, feminismo e movimento negro.

Como a categoria “família” é central neste estudo, cabe recuperar qual a compreensão disseminada nos audiovisuais e no *site* da BP. Com base numa perspectiva específica sobre a natureza humana, declaram que o sexo e a estrutura familiar requerem a complementaridade entre homem e mulher. Conforme essa perspectiva, utilizar o sexo de maneira virtuosa implica alinhar seu uso à sua finalidade primordial, que é a reprodução, considerando o prazer como um aspecto secundário.

Essa interpretação destaca que os órgãos reprodutores masculinos e femininos, por si só, não são capazes de realizar a reprodução. É necessária a união desses órgãos para que ocorra a concepção de um novo ser humano. A união duradoura entre um homem e uma mulher, abertos ao amor e à vida é considerada fundamental, pois juntos constroem um lar proporcionando um ambiente propício para a educação e crescimento de seus filhos. Assim, a defesa fundamental é de que a família natural é estritamente composta por pai, mãe e filhos.

Nesse entendimento, os pais têm como finalidade oferecer um ambiente propício para o desenvolvimento, proteção e educação de seus filhos. Essa união proporciona afeto, segurança, sustento, senso de pertencimento e utilidade, estabilidade e socialização, sendo também uma fonte de valores morais e crenças que contribuem para o desenvolvimento mental e físico dos indivíduos. Por conseguinte, advogam que a ideia de divórcio possuí alta probabilidade de impactar negativamente a vida da criança e aumentar os riscos de criminalidade e pobreza. Nessa perspectiva, o relacionamento matrimonial está intrinsecamente ligado à procriação, desenvolvimento e criação de novos seres humanos, devendo ser permanente, heterossexual e exclusivo. Em síntese, dissemina-se a compreensão de que a família se baseia no matrimônio e na criação, substituindo a ideia de que ela se fundamenta no afeto, pois a união formada nos sentimentos, como reivindicam os segmentos LGBTI+, poderá prejudicar o desenvolvimento infantojuvenil (Redação Brasil Paralelo, 2023).

A heteronormatividade é apresentada como norma regulatória, impossibilitando a vivência fora dos seus marcos, a partir da sequência lógica do sexo-gênero-desejo, sustentada por vários discursos e instituições para marginalizar e perseguir as orientações sexuais e identidades de gênero, cuja existência questiona os modelos de vida não heterossexuais (BENTO, 2008). Rosa Oliveira e Debora Diniz (2014) complementam que a heteronormatividade atua não apenas sobre heterossexuais, bio-homens e biomulheres, mas sobre todas as pessoas sob seu regime: em vez de ser vista como uma identidade construída e

não natural, apresenta-se como um lugar de prestígio, uma posição de poder não nomeada, um lugar confortável de onde se pretende identificar e excluir os que serão considerados outros.

O conteúdo audiovisual abrange uma diversidade de cenas que incluem desde manifestações feministas e exibição de bandeiras do PT até episódios de vandalismo nas salas de aula e manifestações da esquerda nas instituições educacionais. Adicionalmente, o material apresenta imagens que retratam violência, uso e tráfico de drogas, mobilizações antifascistas, alunos envolvidos em danças de *funk*, proclamações de guerra contra o fascismo, o racismo e o machismo. As imagens documentam manifestantes dos movimentos negro, feminista e antifascista depredando o patrimônio público, invadindo e ameaçando empresas privadas, saqueando locais, agredindo pessoas, lançando pedras contra a polícia, bem como incendiando viaturas policiais, monumentos históricos e veículos civis.

A diversidade de cenas oferece uma visão multifacetada das dinâmicas sociais e políticas que permeiam o conteúdo abordado no documentário. Na primeira abordagem, poderíamos supor que a BP faz referência a dados, pesquisas, imagens e fotografias. No entanto, é necessário questionar como ela realiza essa referência, como apresenta esses elementos e quem são os entrevistados, indagando sobre quais recursos são intencionalmente mobilizados e invisibilizados na construção da argumentação. Assim, a BP se municia de um artifício teórico de uma suposta objetividade para competir pela hegemonia da extrema direita, fortalecendo a guerra cultural. Através de um apego ao passado, seus realizadores e adeptos autoproclamam-se como "templários da verdade", apresentando-se como detentores de uma superioridade moral – tanto artística quanto intelectual – que é apresentada de forma higienizada sob o domínio da "verdade".

No segundo capítulo do documentário *As grandes minorias*, há a exibição de uma propaganda estadunidense que remonta ao estilo de vida americano das décadas de 40 e 50, retratando uma mulher branca servindo seu marido e filhos e realizando tarefas domésticas como passar roupa e cuidar das crianças. A cena, então, é distorcida e sobreposta com mulher negra e gorda dançando, enquanto estampa capas de revistas sobre gênero, orgulho LGBTI+ e propagandas relacionadas ao Pink Money[133].

A narrativa prossegue mostrando o show do cantor brasileiro Johnny Hooker que proclama que "Jesus é travesti". Em seguida, apresentam matérias jornalísticas acerca da

[133] A visibilidade LGBTI+ nas mídias sociais imputa-nos a disseminação do mercado *pink* que reitera as tessituras da "homonormatividade" e do poder de compra desse segmento. "Assim, a visibilidade normatizada, numa perspectiva de tolerância, é vinculada à/pela 'construção de um mercado pink' que constrói um ideal identitário Gay e Lesbian Chic e referenda expressões e estilos da vida exclusivos [...] de classe média e média alta (POCAHY; NARDI, 2007, p. 58).

inserção de mulheres trans (referenciadas como homens biológicos)" em times e seleções femininas, evidenciando a sua ascensão em vários esportes com vantagens físicas aparentes, de acordo com os narradores. Além disso, o documentário aborda uma reportagem sobre uma criança de aproximadamente quatro anos interagindo com o corpo de um homem durante uma performance artística em um museu de Arte em São Paulo[134].

Vale mencionar que em nenhum momento, houve respeito ao nome social ou ao pronome de identificação nos casos que envolviam as pessoas trans. O não reconhecimento do nome é um interdito cotidiano, pois configura-se como privação de um direito civil e de personalidade, impactando diretamente a autonomia e a dignidade das pessoas trans.

O terceiro capítulo dessa série inicia-se com imagens históricas das grandes navegações no século 15, destacando a importância, bravura e fé dos colonos europeus. Concomitantemente, são apresentadas imagens contemporâneas de revoltosos derrubando estátuas desses expoentes e danificando o patrimônio público, enfatizando os casos de assassinatos de policiais durante os confrontos. Em seguida, há um destaque para membros do Movimento Black Lives Matter compelindo pessoas brancas a se ajoelharem e beijarem seus pés.

Em meio às cenas, há a exposição do Dr. Bernard Nathanson, apresentado como cofundador da Liga de Ação Nacional dos Direitos de Aborto e ex-diretor da maior clínica de aborto do mundo. O médico afirma ter sido responsável por mais de 75.000 abortos, mas, nos últimos dez anos, mudou de opinião sobre a aceitabilidade do aborto, influenciado pelos avanços tecnológicos. Com o objetivo de evocar uma resposta emocional e incendiária da audiência, o documentário inclui uma sequência forte e dramática de interrupção de uma gravidez. O segmento apresenta imagens em tempo real de um ultrassom, mostrando um aborto de 12 semanas. Nessas cenas, é evidenciado o tubo de sucção se aproximando da feto, que, desesperadamente, tenta se afastar, movendo-se incessantemente.

Em seguida, a narrativa se desenvolve associando a cena do aborto com as bandeiras do movimento feminista, cujas adeptas, nas palavras dos narradores, buscam o direito de interromper a vida de seus próprios filhos, rotulando a legalização do aborto como "direitos

---

[134] Refere-se à performance "Le Bête", realizada pelo artista Wagner Schwartz e que integrava a programação do 35º Panorama da Arte Brasileira do Museu de Arte Moderna (MAM) em São Paulo, no ano de 2017. O trecho amplamente divulgado nas redes sociais mostrava uma criança, acompanhada pela mãe, interagindo com o artista, que se encontrava nu. Como resultado dessa circulação na internet, o museu e os artistas envolvidos passaram a ser alvo de ameaças e acusações de pedofilia, sendo impulsionadas por setores conservadores, incluindo o então deputado Jair Bolsonaro e o Movimento Brasil Livre. Esse fato gerou uma intensa polêmica sobre os limites da expressão artística, os valores culturais e a relação entre arte e moralidade. As críticas e ameaças evidenciam o contexto de polarização, bem como a influência de movimentos conservadores na moldagem do discurso público em torno de questões culturais e artísticas.

reprodutivos". A reivindicação do direito sobre o próprio corpo é mencionada como uma espécie de salvo-conduto, empregada para promover a desresponsabilização do cuidado através do assassinato de crianças inocentes.

A denúncia sobre a generalização do aborto é pauta da entrevista com Ângela Gandra, que o associa a questão à cultura de desgaste dos valores ético-morais. A entrevistada argumenta que existe toda uma indústria do aborto voltada para o mercado do sexo e do narcotráfico, com o apoio de redes nacionais e internacionais. Segundo a entrevistada "[...] a vida é o primeiro direito humano. O berço dos direitos civis são os direitos humanos. Para ter outros direitos, é necessário ter vida".

> Em 2020, o Governo Federal cedeu às pressões e revogou a portaria regulamentando o aborto em caso de estupro, no qual a mãe poderia ver o filho no ultrassom. A militância quer impedir que a mãe veja o filho no ultrassom. Se segurou o boletim – antes bastava declarar que foi estuprada e tinha direito ao aborto (Entrevista Ângela Gandra).

Como desdobramento de sua gestão, Ângela Gandra viajou até a Polônia, onde colaborou em uma equipe de trabalho dedicada a combater o aborto, especialmente em casos de deficiência. Essa atuação internacional destaca o impacto significativo que ela teve na formulação e promoção de políticas que refletem posições conservadoras, especialmente no tocante a temas sensíveis como direitos reprodutivos. Ao afirmar que todo homem e toda mulher são insubstituíveis em seus lares, a entrevistada se baseia na experiência de incentivo de natalidade de países como a Hungria e a Finlândia. Assim, a interlocutora chama a atenção para a necessidade de conscientizar os homens sobre a paternidade, enfatizando que é crucial que eles estejam cientes dos direitos das mulheres, das diferenças e complementaridade entre os gêneros, haja vista que a cooperação entre os sexos é fundamental para a existência humana.

Ao abordar essa dinâmica, os documentários endossam que as mulheres e os homens são essencialmente paternais e maternais. Contudo, apontam para a existência de homens que não assumem suas responsabilidades parentais, atribuindo isso à falta de valores cristãos, envolvimento com vícios, impulsos carnais e libertinagem sexual.

Na opinião dos interlocutores, temos que distinguir a mulher casada da mulher solteira e o homem casado do homem solteiro. Há algo que conecta profundamente as mulheres e homens quando eles se unem: que é a diferença. Por isso, segundo os narradores, não temos que lutar para extinguir as diferenças. Para exemplificar essa premissa básica, utilizam a analogia da bola.

> Qual o lado mais importante: o lado de dentro ou o lado de fora da bola? Os dois são fundamentais. E a mulher sempre foi este lado de dentro, sempre defendeu o espaço interno. Assim, há uma dicotomia no comportamento de quem vive para o privado e de quem vive para o público. Sendo assim, o papel do homem é no público para expandir os interesses do privado e o papel da mulher é trazer as conquistas do público para o privado. Há uma combinação! (O que as feministas realmente querem).

Nessa toada, o documentário constata que "nunca se viu tantas mulheres infelizes", atribuindo isso ao fato de que estão cada vez mais escravizadas pela sua própria liberdade, pois sofrem as consequências da revolução sexual. Argumenta-se que, nesse contexto, o movimento feminista almeja destruir a identidade da mulher e consequentemente da família, menosprezando a importância da maternidade.

> [...] a maternidade é a vocação primordial que se desdobra em matrimônio para dar suporte à maternidade, e do matrimônio vem a família. Me parece que toda essa problemática se desenrola em cima desses três pilares: a história do feminismo tenta destruir a maternidade, tenta destruir o matrimônio e tenta destruir a família (O que as feministas realmente querem).

Avaliamos que as discussões normativas e moralizantes sobre gênero e sexualidade presentes nessas peças audiovisuais subalternizam as feminilidades ao promover discursos de valorização da virgindade, limitação ao espaço doméstico e restrição do desejo erótico ao matrimônio, com fins à procriação.

A ideologia de gênero é retratada como instrumento para fluidificar essas identidades, expondo o que os narradores percebem como a face menos evidente do feminismo: uma revolução sexual destinada a subverter as identidades sexuais, desestruturar a instituição familiar, promover a desagregação da heterossexualidade e instigar desordem e rivalidade entre os gêneros.

Antes de avançarmos, é importante situar que Guacira Lopes Louro (2013) argumenta que, ao enquadrar a sexualidade como algo inerente a todos nós, dado pela natureza e intrínseco ao ser humano, perde-se a capacidade de discutir sua dimensão social e política, bem como sua natureza construída.

Essa concepção fundamenta-se no corpo e na suposição de que todos nós vivemos nossos corpos de maneira universal, com complementaridade. No entanto, é fundamental compreender que a sexualidade engloba rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos e convenções, manifestando-se de forma cultural e plural (LOURO, 2013 , p.10). Nesse contexto, não há nada intrinsicamente natural no âmbito da sexualidade, começando pela própria noção do que é considerado "natural" e pelos contornos atribuídos ao corpo, natureza, sexo e biologia, que são moldados dentro do contexto cultural.

Sob esse prisma, a retórica assumida sugere que os direitos igualitários e da não violência servem como uma máscara para os reais objetivos do movimento feminista, que incluem, segundo essa visão crítica, minar a estrutura familiar. Argumenta-se que, ao buscar uma suposta igualdade, o movimento pode inadvertidamente desvalorizar o papel tradicional da família na sociedade. A ênfase na autonomia individual, muitas vezes associada ao movimento, é interpretada como uma ameaça à coesão familiar, o que, por sua vez, contribui potencialmente para o aumento da criminalidade. Chama a atenção o fato de que a ideia de gênero é dissociada de outros marcadores sociais, como raça/etnia, enfatizando a mulher universal.

Além do exposto, há um esforço de conectar o feminismo com o comunismo, citando que Lênin estabeleceu uma série de legislações sobre a revolução sexual na Rússia influenciada pela orientação de Alexandra Kollontai, que envolvia, entre outros aspectos, a legalização do aborto e a questão do divórcio. A respeito disso, concluem que "a grande maioria das pessoas que toleraram a legalização do divórcio não imaginavam nunca que estariam discutindo o ensino de gênero para crianças nas escolas" (*O que as femininas realmente querem*).

Verifica-se um esforço para estabelecer uma relação genuína, de causa e efeito, entre o comunismo e o feminismo. Nesse vínculo, os idealizadores reiteram que ambos os movimentos possuem um direcionamento para negar o mito de origem das concepções religiosas, tal qual Adão e Eva. A hipótese de Côrrea (2018) é de que o dispositivo da "ideologia de gênero" operou como cola simbólica, agregando os conteúdos de gênero e sexualidade com os elementos relacionados ao espectro do comunismo.

A família é apresentada como pedra angular da sociedade. Durante a discussão, é feita referência à obra de Engels para exemplificar a suposta deturpação do comunismo, que, de acordo com essa perspectiva, vê a família como uma instituição intrinsecamente prejudicial. Segundo eles, esse autor sustenta que, ao longo da história, a família foi percebida como uma estrutura em que o homem subjugou a mulher, exercendo controle através da força e transformando-a em uma propriedade, juntamente com os filhos.

Portanto, a retórica apresentada sugere que, para alcançar a erradicação da desigualdade e da propriedade, dada a percepção de que a família é a origem desses problemas, a proposta do movimento comunista e feminista seria a abolição da instituição familiar e consequentemente da sociabilidade capitalista. Essa perspectiva é enquadrada no contexto da crítica comunista à família, tal como expressa na obra de Engels. Por conseguinte, a premissa subjacente na tradição marxista é a abolição da família, fundamentada na crença de que isso seria crucial para a superação das estruturas sociais consideradas opressivas.

Ao questionar a trajetória das lutas feministas, colocam em questão a propagação da pílula contraceptiva que dissocia o sexo da reprodução. Com a liberação sexual, apontam que as mulheres poderiam viver uma vida cada vez mais libertina, sem a preocupação de enfrentar uma gravidez indesejada, possibilitando-lhe o adiamento ou a negação da maternidade. De acordo com uma das entrevistadas:

> A mulher consegue produzir algo, sendo o homem copartícipe, que é visto como inferior, que é a maternidade. Mas, enquanto os homens tentam exteriorizar, através da consagração nas artes, na música, nas esculturas e no quadro, a mulher consegue criar outro ser dentro dela e se tornar imortal, pois dentro do seu corpo existe um destino (O que as feministas realmente querem).

Com o intuito de fundamentar teoricamente essas premissas e confrontar a produção teórica do feminismo, constatamos que as narrativas em questão buscam incorporar manifestos, textos e obras de pensadoras históricas e contemporâneas. Percebemos uma tentativa de reinterpretar a teoria feminista de maneira seletiva, moldando-a e engessando conforme as conveniências do documentário, buscando atender aos seus próprios interesses. Esse processo visa à domesticação da teoria feminista para alinhá-la com as perspectivas apresentadas, em vez de fazer uma análise mais abrangente e contextualizada dessas teorias e manifestações.

A entrevistada do documentário *A face oculta do feminismo* declara que a ideologia de gênero teria sido instrumentalizada pelas feministas já nas décadas de 1940 e 1950, por meio dos estudos de gênero, utilizando um discurso de justificação camuflado para encobrir um propósito subjacente. Nessa linha de argumentação, é destacado que há uma falsa atribuição de que a ideologia de gênero foi liderada pelo Movimento LGBTI+ internacional. Apoiado nos ensinamentos de Olavo de Carvalho, advogam que a doutrina de gênero é uma tese esdrúxula que se fortalece com a articulação da Escola de Frankfurt com o movimento feminista para destruição da sociedade atual através do ataque direto e sistematizado à família para a transformação societária.

Resumidamente, a teoria de gênero mistifica-se numa retórica de igualdade e transformação social, mas, na realidade, escamoteia seus principais interesses, que dizem respeito à desconstrução da natureza humana com severos impactos para a civilização, através da desestruturação da família.

Sabemos que a recorrência do termo “família desestruturada” reflete perspectivas que se alinham ao modelo tradicional de formação familiar, geralmente concebido como nuclear. Em linhas gerais, essas abordagens não consideram a diversidade e as transformações nos arranjos familiares, contribuindo para estigmatizar configurações que se afastam do padrão

nuclear heterossexual, monogâmico e patriarcal. Cabe enfatizar que essa lógica está entrelaçada à imposição dos papéis sexuais, reafirmando dinâmicas de hierarquia e submissão, direcionando as mulheres à vida doméstica e privada.

A explicação histórica é entrelaçada com eventos contemporâneos, criando uma conexão entre passado e presente para conferir veracidade às argumentações apresentadas. Além disso, essa abordagem possui o intuito de criar um ambiente de guerra cultural e gerar alarme entre os espectadores.

Recuperam que, no Canadá, a Suprema Corte condenou um pai por violência familiar após sua recusa em chamar a filha de menino, emitindo uma ordem de proteção que possibilitava sua prisão imediata se ele se referisse em público à criança como menina. Nos Estados Unidos, a Califórnia aprovou uma lei que impõe multa e pena de até um ano de prisão para quem deliberada e repetidamente utilizar pronomes que não respeitem os gêneros neutros. Na Inglaterra, uma mãe de 38 anos foi presa em casa, na frente de seus filhos, por ter chamado uma mulher transgênero de homem no Twitter.

A série documental *As grandes minorias* problematiza que as feministas norte-americanas e francesas acreditam que a feminilidade e a masculinidade são construções sociais e, portanto, são falsas, artificiais e não naturais. Incorporam a ideologia de gênero ao movimento, configurando-a como a terceira onda do feminismo, dado que a primeira onda se direcionava para o sufrágio universal, e a segunda mobilizava a liberdade do próprio corpo. Adicionalmente, afirmam que as sufragistas que lutavam pelo direito ao voto não requeriam a mesma igualdade nos deveres e obrigações civis.

A reportagem *Quais são as principais reivindicações do movimento feminista?* (2023), disposta no *site* da BP (Redação Brasil Paralelo, 2023), vincula-se com os elementos centrais desses documentários. Segundo os autores, o período inicial do movimento feminista, chamado de protofeminismo, deu início às reivindicações feministas no âmbito social, registrando que temas como incesto e sexo grupal compuseram os debates. O segundo momento adquiriu uma entonação mais política, sendo as principais reivindicações: igualdade entre os sexos; direito ao voto; ingresso feminino no mercado de trabalho; igualdade jurídica e participação feminina na política.

Já a segunda onda feminista influenciou os seguintes marcos históricos: a aprovação do divórcio, o incentivo ao uso das pílulas e métodos anticoncepcionais, o envolvimento do movimento hippie e o incentivo à revolução sexual. Em linhas gerais, essa matéria assinala que, atualmente, o movimento feminista reivindica a legalização do aborto, a luta pelo fim da família, a defesa do sexo libertino, a luta pelo fim da vida de dona de casa, a apologia ao sexo

sem compromisso, a anulação da divisão bipolar entre homens e mulheres, e a defesa dos direitos LGBTI+ (REDAÇÃO BRASIL PARALELO, 2023).

O documentário *A face oculta do feminismo* argumenta que a terceira onda do feminismo direciona sua atenção à diversidade como uma estratégia para expandir sua base e obter maior aceitação, buscando envolver pessoas de diversas origens, classes sociais e etnias. Essa abordagem é fundamentada no conceito de interseccionalidade[135], que é apresentado como um instrumento para identificar os múltiplos sistemas de opressão que uma pessoa pode enfrentar.

O objetivo declarado da interseccionalidade nas afirmações do documentário é hierarquizar, visando destacar e privilegiar aqueles que são considerados os mais oprimidos dentro do quadro econômico, político, social e cultural. Essa perspectiva procura, segundo eles, abordar as interconexões complexas de identidades e experiências, reconhecendo as disparidades que podem surgir devido à interseção de vários fatores, como gênero, raça, classe e outros para fundamentar o "lugar de fala".

> O lugar de fala é falso por que pressupõe que você só poderá falar de determinado assunto se tiver experiência. Mas, somos humanos e podemos transcender os influxos imediatos dos sentidos. Nós podemos fazer reflexões que estão para além da nossa experiência imediata. Lugar de fala é uma ferramenta de manipulação psicológica. Justificar de onde está falando, mas no momento que faz isso, você está deslegitimando sua própria opinião. Neste caso, ninguém jamais poderia defender os direitos das crianças, porque elas não podem falar por si mesmas. **A abolição da escravatura só foi empregada porque pessoas não escravas tiveram empatia pelos oprimidos porque eles não conseguiam lutar pelo direito deles. Os escravos tinham força e número para reagir e mesmo assim não conseguiam. A princesa Isabel teve uma atuação fundamental, mais do que qualquer outro negro no Brasil, e ela não era negra e nem era escrava**. O lugar de fala diz que tem que justificar sua própria existência para invalidar a opinião alheia. Desautorizar a opinião de alguém (O que as feministas querem, grifo nosso).

Paralelamente, revelam que uma das grandes falácias do movimento feminista em relação à emancipação da mulher é a ideia equivocada e amplamente disseminada de que foi o feminismo o responsável pela conquista da inserção da mulher no mercado de trabalho. A argumentação destaca que as mulheres sempre desempenharam algum tipo de trabalho e que os fatores que efetivamente as inseriram no mercado de trabalho foram a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial.

---

[135] De acordo com Simões (2014), o principal desafio no marco analítico da interseccionalidade é o de combinar a atenção às sobredeterminações estruturais de eixos classificatórios com o esforço de compreender as experiências que entrelaçam as diferenças, sem sacrificar a possibilidade de agência.

Consideram que o feminismo não está ligado ao ideal de buscar direitos iguais, uma vez que, atualmente, não existem mais disparidades políticas, econômicas e sociais entre homens e mulheres. Em contramão a essa perspectiva, avaliamos que as desigualdades de gênero se manifestam de várias maneiras e em diversos espaços sociais, delineando fronteiras sociopolíticas. Tais disparidades são gestadas no ambiente familiar, no âmbito educacional, no mercado de trabalho, nos espaços públicos e privados, em anúncios publicitários, na intervenção midiática, no discurso científico e na moralidade religiosa. Todos esses elementos contribuem para reforçar os lugares diferenciados que o feminino ocupa em relação ao masculino, especialmente quando associado a outras formas de discriminação.

Em seguida, ressaltam que o movimento feminista é impulsionado por emoções e sentimentos, apresentando um discurso fundamentado em clichês que são prontamente absorvidos por uma parcela específica da sociedade. Essa representação sugere que parte da população pode enfrentar dificuldades em compreender plenamente as complexidades e nuances inerentes a esse movimento. Em essência, essa é a principal justificativa para a idealização desses documentários, que buscam simplificar o entendimento do movimento feminista para uma audiência mais ampla.

Com efeito, os narradores questionam o papel social do homem, indagando como eles conseguem ser tão subservientes a um movimento que, segundo a perspectiva apresentada, os ataca profundamente. De certa forma, convocam os homens a se instrumentalizarem e se mobilizarem amplamente contra os movimentos feministas.

Em vários momentos, ocorre a reiteração da natureza do homem e da mulher apresentado com papéis distintos e complementares. Essas concepções essencializadas advogam que as distinções corporais e biológicas influenciam formas de existir, sentimentos, comportamentos considerados apropriados, tarefas sociais e as maneiras desiguais de desempenhar papéis, ocupar espaços e percorrer trajetórias distintas na construção das identidades de gênero. Essa afirmação é especialmente pronunciada quando se referem às capacidades reprodutivas, que tradicionalmente associam a mulher ao destino materno e ao espaço doméstico e familiar, considerado um lócus privilegiado e inato de atuação.

> Como vimos no livro da Judith Butler[136] se o gênero é fluido, então ele também não pode ser reduzido ao número de dois. Nós já temos feministas que dizem que existem cinco, sete, e, feministas que dizem que existem tantos gêneros quanto pessoas. Nós temos registros bizarros, por exemplo, de adultos que acham que são crianças, os seres

[136] A verdade é que a filósofa Judith Butler (2017) questiona os traços essencialistas presentes nas concepções feministas que concebem o sexo como uma realidade biológica fixada (invariável) no corpo material, no qual o gênero, compreendido como inscrição sociocultural do masculino/feminino, se insere.

> humanos que acham que são gatos, que acham que são tigres [...]. É neste momento que os ideólogos de gênero conseguem criar a fluidez de gênero ou o gênero fluido (A face oculta do feminismo).

No mesmo contexto, mencionam um documento emitido pela Associação Americana de Pediatras com oito tópicos sobre sexo e gênero. O documento alega que a confusão sobre o próprio sexo é uma questão da mente e não do corpo, desaconselhando terapias hormonais e cirurgias. Essas informações são utilizadas para fundamentar a crítica do documentário em relação às mudanças nas políticas esportivas relacionadas à identidade de gênero.

Para ilustrar o argumento biologicista, os narradores abordam a questão das Olimpíadas no Rio de Janeiro, alegando que o *lobby* LGBTI+ teria influenciado na integridade das competições. Eles destacam que o Comitê Olímpico Internacional decidiu modificar as regras para a participação de atletas transexuais em competições oficiais, eliminando a necessidade de cirurgia de troca de sexo, passando a requerer apenas o controle do nível de testosterona durante 12 meses antes da competição.

Nessa toada, estabelecem uma conexão umbilical entre a pauta de gênero e o globalismo a partir da década de 1970, servindo como um canal de financiamento para a difusão da teoria feminista em várias partes do mundo. Dentro desse panorama político, evidenciamos a crença na *conspiração globalista* reiterada no Ministério das Relações Exteriores do Governo Bolsonaro, sobretudo pelo ex-ministro Ernesto Araújo. Segundo ele, há um plano de dominação marxista, feminista e ambientalista em curso que se cristaliza no Brasil devido às nefastas influências da esquerda internacional, destruindo as tradições regionais e nacionais.

Para ilustrar a afronta à soberania nacional, o documentário menciona a questão do uso da linguagem neutra. Argumenta-se que, embora esses pronomes sejam acessíveis em outras línguas como o inglês e o alemão, eles não se aplicam ao contexto do Brasil. Em outras palavras, denunciam que estão tentando introduzir algo que não faz parte do nosso imaginário nacional e da própria língua brasileira.

Tal percepção dialoga em certa medida com a entrevista de Ângela Gandra, uma militante brasileira com fortes laços ultracatólicos, que ocupou o cargo de Secretária Nacional da Família no MMFDH. Gandra emergiu como a principal porta-voz, em âmbito internacional, das políticas antigênero durante o governo Bolsonaro. Sob sua liderança, a Secretaria Nacional da Família (SNF) adotou uma postura ativa na promoção de políticas que se opunham às perspectivas de gênero, especialmente no que diz respeito a questões como o aborto.

Durante a entrevista, Ângela Gandra destaca os esforços do Governo Federal para expandir políticas públicas de proteção e fortalecimento das famílias, lançando mão de

argumentos jurídicos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente, para fundamentar a defesa da proteção das crianças contra a erotização precoce[137].

Com entusiasmo, a entrevistada reitera a liderança e o compromisso que o Brasil assumiu com a "Declaração Consensual de Genebra" em outubro de 2020. Essa declaração estabelece o compromisso com a promoção da saúde da mulher e do nascituro, a proteção à vida, o fortalecimento da família e a soberania nacional como elementos indispensáveis para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Seus principais signatários à época incluíam EUA, Egito, Hungria, Indonésia e Uganda.

O documento oficializa uma aliança internacional composta por cerca de 35 países que se uniram para se opor à defesa do aborto e dos direitos reprodutivos por parte de entidades internacionais. Essa aliança é interpretada como um ataque direto e sistemático, liderado por governos populistas e autoritários predominantemente associados à extrema direita, contra os direitos das mulheres.

Em 2023, o governo brasileiro na gestão de Lula e Alckmin anunciou oficialmente, por meio de uma nota, o seu desligamento da Declaração Consensual de Genebra. Essa decisão foi motivada pela percepção de que o entendimento contido no documento é limitado no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, assim como ao conceito de família.

Nesse contexto, a entrevistada destacou que a estratégia governamental era apropriar-se do Estado para fortalecer a autonomia da família. Em resumo, o Governo Federal estava, segundo ela, empenhado em defender a família como uma política de Estado, através de uma postura que transcendesse afiliações partidárias e se mantivesse como uma prioridade constante, a despeito das mudanças na gestão governamental.

O argumento defende que o Estado pode rivalizar com a autoridade parental, enfatizando a necessidade de fortalecer o papel da família para que os pais liderem a educação dos filhos. A preocupação subjacente é de que a intervenção estatal pode anular a autoridade parental. Portanto, a proposta é consolidar a posição da família como agente central na formação e educação das crianças, buscando preservar a autoridade e a influência familiares diante das ações estatais.

---

[137] A discussão da sexualidade atrelada "ao nível maturacional" do público escolar configura-se como um grande elemento argumentativo de quem se opõe a esse debate, resguardando o adiamento dessas questões para após a escolarização. Isto é, "viver plenamente a sexualidade era, em princípio, uma prerrogativa da vida adulta, a ser partilhada com um parceiro do sexo oposto" (LOURO, 2013, p. 9).

Conforme mencionado na entrevista, os programas e projetos englobam três áreas distintas: I) fortalecimento de vínculos familiares e famílias fortes, presentes em 14 cidades do Brasil, baseados em uma metodologia importada de Oxford; II) equilíbrio entre trabalho e família, que reconhece e premia empresas que promovem ambientes favoráveis às famílias; III) impacto das tecnologias na família, através do programa *Reconecte*, que envolve municípios, igrejas e universidades para abordar questões como drogas, álcool, gravidez na adolescência, evasão escolar e violência doméstica.

Além das iniciativas no âmbito do Governo Federal, destaca-se o engajamento em ações internacionais para envolver outros países em políticas públicas familiares, atribuindo ao Brasil um protagonismo significativo. A entrevistada menciona com entusiasmo o Congresso Pró-Família na Guatemala, onde está programada a inauguração do primeiro monumento ao Nascituro na América Latina.

O Governo Bolsonaro implementou uma série de programas e projetos, destacando o *Empreender Políticas Públicas Familiares*, cujo propósito era fortalecer os laços familiares, promovendo a qualidade nas relações, prevenindo comportamentos de risco, contribuindo para a erradicação da pobreza e fomentando uma sociedade mais pacífica. Outras iniciativas incluíam o *Programa Família na Escola*, incentivando a participação dos pais no acompanhamento da vida escolar dos filhos, abrangendo inclusive o conteúdo das aulas.

Merece destaque a campanha contra a gravidez na adolescência, visando estimular a reflexão do adolescente sobre seu projeto de vida, promovendo o diálogo com a família. Em contraposição às evidências científicas e às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que enfatizam a importância da educação sexual abrangente, a campanha *Eu escolhi esperar*, impulsionada pela *hashtag* “Tudo tem seu tempo”, lançada em 2020, compôs a agenda do MMFDH, ao transformar a abstinência sexual em política pública. Essa iniciativa promoveu a iniciação sexual tardia como uma estratégia para a prevenção primária da gravidez na adolescência:

> Necessidade de informação sobre relacionamento, porque estamos numa sociedade hipersexualizada. Por essa razão, estimulam a abstinência sexual para coibir a gravidez precoce por meio da conscientização, dado que a intenção é preparar as pessoas para o casamento e para formar uma nova família (Entrevista com Ângela Gandra).

A secretária advoga ainda, pela segurança jurídica das famílias brasileiras por meio do *homeschooling* em que os pais assumiriam o papel primordial na educação de seus filhos. Embora o STF tenha decidido em 2018 que o *homeschooling* não é incompatível com a Constituição, a falta de regulamentação persiste, apesar dos variados projetos de lei que estão em tramitação por aproximadamente 26 anos no Congresso Nacional.

Conforme expresso por essa interlocutora, a educação domiciliar é garantida por tratados internacionais que reconhecem o direito da família de comandar, dirigir e supervisionar a educação de seus filhos. Nessa perspectiva, há a compreensão de que o poder familiar não pode ser transferido para o Estado, uma vez que a orientação educacional é uma responsabilidade intrínseca à família.

A principal preocupação surge em relação à promoção da "ideologia de gênero nas escolas", com as famílias pleiteando que as crianças não sejam expostas, sem maturidade e discernimento, a um determinado caminho sexual contra a vontade dos pais. A visão é de que a questão da sexualidade deve ser abordada com extrema sensibilidade e, preferencialmente, no ambiente familiar, como medida para prevenir a erotização precoce.

Constatamos uma campanha de manutenção da inocência nata das crianças, vista como seres angelicais e assexuados, "ainda que isso implique o silenciamento e a negação da curiosidade e dos saberes infantis e juvenis sobre as identidades, as fantasias e as práticas sexuais" (LOURO, 2013, p. 26). Ancorada nos debates das teorias psicanalíticas, Britzman (2013) reconhece que a sexualidade não começa na puberdade, mas, sim, no início da vida, cedo demais para que a criança compreenda, mas não cedo demais para a sensação de prazer e desejo.

A preocupação dos interlocutores/as é de que a abordagem da sexualidade cause a atividade sexual e incite os/as estudantes às práticas sexuais. Essa noção é ainda mais latente ao tratar e visibilizar as causas LGBTI+, entendidas como recrutamento inicial ao desenvolvimento das homossexualidades.

No documentário *A pátria educadora*, o BP examina as disciplinas, metas e competências delineadas na matriz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para destacar a natureza político-ideológica da educação brasileira. No 1º ano do Ensino Médio, na disciplina Ética e Cultura, identificam a presença da agenda da ideologia de gênero, especialmente ao propor a exploração de novas formas de parentalidade.

Adicionalmente, apontam que essa matriz aborda o funcionamento do tráfico de drogas e agrupa o fascismo, o racismo e a xenofobia sob o mesmo objeto de conhecimento. Para reforçar o viés ideológico, confrontam a associação da atuação da polícia militar com o

genocídio da juventude negra. Nessa análise, o BP indica a presença de conteúdos relacionados aos movimentos sociais, a exemplo do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Trabalhadores Sem-Teto (MTST), assim como questões concernentes à negação da heteronormatividade, aos padrões de beleza e aos corpos gordos.

Segundo o documentário, a ideologia de gênero alcançou uma capilaridade significativa no ambiente educacional. Segundo um dos entrevistados na *live* de lançamento, o feminismo é caracterizado como um movimento revolucionário com uma agenda igualmente revolucionária. Uma das suas principais pautas é a tomada do sistema educacional, um processo que se desenrola ao longo de cerca de 100 anos, onde a intenção é "inocular" as ideias desejadas. Nesse contexto, a educação deixa de ser apenas um espaço de aprendizado e passa a ser encarada como um local de transformação social, cidadania, formação crítica e socialização.

Cabe apontar que a suposta ideologia de gênero é uma expressão advinda do dogmatismo religioso e é, em si, um preconceito no qual a ideologia é o pensamento obtuso dos dogmáticos sobre o tema, ou seja, "trata-se de uma INTERPRETAÇÃO, EQUIVOCADA e CONFUSA (*sic*), que não reflete o entendimento de Gênero" (FURLANI, 2016, p. 9). A proibição de conteúdos relacionados ao gênero e à sexualidade interfere diretamente na promoção do acesso e permanência nas instituições de educação de determinados sujeitos que constroem suas experiências identitárias em avesso ao sexo biológico, tendo em vista que o âmbito educacional é um dos primeiros dispositivos de conformidade e uniformidade em torno da "masculinidade" e da "feminilidade" adequadas.

Adeptos do Movimento Escola Sem Partido[138] advogam pela instauração de um cartaz obrigatório que exponha os deveres dos professores nas salas de aula dos Ensinos Fundamental e Médio. Argumentam que tais responsabilidades encontram respaldo na Constituição Federal, especificamente em relação aos princípios da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado, da liberdade de consciência e crença, da liberdade de ensino (distinta da liberdade de expressão) e de aprendizagem, além do pluralismo de ideias. Além disso, sustentam que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos garante o direito dos pais de determinarem que seus filhos recebam uma educação religiosa e moral em conformidade com suas próprias convicções.

> 1) O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.

[138] Esses princípios e deveres são reiterados em outros documentários analisados, contando com a participação do idealizador do Movimento Escola Sem Partido.

> 2) O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
> 3) O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
> 4) Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
> 5) O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
> 6) O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula (MESP, 2019).

Para ilustrar as razões dessa patrulha ideológica, enfatizam que, em 12 de novembro de 2020, o Colégio Liceu Franco-Brasileiro, localizado no Rio de Janeiro, comunicou aos pais a adoção da nomenclatura de gênero em seu vocabulário, justificando a iniciativa como uma renovação do compromisso com a promoção do respeito à diversidade. O Colégio Pedro II também se destacou ao utilizar a forma “alunx” em suas provas, buscando, segundo os narradores, introduzir uma nova ética que propõe a desconstrução da sexualidade e identidade humanas desde a infância.

A discussão se estende a uma matéria jornalística que revela que, entre dez adolescentes provenientes de famílias cristãs que ingressam na universidade, sete abandonam a religião de origem. Essa tendência parece ser mais acentuada quanto maior o tempo de permanência na educação formal, afastando os estudantes da educação religiosa familiar. Os índices apresentados no documentário indicam que quatro em cada dez estudantes não alcançam conhecimentos básicos.

Os argumentos relacionam a suposta doutrinação de gênero e de sexualidade com a intervenção estatal, conforme mencionado nas interpretações audiovisuais anteriores. Os criadores do documentário advogam que o Brasil investe consideravelmente em educação, superando até mesmo países ricos e desenvolvidos, mas os resultados obtidos não são favoráveis.

Com base nos dados do PISA de 2018, constatam que dois terços dos brasileiros apresentam conhecimentos matemáticos abaixo do nível básico, posicionando o país abaixo de todas as nações da América Latina nesse quesito. A pesquisa *Aspectos Fiscais do Brasil* acrescenta que, apesar de o Brasil alocar uma parte significativa do orçamento para a educação (6%), ainda fica atrás de nações que investem menos, como os Estados Unidos (5,5%), Alemanha (4%) e Japão (3,3%) (*Pátria Educadora*).

Nessa arquitetura argumentativa, Olavo de Carvalho argumenta que os danos causados pelas universidades brasileiras são consideravelmente mais significativos do que os efeitos da

corrupção, pois há uma suposta prevalência de promiscuidade, pornografia e até mesmo pedofilia nessas instituições.

Desde a época da Ditadura Militar, a esquerda consolidou seu domínio político e ideológico no âmbito da educação superior. De acordo com os documentários analisados, a presença da esquerda no Brasil remonta aos anos 1960, quando intensificou sua atuação na educação e na cultura. Uma das manifestações dessa influência é identificada nos livros didáticos e paradidáticos, que são percebidos como impregnados de ideologia, sendo essa uma herança associada ao PT.

O Governo do PT, de maneira significativa, direcionou investimentos prioritários para o Ensino Superior, triplicando seu orçamento. Esse enfoque, segundo a análise apresentada no documentário, resultou em uma estratégia política para conferir diplomas e obter benefícios políticos em determinados segmentos específicos da população. Esse direcionamento, no entanto, representou um desafio significativo para o orçamento público, com a criação de empregos vitalícios, e implicou em alegações de má gestão do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), visto como uma transferência de recursos públicos para instituições privadas, do Programa Ciência sem Fronteiras e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Nesse documentário, há um esforço supostamente teórico e analítico para desconstruir os mitos em torno do patrono da educação brasileira. Paulo Freire é retratado como fundador do PT e o principal interlocutor da esquerda brasileira que acionava uma visão sentimental da educação para promover uma manipulação popular e a insubordinação social, promovendo um minimanual do guerrilheiro educador[139].

Para tal, recuperam uma citação "macabra" e ardilosa, segundo eles, da obra "*Pedagogia do Oprimido*, que aponta que "a revolução é biófola, é criadora de vida, ainda que, para criá-la, seja obrigada a deter vidas que proíbem a vida". Na intenção de mistificar a realidade e promover uma releitura dos fatos, destacam que:

> Para Paulo Freire, Che Guevara foi definido como sinônimo de amor. Isto é muito interessante porque ele, com uma formação católica, sabia muito bem, porque ele não era ignorante neste aspecto, que Deus se definiu como amor. Nós vamos encontrar nas cartas a João, que Deus se define como amor. Se Che Guevara é sinônimo de amor, logo é sinônimo de Deus (A pátria educadora).

[139] Em parte, essa exposição está fundamentada no livro *Desconstruindo Paulo Freire*, assinado por Thomas Giulliano (2017).

De acordo com os interlocutores, o método de ensino proposto por Paulo Freire utiliza palavras geradoras da realidade para promover a conscientização social, estabelecendo uma ligação entre a atividade pedagógica e o engajamento político. Fundamentado em uma abordagem marxista, visa transformar o indivíduo socialmente alienado em um agente da práxis. Caracterizado como pensamento totalitário, o método inicia abordando questões do cotidiano do aluno para, gradualmente, introduzir tópicos mais complexos, como a discussão sobre salários.

Na sequência, o documentário apresenta uma lista de pesquisadores brasileiros envolvidos em estudos de gênero e sexualidade como alvo de críticas, destacando títulos e autores/as de trabalhos acadêmicos[140] que consideram "ideologicamente enviesados", presentes no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e que foram financiados com recursos públicos. Avaliamos que essa é uma forma habitualmente utilizada pela BP para promover um ataque orquestrado contra esses/as pesquisadores/as.

Além disso, nota-se uma engenharia argumentativa para associar os movimentos sociais ao comunismo, e, por conseguinte, ao fascismo. Para provar, recuperam uma frase associada a Benito Mussolini, na qual ele destaca que "Dizer que a educação diz respeito à família é afirmar algo fora da realidade contemporânea. [...] Só o Estado, com os seus meios de todos os tipos pode levar a cabo essa tarefa". Essa citação é acionada para reforçar a suposta ligação entre a "ideologia de gênero" e a centralização estatal, associando-a ao comunismo e ao fascismo.

> Toda a ideia do fascismo, do nacional socialismo, das falanges, de todos esses movimentos fascistas, era a ideia da classe trabalhadora se unir nacionalmente e criar um Estado extremamente eficiente, nacionalizar propriedades, nacionalizar indústrias, nacionalizar um plano de educação. A educação como libertadora porque ela que vai fazer a classe trabalhadora se libertar daquela alienação marxista, da ideologia da propriedade. Com a educação, ao invés de você querer simplesmente consumir, você terá a ideia de revolucionar de fato, você vai começar a ter uma organização de trabalhadores, uma organização política através da educação contra a economia (A pátria educadora).

Os entrevistados do documentário alegam que os antifascistas, mesmo se posicionando como defensores da democracia, seguem táticas semelhantes aos paramilitares da Alemanha e da Itália, em um modelo reminiscente dos sovietes.

Há uma tentativa notável de equiparar os antifascistas aos fascistas, destacando que os Black Blocks exportam seu modelo de violência para diversos países, incluindo o Brasil. Os narradores chegam a afirmar que o fascismo é considerado uma nova fase do socialismo. A

[140] Neste trabalho, optamos por não citar essas pesquisas para evitar endossar essa argumentação.

acusação de que a esquerda rotula ideologicamente os outros com o que eles mesmos praticam é enfatizada no documentário, que cita: “No fundo, o comunismo e o fascismo concordam em quase tudo, mas são inimigos, criando uma rivalidade em projetos muito parecidos” (As grandes minorias).

O documentário *As grandes minorias* esforça-se para buscar elementos que atrelam os movimentos negro e antifascista a práticas totalitárias típicas do regime comunista. Essas organizações, financiadas por empresas privadas, são identificadas por treinar indivíduos com o propósito de transformar a sociedade por meio de movimentos sociais, fornecendo treinamento de guerrilha, *coaching* e assistência técnica.

O objetivo subjacente é criar uma militância organizada capaz de influenciar a legislação e moldar a opinião pública. A obra destaca que essas lideranças são marxistas, possuindo familiaridade com teorias ideológicas. O documentário parte da menção ao assassinato de George Floyd como um evento recente que catalisou uma cadeia de mobilizações, resultando em danos à propriedade estimados em mais de 1 bilhão de dólares. De acordo com um dos entrevistados, o **“George Floyd, inclusive, tinha uma extensa ficha criminal, ele já tinha apontado uma arma para a barriga de uma mulher grávida e detinha várias drogas ingeridas no seu corpo que provavelmente morreria de *overdose* naquela mesma noite**” (As grandes minorias, grifos nossos).

O documentário tenta sugerir que há motivações ocultas por trás do movimento Black Lives Matter. Além disso, destaca que, nas cidades afetadas pelos protestos desse movimento, houve um aumento significativo nos índices de criminalidade com centenas de pessoas sendo vítimas de assaltos, tiroteios e homicídios em Chicago, Baltimore, Los Angeles e Nova York. Alega-se, simultaneamente, a existência de indivíduos negros que se opõem às políticas advogadas pelo BLM, utilizando vídeos nos quais homens negros argumentam que esse movimento busca a desestruturação da tradicional estrutura familiar patriarcal.

> E o que se tenta fazer com essa suposta luta antirracista é simplesmente voltar a catalogar as pessoas em pequenas etnias, pequenos grupos que só podem ser tutelados por um grande Estado. Ou seja, o negro precisa das cotas, a mulher precisa da política de um partido socialista que vá fazer a revolução baseando-se no feminismo [...] Você tem unicamente o controle absoluto de um Estado gigantesco tutelando todas as relações pessoais (As grandes minorias).

Ao abordar a problemática do encarceramento em massa, um tema legítimo do movimento negro, o documentário contra-argumenta que as leis não foram criadas com o propósito específico de encarcerar e brutalizar pessoas negras, mas direciona-se para qualquer

indivíduo associado a atividades criminosas. Destaca que meio milhão dos 2,3 milhões de pessoas na prisão nos Estados Unidos é constituído por indivíduos brancos. Sob essa ótica, considerar a política de encarceramento como intrinsecamente racista seria algo equivocado, argumentando que é uma medida destinada a conter crimes como assassinatos, estupros, roubos e invasões de propriedade.

O que podemos observar é a reciclagem da noção de "classes perigosas". Conforme apontado por Jaqueline Teixeira (2021), essa concepção remonta ao final do século XIX, época em que a Constituição da República considerava as populações não brancas anteriormente escravizadas como uma classe perigosa[141]. Nessa acepção, tais grupos eram retratados como menos racionais e mais propensos à criminalidade e ao vandalismo. Como resultado, foram implementadas políticas que direcionaram o encarceramento e a exclusão social como respostas a essa visão preconceituosa e estigmatizante.

Para concluir, é importante ressaltar que notamos a marcante influência da religião e das narrativas bíblicas nas discussões sobre gênero e sexualidade. Juntamente com os movimentos de contracultura, os movimentos negro e LGBTI+ e as feministas são percebidos como os "quatro cavaleiros do apocalipse", conforme expresso por Ortellado e Silva (2022).

Constatamos ainda que nessa artilharia de comunicação as compreensões de gênero e sexualidade são apropriadas por discursos medicalizantes, repressivos e neoconservadores, muitas vezes influenciados pela intolerância religiosa e determinados aparatos científicos para conferir uma pseudoverdade e perspectivas essencialistas que são afirmadas como verdades inquestionáveis.

> Estamos diante de um regime discursivo e visual que constrói fábulas de adesão e regressão; reitera paranoias, conspirações e recalques; e dissemina ódio, misoginia, homofobia e racismo. Seja pelo heroísmo falsificado, objetos escatológicos ou performances sádicas, esse conjunto estético político revela um desejo de retorno a uma ordem repressora e moralista capaz de exterminar o inimigo interno, os corpos insurgentes e desconformes que ameaçam a pátria e família (ARANTES *et al*., 2021, p. 1).

Conforme mencionado nas seções anteriores, sabemos que o século XXI foi marcado por uma dinâmica reconfiguração em várias esferas da ordem econômica, social, cultural, religiosa, demográfica, política e tecnológica, influenciando significativamente as dimensões

---

[141] "No exercício colaborador entre Estado e religião, as religiões se encarregavam da responsabilidade de governar as 'classes perigosas' e, de alguma maneira, garantir uma docilização, garantir que essas classes seriam disciplinadas, seriam configuradas para o trabalho. [...] Por exemplo, em vários estados do país, a conversão religiosa de pessoas encarceradas é reconhecida pelo sistema jurídico como quesito de diminuição da pena" (TEIXEIRA, 2021, p. 448-449).

de gênero e sexualidade. As mudanças nessas relações, especificamente no contexto brasileiro, são originadas por uma multiplicidade de fatores complexos, diferenciando-se das realidades dos países centrais. Diante desse cenário, é crucial reconhecer que o pensamento feminista desempenha um papel crucial nessas transformações, fornecendo aspectos centrais na compreensão das dinâmicas de gênero e sexualidade abordadas neste trabalho. Contudo, é importante ressaltar que o feminismo não se constitui como um bloco homogêneo. Sua trajetória é caracterizada por diversas clivagens em momentos específicos, tanto em termos de abordagens teóricas quanto de práticas políticas. Isso resulta na formação de um movimento diversificado em perspectivas, objetivos e conceituações, especialmente no que diz respeito ao debate sobre gênero.

4.3 "Uma célula está para um corpo, assim como a família está para a sociedade"[142]

Em 2017, a filósofa americana Judith Butler esteve no Brasil para participar do Simpósio Internacional "Os fins da Democracia", a partir do debate proposto no seu livro *Caminhos Divergentes: judaicidade e crítica ao sionismo*, lançado pela Editora Boitempo. A sua vinda foi precedida por uma petição de cancelamento da sua apresentação no Centro Cultural do Sesc Pompeia em São Paulo, assinada virtualmente por mais de 370 mil pessoas através do *site* conservador *CitizenGo*.

O referido documento apontava que a pensadora, vista como principal promotora da ideologia de gênero do mundo, não era bem-vinda no Brasil por supostamente idealizar a desconstrução nefasta da identidade humana por meio do desmantelamento do sexo e da sexualidade, mascarando um "óbvio" objetivo político marxista. Além desse abaixo-assinado, houve ataques *on line* ao *site* do Sesc e protestos nas ruas. Essas mobilizações de grupos e organizações conservadoras fermentam a "guerra cultural" instalada no país nos últimos anos.

Na revisão da literatura, constatamos que as interpretações teóricas sobre as disputas ideopolíticas no Brasil têm sido enquadradas pelo conceito de "guerras culturais", introduzido pelas reflexões acadêmicas de James Hunter, um estudioso da realidade social e histórica dos Estados Unidos. Embora, o autor apresente uma tendência binária, em que os debates se expressam em pares de oposições – contrárias ou a favor – em temáticas com complexidades, alcances, impactos e construções sociais e históricas distintas, a tipologia proposta tem valor heurístico relevante para a análise conjuntural (GODOI; DIMITROV, 2022, p. 315).

---

[142] Discurso do então deputado federal Jair Bolsonaro em abril de 2015 na Câmara dos Deputados.

Além dessa análise bibliográfica, constatamos que esse termo é adotado no singular pela direita, sendo empregado e difundido em várias produções audiovisuais da BP, influenciados pelas teses olavistas. Ao longa das suas produções, Olavo de Carvalho difundiu a tese conspiratória de um conluio maquiavélico engendrado pelos governos petistas na destruição das moralidades do mundo privado. Não por acaso, a partir de 2010, o educador pernambucano Paulo Freire começa a ser citado em disputas que caracterizam as guerras culturais (GODOI; DIMITROV, 2022, p. 322), conforme exposto nos documentários.

Numa primeira aproximação, podemos reconhecer as "guerras culturais" como conflitos políticos em torno de temas morais no campo da cultura e do comportamento, retratados como a luta do bem contra o mal. O *podcast Guerras Culturais: a disputa pela alma do Brasil*, conduzido pelo pesquisador Pablo Ortellado e a jornalista Elisa Martins, aponta que as "guerras culturais" começam a dar os primeiros sinais ao questionar o sonho americano da década de 50, com a ascensão dos novos movimentos sociais, sobretudo, de contracultura, que adquiriram visibilidade dos anos posteriores.

Sendo assim, as "guerras culturais" adquirem proeminência no debate da direita estadunidense a partir de 1980, com a reorganização e a submissão da agenda política às ordens morais. Em geral, representam o antagonismo de visões de mundo entre os campos conservador e progressista, transformando a cultura política do país.

> Foi justamente a formação de uma aliança conservadora inter-religiosa que agregava diferentes denominações que consolidou uma visão de mundo ortodoxa para enfrentar o secularismo progressista, produzindo um espécie de impulso dual e polarizado voltado a duas visões inconciliáveis de mundo (ORTELLADO; SILVA, 2022, p. 10).

Na década de 80, inicia-se uma aliança entre os setores religiosos e conservadores que culminaria numa reação conservadora aos novos movimentos sociais. Nesse momento, o embate contra a "ideologia de gênero", que possui papel central nas guerras culturais, começa a ter visibilidade na arena pública. Com a Nova Direita, esse movimento se fortalece ganhando novos contornos políticos e sociais, invadindo todas as instâncias da realidade sociopolítica.

Nessa esteira de polarização, provocaram manifestações e mobilizaram a formação de movimentos políticos no Brasil, atingindo diversos segmentos da população e estimulando a sociedade civil a repudiar, boicotar e censurar. Ao fazer uso da liberdade de expressão, esses grupos entrelaçam o liberalismo econômico com posições morais neoconservadoras para denunciar que os recursos públicos estão sendo direcionados pelo Estado para promover agendas de orientação política à esquerda.

> Daí os meios de comunicação, os espaços educacionais, os eventos artísticos, os círculos religiosos e os contextos familiares terem se transformado em ambientes de alto grau de tensão e animosidade, colocando em rota de colisão pessoas e grupos que, julgando portar a verdade em suas compreensões de mundo, se enfrentam muitas vezes à revelia dos parâmetros democráticos – não como adversários políticos, mas como inimigos (ORTELLADO; SILVA, 2022, p. 14).

De certa forma, essa vigorosa iniciativa configurou-se como antessala das eleições presidenciais no país e esteve alinhada com a programática antigênero que se alastra na América Latina, alcançando base popular, disputando o processo político eleitoral e orientando as políticas sociais, principalmente na área da educação.

A defesa da família como instituição central para preservação dos valores patriarcais e heterossexistas, surge como um elemento central nas disputas e estratégias políticas no espectro da direita. Durante os períodos eleitorais de 2018 e 2022, observamos que esse termo permeia as propagandas políticas e está presente na agenda do Plano de Governo de Bolsonaro e de seus apoiadores que almejam ingressar ou manter-se no cenário político-institucional.

No intuito de entender esse perfil, Isabela Kalil (2018) realizou uma extensa pesquisa com mais de 1.000 pessoas vinculadas à direita e à ultradireita entre 2016 e 2018 em São Paulo, que possibilitou identificar 16 diferentes tipos de agrupamento de apoiadores/as e potenciais eleitores/as de Jair Bolsonaro, tendo como principal fonte de dados de pesquisa as redes sociais e as mobilizações e protestos nos espaços públicos.[143] A pesquisa não objetivou traçar um perfil psicológico desses simpatizantes, tampouco estabelecer uma correlação entre personalidade e poder.

A estratégia de segmentação da comunicação, vista na lógica de Maquiavel, possibilitou encaminhar informações para diferentes perfis de possíveis eleitores, utilizando uma técnica similar à do ex-presidente Donald Trump nos EUA. Esse é um dado importante quando consideramos a multiplicidade do padrão dos/as eleitores/as, pois não existe "o eleitor do Bolsonaro" como um grupo social e homogêneo, conforme assevera a pesquisadora. O apoio e a simpatia de grupos e pessoas envolvem identidade de gênero, raça/etnia, pertencimento

[143] Entre eles, atos a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff, atos de apoio à Operação Lava Jato, manifestações de apoio ao juiz Sérgio Moro, manifestações contra o STF, marchas contra a ONU, marchas contra as drogas, marchas pela família, manifestações contra o aborto, carreatas em apoio a Bolsonaro, atos contra a corrupção, manifestações pela prisão de Lula, marcha pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), atos contra as manifestações de mulheres e feministas, apoio à greve dos caminhoneiros, e eventos de lançamento de candidaturas de deputados estaduais, deputados federais e governador, entre outros pequenos eventos (KALIL, 2018, p. 5).

religioso, território e classe social, mas também uma diversidade de experiências, crenças e engajamentos políticos que são frequentemente identificados sob o signo do “cidadão de bem”.

Essa noção de “cidadão de bem”, disseminada nas imagens dos documentários, torna-se um valor difuso que também serve para hierarquizar e classificar os movimentos sociais: de um lado o cidadão honesto que reivindica, de forma pacífica, a ordem, a nação e a família, separado daqueles tidos como ameaçadores, corruptos, terroristas e baderneiros.

Além disso, a pesquisa identificou que a chave analítica para entender o medo, o pânico e a repulsa – bases para a disseminação das *fake news* – concentra-se em dois elementos estruturantes que se materializam em variações em torno do comunismo e da ideologia de gênero, mencionados anteriormente. No senso comum, a fusão da doutrinação marxista de inspiração gramsciana que inspira o comunismo e a ideologia de gênero se traduz facialmente como risco à entidade sociofamiliar.

Neste estudo, fizemos um esforço para não tomarmos as mídias digitais desprovidas de uma análise mais acurada das relações sociais nas quais se inserem, pois, como afirma Moraes (2010), não nos resta dúvida de que as definições ideológicas dos meios de comunicação centralizam aspectos mercadológicos, socioculturais e políticos. Como produção de sentido, um dos traços da mídia é a capacidade de processar demandas de audiência, sejam elas massivas, segmentadas ou hipersegmentadas (MORAES, 2010). Com efeito, podemos pensar no público-alvo, nos consumidores e na clientela aos quais se destinam os vídeos e noticiários da Plataforma Brasil Paralelo.

Moraes (2010) resgata os *Cadernos do Cárcere*, de Gramsci, para qualificar os meios de comunicação como sustentáculo ideológico do bloco hegemônico, cumprindo a função de organizar e difundir tipos de cultura para a formação de consenso. Esse direcionamento está organicamente atrelado a determinado agrupamento social que deseja manter sua clientela e angariar e ampliar sua influência ideológica.

As orientações de uma classe hegemônica ultrapassam a coerção e a base material, sendo calcadas num conjunto explícito de estratégias e táticas de persuasão e convencimento dos diferentes grupos sociais. As interpretações convincentes em torno de uma história única e absoluta sustentada numa suposta neutralidade e objetividade são permeadas por ações concatenadas (supostamente informativas) sobre o quadro social, impedindo que aconteçam o contraste e o confronto com outras ideias. Contudo, isso não impede que elas continuem existindo e compondo o cenário de divergências e embates pela hegemonia, pois a sociedade civil não é um todo harmonioso e homogêneo.

Nesse caleidoscópio de eleitores do Bolsonaro, Isabel Kalil (2018) identifica as **"pessoas de bem"**, que são pautadas na família e no futuro da nação, objetivando instituições fortalecidas para o fim da impunidade e da corrupção; os que desempenham a **masculinidade viril**, que defendem o armamento para os civis fazerem justiça com as próprias mãos; a ala dos **militares e ex-militares**, que reivindica a guerra às drogas como solução para a segurança pública; as **etnias de direita**, que querem diluir as diferenças entre as classes, etnias e gêneros e sentem-se perseguidas pelos militantes de esquerda; **os periféricos de direita**, que discursam pelo Estado mínimo; **os líderes religiosos**, que militam pela defesa da família e contra a ideologia de gênero, e **os seus fiéis**, que endossam a percepção de que a família tradicional vem sendo ameaçada e de que o PT levou a "ideologia de gênero" e o "*kit gay*" para dentro das escolas.

Nessa arena, existe a **"mãe de direita"**, que tem na política de educação o seu principal campo de batalha ideológica para enfrentar a doutrinação marxista e o fantasma da ideologia de gênero que ameaça a sacralidade familiar e a inocência dos seus/suas filhos/as (KALIL, 2018).

A autora aponta a presença de ***nerds***, ***gamers***, ***hackers*** e ***haters***, que contam com alta popularidade entre os jovens e se organizam em fóruns restritos na internet. Foram responsáveis por disseminar a imagem de Bolsonaro na pré-campanha e organizar ações coletivas de ataques a determinadas páginas consideradas "esquerdistas".

Concomitantemente, foram disseminadas narrativas visuais e estéticas, orquestradas por esse setor específico, que vinculavam o ex-presidente ao contexto de super-heróis destemidos e corajosos do complexo militar-industrial estadunidense. A postura adotada como um justiceiro indestrutível (Bolsonaro, Sérgio Moro, Olavo de Carvalho) carrega consigo um apelo robustamente masculinista, fálico e letal, sendo que a representação da violência se manifesta de forma eloquente nas poses dos corpos segurando armas mortíferas (ARANTES *et al*., 2021).

A autora do blog *Escreva, Lola, escreva* é uma das vítimas mais conhecidas desses fóruns extremistas – chamados de *chans* – que fomentam perseguições, ameaças e ataques de diversas ordens. Esses celibatários involuntários – *incels* – são supremacistas brancos masculinos que nutrem um sentimento de ódio às mulheres, sobretudo feministas; negros/as e pessoas LGBTI+, pois acham injustas as políticas de equiparação de direitos. Desde 2012, a professora universitária registrou 11 boletins de ocorrência. O seu caso inspirou a Lei 13.642/2018, que atribui à Polícia Federal a responsabilidade pelas investigações de crimes cibernéticos motivados pela misoginia.

Debora Diniz é outra vítima dos *haters.*[144] Após uma série de linchamentos virtuais e ameaças constantes de morte e agressão contra ela e seus familiares, amigos/as e alunos/as, a professora, pesquisadora e antropóloga da Universidade de Brasília (UnB) foi inserida no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e teve que deixar o país.

O segmento das **femininas e "bolsogatas"** é formado por mulheres de direita de classe média e classe alta, entre 20 e 30 anos, financeiramente independentes, com diplomas em áreas diversas e inserção em distintas profissões. Contrapõe-se às feministas e ao discurso de "vitimização das mulheres", pautando o empoderamento feminino e individual para além do "mimimi".

Os homossexuais conservadores e de direita, por sua vez, acreditam que "homem é homem", independentemente de ser *gay* ou heterossexual. Kalil (2018) assinala que, embora, esse grupo não seja numericamente a maior base de apoio a Bolsonaro, seu perfil é essencial para ajudar a comprovar a tese de que o candidato não é homofóbico e respeita as liberdades individuais, desde que seja respeitado. A crença difundida é de que a violência ocorrida contra as pessoas LGBTI+ acontece com aquelas que "dão pinta" e desacatam o espaço público.

Os **estudantes pela liberdade** reivindicam um voto rebelde contra a doutrinação marxista. Segundo a autora, esse é um dos perfis mais heterogêneos por comportar estudantes de Ensino Médio público e particular, bem como de universidades públicas e privadas. Pautados na retórica do mérito, colocam-se como contrários às políticas de acesso e permanência nas instituições educacionais e a qualquer mecanismo de cota que "facilite ou privilegie" determinadas camadas sociais.

Os **influenciadores digitais** que podem ser convertidos, ou seja, pessoas que já foram comunistas, *gays*, feministas, ateus e militantes de esquerda, mas que abandonaram esses movimentos e assumiram posturas críticas. Nessa parcela de possíveis eleitores/as, segundo a pesquisadora, há a presença de celebridades que declararam apoio a Jair Bolsonaro e pensadores, intelectuais e jornalistas que lançam tendências alinhadas à direita internacional. Em geral, procuram salvar o Brasil da possibilidade de se tornar um regime de esquerda autoritário, pobre e violento, tal qual a Venezuela.

Há o perfil dos **monarquistas** que objetivam o retorno ao passado glorioso dos tempos imperiais. Esse grupo possibilitou a eleição, como deputado federal, de Luiz Philippe de

---

[144] Desde 2018, a pesquisadora tem se dedicado a estudar o perfil desses *haters*. "Basicamente são homens ressentidos, de 30 a 40 anos, ligados a grupos de extrema direita, neonazistas e *incels* (celibatários involuntários que atrelam o fracasso de suas vidas amorosas a uma suposta banalização das relações sexuais). Enxergam a ascensão de mulheres e LGBTs como afronta à masculinidade e não costumam deixar rastros nem indícios de uma célula de articulação do movimento" (PIRES, 2018).

Orléans e Bragança, considerado príncipe na linha sucessória. Inclusive, ele chegou a ser cogitado como candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro. Para esse grupo, a solução seria a restauração dos poderes monárquicos, restabelecendo a família imperial na linha sucessória, tendo em vista que a República teria provocado uma situação política e social muito instável (KALIL, 2018).

Para finalizar, a pesquisa registra a presença dos **meritocratas**, que expressam o discurso do antipetismo dos liberais que venceram pelo próprio esforço. Em geral, estão interessados na adoção de posições economicamente neoliberais. E **os isentos, que acreditam que política não se discute**: são pessoas que defendem que Bolsonaro não representa a solução para os problemas do país, mas possuem um forte sentimento antipetista, anticorrupção ou antissistema.

Com base nesses resultados, a autora identifica que, ao longo da campanha, o perfil de eleitor de Bolsonaro definido como "homem jovem" tornou-se cada vez mais heterogêneo, mesmo com o registro de adesão entre os escolarizados e com maior renda.

A mudança no perfil do eleitorado e a diversificação da base de apoio interferem sobremaneira nas estratégias e técnicas de comunicação da direita mais extremada, tendo em vista que o conteúdo direcionado para as identificadas como "mães de direita" é diferente do material enviado para os "*nerds*, *gamers*, *hackers* e *haters*". Ou seja, seu discurso não se trata de simples contradições e incoerências, mas de uma estratégia comunicacional de assumir diferentes formas, a depender das aspirações e repúdios dos seus/suas apoiadores/as.

Entre as inúmeras estratégias de fortalecimento dessas mobilizações, há um conjunto de estereótipos representativos que são capitaneados pela extrema direita para estabelecer a linha limítrofe da cidadania e da perseguição, através do cooptação de cidadãos/ãs negros/as, *gays*, mulheres e indígenas para implementação de políticas nefastas e reacionárias, produzindo uma espécie de "ícone ideal". São corpos preenchidos de significados que se apropriam do *"*lugar de fala*"*[145] e que estão dispostos a seguir a cartilha da extrema direita, ainda que revelem posicionamentos racistas, misóginos e LGBTfóbicos.

Na interpretação de Mariah Silva (2021), a manipulação do processo de iconificação significa um esforço de desarticulação das políticas de representatividade, tão caras aos

[145] "Afinal, existem mulheres e negros que pertencem e/ou fazem o jogo da classe dominante, buscando perpetuar os privilégios dela e, ao mesmo tempo, participar desses privilégios. Tem muita mulher por aí, que, de comum com as lutas das feministas, só tem mesmo uma coisa: o sexo feminino. No restante, elas são tanto ou mais masculinas do que muitos homens que a gente conhece" (GONZALEZ, 2020c, p. 300).

movimentos sociais de negros, mulheres e população LGBTI+, posto que é um exercício direto de esvaziamento das políticas de visibilidade social.

A gestão do ex-presidente Bolsonaro contou com diversos protagonistas negros, indígenas, mulheres e LGBTI+ que desempenharam papéis significativos, tanto ativamente no governo quanto em processos de visibilidade e mobilização. Um exemplo notável é o de Karol Eller, uma ativista política do bolsonarismo que mantinha laços estreitos com a família Bolsonaro. Em 2019, ela foi nomeada para um cargo na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), refletindo sua proximidade com o governo, sendo exonerada em 2023 após sua participação nos ataques antidemocráticos ocorridos em 8 de janeiro. Nesse mesmo ano, a influenciadora digital envolveu-se em um retiro religioso que oferecia terapias de reconversão sexual. Posteriormente, Karol Eller foi encontrada morta após a publicação de uma nota em suas redes sociais, sugerindo a possibilidade de suicídio.

As pulverizações das terapias de reconversão sexual sustentam a possibilidade de uma cura para a homossexualidade e para a transexualidade, fundamentando-se na busca pela causa que determina a sexualidade e a identidade de gênero dissidente da norma, apoiando-se nos limites biológicos e religiosos da reprodução. O preconceito, sob a roupagem da ciência, dissemina-se em diversos grupos e categorias profissionais que advogam a favor do tratamento e extirpação da homossexualidade, revivendo a concepção de que esta é uma condição patológica.

Essas perspectivas ignoram a remoção da homossexualidade da lista de transtornos mentais, ocorrida na década de 1970, liderada pela Associação Americana de Psiquiatria e pela Associação Americana de Psicologia. Tal exclusão foi oficializada pela OMS em 17 de maio de 1990, quando a homossexualidade foi retirada da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde (CID 10).

Os primeiros registros no Brasil advêm com a retirada da classificação do "homossexualismo"[146] da lista de transtornos mentais pelo Conselho Federal de Medicina (1985) e o estabelecimento de normas éticas com a Resolução Nº 1/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que dispõe que "psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados".

[146] Segundo Bortolini (2008), o sufixo "ismo" é de origem grega e carrega dois sentidos: a de doutrina, seitas ou conjunto de ideias ou a ainda ideia de doença. Já o sufixo "dade" traz um sentido de expressão e manifestação humana. A ideia do "homossexualismo", geralmente difundido por setores conservadores que seguem uma linha política de opressão à comunidade LGBT, carrega uma ideia de doença e patologia, desrespeitando a saída da homossexualidade dos códigos internacionais de doença (CID e DSM) nos anos 1990.

Apesar das posições da OMS, do CFP e de outras instituições mais críticas, persistem discursos endossando a visão da homossexualidade como um problema moral a ser erradicado, muitas vezes propondo soluções milagrosas ou terapêuticas ligadas ao livre mercado. Essas narrativas cristalizadas nas práticas institucionais ecoam no século XXI, gerando implicações sociais e políticas, especialmente no que diz respeito ao acesso às políticas sociais.

No Brasil, a centralidade da família foi protagonizada pelo MMFDH, ambicionando a transformação de uma política de governo em política de Estado, através da colonização da estrutura estatal pela ofensiva antigênero.[147] A disposição ideológica que vigorou no período das eleições presidenciais de 2018 transmutou-se em atos públicos, ações políticas, propostas legislativas e posicionamentos antigênero nas diretrizes dos direitos humanos, enraizando-se no aparelho do Estado.

Desde 2020, o MMFDH manteve a família como foco prioritário das suas ações, propondo políticas e mecanismos de promoção e monitoramento das famílias em níveis estadual e municipal com o estabelecimento de parcerias com entidades religiosas e linhas de investimento financeiro, atuando na criação de plataforma de cursos a distância voltados para agentes públicos, sociedade civil e conselhos tutelares no âmbito do Projeto "Famílias Fortes" e no aprimoramento de pesquisas científicas conservadoras, em articulação com a CAPES, para endossar os vínculos religiosos.

Embora, a ideia de "verdade" da extrema direita esteja calcada nos preceitos divinos, há todo um esforço teórico-político para inseri-lo em paradigmas científicos, conforme vimos nos documentários analisados. Nessa disputa de sentidos, principalmente das temáticas de gênero, sexualidade e família, há um incentivo de publicações financiadas pela CAPES para respaldar as ações e projetos governamentais de fortalecimento da estrutura familiar. O Seminário "Marco Zero" foi uma iniciativa do Programa Família e Políticas Públicas no Brasil, numa parceria entre a SNF do MMDFDH e a CAPES para consolidar produções científicas que primassem pela valorização da família.

Na ótica neoconservadora, o Estado atribuiu às políticas sociais os papéis que deveriam ser da família, da Igreja e da comunidade, de maneira que as "famílias desestruturadas" e o aumento da criminalidade seriam produtos de um Estado interventor, cuja governabilidade deveria apenas incentivar a livre iniciativa. Logo, pode-se afirmar que neoconservadores

[147] Ao lado da Hungria e da Polônia, o Brasil encabeça uma frente internacional para fomentar e ampliar uma agenda ultraconservadora, a exemplo da intentona materializada na Declaração do Consenso de Genebra sobre Promoção da Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família, de 2020, que reforça o papel da família como unidade fundamental da sociedade (SPW, 2021).

criminalizam políticas públicas e a pobreza, sendo oportuno para eles considerar mulheres, negros e LGBTI+ como desajustados, dependentes, marginais e criminosos.

Assim, as funções familiares ocupam o lugar do Estado Social e as legislações morais substituem a justiça social. Não por acaso, Friedrich Hayek, principal ideólogo da doutrina neoliberal, defendia que o apelo às normais tradicionais é um instrumento essencial para forjar-se uma sociedade livre, moral e ordenada.

Com a crise de 2008, o neoliberalismo fortaleceu o papel social da família em meio à intensificação das medidas de austeridade, dos cortes nos serviços públicos, do aumento do desemprego e do trabalho intermitente. Na ausência de serviços públicos universais e/ou da focalização das políticas sociais, a família aparece como responsável pelo autocuidado, bem-estar e sobrevivência dos seus entes (ARRUZZA, 2019).

Com esse avanço da desdemocratização que vimos nas seções anteriores, as forças da direita em ascensão disputam a noção de família, tão cara ao léxico das políticas públicas.

Nesse processo, mobilizam a família nuclear e heteronormativa como instituição central na agenda nacional para implementação de políticas de austeridade. A inflexão para à direita reforça as campanhas antigênero e fornece-lhes novos apoiadores, na medida em que adotaram a noção de "ideologia de gênero", que compartilha algumas estruturas político-ideológicas com a fadiga populista da extrema direita, alimentada por discursos fundamentalistas e religiosos. Igualmente, há as reações à crise econômica e às rigorosas medidas de austeridade que reiteram o papel da família nas políticas neoliberais, a instauração da política do medo, a crítica à interferência globalista das elites internacionais corruptas, a nostalgia de uma era de ouro perdida, as ameaças às masculinidades e feminilidades, a criação das divisões binárias entre "nós e eles" e as teorias da conspiração que interseccionam e fermentam a relação entre a extrema direita e o combate à suposta "ideologia de gênero" (PATERNOTTE, 2018).

A família, enquanto categoria analítica, precisa ser entendida e questionada de forma flexível e plural, no intuito de reconhecer a multiplicidade e as modificações dos arranjos familiares, sobretudo nas últimas décadas. Para tanto, precisamos nos afastar de abordagens superficiais e restritas que defendem o ambiente familiar como espaço divino, naturalizado e inviolável.

> Claro que que é importante dar a todos que o queiram a possibilidade de buscar formar famílias, no formato que desejem, mas ainda precisamos dessacralizar a "família". A família é também um lugar de opressão e de violência. A defesa de uma concepção plural de família não pode colocar em segundo plano a ideia de que é necessário proteger, sempre, os direitos individuais dos seus integrantes. E entre estes direitos

> está o de ter acesso a uma pluralidade de visões de mundo, a fim de ampliar a possibilidade de produção autônoma de suas próprias ideias (MIGUEL, 2016, p. 605).

O ideal social "familista" é funcional para a mercantilização capitalista, ao passo que a família heteropatriarcal e monogâmica se torna uma unidade econômica vital para a manutenção da ordem social pela atribuição de papéis a homens e mulheres. Não por acaso, a ideação da maternidade implica nos processos de redefinição do Estado em torno da implementação de políticas assistenciais que responsabilizam as mulheres pelo cuidado da unidade familiar e repercutem no barateamento da força de trabalho.

A organização do trabalho doméstico na sociedade do capital, desempenhado majoritariamente por mulheres, retoma a centralidade da família no processo de reprodução social, através da naturalização destas no lugar de cuidadoras. As atividades vinculadas à dimensão do "cuidado", marcadas pela gratuidade, são decisivas na extração da mais-valia.

Nesse cenário, a instituição familiar, que representa uma das esferas sociais mais naturalizadas da sociedade, não apenas está sujeita a influências internas, mas também se depara com fatores externos. Isso evidencia que os eventos relacionados vão além de simples respostas biológicas universais às necessidades humanas, configurando-se como distintas respostas culturais e sociais. Como exemplo, Sarti (2008) destaca que, embora as tecnologias de anticoncepção e reprodução assistida tenham aberto espaço para novas experiências no domínio da sexualidade e reprodução humana, introduzindo mudanças tanto no plano objetivo quanto subjetivo, não lograram dissolver completamente a associação da noção de família com a natureza biológica do ser humano.

Em outubro de 2023, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 5167/2009, de autoria do ex-deputado Capitão Assumção (PSB-ES), que proíbe explicitamente o casamento homoafetivo e a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Esse projeto, agora destinado a outras instâncias legislativas, propõe a criação de uma nova modalidade de união civil. A justificativa para tal medida baseia-se na alegação de que a prática vigente seria uma afronta à literalidade do texto constitucional.

O relator do projeto na Comissão de Previdência, o deputado Pastor Eurico (PL-PE), defendeu a posição de que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode ser equiparada ao casamento, à união estável e à entidade familiar, o que reflete uma abordagem que levanta preocupações sobre os direitos da população LGBTI+ (SALLES, 2023).

As experiências vivenciadas e socializadas no seio da família são solidificadas por meio de dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos. Assim, a definição

e a concepção do que é e como deve ser a família são influenciadas por uma visão que a considera uma unidade biológica formada segundo as leis da natureza, conforme denotado nos documentários analisados e na interpretação da Nova Direita, bem como da sua face mais radicalizada.

Nessa linha argumentativa, Sarti (2008) assinala que discutir a temática da família implica abordar as complexas mudanças e os padrões difusos de relacionamento que se manifestam no cenário do século XXI. Tais modificações não apenas reverberam no âmbito jurídico, como também influenciam o estatuto legal da família e as políticas sociais, resultando de uma interação complexa de diversos fatores sociais. Entre os movimentos preponderantes que reivindicam a ampliação da compreensão acerca da família, destacam-se o movimento feminista e a luta em prol dos direitos da criança.

No contexto brasileiro, acrescenta-se a relevância do movimento LGBTI+, cuja atuação desde a década de 1970 tem suscitado questionamentos em relação às conjugalidades heterocentradas, ao determinismo biológico, à maternidade compulsória, aos papéis sociais predefinidos, à vinculação entre gênero e genitália, e à heteronormatividade, apostando na diversidade das configurações familiares e na luta contra a violência sistemática. Nesse sentido, há reivindicações em favor do casamento civil igualitário, da adoção, das parentalidades e conjugalidades LGBTI+, dos direitos civis, bem como do reconhecimento das identidades de gênero e sexualidades plurais.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorreram alterações significativas no contexto da família. A primeira diz respeito à modificação do pátrio poder, expresso na ideia de que o pai é o chefe da família, detendo autoridade final na criação dos filhos. Essa mudança representa a ruptura com a tradicional chefia masculina determinada pelo patriarcado, estabelecendo o compartilhamento de direitos e deveres entre homens e mulheres. Outro aspecto relevante foi o fim da distinção entre filhos legítimos e ilegítimos, introduzido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que passou a considerar todos os filhos como sujeitos de direitos. Conforme destacado por Sarti (2008), o ECA dessacralizou a concepção tradicional da família, introduzindo a necessidade legal de proteger qualquer criança contra eventuais abusos cometidos por seus próprios familiares. O esforço para dessacralizar a família é legítima, na medida que essa instituição pode se configurar como um espaço primário de violência e desigualdade, especialmente quando examinamos as dimensões de gênero e sexualidade. Ao mesmo tempo, o estatuto reitera a convivência familiar como um direito fundamental da criança.

> Pode-se pensar a noção de família como uma "categoria nativa", ou seja, de acordo com o sentido a ela atribuído por quem a vive, considerando-o como um ponto de vista. Embora nunca estejamos inteiramente seguros de que o que atribuímos ao outro corresponde ao que ele atribui a si mesmo – dificuldade inerente às relações intersubjetivas –, pode-se ao menos buscar uma abertura tendo em vista essa aproximação (SARTI, 2008, p. 36).

Nesse aspecto, o trabalho com família deve enfatizar o plural, ou seja, famílias, creditando a diversidade de configurações familiares possíveis. Desse modo "[...] falar sobre famílias – e a ênfase no plural é importante e faz toda a diferença – significa pensá-la em suas relações tanto com a sociedade mais ampla onde se inserem quanto, também, nas formas como estas se atualizam na vida diária das pessoas que lhe dão concretude" (FREITAS *et al*., 2010, p. 16).

> A família, nas suas mais diversas configurações, constitui-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como estado trabalho e mercado. Reconhece-se também que, além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos (MIOTO, 2010, p. 168).

A partir do reconhecimento da centralidade da "família" na arquitetura bolsonarista, Andréa Morais, Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) chama a atenção para a "Família 2.0" que se apoia na focalização das ações de intervenção pública, ao mesmo tempo que defende a família, no seu sentido singular, como esfera moral a ser renovada. Impõe-se uma relação de unidade entre a família e o Estado, pautado em valores do matrimônio e sobretudo da reprodução. Como rótulo de alicerce da sociedade, a família é "entendida como muitas coisas distintas: antídoto para comportamentos de risco, meio para reduzir o gasto público, alicerce da sociedade civil, promotora da tríade liberdade, autonomia e responsabilidade" (MORAIS, 2021).

As agendas populistas e autoritárias vêm conquistando espaço em diversas camadas sociais, impulsionadas pela insatisfação antissistêmica e pela descrença total na democracia representativa. Uma chave para compreender esse fenômeno está nos efeitos severos da crise econômica e política, que resultaram em uma cascata de desemprego em massa, empregos precarizados e na redução do papel do Estado nas manifestações da questão social. Nesse contexto, o papel tradicional do pai de família como provedor da casa é modificado e questionado pelas políticas de gênero e sexualidade, levando-o a sentir-se indignado e compelido a defender a única instituição na qual ainda exerce algum domínio: a família. Assim,

o medo se transforma em ódio, assumindo um caráter de guerra que implica a eliminação daqueles que ousam questionar a estrutura patriarcal e heteronormativa.

Essa percepção dialoga com as análises de Rosana Pinheiro Machado (2019), que afirma que as crises econômicas desempenham um papel fundamental na formação de subjetividades, emoções e frustrações das pessoas. Nesse contexto, os homens temem perder poder na hierarquia patriarcal, pois a crise econômica desestabiliza o papel estruturante da identidade de provedor, especialmente diante do fortalecimento do feminismo.

Ao examinar a complexa trajetória que culminara na catástrofe das eleições presidenciais no Brasil com a eleição do líder populista e autoritário em 2018, Corrêa (2018) aproxima-se das tendências estruturais que desenham o pano de fundo da ofensiva à direita, elencando a enraizada cultura de corrupção política que mobilizou os protestos nas Jornadas de 2013 e pró-*impeachment* no ano de 2015, a sedimentação do dogmatismo religioso, as baixas taxas de crescimento econômico e a recessão de 2014 que devastaram o emprego e a renda dos mais pobres (CORRÊA, 2018).

No Brasil, o discurso bolsonarista assume uma retórica masculinista através de complexo fálico saliente que é constantemente reiterado e posicionado nas suas intervenções públicas. Numa imbricação entre o “poder do macho” e a “violência”, tais posicionamentos expressam uma falta de decoro e escárnio frente à realidade, remontando ao atraso colonial.

Com efeito, o bolsonarismo congrega uma atrativa performance masculinista, heterocentrada e embranquecida que deve ser adotada, preservada e estimulada. O Bolsonaro que ocupou a posição de chefe maior do Poder Executivo da República é o principal expoente dessa virilidade, através de uma estética militarista e masculina, performando um homem simples e atlético, sudestino, heterossexual, politicamente incorreto e nada florestal. Trata-se de identificações constitutivas do pertencimento do povo e do projeto de nação heteropatriarcal, colonial e racista que é veiculado historicamente pela elite brasileira, cujas raízes radicam-se no Brasil profundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> [...] que tipo de futuro podemos erigir se o basearmos na trivialização da tortura, no aplauso ao arbítrio, na normalização do terror de Estado e na consignação de uma multidão ao *status* de nao-cidadãos, cujos sofrimentos e esperanças não têm valor? (ÁVILA, 2021, p. 177).

Em linhas gerais, este estudo se propôs a acionar e construir chaves interpretativas para compreender de que maneira a extrema direita no Brasil acionou as ordens de gênero e sexualidade na pauta política no decorrer dos anos de 2010 a 2020, através da análise audiovisual da Plataforma Brasil Paralelo. Ao analisar as múltiplas frentes do Movimento Bolsonarista e as tendências neofascistas em curso, evidenciamos o protagonismo do "dispositivo da ideologia de gênero", articulado com o espectro do anticomunismo, bem como a centralidade da família heteronormativa como instituição elementar na arquitetura neoconservadora e neoliberal da extrema direita brasileira.

Permeada pelos dados coletados, esta pesquisa esteve entrelaçada com a revisão teórica sobre os pânicos morais; as políticas antigênero; a família; o avanço do neofascismo e do neoconservadorismo pela radicalização da Nova Direita brasileira; as dimensões estruturais da raça, do heteropatriarcado e da classe social na formação brasileira e seu cariz colonial, imersas no capitalismo dependente e periférico; o receituário neoliberal que invade todas as esferas da vida social; a desinformação nos ambientes digitais; o fantasma do anticomunismo; e o colapso da democracia diante da crise econômica e política.

Considerando as transformações profundas que ocorreram no Brasil no último decênio, procuramos entender o que estava acontecendo com o país. Deparamo-nos com o autoritarismo em curso, os ataques aos direitos sociais e políticos, o acirramento da luta de classes e a polarização e desdemocratização do país, entendendo que não é uma novidade no cenário brasileiro. Por essa razão, debruçarmo-nos sobre as particularidades do dispositivo antigênero na realidade brasileira encabeçado pela extrema direita, o que exigiu resgatar que a história deste país esteve assentada nos pilares do racismo, do heteropatriarcado e das desigualdades econômicas e sociais. É nessa perspectiva que entramos na disputa da escrita da história. Não foi uma tarefa fácil, diante dos regimes de ódio gerados pelas estratégias de comunicação que, sem sombra de dúvida, possuem eficácia política.

A esse respeito, coadunamo-nos com os/as pesquisadores/as que discordam das leituras que vinculam tal debate a uma cortina de fumaça, como se as dimensões de gênero e sexualidade na cena pública ocultassem a drástica neoliberalização da economia. Não por acaso, o Governo

Bolsonaro se tornou central para a manutenção da agenda conservadora no palco internacional, reafirmando o compromisso com a cruzada antigênero, ao promover a implementação e o financiamento de programas e projetos voltados ao fortalecimento da família (CORRÊA, 2018).

Nessa empreitada, precisamos reviver as memórias de indignação, intimidação, agonia, medo, insegurança e incredulidade da atmosfera que pairava no período eleitoral de 2018, somadas à dificuldade de continuar respeitando familiares e amigos próximos que optaram pelo neoconservadorismo mais truculento. Em concordância com Mano Brown (2018)[148], recuso-me a acreditar que familiares e amigos componentes da classe que vive da venda da força de trabalho transformaram-se em "monstros" da noite para o dia, posto que nem todos os/as eleitores/as de Jair Bolsonaro são organicamente alinhados à extrema direita e às narrativas neofascistas. Afinal, nem todos os 57,8 milhões de eleitores/as que teclaram 17 nas urnas eletrônicas na eleição presidencial de 2018 são defensores/as declarados de políticas autoritárias.

Hegemonizando a direita brasileira, a extrema direita, através do seu movimento mais articulado, contínuo e sistemático – o bolsonarismo –, ocupou o Congresso Nacional e esteve presente nas ruas, nos grupos sociais, nas comunidades de bairro, nos ambientes familiares, nas escolas, nas mídias e nas igrejas.

A leitura simplificada da polarização política não foi suficiente para entender o que se passava no Brasil contemporâneo, dado que as próprias regras do jogo estavam sendo questionadas através de práticas como o desrespeito às instituições, o ataque ao Estado Democrático de Direito, a desconfiança sobre a legitimidade das urnas eletrônicas, a disseminação de *fake news*, a censura ao pensamento crítico, as perseguições aos movimentos sociais, a violência política e o negacionismo em relação aos fatos históricos.

Entretanto, a direita em sua face mais extremada conseguiu convencer muitos dos nossos. Precisamos compreender a complexidade do voto do/a eleitor/a e trabalhador/a cansado/a e indignado/a que perdeu a fé na democracia e que acreditou que também perderia o domínio da entidade familiar. Além disso, precisamos construir uma gramática para dialogar com esse novo perfil de trabalhador/a informal e precarizado/a que corresponde a 40,1% da população brasileira em 2022, de acordo com os dados da PNAD Contínua do IBGE.

Acompanhando as reflexões de Rosana Pinheiro Machado (2019), entendemos que não conseguimos contar a história completa de como chegamos até aqui, tampouco pensar as possíveis rotas de fuga que temos hoje, de forma concreta. Entretanto, sabemos que não

[148] Discurso realizado no Comício no contexto do 2° Turno no Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ojQ0QuYDT9Q. Acesso em: 5 abr. 2022.

podemos abrir mão da possibilidade de idealizarmos outro futuro possível que implique no fortalecimento da democracia alinhada aos direitos humanos e a justiça social. Para tal, é essencial promover o reencontro do Brasil consigo mesmo por meio do esforço em contar a história que foi compulsoriamente ocultada, com destaque para o Movimento Negro e os povos originários, as lutas feministas e LGBTI+. Além disso, é crucial desenvolver outras ferramentas que considerem outros modos de vida, possibilidades de existência e saberes que se constroem em oposição às imposições do capital. O Bem Viver, apresentado por Alberto Acosta, é uma oportunidade de imaginar novos mundos e construir outra sociedade alinhada aos saberes ancestrais e a cosmogonia indígena que se opõe ao extrativismo e ao colapso civilizatório imanente ao capitalismo. É imperativo imaginar novos futuros nos quais a utopia seja compartilhada coletivamente e transcenda a figura do herói nacional, através da articulação de políticas de vida que prevê o fortalecimento de relações comunitárias e solidárias.

Não podemos deixar de mencionar, ainda que brevemente, as manifestações contrárias às políticas draconianas no decorrer desse tempo histórico. Paralelamente, fizemos o esforço de não tomar os processos sociais apenas do ponto de vista do capital, posto que temos uma oposição maior e mais intensa da sociedade organizada por partidos políticos e pelos movimentos sociais que intensificam as lutas na América Latina. Dado que é neste mesmo cenário que emergem as contradições e resistências, evidenciadas pelo notável feito da comunidade LGBTI, que alcançou um recorde histórico ao eleger 73 representantes nas eleições municipais de 2020. As candidaturas LGBTI agregaram um total expressivo de 450.853 votos, distribuídos por diversas regiões do país (IRINEU, OLIVEIRA, LACERDA, 2020).

Parte desses movimentos considera que a realidade é permeada por intersecções múltiplas de diferenciação, nas quais gênero, raça e sexualidade são dimensões constitutivas da experiência e da identidade do ser social, ao passo que atravessam a heterogeneidade da classe trabalhadora e incidem sobremaneira na exploração da força de trabalho, conforme os ditames do capitalismo heteropatriarcal. Com maior capilaridade na cena pública contemporânea, essas manifestações denunciaram o recrudescimento do conservadorismo, os ataques às políticas sociais e aos direitos sexuais e reprodutivos, bem como o caráter LGBTIfóbico das políticas governamentais.

O desespero e a indignação como pano de fundo não impediram que integrássemos movimentos de resistência[149] ao neofascismo que ameaçava a democracia. Em cidades de norte a sul do país, tivemos a histórica manifestação comandada por mulheres. Englobando diversas

[149] Embalada pelo ritmo da “Samba da Democracia” (EDUARDO GUIMARÃES, 2018).

vertentes do espectro político, o “Movimento Ele Não” (2018) aconteceu em repúdio às abordagens misóginas, sexistas e antidemocráticas do então candidato Jair Bolsonaro, que, naquele momento, liderava as intenções de voto.

Na contramão dos ataques à cena político-cultural do desmonte institucional, da ausência de recursos e dos casos recorrentes de censura de 2018 a 2022, tivemos uma frente ampla de resistência que idealizou filmes, curtas, músicas, peças de teatro, aulas públicas e intervenções artísticas que denunciavam diretamente o recrudescimento da democracia brasileira.

Neste momento no qual escrevo, final do ano de 2023, conseguimos derrotar Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022 no Brasil e eleger, com uma margem apertada no segundo turno, a chapa controversa formada por Lula e Alckmin. Entre todas as perspectivas possíveis para interpretar a vitória de Lula, que contou com uma frente ampla envolvendo outros candidatos, testemunhamos um momento histórico na recente história da democracia brasileira: o fato inédito de um presidente em exercício não ter conseguido a reeleição.

Sabíamos que, se Bolsonaro e o general da reserva Walter Braga Netto ganhassem, o próprio andamento desta pesquisa estaria comprometido pelo que estaria por vir. Nesse momento de incredulidade, experienciei a sensação de medo eminente: medo por ser professora, pesquisadora, feminista e bissexual. Medo de escrever, de contar, de ser perseguida, de ser processada e silenciada. Naquele momento, me recordei da poesia da Natália Correia (1957) exposta no Museu Aljube que diz que “dão-nos um bolo da nossa história que é a história sem enredo e não nos soa na memória outra palavra que o medo”.

Mesmo com a vitória de uma chapa que se coaduna com os valores democráticos, a experiência denota que não podemos ignorar o perigo, tampouco subestimar a reorganização da extrema direita, pois, embora o Bolsonaro tenha saído da presidência e se tornado inelegível, as organizações políticas bolsonaristas ainda permanecerão nas esquinas do jogo político. A tentativa ocorrida em 8 de janeiro de 2023 evidenciou a robustez da aliança política, respaldada pela colaboração militar, que culminaria num Golpe de Estado. Especialmente, no contexto de fortalecimento da extrema direita em nível internacional, com particularidades na América Latina, com a recente vitória de Javier Milei para a presidência da Argentina em novembro de 2023.

Ao contrário da esquerda organizada, percebemos que a extrema direita soube surfar no ecossistema das mídias sociais, replicando experiências estratégias de governos populistas e autoritários, especialmente as de Trump nos EUA. Inclusive, essa é uma tarefa para o campo progressista, pois temos que nos atualizarmos em relação aos usos e abusos da internet, através

de uma perspectiva crítica. Precisamos evitar cair na cilada de conceber a internet como algo meramente funcional, neutro, tecnicista e desvinculado da vida social. A premissa deste estudo, como delineado anteriormente, parte da noção de que a internet não pode mais ser dissociada do dia a dia das relações pessoais e profissionais, pois ela reproduz dimensões da realidade.

Com essa investigação teórico-metodológica, constatamos que a extrema direita disputa uma certa intelectualidade, fomentando um corpo editorial para fundamentar suas argumentações e defesas políticas. A Plataforma Brasil Paralelo se insere nessa empreitada, na medida em que está alinhada com a agenda bolsonarista e lança mão do repertório da extrema direita, reivindicando um verniz educativo, respeitoso, almejando mostrar o outro lado da história. Forjam uma engenharia manipulatória que se vincula a uma suposta verdade dos fatos, ao bom, correto e justo, mobilizando uma intelectualidade própria para disputar os sentidos e a direção das políticas públicas e sociais.

Ao longo dessa escrita, procuramos confrontar essa premissa veiculada pela extrema direita, que, no seu revisionismo histórico, nega a existência das hierarquias sociais que são usadas como sistema de opressão. Nas suas produções, reatualizam a figura do grande herói da nação brasileira, negam a história e consequentemente as políticas de reparação, sobretudo para as mulheres, negros, indígenas e LGBTI+.

Temos que reconhecer que um grande feito da extrema direita é conseguir dialogar e se aproximar daqueles/as que não formam a sua base social, mas que possuem pontos de identificação e convergências, atrás do medo, da proteção da entidade familiar, da defesa do politicamente incorreto, da pauta anticorrupção e do direito de supostamente estar em segurança, através da política do armamento. É uma postura diferente da esquerda, que demonstra ter dificuldade em dialogar com aqueles/as que não se coadunam, na sua totalidade, com o seu projeto político.

Nesse contexto, consideramos que é crucial que os pesquisadores se aliem aos produtores de conteúdo, jornalistas e movimentos sociais. Além disso, é essencial buscar alternativas ao projeto de desinformação, contando com o respaldo financeiro de institutos de fomento à pesquisa. O objetivo é competir, em certo grau, com a influência de plataformas milionárias, como a BP.

Temos a responsabilidade de tornar o conhecimento científico e a importância das instituições democráticas acessíveis à população, afastando-se do isolamento acadêmico e promovendo uma abordagem mais coletiva.

Frente a isso, resta a indagação de como nós poderíamos responder a esse quadro desalentador. Uma das saídas problematizada por Ávila (2021) é ir para além de uma

injustificável omissão, sem ceder a posições igualmente absolutistas sobre o conhecimento histórico e/ou à importância da historiografia disciplinada, espelhando o discurso e as práticas dos negacionistas e dos seus sequazes, reproduzindo um saber disciplinado, enrijecido e pouco plural.

Não é isso que almejamos com este estudo, mas sabemos que a linha é tênue nesse desafio, pois não poderemos replicar o desprezo pelo pluralismo científico, principalmente porque existem outras fontes de conhecimento, como sugere a decolonialidade. O pilar básico do projeto negacionista é justamente a falsificação do pretérito, e nisso já estamos do outro lado da história, dado que o pluralismo requer um compromisso com a ideia de verdade.

Em nenhuma medida, a defesa do pluralismo significa a permissão da negação, ocultação, manipulação e mentiras. Isso não dialoga com o labor da pesquisa científica, dos consensos historiográficos, da crítica especializada. Pluralismo não é uma aceitação acrítica em que cabe de tudo um pouco.

Todavia, é necessário recordarmos que negacionistas rejeitam o relativismo de que são acusados; pelo contrário, suas concepções de "verdade histórica" são calcadas em um anseio objetivista que não é de todo diferente daquele da ortodoxia disciplinar, isto é, não admitem que possam existir inúmeras representações dos fenômenos pretéritos, todas igualmente plausíveis (ÁVILA, 2021).

Obviamente que a ascensão de um líder de extrema direita e de seu movimento correspondente não é algo unicamente tributário de estratégias discursivas e visuais, aspecto no qual a Plataforma Brasil Paralelo possui protagonismo, configurando-se como principal porta-voz. Entretanto, deve-se reconhecer que os regimes de ódio gerados por estratégias de comunicação e informação possuem eficácia política e aderência da sociedade civil. Por essa razão, é fundamental avaliarmos a centralidade desse regime narrativo no contexto político-social, por se caracterizar como um aparelho privado de hegemonia que busca gerar consensos, ainda que falseados na realidade.

Nessa direção, questionamos se, de fato, devemos adotar a mesma estratégia maniqueísta disseminada pela extrema direita ou tentar entender como essas ideias, crenças e valores adquirem capilaridade na classe trabalhadora. Precisamos conhecer sua agenda, pauta e prospecções futuras para formularmos estratégias sociopolíticas que envolvam a sociedade, os movimentos sociais e as universidades para desaguar em ações.

Não podemos mais entrar na armadilha de que falar sobre eles é lhes dar projeção, pois reconhecemos que já possuem ampla capilaridade em segmentos da sociedade, dado que a nossa

preocupação é de que a difusão desse conteúdo de caráter negacionista e supremacista alcance as políticas culturais e educacionais e adentre cada vez mais nos currículos escolares.

Nessa linha argumentativa, pretendemos dar continuidade a este tema de pesquisa, refletindo sobre as contribuições do Serviço Social para o debate sobre a Nova Direita, da extrema direita, do neoconservadorismo e do neofascismo. Diante do extenso material coletado, que permite um vasto campo de pesquisa, objetivamos, em momento posterior da vida acadêmica, investigar as referências difusas que foram citadas no decorrer dos documentários analisados, seja para ancorar a narrativa, seja para a refutar veementemente. Essa propositura será interessante para compreender por que determinados autores possuem mais ressonância nas franjas da extrema direita brasileira.

Para finalizar, recuperamos a necessária percepção de que o "pessimismo da inteligência" deve estar a serviço do "otimismo da vontade", na medida que devemos nos propor a enfraquecer a permanência do conservadorismo, denunciar sua ingerência, recusar apelos moralistas, expor a faceta cruel do capitalismo, denunciando atos de barbárie, alargar as bases democráticas de nossa atuação profissional e não acatar a moralização das expressões da questão social. Nessa perspectiva, é ideal estarmos atentas/os à dinâmica societária, com capacidade de fazermos leituras críticas e de abertura à reposição cotidiana das lutas dos sujeitos pela expansão e cumprimento de direitos, solidárias/os a grupos minoritários em suas expressões de apelo à dignidade e condição de humanidade, reconhecendo as estratégias de resistência e de luta contra as durezas da vida cotidiana da classe trabalhadora e seus estratos mais precarizados atendidos nos serviços públicos (BORGES; MATOS, 2020, p. 84).

Sendo assim, o percurso assumido não objetivou esgotar as problemáticas e mediações possíveis que tangenciam essa temática. Inclusive, estas breves considerações finais lançam luz sobre a amplitude de questões históricas, ideológicas, econômicas e sociais possíveis que se relacionam com a delimitação deste estudo. A despeito do esforço teórico e metodológico de apreender o real nas suas múltiplas determinações, entendemos que a realidade é mais abrangente, complexa e multifacetada que as reflexões que produzimos e sistematizamos.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução Tadeu Breda. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

AGÊNCIA SENADO. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. *Agência Senado Notícias*, Brasília (DF), 28 dez. 2016. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasilhttps://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10621 Acesso 25 Jan 2022. Acesso em: 10 jan. 2022.

ALMEIDA, G. S. de. Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais. *Revista Katalysis*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 720-731, set/dez. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/TnFPFt8v6pSqYDJkr3ysK9f/?lang=pt . Acesso em: 9 jul. 2021.

ALMEIDA, R. de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, [*s. l.*], n. 50, 2017. Disponível em:

ALMEIDA, V. A. *Brasil Paralelo*: um estudo sobre a reconstrução da memória social. 2022. 126 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2022.

ALVORADA. Direção: Anna Muylaert; Lô Politi. Brasil, 2021. (90 min.).

AMOROZO, G. Pais aprovam as escolas ruins. *Veja*, 16 ago. 2008. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/pais-aprovam-as-escolas-ruins. Acesso em: 20 out. 2023.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão*: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANZALDÚA, G. Chamamos eles de sebosos. *Escamandro*, 17 fev. 2017. Disponível em: https://escamandro.wordpress.com/2017/02/17/gloria-anzaldua-1942-2004-por-thais-soranzo/. Acesso em: 20 out. 2023.

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 229-236, 1. sem. 2000. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106. Acesso em: 2 jun. 2022

AOS FATOS. Em 1.459 dias como presidente, Bolsonaro deu 6.685 declarações falsas ou distorcidas, 2022. Disponível em: https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/ Acesso em 14 jun. 2023.

ARANTES, P. F.; BARBOZA, I.; VILAS BOAS, A.; OKUMA, A. Assombro, transgressão e falsificação na estética de combate bolsonarista: armas discursivas e produção visual na vitória da extrema-direita em 2018. *Revista Eco-Pós*, [*s. l.*], v. 24, n. 2, p. 90-123, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27710. Acesso 18 nov. 2013.

ARAÚJO, M.; MAESO, S. R. Explorando o eurocentrismo nos manuais portugueses de história. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 15, n. 28, p. 239-270, 2010. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2559 24 Jun 2023. Acesso em: 9 jul. 2021.

ARRUZZA, C. A fantasia da normalidade: neoliberalismo, família e nova direita. *Esquerda Online*, 15 out. 2019. Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2019/10/15/a-fantasia-da-normalidade-neoliberalismo-familia-e-nova-direita/. Acesso em: 9 jun. 2021.

AVILA, A. L. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 161-184, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/cYtjsrRVpgcwbZh4c7C48FS/. Acesso em: 31 jul. 2023.

BACURAU. Direção: Kleber Mendonça Filho, Juliano Dornelles. Produção de Emilie Lesclaux, Saïd Ben Saïd e Michel Merkt. Recife: SBS Productions, Globo Filmes, Cinemascópio, 2019. 132 min.

BADARÓ, M. Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o Brasil de Bolsonaro. *In*: CISLAGHI, J.; DEMIER, F. (org.). *O neofascismo no poder (ano I)*: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 19-45.

BALESTRO, M.; PEREIRA, E. Brasil Paralelo: atuação, dinâmica e operação a serviço da extrema direita (2016-2020). *In*: SANTOS, M. A. M.; MIRANDA, J. E. (org.). *Nova direita, bolsonarismo e fascismo:* reflexões sobre o Brasil contemporâneo. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

BARBOSA, R. “O que elegeu Bolsonaro não foram os militares, foi a ideologia”, diz Damares Alves. *Gazeta do Povo*, 8 mar. 2019. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-que-elegeu-bolsonaro-nao-foram-os-militares-foi-a-ideologia-diz-damares-alves-ejfy1vv5750qqlxhudj636c6d/. Acesso em: 17 jan. 2022.

BARROCO, M. L. *Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 2005.

BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade,* São Paulo, n. 124, p. 623-636, 2015.

BARROSO, M. F. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 133, p. 446-462, 2018.

BATISTA JÚNIOR, J. Um Natal de fome no Jardim Papai Noel. *Revista Piauí*, 13 dez. 2021. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/um-natal-de-fome-no-jardim-papai-noel/. Acesso em: 10 jan. 2022

BAZZAN, A. 'Netflix' dos bolsonaristas gastou R$ 328 mil em anúncios de Facebook e Instagram. *Estadão*, 28 set. 2020. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/netflix-

dos-bolsonaristas-gastou-r-328-mil-em-anuncios-de-facebook-e-instagram/&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 2 abr. 2023.

BEHRING, E. R. ‘Escassez é um mito vendido caro’: sobre o orçamento público em tempos de pandemia. *Esquerda Online*, 19 mar. 2020.

BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma*: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. R. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. *In*: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; LIMA, R. de L. (org.). *Marxismo, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2018.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social*: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Revista Contemporânea*, [s. *l.*], v. 4, n. 1 p. 165-182, jan.- jun. 2014.

BENTO, B. *O que é transexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, C. *O pacto da branquitude*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BIROLI, F. A reação contra o gênero e a democracia. *Revista Nueva Sociedad*, [*s. l.*], p. 76-87, dez. 2019. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/6.TC_Biroli_EP19.pdf. Acesso em: 2 jun. 2022.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul.-dez. 2015. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124/G%C3%AAnero%2Cra%C3%A7a%2Cclasse%3Aopress%C3%B5es%20cruzadas. Acesso em: 20 out. 2023.

BOITO JÚNIOR, A. O neofascismo no Brasil. *Boletim Lieri*, n. 1, maio 2019. Disponível em: https://laboratorios.ufrrj.br/lieri/boletim-lieri-o-neofascismo-no-brasil/. Acesso em: 9 jun. 2021.

BOITO JÚNIOR, A. Os atores e o enredo da crise política. *In*: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. *Por que gritamos golpe?*: para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 23-30.

BOLSONARO, J. M. *Voto do Deputado Federal, à época filiado ao PSC, no processo de impeachment da Presidenta Dilma Roussef*. Sessão realizada em: na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), em 17 abr. 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=091.2.55.O&nuQuarto=3&nuOrador=1&nuInsercao=359&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=OD&Data=17/04/2016&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ. Acesso em: 11 dez. 2021.

BONSANTO, A. Narrativas “historiográfico midiáticas” na era da pós-verdade: Brasil Paralelo e o revisionismo histórico para além das *fake news*. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e5631, maio 2021.

BORGES, M. E. S.; MATOS, M. C. As duas faces da mesma moeda: ultraneoconservadorismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. *In*: BRAVO, M. I.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. de M. *Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo*. Uberlândia: Navegando, 2020. p. 71-88.

BORTOLINI, A. Diversidade sexual e de gênero na escola*:* uma perspectiva inter-relacional e intercultural. *In*: BORTOLONI, Alexandre (org.). *Diversidade sexual e de gênero na escola*: educação, cultura, violência e ética. 1. ed. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ, 2008.

BRASIL PARA lerdos. (Perfil no Twitter cuja proposta é monitorar as estratégias da B.P. e sua atuação; e ser também uma rede de solidariedade aos pesquisadores que sofrem perseguição jurídica da empresa). Disponível em: https://twitter.com/brparalerdo. Acesso em: 25 ab. 2023.

BRASIL PARALELO. 1964: o Brasil entre armas e livros. *YouTube*, 2 abr. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL PARALELO. *A face oculta do feminismo*. 2022. Disponível em: https://site.brasilparalelo.com.br/seja-membro/originais-bp/a-face-oculta-do-feminismo/. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL PARALELO. Angela Gandra Martins. *YouTube*, 14 de mar. de 2022.

BRASIL PARALELO. As grandes minorias. *YouTube*, 23 de nov. de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sPjDv2y_f9M. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL PARALELO. Brasil: a última cruzada. *YouTube*, 20 set. de 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PL3yv1E7IiXySpilepZSpHnrWGWbmryk9j. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL PARALELO. Como identificar um falso conservador. *YouTube*, 2 jul. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FLt6c17U1FM. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL PARALELO. Como identificar um falso conservador. *YouTube*, 2 jul. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FLt6c17U1FM. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL PARALELO. Congresso Paralelo (2016). *YouTube*, 2 out. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLNFF_uAYaVlPdZpGYvXP3hcf-IZr_T0w1. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL PARALELO. Direita no Brasil. *YouTube*, 15 mar. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6hl5qA2Sy1o. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL PARALELO. O dia depois das eleições: antecipando ameaças e oportunidades. *YouTube*, 19 jun. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RvtTyZ4-N4w. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL PARALELO. O que as feministas realmente querem? *YouTube*, 25 de abr. de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fctbkUtNvkE. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL PARALELO. *O que significa o símbolo da Brasil Paralelo?* Publicado em: 24 mar. 2022. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/significado-logomarca-brasil-paralelo. Acesso 10 maio 2023.

BRASIL PARALELO. O teatro das tesouras: a política nua e crua. *YouTube*, 8 jan. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Qu0NjOweV4M. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL PARALELO. Os donos da verdade. *YouTube*, 19 ago. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=O-Mb-9NEJuc. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL PARALELO. Pátria Educadora. *YouTube*, 31 de mar. de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Vw4TjB9GLUc. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei (PL) 5167/2009*. Altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/432967. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília, DF: CNV, 2014. v. 1. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem Homofobia*: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. *Decreto Nº 7.033, de 15 de dezembro de 2009*. Dispõe sobre a divulgação, por meio do Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, de dados e informações relativos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7033.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. *Emenda Constitucional Nº 72, de 2 de abril de 2013.* Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. *Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. *Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.* Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. *Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. *Lei Nº 13.642, 3 de abril de 2018*. Altera a Lei Nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13642&ano=2018&ato=b6cgXS61UeZpWTaeb. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. *Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871*. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. *Lei Nº 581, de 4 de setembro de 1850*. Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. *Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016*. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html. Acesso em: 2 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. *Ofício Circular n° 2/2021/CONEP, SECNS/MS*. Brasília, 2021a.

BRASIL. Ministério das Comunicações. *Celular segue como aparelho mais utilizado para acesso à internet no Brasil*. 16 set. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2022/setembro/celular-segue-como-aparelho-mais-utilizado-para-acesso-a-internet-no-brasil#:~:text=Segundo%20os%20resultados%20do%20m%C3%B3dulo,domic%C3%ADlios%20com%20acesso%20%C3%A0%20Internet. Acesso em: 9 maio 2023.

BRASIL. *Proposta de Emenda à Constituição n° 55, de 2016*. (PEC do teto dos gastos públicos). Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337. Acesso em: 2 abr. 2023.

BRASIL. Senado Federal. *Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia de Covid-19*. Disponibilização dos autos digitais: 26 out. 2021b. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRITO, K.; RODRIGUES JÚNIOR, O. A cruzada "alternativa" da Brasil Paralelo: a história como instrumento da guerra cultural. *SÆCULUM – Revista de História*, João Pessoa, v. 26, n. 45, p. 231-246, jul./dez. 2021.

BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. *In*: LOURO, G. (org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 83-111.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Filosófica Politéia, 2019.

BUTLER, J. *Caminhos divergentes*: judaicidade e crítica do sionismo. São Paulo: Boitempo, 2017.

BUTLER, J. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. *Cadernos de Leitura*, [s. *l*.], n. 78, 2018.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CALDEIRA NETO, O. Breves reflexões sobre o uso da internet em pesquisas historiográficas. *Revista Eletrônica do Boletim do Tempo*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 20, 2009. Disponível em: http://www.tempopresente.org/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=5011h. Acesso 18 abr. 2023.

CALIL, G. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema direita. *Revista Argumentum*, Vitória, v. 13, n. 2, p. 64-81, maio/ago. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/34166. Acesso em: 2 jun. 2022.

CANESSA, A. El sexo y el ciudadano: Barbies y reinas de belleza en la era de Evo Morales. *In*: WADE, P.; GIRALDO, F.; VIGOYA, M. V. (org.). *Raza, etnicidad y sexualidades*: ciudadanía y multiculturalismo en América Latina. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil.* São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARRARA, S.; VIANNA, A. Tá lá o corpo estendido no chão: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis Revista de Saúde Coletiva, Sexualidade, Violência e Saúde*, [*s. l.*], v. 12, n. 2, 2006.

CARVALHO, H.; BUGALHO, H. *Meu pai, o guru do presidente*: a face ainda oculta de Olavo de Carvalho. 1. ed. São Paulo: Kotter, 2020.

CARVALHO, O. de. *O imbecil coletivo*. São Paulo: É Realizações, 1996.

CARVALHO, O. de. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CARVALHO, Y. F. M. de. *Professor... e Adão e Eva?:* os desafios do professor de história em seu compromisso ético e científico no século XXI (um estudo do Brasil Paralelo). 2021. 163 p. Dissertação (Mestrado profissional em ensino de História) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021.

CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução de Claudio Willer. Ilustração de Marcelo D'Salete. São Paulo: Veneta, 2020.

CHAUÍ, M. de S. *Brasil*: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHIRIO, M. *Querido Lula*: cartas a um presidente na prisão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

CISLAGHI, J. F. Parte II – O neoliberalismo de cooptação como resposta às resistências. *Esquerda Online*, 15 jun. 2020. Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2020/06/15/parte-ii-o-neoliberalismo-de-cooptacao-como-resposta-as-resistencias/. Acesso em: 28 dez. 2021.

COALIZAÇÃO DIREITOS NA REDE. *Liberdade de expressão on line e o papel do Marco Civil da Internet.* Grupo de Trabalho sobre Liberdade de Expressão. Ford Foudancion, 2019. Disponível em: https://olma.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Liberdade-de-express%C3%A3o-online-e-o-papel-do-Marco-Civil-da-Internet.pdf Acesso: 14 jun. 2023.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo Combahee River. *Plural*, São Paulo, v. 26.1, p. 197-207, 2019. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864. Acesso em: 29 dez. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Resolução Nº 1/1999, de 22 de março de 1999*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

CONSORCIO LATINOAMERICANO CONTRA EL ABORTO INSEGURO (CLACAI). Gênero sob ataque: documental. *YouTube*, 2 jan. 2019. [Com legendas em português]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Aj3St_zUM7M. Acesso em: 28 jan. 2022.

CORRÊA, S. Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita? *Sexuality Policy Watch*, Rio de Janeiro, 12 nov. 2018. Disponível em: https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2018/11/Cata%CC%81strofe-perfeita-mesclado.pdf . Acesso em: 9 jun. 2021.

CORRÊA. S. Ideologia de gênero, rastros e significados. *Desacato*, Florianópolis, 2017. Disponível: http://lab.desacato.info/index.php/2017/11/18/ideologia-de-genero-rastros-e-significados/ Acesso em: 5 jan. 2018.

CORRÊA, S. O conceito de gênero: teorias, legitimação e usos. *In*: BARSTED, L. L.; PITANGUI, J. (org.). *O progresso das mulheres no Brasil (2003-2010).* Rio de Janeiro:

COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Disponível em: http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/ADELMO/Artigos/A%2BDemocracia%2Bcomo%2BValor%2BUniversal.pdf. Acesso em: 4 jun. 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política:* A Dualidade de Poderes. São Paulo, Cortez, 1994.

CUNHA, M. do N. Fundamentalismo. *In*: SZWAKO, J.; RATTON, J. (org.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: Cepe, 2022.

CURIEL, O. Entrevista concedida a Ana Paula Procópio da Silva, Magali da Silva Almeida, Renata Gonçalves. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 46, v. 18, p. 269-277, 2º sem. 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52020/34475. Acesso em: 2 jun. 2022.

CURIEL, O. *La Nación Heterosexual*: análisis del discurso jurídico y el regímen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha Lésbica, en la frontera, 2013.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DATAFOLHA: 1 em cada 4 brasileiros não acredita que o homem foi à Lua e 7% acham que a Terra é plana. *O Globo*, 16 jul. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-1-em-cada-4-brasileiros-nao-acredita-que-homem-foi-lua-7-acham-que-terra-plana-23811192. Acesso em: 13 jan. 2022.

DATAFOLHA: quantos eleitores de cada candidato usam redes sociais, leem e compartilham notícias sobre política. *G1*, 3 out. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/03/datafolha-quantos-eleitores-de-cada-candidato-usam-redes-sociais-leem-e-compartilham-noticias-sobre-politica.ghtml. Acesso em: 20 out. 2023.

DEMIER, F. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. *Outubro*, [*s. l.*], n. 16. São Paulo, p. 75-107, 2008.

DEMIER, F. Democracia e bonapartismo no Brasil pós-Golpe. *In*: CISLAGHI, J.; DEMIER, F. (org.). *O neofascismo no poder (ano I)*: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 117-133.

DEMOCRACIA em Vertigem. Direção de Petra Costa. Brasil, 2019. (121 min).

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Boletim Especial 20 de Novembro*: Dia da Consciência Negra. São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/boletimPopulacaoNegra2022.html Acesso em: 1º jun. 2023.

DIAS, Adriana. Entrevista concedida a Pedro Camarão. Bolsonaro e o neonazismo. Uma relação comprovada. *Focus Brasil*, Fundação Perseu Abramo, 15 ago. 2021. Disponível em: https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2021/08/15/entrevista-adriana-dias-bolsonaro-e-o-neonazismo-uma-relacao-comprovada/ Acesso 9 nov. 2023.

DIP, A. *et al*. WikiLeaks aponta que grupo antidireitos europeu tem mais de 200 sócios brasileiros. *Publica Agência de Jornalismo Investigativo*, 13 ago. 2021. Disponível em: https://apublica.org/2021/08/wikileaks-aponta-que-grupo-antidireitos-europeu-tem-mais-de-200-socios-brasileiros/. Acesso em: 10 jan. 2022.
Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MCSwXI5ke5k. Acesso em: 20 out. 2023.

ESCREVA, Lola, escreva. Blog. Disponível em: https://escrevalolaescreva.blogspot.com/. Acesso em: 20 out. 2023.

ESPINOSA, Y. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica da América Latina. *In*: HOLLANDA, H. B. (org.) *Pensamento feminista hoje*: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 87-118.

FANTÁSTICO. Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que presença *online* transborde para ataques violentos. *G1*, 16 Jan. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml. Acesso em: 17 jan. 2022.FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.* 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.* – 4.ed.- rev. – São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, M. Millôr Fernandes e o enorme passado que o Brasil tem pela frente. *El País*, 18 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/album/1539887428_664461.html#foto_gal_1. Acesso em: 20 out. 2023.

FIGUEIREDO, J. Brasil é o país onde extremismo de direita mais avança com mais de 530 células. *O Globo*, 27 fev. 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-o-pais-onde-extremismo-de-direita-mais-avanca-com-mais-de-530-celulas-25411436?utm_source=globo.com&utm_medium=oglobo. Acesso em: 28 fev. 2022.

FINGER, V. História, Mídia Digital e Anti-Ciência: a quimera narrativa do canal Brasil Paralelo. Historae, Rio Grande, v. 12, n. 2, p. 83-104, 2021. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/13477. Acesso em: 31 jul. 2023.

FIOCRUZ. Comitê de Ética em Pesquisa. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP). *Orientações sobre ética em pesquisa em ambientes virtuais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. (Versão 1.0).

FIRMINO, K. R. Brasil Paralelo: um empreendimento de disputa política e simbólica da(s) direita(s) recente(s). *In*: SANTOS, M. A. M.; MIRANDA, J. E. (org.). *Nova direita, bolsonarismo e fascismo*: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

FLAUZINA, A. L. P. As fronteiras raciais do genocídio. *Revista de Direito da Universidade de Brasília*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 119-146, jan.-jun. 2014.

FREITAS, R. de C. S. *et al*. Famílias e Serviço Social: algumas reflexões para o debate. *In*: DUARTE, M. J. de O.; ALENCAR, M. M. T. de (org.). *Família & Famílias*: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FUCS, J. A 'máquina' barulhenta da direita na internet. *Estadão*, 2 mar. 2017. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/a-maquina-barulhenta-da-direita-na-internet/. Acesso em: 10 maio 2023.

FURLANI, J. "*Ideologia de Gênero"?* Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. Florianópolis: FAED, UDESC, Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 2016.

G1 - MONITOR DA VIOLÊNCIA (2023). *Aumento dos feminicídios no Brasil mostra que mulheres ainda não conquistaram o direito à vida*. Disponível em: https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/aumento-dos-feminicidios-no-brasil-mostra-que-mulheres-ainda-nao-conquistaram-o-direito-a-vida.ghtml Acesso em: 01 jun. 2023.

GALEANO, E. *Patas arriba*: la escuela del mundo al revés. Madrid: Siglo XXI Ediciones, 1998.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência.* São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2021.

GIULLIANO, T. (org.). *Desconstruindo Paulo Freire*. [*S. l.*]: História Expressa, 2017.

GODOI, R.; DIMITROV, E. A construção de Paulo Freire como inimigo nacional. *Culturais em Revista*, [*s. l.*], v. 15, n. 1, p. 315-343, 2022.

GOMES, P. H. 'Não sou coveiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. *G1 Brasília*, 20 abr. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml. Acesso em: 20 out. 2023.

GONÇALVES, G. L. Crise, expropriações e autoritarismo. *In*: CISLAGHI, J.; DEMIER, F. (org.). *O neofascismo no poder (ano I)*: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 149-160.

GONZAGUINHA. *Pequena memória para um tempo sem memória*. Canção (Letra). Lançamento em 1973. Disponível em: https://www.letras.mus.br/gonzaguinha/1772122/. Acesso em: 3 jun. 2021.

GONZALEZ, L. A categoria política cultural da amefricanidade. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro, Zahar, 2020a. p. 127-138.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro, Zahar, 2020b. p. 139-150.

GONZALEZ, L. Entrevista ao jornal Mulherio: Lélia Gonzalez, candidata a deputada federal pelo PT/RJ. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro, Zahar, 2020c. p. 300-302.

GOUVÊA, M. M.; MASTROPAOLO, M. J. Capitalismo, racismo, patriarcado, dependência: por uma teoria unitária materialista, histórico-dialética. *In*: MARX E O MARXISMO, 2019, Niterói. *Anais* [...]. Niterói: 2019. Disponível em: http://www.niepmarx.blog.br/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC27/MC271.pdf. Acesso em: 9 maio 2021.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Volume 1. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da história. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUEDES diz que domésticas iam à Disney com dólar barato: “Festa danada”. *CartaCapital*, 12 fev. 2020. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/guedes-diz-que-domesticas-iam-a-disney-com-dolar-barato-festa-danada/. Acesso em: 20 out. 2023.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna.* 7. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

HINE, C. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. Tradução de Carolina Parreiras e Beatriz Accioly Lins. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 29, n. 2, 2020.

Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181370. Acesso em: 2 set. 2022.

HISTÓRIAS para ninar gente grande. Samba-Enredo do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira (Rio de Janeiro) para o Carnaval de 2019. Composição: Deivid Domênico; Tomaz Miranda; Mama; Marcio Bola; Ronie Oliveira; Danilo Firmino. Disponível em: https://www.letras.mus.br/mangueira-rj/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande/. Acesso em: 20 out. 2023. https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650718. Acesso em: 6 jun. 2023.

IANNI, O. A questão nacional na América Latina. *Estudos Avançados*, [*s. l.*], v. 2, n. 1, p. 5-40, 1º mar. 1988.

IASI, M. Cinco teses sobre a formação social brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 136, p. 417-438, set.-dez., 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/bwh6wBvg87WnLx35Z8wPVvr/?lang=pt. Acesso 31 jul. 2023.

IASI, M. De onde vem o conservadorismo? *Blog da Boitempo*, 2015. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/ Acesso em: 10 nov. 2023.

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (IFCH UNICAMP). Aula 3 - Minicurso Introdução às pesquisas em/dos/sobre contextos digitais: Teoria, método e ética. *YouTube*, 17 jun. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CDnWA_idOFI&t=17s. Acesso em: 25 abr. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Igualdade de Gênero*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2018. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/171215_bps_25_igualdade_de_genero.pdf. Acesso 9 de nov. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Atlas da Violência 2021*. Brasília, DF: Ipea, FBSP, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

INSTITUTO SOU DA PAZ. *Análise da Violência Armada no Brasil de 2012 a 2019*. Apoio Ford Foundacion, 2022. Disponível em: https://soudapaz.org/o-que-fazemos/mobilizar/sistema-de-justica-criminal-e-seguranca-publica/participacao-no-debate-publico/controle-de-armas/?show=documentos#4977-1 Acesso em: 01 jun. 2023.

IRINEU, B. A.; OLIVEIRA, B. A.; LACERDA, M. C. Lutas LGBTI na Argentina, na Colômbia, no Uruguai e no Brasil: homonacionalismo, ofensiva antigênero e neoliberalismo. *In*: FREITAS, L. O. *et al*. (org.). *Miradas acerca da América Latina*: capitalismo dependente, crise estrutural e lutas sociais. Rio de Janeiro: Telha, 2020. p. 142-160.

IRINEU, B.; OLIVEIRA, B.; LACERDA, M. Um balanço crítico acerca da regressão de direitos LGBTI no Brasil sob a ascensão do Bolsonarismo. *In*: IRINEU, B. *et al*. *Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes.*Salvador: Devires, 2020. p. 98-115. Disponível em: https://editoradevires.com.br/book/diversidade-sexual-etnico-racial-e-de-genero-temas-emergentes/. Acesso em: 2 jun. 2022.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2021.

KALIL, I. O. (coord.). *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

KEHL, M. R. *Ressentimento*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACERDA, M. C. de. Colorindo o Marxismo: considerações sobre o materialismo e as lutas LGBTI no capitalismo. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, Cuiabá, v. 3, n. 10, p. 191-213, abr.-jun. 2020. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10621. Acesso em: 10 maio 2023.

LACERDA, M. C. de. *Entre-lugares do nome social e do uso autorreferido dos banheiros*: um itinerário de assujeitamentos e resistências na Universidade Federal do Tocantins. 2018. 199 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/2947/1/Milena%20Carlos%20de%20Lacerda%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

LACERDA, M. C. de; BRANDÃO, L. Fake news, família, gênero e sexualidade: notas sobre a estratégia desinformativa da extrema direita no processo eleitoral brasileiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 17., 2022, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), 2022.

LACERDA, P.; PARREIRAS, C. Monique Wittig. *Campo, um podcast de antropologia.* 1º abril de 2021. Podcast, Áudio, 45'. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/3GtlJeIx6mvGSE0LSm9J2Y. Acesso em: 5 abril 2022.

LEHER, R. *Autoritarismo contra a Universidade*: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Fundação Rose Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

LEMOS, R. Contrarrevolução e ditadura. Ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e marxismos*, Niterói, n. 2, p. 132, 2014.

LIMA, K. Desafio educacional brasileiro e a ofensiva ultraconservadora do capital. *Universidade e Sociedade*, Brasília, Edição Especial América Latina, ano XXIX, p. 8-39, out. 2019. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/75bf0b10543f15346505a341061d6cc7_1571859228.pdf Acesso em: 2 jun. 2022.

LIMA, T.; MIOTO, R. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300004. Acesso em: 2 jun. 2022.

LINARES, A.; BEZERRA, J. E. Obscurantismo contra a liberdade de ensinar. *In*: CÁSSIO, F. (org). *Educação contra a barbárie*: por escolas democráticas e a liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p.127-134.

LINS, B. A.; PARREIRAS, C.; FREITAS, E. T. Estratégias para pensar o digital. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 1-10, 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181821. Acesso em: 2 jun. 2022.

LOIZOS, P. Vídeo, filmes e fotografias como documentos de pesquisa. *In*: BAUER, M. W.; GASKEL, G. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto*: imagem e som: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOPES, P.; BUONO, R. Um país ainda mais desigual. *Revista Piauí*, 11 maio 2020. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/um-pais-ainda-mais-desigual/. Acesso em: 31 jan. 2022.

LORDE, A. Não existe hierarquia de opressão. *In*.: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (org.). *Pensamento Feminista*: Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 235-238.

LOURO, G. L L. *Pedagogias da Sexualidade*. *In*: LOURO, G. L. L. (org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje*: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.
LUKÁCS, G. O que é marxismo ortodoxo. *In*: LUKÁCS, G. *Tática y ética*: escritos tempranos. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 2005.

MACHADO, M. D. C. O discurso cristão sobre a ideologia de gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/47463. Acesso em: 20 nov. 2023.

MACHADO, R. P. *Amanhã vai ser maior*: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio.* São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). *Ruy Mauro Marini*: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, R. Um mês de Temer: o que aconteceu e o que vem por aí. *Exame*, 13 jun. 2016. Disponível em: https://s2-g1.glbimg.com/17zvIpRl2TLk9gd04mI-av2kijE=/1000x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2023/w/9/LuBIlUQg2bvkHFJ44BMQ/slide-lava-jato.jpeg. Acesso em: 23 out. 2023.

MARX, K. *Introdução à crítica da economia política*. 4. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Pensadores).

MARX, K. *Para a questão judaica*. Tradução de José Barata-Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã.* Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista.* São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTOS, H.; ABREU, M.; CASTRO, I. Da história oral ao filme de pesquisa: o audiovisual como ferramenta do historiador. *Imagens*, v. 24, n. 4, out-dez. 2017.

MAZZA, L. No Facebook, Brasil Paralelo é recordista de gastos com propaganda política. *Piauí*, 27 maio 2021. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/no-facebook-brasil-paralelo-e-recordista-de-gastos-com-propaganda-politica/. Acesso em: 9 maio 2023.

MELLO, P. C. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. *Folha de S. Paulo*, 18 out. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml. Acesso em: 11 dez. 2021.

MELO, D. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. *In*: REBUÁ, E; COSTA, R; GOMES, R. L. R; CHABALGOITY, D. *Neo fascismos e educação*: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p. 12-46. Disponível em: https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Neofascismos.pdf. Acesso em: 2 jun. 2022.

MELO, P. *Mulheres Empilhadas*. São Paulo: Leya, 2019.

MENINA, amanhã de manhã (O sonho voltou). Composição e vocal: Tom Zé. Álbum: Se o caso é chorar. Gravadora: Continental (LP)/WEA (CD). Formatos: LP (1972)/CD (2000). 2 min 59 seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qDkI7irMO9s. Acesso em: 20 out. 2023.

MESP. Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar. *Escola sem Partido*, 2019. https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:GufXhuqmPk0J:www.escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/&hl=pt-BR&gl=br Acesso 15 out 2023.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. *In*: SOLANO, E. (org.). *O ódio como política*: a reinvenção da direita no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26.

MIGUEL, L. F. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero": Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, [*s. l.*], v. 7, n. 3, p. 590-621, set. 2016. Disponível em: https://www.e publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163. Acesso em: 9 jun. 2021.

MIGUEL, L. F. *O colapso da democracia no Brasil*: da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

MIGUEL, L. F. O mito da "ideologia de gênero" no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, [*s. l.*], n. 62, p. 1-14, 2021. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8667136. Acesse em: 2 jun. 2022.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C (org.). *Pesquisa Social:* Teoria, Método e Criatividade. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 2016. p. 7-30.

MORAES, D. de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, [*s. l.*], v. 4, n. 1, p. 54, 2010. DOI: 10.22456/1982-5269.12420. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420. Acesso em: 27 out. 2023.

MORAES, E. de O.; CLETO, M. P. A última cruzada: tempo e historicidade na série da produtora Brasil Paralelo. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 15, n. 38, e0108, abr. 2023. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180315382023e0108. Acesso em: 11 ago. 2023.

MORAIS, A. Um ministério para uma família: distopia e "familismo 2.0". *Sexuality, Policy Watch*, 20 dez. 2021. Disponível em: https://sxpolitics.org/ptbr/um-ministerio-para-uma-familia-distopia-e-familismo-2-0/12369 Acesso 17 nov. 2023.

MORAIS, V. de. *Pátria minha*: poema de Vinícius de Morais. Barcelona: O Livro Inconsútil, 1949.

MOURA, C. *Brasil*: As raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.

MOURA, C. *A dialética radical do Brasil Negro*. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

MOUTINHO, L. 'Raça', sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 23, p. 55-88, 2004.

Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/JdD76FdmJSLhFtr6TrKLKhd/abstract/?lang=pt Acesso em: 2 jun. 2022.

MUSEU DO ALJUBE RESISTÊNCIA E LIBERDADE. *Adeus pátria e família*. Lisboa, c2023. (Exposição temporária). Disponível em: https://www.museudoaljube.pt/expo/adeus-patria-e-familia/. Acesso em: 20 out. 2023.

NASCIMENTO. C. *Macacos*: monólogo em 9 episódios e 1 ato. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

NASSAR, R. Lavoura arcaica. *In*: NASSAR, R. *Obra completa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. Posfácio. *In*: COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NETTO, J.; BRAZ, M. *Economia política*: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, L. E. *O conservadorismo clássico*: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NÓBREGA, L. TSE determina desmonetização da produtora Brasil Paralelo no Youtube. *Desinformante*, out. 2022. Disponível em: https://desinformante.com.br/tse-determina-desmonetizacao-da-produtora-brasil-paralelo-no-youtube/. Acesso em: 10 maio 2023.

O PROCESSO. Direção de Maria Augusta Ramos. Alemanha, Brasil, Holanda, 2018. (139 min).

O PT processa Bolsonaro por sugestão de “metralhar a petralhada”. *Carta Capital*, 3 set. 2018. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/o-pt-processa-bolsonaro-por-sugerir-201cmetralhar-os-petralhas201d/. Acesso em: 16 jan. 2022.

O QUE É marco temporal e quais são os argumentos favoráveis e contrários. *Agência Câmara de Notícias*, 19 maio 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-quais-os-argumentos-favoraveis-e-contrarios/. Acesso em: 20 out. 2023.

O’LEARY, D. *The Gender Agenda*: redefining equality. Lafayette: Vital Issues Press, 1997.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE SEXUALIDADE (ABIA) *et al*. *Ofensivas antigênero no Brasil*: políticas de Estado, legislação, mobilização social. [*S. l.*]: Abia et al., 2021. Disponível em: https://generoeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Relatório-ofensivas-final.pdf. Acesso em: 20 out. 2023

OLIVEIRA, C. Mais de um milhão de armas entrou em circulação durante governo Bolsonaro. *Brasil de Fato*, 14 fev. 2023. Disponível em:

https://www.brasildefato.com.br/2023/02/14/mais-de-um-milhao-de-armas-entrou-em-circulacao-durante-governo-bolsonaro. Acesso em: 11 ago. 2023.

OLIVEIRA, R. M.; DINIZ, D. Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 241-256, jan./mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n1/v39n1a14.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.

ORTEGAL, L. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 133, p. 433-431, set/dez. 2018.

ORTELLADO, P.; MARTINS, E. Guerras culturais: uma batalha pela alma do Brasil. Documentário em formato de *podcast* (8 episódios). *Globoplay*, 2022. Disponível em: https://globoplay.globo.com/podcasts/guerras-culturais-uma-batalha-pela-alma-do-brasil/bb970d66-e4d0-4087-bb44-84436175ddd8/. Acesso em: 20 out. 2023.

ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. M. Pesquisa com eleitores e não eleitores de Jair Bolsonaro. *Monitor do Debate Político no Meio Digital:* Grupo de Políticas Públicas para o Acesso à Informação, São Paulo, março/abril 2019. Disponível em: http://www.monitordigital.org/wp-content/uploads/Municipal-Bolsonaro.pdf. Acesso: 14 jun. 2023.

ORTELLADO, P.; SILVA, D. de M. As disputas políticas no campo da cultura. *Políticas Culturais em Revista*, [*s. l.*], v. 15, n. 1, p. 1-21, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/48455. Acesso em: 19 nov. 2023.

ORWELL, G. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PATERNOTTE, D. “Ideologia de gênero” em movimento. *Revista de Psicologia Política*, [*s. l.*], v. 18, n. 43, p. 503-523, set.-dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300005. Acesso 24 out. 2022.

PAULO Guedes diz que Fies é 'bolsa para todo mundo' e fala que filho de porteiro 'tirou zero na prova' e conseguiu financiamento. *G1*, 30 abr. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/04/30/paulo-guedes-critica-o-fies-e-diz-que-filho-de-porteiro-tirou-zero-na-prova-e-conseguiu-financiamento.ghtml. Acesso em: 20 out. 2023.

PAULO, D. Os mitos da Brasil Paralelo: uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). *Rebela*, v. 10, n. 1, jan./abr. 2020.

PAULO, H. Notas sobre a frágil e delirante cisheteronormatividade. In: Brochura da Exposição: Adeus, Pátria e Família: liberdade para as minorias sexuais. Museu Aljube: Resistência e Liberdade, Lisboa-Portugal, 2022.

PENAFRIA, M. Análise de filmes: conceitos e metodologias. *In*: CONGRESSO SOPCOM, 6., 2009, Lisboa. *Anais* [...]. Disponível em: https://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-penafria-analise.pdf. Acesso 18 abr. 2023.

PEREIRA, C. P. Nova Direita e Política Social: neoliberalismo, neoconservadorismo e a negação de direitos. *In*: GÓIS, J. B.; SOUZA, S. C. *Temas de política social*: temas e discussões. Curitiba: CRV, 2019.

PIRES, B. Antropóloga convive com a "covardia da dúvida" de quem a ameaça de morte. *El País*, 16 dez. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/15/politica/1544829470_991854.html. Acesso em: 24 jan. 2021.

POCAHY, F. A; NARDI, H. C. Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 280, jan.-abr. 2007.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 141-232.

POWERPOINT da Lava Jato apresentado por Dallagnol. *G1*, 17 maio 2023. Disponível em: https://s2-g1.glbimg.com/17zvIpRl2TLk9gd04mI-av2kijE=/1000x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2023/w/9/LuBIlUQg2bvkHFJ44BMQ/slide-lava-jato.jpeg. Acesso em: 23 out. 2023.

PROJETO QUERINO. *A grande aposta*. 2022. (Episódio 1 do Projeto Querino). Disponível em: https://projetoquerino.com.br/wp-content/uploads/2022/07/Ep-01_A-grande-aposta_Querino-1.pdf. Acesso em: 5 set. 2023.

PROJETO QUERINO. 2022a. Disponível em: https://projetoquerino.com.br/ Acesso em: 18 jul. 2023.

PROJETO QUERINO. *O Pecado Original Por meio do seguinte*. 2022. (Episódio 2 do Projeto Querino). Disponível em: https://projetoquerino.com.br/wp-content/uploads/2022/07/Ep-02_O-pecado-original_Querino-1.pdf. Acesso 5 set. 2023.

QUINALHA, R. Marxismo e sexualidade no Brasil: recompondo um histórico. *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, n. 33, p. 25-31, Boitempo, 2019.

REDAÇÃO BOLETIM. Brasil Paralelo: em entrevista exclusiva, conheça a origem dos documentários que fazem sucesso na Internet. *Boletim da Liberdade,* 19 jul. 2018. Disponível em: https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/07/19/brasil-paralelo-em-entrevista-exclusiva-conheca-a-origem-dos-documentarios-que-fazem-sucesso-na-internet/. Acesso em: 9 maio 2023.

REDAÇÃO BRASIL PARALELO. O papel de Olavo de Carvalho para o resgate do pensamento conservador no Brasil. *Brasil Paralelo*, 27 mar. 2023a. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/o-papel-de-olavo-de-carvalho-para-o-resgate-do-pensamento-conservador-no-brasil. Acesso em: 9 maio 2023.

REDAÇÃO BRASIL PARALELO. O que é conservadorismo? Entenda as ideias dessa corrente de pensamento. *Brasil Paralelo*, 25 abr. 2023. Disponível em:

https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-e-conservadorismo. Acesso em: 23 out. 2023.

REDAÇÃO BRASIL PARALELO. O que é uma família? Surpreenda-se com a explicação filosófica. *Brasil Paralelo*, 13 set. 2023. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-e-familia?utm_medium=artigos. Acesso 16 nov. 2023.

REDAÇÃO BRASIL PARALELO. Os principais casos de corrupção do Brasil são os maiores do mundo. Relembre os 5 principais. *Brasil Paralelo*, 30 maio 2023. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/corrupcao-no-brasil. Acesso em: 23 out. 2023.

REDAÇÃO BRASIL PARALELO. Quais são as principais reivindicações do movimento feminista? *Brasil Paralelo*, 29 ago. 2023. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/principais-reivindicacoes-do-movimento-feminista?utm_medium=%2Fartigos%2Fprincipais-reivindicacoes-do-movimento-feminista#cb25eadf5c. Acesso 15 out 2023.

REDAÇÃO BRASIL PARALELO. Qual o futuro da Direita no Brasil? *Brasil Paralelo*, 27 mar. 2023b. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/afinal-qual-o-futuro-da-direita-no-brasil. Acesso em: 9 maio 2023.
REDAÇÃO BRASIL PARALELO. Escravidão no Brasil – Entenda o regime escravocrata desde sua origem até a abolição. *Brasil Paralelo*, 24 jul. 2023. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/escravidao-no-brasil. Acesso em: 5 abril 2022.

REDAÇÃO BRASIL PARALELO. Como aconteceu o Descobrimento do Brasil? Entenda as causas, a relação com os indígenas e de onde veio o nome "Brasil". *Brasil Paralelo*, 29 ago. 2022. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/descobrimento-do-brasil. Acesso em: 23 out. 2023.

REVISTA IstoÉ, 24 jul. 2016.

RIBEIRO, A. Sites de fake news foram os mais populares em grupos de WhatsApp nas eleições. *Aos Fatos*, 1º ago. 2019. Disponível em: https://www.aosfatos.org/noticias/sites-de-fake-news-foram-os-mais-populares-em-grupos-de-whatsapp-nas-eleicoes/. Acesso em: 23 out. 2023.

RIBEIRO, J. *A Língua Nacional*: notas aproveitáveis. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

RICCI, R. A militarização das escolas públicas. *In*: CÁSSIO, F. (org.). *Educação contra a barbárie*: por escolas democráticas e a liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 99-106.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Revista Bagoas*, [*s. l.*], n. 5, p. 18-44, 2010.

RIOS, R. R. Para um direito democrático da sexualidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 71-100, jul./dez. 2006.

RIOS, R. R.; RESADORI, A. H. Gênero e seus/suas detratores/as: "ideologia de gênero" e violações de direitos humanos. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 622-636, set./dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a12.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

RISK, E. N.; SANTOS, M. A. Estudos Culturais, pesquisa qualitativa e mídias: critérios metodológicos para análise de dados audiovisuais. *Psicologia e Sociedade*, n. 33, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/ByCvzBzKddTCjtTmDqFgkYy/. Acesso em: 9 maio 2023.

ROCHA, J. C. de C. *Guerra cultural e retórica do ódio*. Goiânia: Caminhos, 2021.

ROSSI, T. Olhares digitais: aportes metodológicos para uma sociologia de imagens em mídias digitais. *Contemporânea – Revista de Sociologia da USFCar*, v. 11, n. 2, maio-ago. 2021.

RUBIN, G. Pensando o Sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *In*: *Políticas do sexo*. p. 1-54. São Paulo: Ubu Editora, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?seq#:~:text=S%C3%A3o%20imbu%C3%ADdas%20de%20conflitos%20de,%C3%A9%2C%20de%20fato%2C%20renegociado. Acesso em: 2 jun. 2022.

SAFFIOTI, H. I. *Gênero, Patriarcado, violência.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SALAZAR, A. de O. As grandes certezas da Revolução Nacional: discurso pronunciado em Braga, no 10º aniversário do 28 de Maio de 1926. *Salazar, o obreiro da pátria*, c2023. Disponível em: https://www.oliveirasalazar.org/textos.asp?id=690. Acesso em: 20 out. 2023.

SALGADO, J.; JORGE, M. Paralelismos em disputa: o papel da Brasil Paralelo na atual guerra cultural. *Revista Eco-Pós*, [*s. l.*], v. 24, n. 2, p. 726-738, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27797. Acesso em: 29 maio. 2023.

SALLES, S. Por que o casamento homoafetivo voltou a ser assunto no Brasil? *Jornal da USP*, 20 out. 2023. Saiba mais: https://jornal.usp.br/diversidade/por-que-o-casamento-homoafetivo-voltou-a-ser-assunto-no-brasil/ Acesso em: 19 nov. 2023.

SAMPAIO, C. Após dois anos de condenação, TRF-2 extingue ação contra Dilma por pedaladas fiscais. *Brasil de Fato*, 28 mar. 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/03/28/apos-dois-anos-de-condenacao-trf-2-extingue-acao-contra-dilma-por-pedaladas-fiscais. Acesso em: 8 nov. 2023.

SANTOS, M. A. M. B. *Agenda Conservadora, Ultraliberalismo e Guerra Cultural*: Brasil Paralelo e a Hegemonia das Direitas no Brasil Contemporâneo (2016-2020). 2021. 147 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

SARAMAGO, J. *O conto da Ilha Desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras,1998.

SARTI, C. Famílias enredadas. *In*: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 6. ed. São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais, PUC-SP, 2008. p. 31-51.

SAYURI, J. *Intercept Brasil*, 26 out. 2018. Disponível em: https://theintercept.com/2018/10/26/universidades-censura/. Acesso em: 15 maio 2023.

SAYURI, J. Justiça paralela: Brasil Paralelo lança ofensiva judicial para calar críticos e reescrever a própria história. *The Intercept Brasil*, 9 dez. 2021. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2021/12/09/brasil-paralelo-lanca-ofensiva-judicial-para-calar-criticos-e-reescrever-a-propria-historia/. Acesso em: 9 maio 2023.

SCALA, J. *Ideologia de gênero*: o neototalitarismo e a morte da família. São José dos Campos: Katechesis, 2011.

SCHWARCZ, L. M. Bolsonaro representa el pasado colonial de Brasil. *The New York Times*, 7 nov. 2018. Disponível em: https://www.nytimes.com/es/2018/11/07/espanol/opinion/opinion-lilia-schwarcz-bolsonaro.html . Acesso em: 9 jun. 2021.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEGATO, R. L. *La Guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.

SETÚBAL, A. A. Análise de conteúdo: suas implicações nos estudos das comunicações. *In*: MARTINELLI, M. L. (org.) *Pesquisa qualitativa*: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa 1).

SEXUALITY POLICY WATCH (SPW). *Relatório Ofensivas Antigênero no Brasil*: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social. Brasil, 2021. Disponível em: https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/10/E-book-SOGI-21102021.pdf. Acesso em: 2 jun. 2022.

SILVA, M. R. *Éticas de vida, Políticas de Morte e Racismo (trans) genderizado e o (com)fim do mundo*. 2021. (no prelo).

SIMÕES, J. A. Diferença e desigualdade em pesquisas sobre sexualidade e gênero: questões para discussão a partir do marco das "interseccionalidades". *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (RBA), 29. 2014, Natal. *Anais* [...]. Disponível em: https://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401983735_ARQUIVO_Diferencaedesigualdadeempesquisassobresexualidadeegenero.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

SOLANO, E. *Crise da Democracia e extremismos de direita*. *Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil*, São Paulo, Análise n. 42, p. 1-29, maio de 2018. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf. Acesso em: 2 jun. 2022.

SOLANO, E.; ORTELLADO, P.; MORETTO, M. "Guerras culturais" e "populismo anti-petista" nas ruas de 2017. *Revista Friedrich Ebert Stiftung Brasil*, São Paulo, n. 10, p. 1-8,

2017. Disponível em: http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13540.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

SOUZA, J. O conservadorismo moderno: esboço para uma interpretação. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 122. p. 1-22, 2015.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

STABILE, A. Governo Bolsonaro liberou em média 619 novas armas por dia para CACs; 47% dos registros foram em 2022. *G1*, 19 jan. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/19/governo-bolsonaro-liberou-em-media-619-novas-armas-por-dia-para-cacs-47percent-dos-registros-foram-em-2022.ghtml. Acesso em: 20 out. 2023.

STANLEY, J. *Como funciona o fascismo*: a política do "nós" e "eles". Porto Alegre: L&PM, 2018.

TEIXEIRA, J. M. Entrevista concedida a Cristina Teixeira Vieira de Melo e Paulo Vaz. Guerras Culturais e contexto religioso brasileiro. *Eco Pós*, [*s. l.*], v. 24, n. 2, p. 441-457, 2021. Disponível em: https://ecopos.emnuvens.com.br/eco_pos/article/view/27793/15231. Acesso em: 20 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Coordenadoria de Políticas de Inclusão Informacional (CPINFO). *Conceito de Hegemonia em Gramsci por Marilena Chauí*. Publicado em: 13 fev. 2014. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cidadania/?p=152. Acesso em: 2 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. *Núcleo de direitos humanos e cidadania LGBTQIA*, 28 dez. 2016. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/nuh/2016/12/28/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais-no-mundo/. Acesso em: 9 jan. 2023.

VAI passar. Intérprete: Chico Buarque de Hollanda. Compositores: Chico Buarque de Holanda e Francis Hime. *In*: CHICO Buarque. Intérprete: Chico Buarque de Hollanda. [*S. l.*]: Barclay-Ariola, 1984. 1 LP, faixa 10.

VELOSO, R. O lugar das tecnologias da informação e comunicação no Serviço Social. *In*: VASCONCELOS, A. M. de; ALMEIDA, N. L. T. de; VELOSO, R. (org.). *Serviço Social em tempos ultraneoliberais*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

VIGOYA, M. V. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual. *In*: CAREAGA, G. (org.). *Memorias del 1er Encuentro Latinoamericano y del Caribe*: La sexualidad frente a la sociedad. México, 2008. p. 168-198. Disponível em: http://www.derechoshumanos.unlp.edu.ar/assets/files/documentos/la-sexualizacion-de-la-raza-y-la-racializacion-de-la-sexualidad.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

WACQUANT, L. *Punir os pobres*: a nova gestão da pobreza nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

WITTIG, M. *El pensamento heterosexual y otros ensayos.* Barcelona: Egales, 1992.

WOOD, E. *Democracia contra capitalismo*: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 27-49.

WOOLF, V. *Um teto todo seu*. 1. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZANINI, F. Produtora Brasil Paralelo vive crescimento meteórico e quer ser 'Netflix da direita'. *Folha de S. Paulo,* 29 maio 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/produtora-brasil-paralelo-vive-crescimento-meteorico-e-quer-ser-netflix-da-direita.shtml. Acesso em: 18 maio 2022.

ZUBOFF, S. *A Era do Capitalismo de Vigilância*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

APÊNDICE A - Roteiro de Pesquisa

Pesquisa: **“Mais família, menos Estado”: o agenciamento das questões de gênero e sexualidade pela extrema direita brasileira**

INFORMAÇÕES GERAIS
Título
Direção
Data de Lançamento
Duração

ANÁLISE DO AUDIOVISUAL	
Ideia Central	
Descrição do vídeo e número de episódios	
Construção do Documentário	
Público-Alvo	
Conceitos, Obras e Autores	
Pesquisadores/as entrevistados	
Imagens	
Articulações com legislações	
Articulação com dados históricos	
Articulação com dados contemporâneos (2010-2020)	
Locais	

Narrativas	
Frases	
Matérias do Brasil Paralelo	
Percepções da pesquisadora	

APÊNDICE B – Intelectuais orgânicos da plataforma Brasil Paralelo

	Entrevistado/a	***Currículo***
1	Abraham Weintraub	Economista, Professor, Ex-Ministro da Educação no Brasil
2	Adelaide Oliveira	Ativista, Movimento Vem pra Rua
3	Adriano Gianturgo	Professor, Mestre em Ciência Política e PHD em Teoria Política e Econômica.
4	Alberto da Costa e Silva	Diplomata, Escritor, historiador africanista e imortal da academia brasileira de Letras.
5	Alberto Fraga	Deputado Federal
6	Alex Catharino	Historiador
7	Alexandre Garcia	Jornalista
8	Alexandre Borges	Diretor do Instituto Liberal e Escritor
9	Aline Lorretto	Professora
10	Aluísio Dantas	Professor e Estudioso do tema “ideologia de gênero” e coautor de Programas de Formação literária
11	Ana Campagnolo	Professora de História, Deputada Estadual em Santa Catarina, ministrou um curso na BP e autora do livro “Feminismo: perversão e subversão!
12	Ana Paula Henkel	Medalhista Olímpica e Comentarista Política
13	Andrezej Wojtas	Escritor e Redator Chefe da Revista Komandos
14	Ângela Gandra	Doutora em Filosofia do Direito pela UFRGS, Ex- Secretária Nacional da Família do MMFDH – convite da Damares Alves no Governo Bolsonaro, após a defesa que fez do nascituro no STF em 2018.
15	Antônio Paim	Historiador
16	Aristóteles Drummond	Jornalista e Escritor
17	Arthur Moledo do Val	Empresário e Dono do Canal Mamãe Falei. Ex-deputado Estadual de SP.
18	Arthur Morisson	Apresentador
19	Arthur Weintraub	Professor de Direito e Pós-Doutor Unifesp. Ex-secretário de Segurança da Organização dos Estados Americanos.
20	Beatriz Kicis	Advogada, Ativista, Deputada Estadual e Ex-Procuradora

21	Bernardo Kuster	Ensaísta e Jornalista
22	Bolívar Lamounier	Cientista Político
23	Bruni Garschagem	Cientista Político e Escritor
24	Bruno Araújo	Advogado, político brasileiro e foi Ministro das Cidades do Brasil
22	Bruno Garschagen	Cientista Político e Escritor
26	Bruno Lamoglia	Psiquiatra
27	Carlos Andreazza	Editor Record – Rio de Janeiro
28	Carlos Marchi	Jornalista e Biógrafo.
29	Carlos Nadalim	Secretário de Alfabetização do Ministério da Educação,
30	Caroline De Toni	Advogada, Deputada Federal Política
31	Christian Lohabauer	Co-fundador do Partido Novo
32	Cláudio Manoel	Humorista e Redator
33	Cleber Eduardo	Filósofo, Teólogo e Historiador
34	Cristiane Corrêa	Pedagoga e Escritora
35	De Rose	Escritor
36	Dênia Magalhães	Advogada
37	Diego Casagrande	Jornalista
38	Dircêo Torrecilhas	Livre Docente pela USP
39	Dom Bertrand	Bisneto da princesa Isabel
40	Dom Duarte	
41	Eduardo Bolsonaro	Policial federal e político brasileiro, filho de Jair Bolsonaro, deputado federal pelo estado de São Paulo desde 2015.
42	Eduardo Boza	Agente de Segurança
43	Fabiano Gomes	Fabiano Gomes High Performance School – RS
44	Fausto Zamboni	Escritor e Professor de Língua e Literatura
45	Felipe Moura Brasil	Colunista e Analista Político
46	Felipe Nerm	
47	Felipe Nery	Professor
48	Fernando Conrado	Cientista Político
49	Fernando Francischini	Delegado de polícia e Deputado Estadual pelo Paraná e escritor na Gazeta do Povo.

50	Fernando Holiday	Vereador de SP e Ativista.
51	Fernando Ulrich	Autor do Livro Bitcoin – a moeda na era digital
52	Fernão Lara Mesquita	Jornalista
53	Flávio Alencar	Historiador, Mestre em História
54	Flávio Gordon	Antropólogo
55	Flávio Morgenster	Jornalista e Escritor
56	Francisco Solano Portela	Diretor educacional da Mackenzie de 2001-2019
57	Frederick Wassef	Advogado da família Bolsonaro
58	Gastão Reis	Economista e Palestrante
59	Geanluca Lorenzon	Instituto Misses Brasil – SP
60	Guilherme Freire	Diretor do Documentário e Professor de Filosofia
61	Guilherme Macalossi	Jornalista, Apresentador e Colunista
62	Gustavo Maultasch	Diplomata e Escritor
63	Hélio Beltrão	Fundador e Presidente do Instituto Mises Brasil
64	Ilona Becskeházy	Ex-Secretária de Educação Básica do MEC
65	Ives Gandra Martins	Jurista
66	Jair Bolsonaro	Deputado Federal e Militar da Reserva
67	Janaína Paschoal	Advogada, Professora, Jurista, Co-autora do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.
68	João Malheiros	Autor do livro “A alma da Escola” e Diretor do Colégio Porto Real
69	Joel Pinheiro	Economista e Colunista da Folha de SP
70	Joice Hasselmann	Jornalista
71	Jorge Caldeira	Historiador, Escritor, Doutor em Ciência Política e Imortal da Academia Brasileira de Letras
72	José Theodoro Menck	Mestre e Doutor em História pela UNB.
73	Josias Teófilo	Cineasta
74	Lara Brenner	Professora de Língua Portuguesa e Apresentadora do BP
75	Laudelino Lima	Administrador do site “a verdade sufocada”
76	Leandro Narloch	Jornalista e Escritor

77	Leandro Ruschel	Investigador, Empresário e Co-Fundador do Grupo Liberta.
78	Leda Nagle	Jornalista
79	Leszek Paelikowicz	Historiador e Escritor
80	Letícia Catel	Empresária e Voluntária na Campanha do Bolsonaro, Secretária Geral do PSL no Estado de SP
81	Lobão	Músico
82	Loryel Rocha	Filósofo
83	Lucas Azambuja	Professor e Pesquisador
84	Lucas Berlanza	Jornalista e Escritor
85	Ludmila Lins	Juíza e Professora
86	Luis Felipe D'Ávila	Candidato à presidência da República pelo Partido Novo (2022), cientista político, professor, palestrante e coach em liderança pública
87	Luiz Ernani Caminha Giorgis	Vice-Presidente do Instituto de História e Tradições/RS
88	Luiz Felipe Pondé	Filósofo e Escritor
89	Luiz Philippe de Orleans e Bragança	Empresário e Cientista Político
90	Marcel Van Hattem	Deputado Federal
91	Marcus Boeira	Doutor e Professor de Ética e Filosofia
92	Marcus V. Lins	Advogado
93	Mariana Ribeiro	Jornalista
94	Marina Brito	Jornalista
95	Martim Vasques da Cunha:	Escritor
96	Matheus Colombo	Co-autor do livro Jair Bolsonaro: O fenômeno ignorado, Vol. 1: Eles não entenderam nada
97	Mauro Abranches Kraenshi	Pesquisador e Autor do livro "1964: o elo perdido"
98	Miguel Nagib	Advogado e criador da Escola Sem Partido
99	Monark	Youtuber
100	Nikolas Ferreira	Deputado Federal
101	Olavo de Carvalho	Filósofo e Professor
102	Olavo Mendonça	Capitão da PM do DF
103	Ozires Silva	Sócio Fundador da Embraer – SP.

104	Paulo Cruz	Professor de Filosofia e Mestre em Ciências da Religião
105	Paulo Eduardo Martins	Deputado Federal
106	Paulo Rezzuti	Biógrafo de D.Pedro e Leopoldina
107	Paulo Roberto de Almeida	Diplomata/Escritor
108	Percival Puggina	Escritor, Jornalista e Membro da Academia Rio-Grandense de Letras;
109	Petr Blazek	Historiador PHD – Ústav pro Studium Totalitnich Rezimú
110	Professor Derose	Professor e Escritor
111	Rafael Brodceck	Jurista, Escritor e Membro da Sociedade Internacional Tommaso D'Aquino
112	Rafael Nogueira	Professor de História e Filosofia e ex-presidente da Fundação Biblioteca Nacional
113	Renata Barreto	Economista
114	Renor Filho	Pesquisador – STB no Brasil
115	Ricardo da Costa	Historiador
116	Ricardo Gomes	Empresário, Advogado e ex-presidente do IEE e Vice-Prefeito de Porto Alegre
117	Ricardo Sondermann	Empresário e Professor – Porto Alegre
118	Roberta Lopes	Jornalista e Coordenadora do Direita Minas
119	Rodrigo Constantino	Economista e Colunista
120	Rogério Simonetti Marinho	Economista, Deputado Federal
121	Sidney Silveira	Jornalista, Escritor e Medievalista
122	Silvio Grimaldo	Jornalista e Co-fundador do True Outspeak
123	Simon Schwartzman	Sociólogo
124	Svetlana Prácniková	Diretora do Arquivo de Serviço de Segurança de Praga
125	Thaddeus Russell	Escritor
126	Thais Azevedo	Professora
127	Thomas Giulliano	Professor, Historiador, Pós-Graduado em História e Cultura e Autor do livro "Desconstruindo Paulo Freire"
128	Thomas Julian	Editor do clube Rebouças.
129	Ton Martins	Empresário
130	Valdirene Ambiel	Arqueóloga e Historiadora
131	Vladimir Pretrilak	Autor do livro "1964"

132	Willian Waack	Jornalista
133	Zanone Manuel	Advogado Criminalista – advogado do Adélio.